

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

01/04/2018

GDIA - 01 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/13-202/22135>

Legislativo faz enquete sobre prioridade para doadores de sangue e medula óssea

Publicado por  Reciel em  1 de abril de 2018

Tags  Categorias 



A Câmara Municipal abriu enquete popular para saber a opinião da comunidade sobre a proposta de conceder prioridade no atendimento para doadores de sangue e medula óssea. A ideia inicial tem como objetivo prático estimular as doações. Entretanto, não houve consenso entre os vereadores e o projeto foi retirado. Diante do impasse, o Legislativo resolveu consultar a população. Até ontem (1º) a participação ainda era pequena no portal da Câmara (cmfi.pr.gov.br). Das 30 opiniões registradas, 77% são contrários ao projeto de priorizar o atendimento preferencial aos doadores em bancos, lotéricas e supermercados. A enquete segue em aberto para quem quiser opinar. No aplicativo, surgiram algumas opiniões como a de Weber Takaki para quem "atendimento preferencial é para pessoas em situação de debilidade ou fragilidade física e não para pessoas saudáveis". A jornalista Thays Petters também opinou. Segundo ela, "doação é um ato de amor, é espontâneo, solidário e jamais pode ser utilizada como moeda de troca". (Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

02/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 02 de Abril de 2018 Capa

GAZETA
DIÁRIO DE FOZ DO IGUAÇU

16°C 28°C
Foz do Iguaçu
Segunda-feira,
2 de abril de 2018
Ano 2 - edição 544
R\$ 3,00

FLEITO DIA 22
Paraguai testa sistema de transmissão de dados para eleições gerais
Pág. 7

KAMAL OSMAN
Diretor do Sindilojas sai em defesa da instalação de free shops em Foz
Pág. 8

ATENÇÃO À NAVEGAÇÃO

Marinha intensifica a fiscalização no Rio Paraná e Lago de Itaipu



O foco do trabalho é verificar irregularidades em embarcações na extensão de fronteira entre Foz do Iguaçu e Guaira. Pág. 12

TURISMO RELIGIOSO

Turistas se encantaram com as 120 estátuas do Templo Budista



Sol e chuva no domingo de Páscoa permitiram aos visitantes uma visão privilegiada do local. Pág. 11

INVESTIGAÇÃO

"Professor universitário assassinado vinha recebendo ameaças", diz delegado



Veículo usado no crime, na noite da última terça-feira (27), foi encontrado incendiado em matagal. Pág. 9

Parque Nacional recebeu mais de 32 mil visitantes no feriadão

Neste ano, o feriado prolongado de Páscoa registrou um crescimento de 23% no lado brasileiro das Cataratas Pág. 7



TURISMO EM ALTA

De sexta-feira (30) até domingo (1º), o Parque Nacional do Iguaçu recebeu 32.284 visitantes. Segundo os números divulgados ontem à tarde pela concessionária Cataratas S/A, comparado com 2017, o feriado de Páscoa de 2018 apresentou um crescimento de 23%. Na Páscoa do ano passado, as Cataratas do Iguaçu receberam 26.160 visitantes.

Foto: Roger Mendes

REIVINDICAÇÕES

Vereadores fecham o trimestre com 309 indicações ao Executivo

Solicitações de serviços à prefeitura são constantes em atenção aos pedidos da comunidade Pág. 3



Vereadores apresentaram mais de 300 indicações em três meses

Solicitações de serviços à prefeitura são constantes em atenção às reivindicações da comunidade

Elson Marques
Freelancer

Os vereadores fecharam o trimestre com um total de 309 indicações ao Executivo. Os pedidos são variados, com destaque para os assuntos relacionados à melhoria da pavimentação e serviços de trânsito. Nos últimos dias surgiram também reivindicações para a manutenção de galerias pluviais, reposição de tampas de bocas de lobo, limpeza de áreas públicas e revitalização de espaços de esporte e lazer. Além das indicações, os vereadores apresentaram 105 requerimentos.

Pesquisando as últimas indicações, boa parte está relacionada aos problemas de pavimentação. A vereadora Rosane Bonho (PP) apresentou quatro pedidos em atenção às reivindicações da comunidade, entre elas operação tapa-buraco nas ruas Tietê e Geraldo José de Almeida, no Jardim Soledade; na Rua Ijuí, na esquina com a Rua Javari, no Campos do Iguaçu; e recapeamento asfáltico na Rua Paranapanema, no Jardim Acaray; e nas ruas Tapajós e Javari, no Campos do Iguaçu.

O vereador Celino Ferrtrin (PDT) pediu recapeamento asfáltico na Rua Sa-



Reivindicações da comunidade são transformadas em indicações que seguem para providências da prefeitura

turnino Rolon, no Loteamento Novo Mundo, na região de Três Lagoas. "É uma reivindicação dos moradores daquela região, visto que a rua está em estado degradante, prejudicando o trânsito de veículo e pedestres", disse Celino.

Mais pedidos sobre trânsito

A vereadora Rosane Bonho também solicitou a construção de estacionamento "90 graus" na Avenida Fortaleza, no Jardim Laranjeiras, no trecho compreendido entre a Avenida Silvio Américo Sasdelli e a Rua Ático José Rorato. No mesmo senti-

do de melhorias no trânsito, o vereador Elizeu Liberrato (PR) indicou manutenção do asfalto (tapa-buracos) na Rua Fortaleza, na Vila C, facilitando o trânsito para acesso à Escola Municipal Padre Luigi Salvucci.

Limpeza e manutenção

As reivindicações da população incluem pequenos serviços para corrigir problemas que provocam transtornos à comunidade. Anderson Andrade (PSC) pediu a realização de limpeza de bueiro e boca de lobo na Rua Princesa Isabel, esquina com a Rua Capibaribe, no Loteamento

Santos Guglielme. Solicitou também limpeza das ruas e roçada nas imediações da Associação Interbairro Esporte e Lazer (Assibel), no bairro Jardim Marisa.

O vereador Tenente-Coronel Jahnke (Podemos) indicou a realização de reforma e drenagem na pista de skate do Parque Remador, localizado no bairro Porto Meira. De acordo com o vereador, os moradores disseram que quando da construção da pista não foi projetado sistema de drenagem, de modo que a água da chuva fica acumulada, causando danos à estrutura e riscos aos usuários.

Campo de futebol

O vereador Jefferson Brayner (PRB) solicitou a implantação de campo de futebol sintético no bairro Cidade Nova II. "Existe um amplo espaço nos fundos da biblioteca comunitária, que é utilizado como um campinho pelas crianças e jovens, mas se encontra em condições precárias. Os moradores pedem que no local seja implantado um campo de futebol sintético, para estimular a prática de atividades esportivas de crianças e jovens da comunidade", justificou o vereador.

Brayner também pediu instalação de tampa no bueiro na Rua Humberto José dos Santos, no bairro Jardim São Luiz; e na Avenida Sabiá e Rua Guaratinguetá, no Parque Imperatriz.

Enquanto isso, o vereador Protetor Jorge (PTB) indicou a implantação de identificação numérica nos pontos de ônibus. Segundo ele, isso vai facilitar a localização de cada ponto de ônibus da cidade, quando houver necessidade de manutenção, acidentes e outras questões.

Por meio do vice-prefeito, Nilton Bobato (PCdoB), o Executivo se posicionou sobre as solicitações dos vereadores via indicações. "Todas as indicações são cadastradas pelas diversas secretarias demandadas, são estudadas e, caso sejam possíveis de serem implementadas, são programadas conforme disponibilidade orçamentária", explicou Bobato.

Legislativo faz enquete sobre prioridade para doadores de sangue e medula óssea

Até o domingo (1º), 77% dos participantes eram contrários ao projeto

Elson Marques
Freelancer

A Câmara Municipal abriu enquete popular para saber a opinião da comunidade sobre a proposta de conceder prioridade no atendimento para doadores de sangue e medula óssea. A ideia inicial tem como objetivo prático estimular as doações. Entretanto não houve consenso entre os vereadores, e o projeto foi retirado. Diante do impasse, o Legislativo resolveu consultar a população.

Até ontem (1º), a participação ainda era pequena no portal da Câmara (cmfi.pr.gov.br). Das 30 opiniões registradas, 77% são contrários ao projeto de priorizar o atendimento preferencial aos doadores em bancos, lotéricas e supermercados. A enquete segue em aberto para quem quiser opinar.

No aplicativo, surgiram algumas opiniões como a de Weber Takaki, para quem "atendimento preferencial é para pessoas em situação de debilidade ou fragilidade física, e não para pessoas saudáveis". A jornalista Thays Petters também opinou. Segundo ela, "doação é um ato de amor, é espontâneo, solidário e jamais



Proposta que prioriza atendimento para doadores de sangue foi retirada para consulta popular

pode ser utilizada como moeda de troca".

Débora Black Nascimento também não concorda com o atendimento preferencial. "Não estou de acordo com este projeto, visto que a doação deve ser de coração e não pode haver intenção de ganhar ou obter algo".

A iniciativa da proposta é dos vereadores Anderson Andrade (PSC) e Rosane Bonho (PP), sugerindo o atendimento preferencial aos doadores de órgãos, de sangue e de medula óssea. Após os ques-

tionamentos de que muitos poderiam beneficiar-se distorcendo o verdadeiro pro-

pósito, eles resolveram entrar com pedido de retirada do projeto.



Andrade: "A nossa ideia é incentivar, mas houve questionamentos de que algumas pessoas de má-fé poderiam usar a lei para tirar proveito"

Tramitação interrompida

A proposta obteve pareceres favoráveis, porém com emendas, das comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Saúde, Educação, Esporte, Cultura, Assistência Social e Defesa do Cidadão. Pela iniciativa, os doadores passariam a ter atendimento preferencial em locais como agências bancárias, casas lotéricas, supermercados e nos demais estabelecimentos comerciais do município, além de todos os órgãos públicos municipais que possuem atendimento administrativo.

O descumprimento da medida implicaria advertência e multa de 30 unidades fiscais (R\$ 2,3 mil) em caso de reincidência. O texto original previa ainda a suspensão do alvará de funcionamento pelo prazo de 30 dias, caso aplicadas as penalidades e a irregularidade persistisse. Entretanto uma emenda excluiu essa penalidade. Órgão como o Hemonúcleo passaria a emitir carteira de doadores com validade de até um ano.

Anderson Andrade afirmou que a finalidade é incentivar a doação voluntária de sangue, medula óssea e órgãos, na tentativa de superar a carência nos serviços de saúde. "A doação é um gesto de solidariedade e de amor ao próximo que pode ser a diferença entre a vida e a morte. O transplante de medula óssea, por exemplo, é a única esperança de cura para muitos portadores de leucemias e outras doenças do sangue. A nossa ideia é incentivar, mas houve questionamentos de que algumas pessoas de má-fé poderiam usar a lei para tirar proveito. Por isso resolvemos retirar e esperar a consulta popular", afirmou.

Baile da Inês

Depois que o caso vazou nesta coluna, dizem que houve uma "operação" para retirar as fotos da despedida de Inês da Saúde como secretária. O Corvo bem que antecipou, mas parece que a ideia da festa não desceu redondamente pela goela de algumas pessoas.

Surpresa

Contaram para o Corvo que o jurídico da Câmara encontrou um nó numa recente exposição sobre a necessidade de abrirem sindicância contra uma vereadora. Ou alguém interpretou errado o regimento ou utilizou o de outra cidade. Mas como o Corvo é chegado em provas, vamos aguardar um desfecho.

Prefeitura fará estudo sobre uso de licença-prêmio para moradia

Executivo respondeu a requerimento da Câmara que sugeriu transformação do direito do servidor em pecúnia para aquisição da casa própria

Elson Marques
Freelancer

O prefeito Chico Brasileiro (PSD) informou, em ofício à Câmara de Vereadores, que vai determinar a realização de estudos para a utilização da licença-prêmio dos servidores municipais na aquisição de moradia. O posicionamento consta em resposta do Executivo a requerimento do Legislativo solicitando análise técnica e jurídica dessa proposta. A ideia é facilitar e estimular o servidor público a adquirir casa própria.

"Registramos a relevante iniciativa que vem ao encontro desta administração municipal, bem como informamos que estamos realizando estudos de viabilidade orçamentária e financeira e também quanto à legalidade da proposta de conversão de licença especial em pecúnia para fins de aquisição da casa própria pelos servidores municipais", consta no ofício do prefeito ao Legislativo.

Em fevereiro, o vereador Elizeu Liberato (PR) apresentou o requerimento, aprovado na Câmara por unanimidade, propondo a conversão de licença especial em pecúnia, para fins de aquisição de casa própria pelos servidores públicos municipais. A solicitação de estudos nesse sentido será encaminhada ao prefeito Chico Brasileiro.

A proposta demanda alteração do Decreto Municipal nº 26.141, de 25 de janeiro de 2018, que "regulamenta a concessão de licença especial prevista nos artigos 161 a 164 da Lei Complementar nº 17,

de 30 de agosto de 1993, e estabelece os casos de conversão em pecúnia". O pedido é que se inclua no decreto dispositivos permitindo a conversão.

Reivindicação

Em março do ano passado, o vereador Elizeu já havia encaminhado ao prefeito o requerimento nº 077/2017, solicitando estudos acerca da regulamentação de conversão de licença especial em pecúnia para fins de aquisição de casa própria e de tratamento de saúde do servidor e de seus dependentes legais. O Executivo regulamentou por decreto estabelecendo as hipóteses e estendeu a possibilidade de conversão em espécie "nos casos de doenças ou afecções graves diagnosticadas em servidores públicos municipais ou na condição de seus dependentes, cônjuges/companheiro ou companheira, devidamente comprovados por meio de laudo médico e perícia médica realizada por perito oficial do município".

Condomínio para os servidores

Conforme lembrou o vereador, recentemente o Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu (Fozhabita) e a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) anunciaram o projeto do condomínio direcionado aos servidores públicos. "As informações dão conta de que esse condomínio será construído no Jardim Iguaçu, com 224 unidades, sendo que os servidores públicos interessados poderão utilizar subsídios do

programa Minha Casa Minha Vida ou usar o valor acumulado do FGTS para abater o financiamento", disse Elizeu.

O vereador lembrou que no município somente os empregados públicos contratados no regime celetista possuem FGTS e que a maioria dos servidores municipais tem vínculo estatutário, portanto não tem FGTS. "Diante disso, estamos requerendo a análise por parte da prefeitura de alteração no decreto incluindo hipóteses de conversão de li-

cença especial em pecúnia para aquisição de casa própria. Essa iniciativa vai beneficiar grande número de servidores públicos municipais, estatutários, que não possui casa própria", argumentou.

Elizeu entende que as possibilidades para a concessão de pecúnia/indenização podem ser ampliadas por interesse da administração, "para atender uma antiga demanda dos servidores públicos municipais no que tange à aquisição de moradia".



Prefeito respondeu positivamente ao requerimento apresentado pelo vereador Elizeu Liberato, aprovado pelos demais vereadores

Missa de 1 Ano de Falecimento



Convidamos parentes e amigos para a Missa de 1 Ano de Falecimento em memória de Rogerio Barreto da Silva, na Paróquia São João Batista, dia 02 de abril (segunda) às 19:00 horas.

E impossível expressar em palavras a dor e a saudade que sentimos, ainda e muito difícil aceitar, entender, a sua partida...mas a lei da vida não tem lógica ou explicação, o que podemos fazer é agradecer à Deus por nos ter permitido fazer parte da sua vida, da sua história.

Deus Abençoe Vossa Presença

★ 04/03/1970 † 02/04/2017

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Acontece na Fronteira - 02 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.212767485962112.1073741829.210290629543131/235840983654762/?type=3>



Acontece na Fronteira

15 h · 🌐

JOÃO SABINO TOMA POSSE NESTA TERÇA FEIRA

Na sessão ordinária da próxima terça-feira (03), o comerciante João Sabino tomará posse do cargo de vereador para a atual legislatura. O Presidente Rogério Quadros empossará Sabino logo no início do expediente da sessão. Inês Weizenmann (Inês da saúde) será reempossada, uma vez que já ocupou a cadeira no Legislativo no início de 2017, quando eleita Presidente da Câmara, oportunidade em que assumiu o cargo de Prefeita Interina.

Segundo o vereador, a segurança pública será uma das principais bandeiras que serão defendidas durante o seu mandato. "Temos que bater muito nessa tecla da segurança. Penso em reunir todos os poderes e autoridades envolvidas com a segurança pública e elaborarmos projetos para melhorar esse quadro no município". O parlamentar disputou as eleições pela primeira vez em 2016 pelo Patriota, quando obteve 451 votos.

Ainda de acordo com Sabino, a expectativa é fazer uma gestão limpa, honesta e que atenda aos pedidos da população. "Estou entrando em um mundo totalmente novo, é como se eu estivesse indo para o meu primeiro dia de aula. Estamos com muitos planos e ideias para o município. Espero conseguir trabalhar em prol de toda a população.", finalizou o vereador.

Biografia

João Sabino dos Santos é natural de Foz do Iguaçu, tem 64 anos, é casado e tem cinco filhos. Ele é comerciante na região do Bairro Três Lagoas.



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



👍👤 5

Ordem cronológica ▾

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

HLUCAS- 02 de Abril de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/04/02/joao-sabino-toma-posse-na-sessao-desta-terca-feira-03-04/>

João Sabino toma posse na sessão desta terça-feira (03/04)

[Deixe um comentário](#)

O parlamentar será empossado na sessão desta terça-feira (03). Na mesma oportunidade, Inês Weizemann reassumirá a cadeira na Câmara Municipal.



Na sessão ordinária da próxima terça-feira (03), o comerciante João Sabino tomará posse do cargo de vereador para a atual legislatura. O Presidente Rogério Quadros empossará Sabino logo no início do expediente da sessão. Inês Weizemann (Inês da saúde) será reempossada, uma vez que já ocupou a cadeira no Legislativo no início de 2017, quando eleita Presidente da Câmara, oportunidade em que assumiu o cargo de Prefeita Interina.

Segundo o vereador, a segurança pública será uma das principais bandeiras que serão defendidas durante o seu mandato. “Temos que bater muito nessa tecla da segurança. Penso em reunir todos os poderes e autoridades envolvidas com a segurança pública e elaborarmos projetos para melhorar esse quadro no município”. O parlamentar disputou as eleições pela primeira vez em 2016 pelo Patriota, quando obteve 451 votos.

Ainda de acordo com Sabino, a expectativa é fazer uma gestão limpa, honesta e que atenda aos pedidos da população. “Estou entrando em um mundo totalmente novo, é como se eu estivesse indo para o meu primeiro dia de aula. Estamos com muitos planos e ideias para o município. Espero conseguir trabalhar em prol de toda a população. ”, finalizou o vereador.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Biografia

João Sabino dos Santos é natural de Foz do Iguaçu, tem 64 anos, é casado e tem cinco filhos. Ele é comerciante na região do Bairro Três Lagoas.

VOTAÇÃO PARA DECIDIR O FUTURO DA Nanci NO LEGISLATIVO



Será nesta terça (3) a votação para decidir o caso da vereadora Nanci Rafain com o Rock In Rio. Se se a maioria entender que ela não agiu de má fé não se abrirá comissão processante. O prefeito Chico Brasileiro já deu o tom da sessão: Retirar a mãe dos pobres da frigideira. A ordem é passar a mão na cabeça e dizer: não faça mais isso que é feio. Amanhã as 9 hs imperdível.

PRAÇA DO MITRE NESTA TERÇA

NESTA TERÇA FEIRA (3) HAVERÁ MANIFESTAÇÃO AS 19 HS NA PRAÇA DO COLÉGIO MITRE VISANDO SENSIBILIZAR O STF PARA NÃO BLINDAR O LULA. O LUGAR DO LULA É NA CADEIA. SE VOCÊ CONCORDA COMPAREÇA.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA - 02 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/15-60/22225>

Suplente João Sabino toma posse no lugar do Dr. Brito

Publicado por  Reciel em  2 de abril de 2018

Tags ▾ Categorias ▾



Na mesma sessão é aguardada ainda a posse do comerciante João Sabino. Ele assume a cadeira após Dr. Brito pedir afastamento do cargo diante desdobramentos da oitava fase da Operação Pecúlio. Vale destacar que o próprio Dr. Brito ocupou o assento no Legislativo na condição de segundo suplente da coligação PRP/PEN/SD, após Rudinei de Moura (PEN) ter sido reeleito nas eleições municipais de 2016 para terminar cassado no início de 2017, juntamente com outros quatro políticos, por "constrangimento à Casa de Leis", em razão de assumirem a vaga durante o período em que cumpriam prisão preventiva por conta da quinta fase da Pecúlio. Acontece que, após o afastamento de Dr. Brito, o segundo e terceiro suplente não podem ingressar no Legislativo. Isto porque Marino Garcia (PEN) e Coquinho (SD), respectivamente primeiro e segundo suplentes, permanecem impedidos pela Justiça de se aproximarem da Câmara de Vereadores por envolvimento no esquema de corrupção investigado durante a gestão do ex-prefeito Reni Pereira (PSB). (DA Redação / Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

H2FOZ - 02 de Abril de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/vereador-assume-nesta-terca-feira-vaga-deixada-por-dr-brito>

Vereador assume nesta terça-feira vaga deixada por Dr. Brito



Vereador de primeiro mandato, João Sabino fez 451 votos (Foto: Marcos Labanca/H2FOZ)

H2FOZ - Paulo Bogler

O comerciante João Sabino dos Santos será empossado vereador na sessão ordinária da Câmara Municipal que acontece nesta terça-feira, 3. Ele substituirá o médico José Luiz de Brito (PEN/Patriota), que renunciou ao mandato parlamentar em março deste ano, após ter sido preso pela Polícia Federal, acusado de participar de fraudes na saúde pública do município.

O comerciante João Sabino dos Santos será empossado vereador na sessão ordinária da Câmara Municipal que acontece nesta terça-feira, 3. Ele substituirá o médico José Luiz de Brito (PEN/Patriota), que renunciou ao mandato parlamentar em março deste ano, após ter sido preso pela Polícia Federal, acusado de participar de fraudes na saúde pública do município.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Com 64 anos de idade, João Sabino possui comércio na região de Três Lagoas. Em 2016, ele concorreu às eleições pelo Partido Ecológico Nacional (PEN), agremiação que está em conversão para a nomenclatura Patriota. Sabino obteve 451 votos, o que representa a 64ª posição entre os 265 candidatos que concorreram a uma vaga no Legislativo.

O vereador ficou na quarta suplência em sua coligação. Ele assume a cadeira porque Dr. Brito era o primeiro suplente e Marino Garcia e Coquinho são o terceiro suplentes, mas estão impedidos pela Justiça de aproximar-se da Câmara. Eles foram presos na quinta fase da Operação Pecúlio, em dezembro de 2016, acusados de receber “mensalinho” do ex-prefeito Reni Pereira (PSB).

Sabino pensa em elaborar projetos e mobilizar as forças políticas para melhorar o segmento da segurança pública em Foz do Iguaçu. “Temos que bater muito nessa tecla da segurança. Penso em reunir todos os poderes e autoridades envolvidas com a segurança pública e elaborarmos projetos para melhorar esse quadro no município”, disse João Sabino.

Retorno

A reunião legislativa desta terça-feira ainda marcará a volta da vereadora Inês Weizemann (PSD) à Casa de Leis. Ele ressume o mandato após deixar a Secretaria Municipal de Saúde, pasta da qual secretária desde a posse do atual prefeito Chico Brasileiro (PSD), em 1º de maio de 2017. Weizemann foi eleita presidente da Câmara de Vereadores no início da atual legislatura e foi prefeita interina no município, de janeiro a abril do ano passado.

(Com informações da Câmara de Municipal de Foz do Iguaçu)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Rádio Cultura - 02 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/02/comerciante-joao-sabino-assume-vaga-deixada-por-dr-brito-na-camara-municipal/>

Comerciante João Sabino assume vaga deixada por Dr. Brito na câmara municipal

Na mesma sessão, a ex-secretária de saúde, Inês Weizemann, retoma o cargo de vereadora após deixar a secretaria

por **Josué Calebe** — 2 de Abril de 2018 em Feed

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado / 253 Visualizadas

[Compartilhe no Facebook](#) [Compartilhe no Twitter](#) [Publique no G+](#)

[Compartilhar](#)

A Câmara Municipal de vereadores dará posse nesta terça-feira, 3, em sessão marcada para as 9h, ao vereador João Sabino (PEN), que assume a vaga do médico José Luiz de Brito. Sabino, que fez 451 votos nas eleições de 2016, é o quarto suplente da coligação.

João Sabino, 64 anos, é comerciante na região de Três Lagoas. Ele assume após a renúncia do médico, Dr. Brito, acusado de comandar um esquema de corrupção que desviava dinheiro público do Hospital Municipal. Dr. Brito, que também era suplente, já havia assumido a vaga de Rudinei de Moura, afastado por denúncias de corrupção. Antes de Sabino, ainda havia como suplentes os ex-veredores Marino Garcia e Coquinho, no entanto, ambos estão impedidos pela justiça de assumirem o cargo, acusados de receberem mensalinho, durante o governo do ex-prefeito Reni Pereira.

Nesta terça-feira, a sessão também será marcada pelo retorno da vereadora Inês Weizemann, (PSD), que comandava a secretaria de saúde. Ela reassume a vaga, que até então era ocupada pela suplente Adriana Luiz.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Rádio Cultura - 02 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/02/representacao-contra-nanci-por-quebra-de-decoro-vai-a-votacao/>

Representação contra Nanci por quebra de decoro vai à votação

Pedido feito pela cidadã Andreia de Castro precisa de 8 votos para ser aprovado, em seguida é analisado pelo Conselho de ética, que investiga se houve, ou não, quebra de decoro

por **Josué Calebe** — 2 de Abril de 2018 em Feed

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado / 173 Visualizadas

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Publique no G



A mesa diretora da câmara municipal de Foz do Iguaçu coloca em votação nesta terça-feira, 3, o pedido de investigação contra a vereadora Nanci Rafagnin, por quebra de decoro parlamentar.

A representação, assinada pela cidadã Andreia Moranda de Castro, acusa a vereadora de ter apresentado um atestado médico, com data para dia de sessão na câmara, para participar do Festival Internacional de Rock do Rio de Janeiro, o “Rock in Rio”, em setembro do ano passado.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

O atestado está datado para o dia 21 de setembro de 2017, e no dia 22 de setembro Nanci postou fotos em uma rede social participando do festival.

Nanci negou o uso irregular do atestado. Ela afirmou que consegue provar que tem problemas no joelho já há alguns anos, razão pelo qual pediu afastamento para o dia específico, que segundo ela, não havia sessão marcada. Ela também acusa estar sofrendo perseguição política. A vereadora, que presidia o Conselho de ética da câmara, renunciou ao cargo.

Para ser aprovada, a representação necessita de oito votos favoráveis, ou seja, a maioria simples dentre os 15 vereadores. Se conseguir os votos necessários, a investigação é feita pelo Conselho de ética, que analisa se houve, ou não, quebra de decoro, e em seguida coloca em votação para aprovação do legislativo.

Antes de ser colocada em pauta, a representação foi analisada pela consultoria jurídica da câmara, e considerada legal, apesar de ter sido encaminhada ao presidente Rogério Quadros, enquanto que regimento prevê que esse tipo de representação deve ser encaminhado à mesa diretora. Segundo a consultoria, esse foi o motivo que causou atraso para votação da representação. Na semana passada, o cidadão Diego Lucas Duarte Dresh denunciou a câmara ao Ministério Público pela demora em analisar a representação.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

03/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 03 de Abril de 2018 Capa

TOP
29°C

Foz do Iguaçu
Terça-feira
3 de abril de 2018
Ano 2 - edição 545
R\$ 2,00

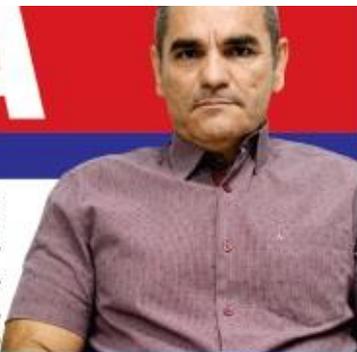
GAZETA

DIÁRIO DE FOZ DO IGUAÇU

PRIMEIRO TRIMESTRE
Exportações da indústria
"maquiladora" do Paraguai
crescem 71% e batem recorde
Pág. 11



APARECIDO DANTAS
Contas públicas da prefeitura
terão fiscalização mais rigorosa
com novo controlador-geral
Pág. 10



Itaipu tem melhor março e trimestre da história

Foram produzidos 9.879.972 MWh no mês e 27.940.584 MWh no trimestre; neste ano a usina também obteve o melhor janeiro e bimestre e alguns recordes horários Pág. 9



PRODUÇÃO RECORDE

Pela primeira vez, a usina de Itaipu produziu quase dez milhões de megawatts-hora (MWh) em um único mês, garantindo a março de 2018 o recorde mensal de geração nos quase 34 anos de operação da hidrelétrica.



MANIFESTO

Praça do Mitre recebe ato contra o ex-presidente Lula nesta terça-feira

Forças de segurança estão mobilizadas para garantir a ordem durante o protesto; PT em Foz afirma que todos têm direito à livre manifestação Pág. 4

LEGISLATIVO

Pedido de cassação contra Nanci Rafain é analisado na Câmara



Sessão desta terça será marcada ainda pela posse de João Sabino no lugar de Dr. Brito e retorno de Inês Weizemann à Casa de Leis Pág. 3

6,8 GRAUS DE MAGNITUDE

Terremoto na Bolívia é registrado pela rede sismográfica da Itaipu



Embora tenha sido identificado, o tremor não afeta as estruturas da barragem. Pág. 5

CASO LOURDES

Acusados de homicídio duplamente qualificado irão a júri popular



Lourdes Rodrigues Aleixo foi morta a tiros, em março de 2014, quando saía para trabalhar. Pág. 7

Vereadores analisam nesta terça-feira pedido de cassação contra Nanci Rafain

Sessão será marcada ainda pela posse de João Sabino no lugar de Dr. Brito e retorno de Inês Weizemann à Casa de Leis após passagem pelo Executivo

Bruno Soares
Reportagem

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu julga nesta terça-feira (3) se acolhe ou rejeita pedido de cassação formalizado contra a vereadora Nanci Rafain (PDT) por possível quebra de decoro. A parlamentar se tornou alvo da pressão popular encampada pela zeladora Andreia Castro (PTN).

Conforme já noticiado pelo jornal *Gazeta Diário*, a signatária destaca em sua denúncia, formalizada no dia 16 de março, que Nanci teria comprometido a dignidade da Câ-

mara Municipal após ter sido tema de notícias negativas veiculadas pela imprensa local. As reportagens citadas pela denunciante relatam o fato de Nanci ter apresentado à Câmara Municipal, no dia 21 de setembro de 2017, um atestado médico e, no dia seguinte, estar em um evento noturno com familiares na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

A data em que o atestado médico foi registrado coincidiu com o dia de reunião legislativa. Nanci faltou à sessão e, por conta do atestado, não teve descontado o valor proporcional em seu subsídio. Ao se defen-

der sobre a acusação, Nanci declarou à reportagem que sua inocência será comprovada. "É público e notório que passo por tratamento médico em razão de problemas que tenho nos meus joelhos. E por conta disso o atestado médico foi emitido, afinal eu tive de me consultar. A situação de, no dia seguinte, eu estar em um evento com minha família em absolutamente nada compromete minha dignidade. Eu sigo orientações médicas. E não havia nenhum problema em seguir com minha vida após a consulta. Querem a qualquer custo me envolver em algo que não



Nanci Rafain: "Quero responder de forma isenta a esta acusação infundada"

tem procedência", pontuou Nanci.

Para que o pedido seja aceito, são necessários dez votos

(maioria qualificada). Caso seja instaurado, será aberto prazo de 90 dias para a conclusão do processo.

Suplente toma posse no lugar do Dr. Brito

Na mesma sessão é aguardada ainda a posse do comerciante João Sabino. Ele assume a cadeira após Dr. Brito pedir afastamento do cargo diante dos desdobramentos da oitava fase da Operação Pecúlio. Vale destacar que o próprio Dr. Brito ocupou o assento no Legislativo na condição de primeiro suplente da coligação PRP/PEN/SD, após Rudinei de Moura (PEN) ter sido reeleito nas eleições municipais de 2016 para terminar cassado no início de 2017, juntamente com outros quatro políticos, por "constrangimento à Casa de Leis", em razão de assumirem a vaga durante o período em que cumpriam prisão preventiva por conta da quinta fase da Pecúlio.



Inês Weizemann, Rogério Quadros e João Sabino: mudanças na Câmara

Acontece que, após o afastamento de Dr. Brito, o segundo e terceiro suplentes não podem ingressar no Legislativo.

Isto porque Marino Garcia (PEN) e *Coquinho* (SD), respectivamente segundo e terceiro suplentes, permanecem im-

pedidos pela Justiça de se aproximarem da Câmara de Vereadores por envolvimento no esquema de corrupção investigado durante a gestão do ex-prefeito Reni Pereira (PSB).

Conforme informações da assessoria de comunicação da Câmara, "o presidente Rogério Quadros empossará Sabino logo no início do expediente da sessão". Segundo o mais novo vereador, a segurança pública será uma das principais bandeiras a ser defendida durante o seu mandato. "Temos que bater muito nessa tecla da segurança. Penso em reunir todos os poderes e autoridades envolvidas com a segurança pública e elaborarmos projetos para melhorar esse quadro no município". O parlamentar disputou as

eleições pela primeira vez em 2016 pelo PEN (Patriota), quando obteve 451 votos.

Outro momento importante da sessão de hoje será o retorno de Inês Weizemann ao Legislativo. Ao avaliar sua passagem de 11 meses à frente da Secretaria Municipal de Saúde, ela afirma deixar a pasta com o sentimento de dever cumprido.

Quem assumiu seu lugar é Kátia Yumi Uchimura. A novata, Inês dedicou perseverança. "Eu diria que assumir este cargo é muito desafiador, mas que não é impossível. O que tem pela frente ainda é desafiador", resumiu ao jornal *Gazeta Diário*. Com a posse de Inês, a suplente Adriana Luiz perde o mandato.

PRONTO PARA SER VOTADO

Fracionamento das férias de servidores entra em pauta

Projeto apresentado pela prefeitura recebeu emendas que criam mais uma opção para os servidores

Elson Marques
Freelancer

Com pareceres favoráveis das comissões e apresentação de emendas, o projeto sobre fracionamento das férias de servidores municipais voltou à discussão na Câmara. Na sessão desta terça-feira (3), está prevista a leitura dos pareceres e a votação das emendas. A redação final do projeto deverá entrar na ordem do dia de quinta-feira (5) para discussão e votação em plenário.

O prefeito Chico Brasileiro (PSD) enviou a proposta prevendo as opções de um período de 30 dias ininterruptos; ou um período de 20 dias ininterruptos, com a indenização de dez dias (abono pecuniário); ou dois períodos fracionados de 15 dias cada. O projeto foi apresentado com base na flexibilidade permitida após as mudanças da lei por meio da reforma trabalhista.

O texto altera dispositivos da Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1995, que dispõe sobre o regime jurídico único e no Estatuto do Servidor Público Municipal. "Com o advento da reforma trabalhista, aprovada recentemente no Senado e ainda diante da necessidade, seja por parte do servidor ou do



Com alterações, projeto deverá ser votado na próxima quinta-feira

empregador, do parcelamento das férias, o Município propõe por meio de lei o fracionamento das férias, vez que atualmente o Estatuto do Servidor veda essa prática", afirmou Chico Brasileiro na mensagem aos vereadores.

Argumentações

Segundo o prefeito, atualmente o município enfrenta diversos problemas em relação à impossibilidade do fracionamento das férias, devido à vedação contida no estatuto, acarretando desta forma acordos internos, sem o devido embasamento.

Há casos em que por decisão própria ou solicitação do setor o servidor retorna antes do vencimento do período de fruição, para posterior compen-

sação, sob o risco de, em caso de acidente de trabalho, não poder ter assegurados os seus direitos trabalhistas, vez que, legalmente, deveria estar de férias, e não trabalhando naquele período.

Emendas alteram texto original

O Sindicato dos Servidores Municipais manifestou-se contrariamente, mesmo com a anuência do servidor, ao fracionamento das férias em dois períodos alternados de 15 dias. Houve reuniões com os vereadores e representantes do Executivo que resultaram na apresentação de emendas alterando o texto original.

Uma das emendas mantém os dois períodos de 15 dias, mas cria mais uma opção ao servi-

dor, que é de três períodos fracionados de dez dias. A outra possibilidade é um período de 20 dias ininterruptos com a indenização de dez dias como abono pecuniário. Também inclui que o início da fruição das férias será em dia útil, preferencialmente no início da semana. Além disso, poderão ser concedidas férias coletivas a todos os servidores ou a determinados órgãos ou setores.

Outra emenda acrescenta o abono de permanência, ou seja, aquele referente ao servidor que já está em fase de aposentadoria, mas que continua trabalhando. No caso, o valor descontado para a Previdência, o município paga como abono pela continuidade do servidor no posto de serviço.

Rede sismográfica da Itaipu registra terremoto na Bolívia

A rede sismográfica da hidrelétrica de Itaipu identificou variações provocadas pelo terremoto na Bolívia, ocorrido na manhã dessa segunda-feira (2), às 10h40 (horário de Brasília).

De acordo com a Rede Sismográfica Global (Iris-GSN), o sismo de 6,8 graus de magnitude ocorreu na região norte-nordeste de Carandayti, a 557 km de profundidade. A energia liberada equivale a 12 bombas atômicas, segundo o Painel Global de Monitoramento da Terra em Tempo Real. O local do epicentro, nas coordenadas 20.652°S e 63.017°W, fica a cerca de dois mil quilômetros da usina, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Embora tenha sido identificado pelos equipamentos sismológicos de Itaipu, o tremor não afeta as estruturas da barragem, dimensionada para a ocorrência de sismos. "Nosso sistema é extremamente sensível e capta abalos de todo o mundo, e não houve registros na nossa instrumentação de auscultação", explicou Josiele Patias, engenheira civil da Itaipu e doutora em Geotecnia pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC-USP). A magnitude dos sismos é classificada conforme a Escala Richter (1 a 9). Já a intensidade (1 a 10) é mensurada pela percepção do tremor pelas pessoas e pelos danos causados pelo abalo.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 03 de Abril de 2018 Pág.06

Novos integrantes

Hoje o comerciante João Sabino vai sentar-se na cadeira de vereador. O presidente do Legislativo, Rogério Quadros, presidirá o ato, e a dona Inês da Saúde voltará para o Câmara, onde permaneceu por apenas alguns minutos no início do ano passado (2017); ela está cheia de planos para a sua legislatura, mas parece enfrentar um pequeno problema: escolher três entre dezenas de simpatizantes para os cargos de assessoria. Aonde ela vai, um monte de gente vai atrás. Decerto Inês fará a escolha como nos tempos de menina: "Minha mãe mandou e escolher esse daqui"!

Legislatura e campanha

Como sabemos, Inês é mais uma integrante do Legislativo que supostamente enfrentará uma campanha eleitoral neste ano. Como vereadores não precisam afastar-se dos cargos, é bem provável que o presidente Rogério Quadros faça algumas *blitze* para controlar a frequência e a presença da turma em plenário.

Projeto que promove igualdade racial recebe parecer favorável

Proposta que estimula atividades de combate ao racismo entra na pauta da Câmara de Vereadores



Projeto da vereadora Rosane Bonho está pronto para ser submetido a votação nesta semana

Ebon Marques
Produtora

A promoção da igualdade racial é o principal objetivo de um projeto de lei da vereadora Rosane Bonho (PP). A proposta recebeu pareceres favoráveis das comissões e a serem lidos na sessão desta terça-feira (3). Com a liberação do setor técnico-jurídico, o texto está pronto para ser incluído na pauta de votação plenária, o que deve ocorrer na quinta-feira (5).

A proposta estimula atividades de conscientização e combate ao racismo por meio da criação e inclusão, no Calendário de Eventos Oficiais do Município, da Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial. A ideia é realizar as atividades anualmente, sempre na semana que antecede o dia 20 de novembro, Dia Mundial da Consciência Negra.

Conforme consta no texto do projeto, a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial tem como objetivos ampliar a reflexão, o diálogo e a conscientização sobre o processo históri-

co de formação da sociedade brasileira, promover e valorizar as diversas culturas, bem como combater o racismo e a discriminação. O projeto prevê que o município, no âmbito de sua competência, assegurará os meios eficazes para coibir a prática de racismo ou qualquer outra forma de preconceito.

Atividades sugeridas

O texto traz uma série de sugestões de atividades como a divulgação da participação da cultura afrodescendente na formação histórico-cultural brasileira e de ideias e práticas de valorização em relação à diversidade cultural; e representação proporcional dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comunicação do município e de entidades que tenham investimento político ou econômico do poder público.

Relaciona ainda o desenvolvimento de programas que assegurem igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais do muni-

cípio; valorização das práticas relacionadas ao cuidado e à promoção da saúde na cultura afro-brasileira e nas demais etnias nas unidades de saúde; campanhas educativas para o conjunto das etnias presentes na cidade para prevenir discriminação; garantir e ampliar, na educação infantil e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), a inclusão de atividades educativas

que valorizem a diversidade étnico-racial e cultural; fomentar discussões dentro dos espaços de uso da comunidade, por meio de rodas de conversas, para um posicionamento mais crítico frente à realidade social em que vivemos; e promover, por meio de palestras e atividades pedagógicas, discussões das questões relacionadas à valorização das diversas culturas.

O racismo e as injustiças

Ao defender o projeto, a vereadora Rosane Bonho afirmou que o racismo é um dos principais fatores das injustiças sociais e, "consequentemente, é a chave para entender as desigualdades sociais que ainda envergonham o país". Para ela, "racismo não é só um ato de humilhação, mas, acima de tudo, é um ato de violência, e que devemos reiterar nossa defesa por uma sociedade justa e igualitária".

Na opinião de Rosane, "uma sociedade plenamente saudável é uma sociedade sem preconceitos, ódio de raça, credo, classe ou cor, sendo o racismo uma discriminação social. Disse que a forma de segregação está presente em qualquer tipo de ambiente, tanto no trabalho quanto nas ruas, ou até mesmo em meio às pessoas próximas. Reforçou que todas as formas de preconceito devem ser notificadas, "sejam elas nítidas ou veladas, porque, além de ser um direito, é dever de todo cidadão denunciar esse tipo de ocorrência".

PEDIDO DE CASSAÇÃO DE NANCI

SERÁ VOTADO NESTA TERÇA-FEIRA



Se aprovada a representação, Conselho de Ética iniciará processo para apurar falta de decoro parlamentar da vereadora.

■ Detalhes páginas 7,8 e 9

Protetor Jorge esgota recursos e pode perder o cargo de vereador

O vereador Protetor Jorge (PTB) corre o risco de “perder o mandato por conta do processo em que “foi condenado por improbidade administrativa.” Os recursos nas instâncias superiores chegaram à etapa final. Agora, só restará cumprir a “sentença que impõe ao vereador a perda dos direitos” políticos por três anos e a destituição do “cargo que ocupa.

■ Páginas 4 e 5

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Tribuna Popular – 03 de Abril de 2018 Pág.02

23 a 9 de abril de 2018

PRETO NO BRANCO

População em dúvida: Chico Buraqueiro ou Chico Lento?

Reverdo todas as promessas e entrevistas do prefeito Chico Brasileiro, a população começa a refletir se ele é realmente "Brasileiro", pois nada avança nesse governo. São tantas promessas não cumpridas... Em algumas partes da cidade estão chamando o prefeito de "Chico Buraqueiro" pelos números de buracos que vem

se abrindo e nada é feito. Já dentro da prefeitura, os funcionários públicos de carreira já estão chamando o prefeito de "Chico Lento" pois de um simples alvará ou até mesmo uma certidão negativa leva meses para sair. Não é a toa que a administração vai lentamente se arrastando. Até quando Chico?



Tribuna Popular

Até que enfim Narizão

Ficamos sabendo que o Narizão depois de trabalhar arduamente na Argentina já estaria retornando para Foz, e pasmem. Com o kit (terno e paletó) pronto para um possível retorno a Câmara.

Tragédia anunciada

Estivemos de perto verificando as condições do asfalto da Avenida Maria Bubiak no trecho entre a Avenida das Cataratas e a Av. Felipe Wandscheer. Uma vergonha. Completamente abandonada pelo poder público. Será que o prefeito Chico Brasileiro vai esperar acontecer uma tragédia. Ou ele vem com o discurso "vamos esperar a Usina de Asfalto"...

Rogério Quadros chama vereadores para fazer acordão para salvar Nanci

Os vereadores da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu foram chamados pelo presidente Rogério Quadros na tarde de ontem (02) para uma reunião onde a pauta seria salvar a Nanci de uma investigação. Pelo jeito caiu a máscara de moralidade que ele tanto dizia fazer.

Protetor Jorge esgota recursos e pode perder o cargo de vereador

Processo que tramita há anos nos tribunais superiores chegou à etapa final



Vereador Protetor Jorge acabou condenado por ato de improbidade praticado quando ele era diretor de saúde em Santa Terezinha

Da editoria política
Foto: Reprodução

O vereador Protetor Jorge (PTB) corre o risco de perder o mandato por conta do processo em que foi condenado por improbidade administrativa. Os recursos nas instâncias superiores chegaram à etapa final.

Agora, só restará cumprir a sentença que impõe ao vereador a perda dos direitos políticos por três anos e a destituição do cargo que ocupa.

O vereador foi condenado em primeira e segunda instância, no Tribunal de Justiça, em Curitiba. A defesa entrou com a primeira providência no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que foi

o recurso especial. Entretanto, o Tribunal de Justiça, em Curitiba (em nível de segunda instância) decidiu que o recurso não subiria para o STJ em Brasília.

Protetor Jorge entrou então com um segundo recurso, que é o agravo em cima do recurso especial para forçar o envio ao STJ. Com isso, o recurso subiu para Brasília. Chegando ao STJ, o ministro relator decidiu não deixar o recurso seguir e sim que o condenado deveria cumprir a sentença.

Insatisfeito, a defesa entrou com um agravo interno e o ministro então encaminhou o recurso para julgamento. Na decisão colegiada, os ministros decidiram interromper o andamento protelatório do processo. A

medida adotada pela defesa do vereador foi entrar com um recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal, porém o presidente do STJ impediu que seguisse para o STF.

Em ato contínuo Protetor Jorge entrou com recurso tentando colocar todos os ministros do STJ contra o presidente. Entretanto, no próximo dia 4 de abril (quarta-feira), os ministros do STJ vão se reunir para referendar que o vereador não tem mais direito a recorrer com recurso extraordinário ao STF, por ter perdido no colegiado.

A posição dos ministros será decisiva para encerrar a aventura do vereador em entrar com medidas protelatórias e o processo retoma para cumprimento da sentença.

Fim da linha

A expectativa é de que o STJ estabeleça o fim da linha para Protetor Jorge. Em maio do ano passado ele já havia sido condenado em terceira instância por ato de improbidade administrativa, que segundo a justiça se configurou em fraude na contratação de uma OSCIP em 2009 quando ele era diretor de saúde na prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu. A ex-prefeita Ana Carlessi também acabou condenada na decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ocorrida no dia 2 de maio.

Ação é de 2010

A ação foi movida em 29 de março de 2010 pelo promotor José Carlos Faria de

Vellozo, que pediu a condenação de Protetor Jorge, Ana Carlessi e José Carlos Jobim, representante do Instituto Brasileiro de Santa Catarina (IBRASC). Essa OSCIP foi contratada na prefeitura de STJ por dispensa de licitação em janeiro de 2009 ao valor de R\$ 1,5 milhão pelo prazo de 18 meses. Nas conclusões do MP todo o procedimento foi irregular de modo a favorecer a OSCIP, pois não caberia dispensa de licitação.

Em primeira instância, no dia 18 de abril de 2012 o juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto considerou a ação improcedente. Entretanto, no dia 2 de maio de 2012 o Ministério Público interpôs recurso de apelação no Tribunal de Justiça do Paraná.

Condenação de Protetor Jorge no TJ ocorreu há quatro anos

Desde fevereiro de 2014, o vereador vem recorrendo para não cumprir a pena

Da editoria política
Foto: Divulgação

Caso Protetor Jorge cumpria a sentença, quem assume o cargo de vereador é o suplente Edson Narizão que concorreu pelo PTB. É essa a expectativa visto que a condenação de Jorge em segunda instância ocorreu há mais de quatro anos. No dia 4 de fevereiro de 2014, o Tribunal de Justiça do Paraná reconheceu a apelação do Ministério Público e condenou os envolvidos no processo movido em 2010.

O colegiado da 5ª Câmara Cível do TJ (segunda instância) impôs as penalidades previstas na lei de improbidade. Na decisão consta: "Acordam os integrantes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso para condenar Ana Maria Carlessi, Jorge Soares Ferreira, José Carlos Jobim e o IBRASC Instituto Brasileiro de Santa Catarina, nas sanções previstas nos artigos 10, inciso XIV, e 11, inciso I, da Lei Federal n.º 8.429/1992, pela prática de atos de improbidade administrativa".

Quanto às especificações das penalidades, os desembargadores definiram: "Portanto, mostra-se proporcional e suficiente aplicar à Ana Maria Carlessi, Jorge Soares Ferreira (Protetor Jorge) e José Carlos Jobim a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majori-



Situação de Protetor Jorge está sendo finalizada no Superior Tribunal de Justiça

tário, pelo prazo de três anos".

Recurso especial e decisão do STJ

Na data de 13 de março de 2014, Protetor Jorge opôs embargos de declaração contra o acórdão, mas perdeu, vindo então a ingressar com Recurso Especial, o que também foi negado no TJ. Recorreu então com agravo ao Recurso Especial, que acabou protocolado em terceira instância no dia 26 de fevereiro de 2016 junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Após análise, o STJ decidiu no último dia 2 de maio de 2017: "Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Sérgio Kukina (Presidente), Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília (DF),

02 de maio de 2017".

Vereador concorreu sob condenação

Mesmo com condenação em segunda instância por ato de improbidade administrativa, ninguém apresentou pedido de impugnação da candidatura do vereador Protetor Jorge (PTB), eleito nas eleições de 2016. Observando que em 4 de fevereiro de 2014 o Tribunal de

Justiça do Paraná decidiu por unanimidade da 5ª Câmara Cível pela condenação dos acusados, em tese, Protetor Jorge estaria inelegível. Entretanto, ele concorreu e foi diplomado pela Justiça Eleitoral.

Sentença confirmada

Ainda em 2014 houve recursos e a sentença foi confirmada no dia 2 de maio de 2017 em terceira instância, no

Superior Tribunal de Justiça (STJ). Após novo julgamento de recurso, previsto para quarta-feira (4 de abril), Protetor Jorge deve enfrentar pedidos de cassação do mandato. Pela decisão do STJ, o vereador está com direitos políticos suspensos por três anos. Pela lei da Ficha Limpa nenhum político pode exercer função pública estando condenado em segunda instância.



Suplente Edson Narizão assumirá cargo de vereador, tão logo Jorge seja obrigado a cumprir a sentença

Prefeitura não paga referência de 3% para os guardas municipais

Categoria sofre desde a gestão passada de Reni Pereira que também não cumpriu promessa de campanha

Da editoria de polícia

Fotos: Divulgação

Os guardas municipais estão em pé de guerra com a administração do prefeito Chico Brasileiro. O problema é que além dos problemas enfrentados na gestão do ex-prefeito Reni Pereira, a categoria continua desprestigiada pelo governo municipal, tanto que sequer pagou os 3% de referência por merecimento que é um benefício automático a cada dois anos.

Os valores deveriam ter sido incluídos na folha de fevereiro, mas os GMs ficaram a ver navios. No mês seguinte (março) também não veio nada. De acordo com informações levantadas pelo Tribuna, a alegação é de que a folha está no limite de gastos e não pode ser onerada. É o mesmo problema que se arrasta desde o início da gestão Chico Brasileiro que não se preocupou em enxugar a máquina preferindo manter mais de R\$ 15 milhões por ano com despesas na folha com cargos comissionados.

Omissão e desprezo

A omissão e o desprezo com a Guarda Municipal se acentuaram nos últimos dois governos. Reni Pereira se elegeu prometendo pagar oito referências a que os GMs tinham direito por lei. Mesmo com protestos e mobilizações, Reni pagou apenas quatro referências.

Chico Brasileiro também assumiu o compromisso na campanha de resolver o assunto em seis meses, porém concedeu duas referências e as duas ainda estão pendentes. A questão maior é que a

administração não deu mais nenhuma satisfação aos guardas municipais.

Uma longa espera

A luta dos guardas municipais é pela aplicação da Lei 4.133 de 16 de setembro de 2013, que em seu art. 1º inciso III e IV, dispõe sobre o acréscimo de referências salariais durante o exercício financeiro de 2014.

A Prefeitura chegou a divulgar em sua página, ainda em dezembro de 2014 que as referências seriam pagas integralmente durante o exercício de 2015, fato que não aconteceu. Atualmente, dentre as categorias descontentes com a administração está a dos guardas municipais.

As progressões prometidas, por meio da concessão de referências na tabela de cargos e salários, estão paradas. A lei federal 13.022/14 (Estatuto das Guardas Municipais) deu prazo de dois anos para o então prefeito Reni Pereira cumprir. Em agosto de 2016 o prazo encerrou.

Depois de Reni vieram os governos interinos de Ivone Barofaldi e de Inês Weizemann, mas nenhum mexeu no assunto. O atual governo Chico Brasileiro se prontificou em pagar duas das referências, mas não deu satisfação sobre a implantação de carreira única com acesso a todas as classes. Enquanto isso, a lei vem sendo solenemente descumprida.

Em tese, os prefeitos desde Ivone até Chico podem responder por improbidade. Além disso, a qualquer momento os guardas podem entrar na justiça requerendo o



Apesar das mobilizações, guardas ainda não receberam todas as referências

cumprimento da lei, cabendo, inclusive, mandado de segurança.

Vale lembrar que as referências que deveriam ter sido pagas em 2014 nada têm a ver com a de 3% vencida em fevereiro, por merecimento.

Sismufi protocola pedido

O Sindicato dos Servidores Municipais (Sismufi) entrou com pedido protocolado na Câmara solicitando reunião com o prefeito a fim de resolver a questão da Guarda Municipal. A entidade exige um posicionamento sobre programação das datas de pagamento das duas referências deste ano e o Plano de Carreira da GM.

No mesmo ofício, o Sismufi pede a nomeação da comissão especial que será encarregada dos estudos sobre a revisão do Plano de Carreira dos servidores em geral.



Pedido de cassação de Nanci será votado nesta terça-feira

Se aprovada a representação, Conselho de Ética iniciará processo para apurar falta de decoro

Da editoria política

Foto: Reprodução

A representação contra a vereadora Nanci Rafagnin Andreola será votada nesta terça-feira (3) no plenário da Câmara. São necessários oito votos (maioria simples). Ela é acusada de apresentar atestado para não comparecer a duas sessões da Câmara, mas no dia seguinte estava no Rock In Rio de onde postou fotos com amigas e possivelmente familiares na ala vip do festival.

Caso a representação seja aceita pelo plenário, inicia-se o processo no Conselho de Ética que vai apurar a denúncia de falta de decoro. O conselho terá prazo de 90 dias para apresentar o relatório final apontando se Nanci cometeu ou não quebra de decoro. Caso confirmadas as denúncias, o conselho poderá decidir pela perda do mandato, o que obrigatoriamente será submetido ao plenário e então serão necessários 10 votos (2/3) para cassação.

O pedido de abertura de processo administrativo disciplinar

contra Nanci partiu da zeladora Andreia Moranda de Castro. Ela procurou advogado que a orientou a entrar com pedido na Câmara para instauração de processo administrativo disciplinar por suposta quebra de decoro parlamentar.

Pelas normas da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara, o presidente Rogério Quadros (PTB) deveria colocar o pedido de cassação em análise do plenário, na primeira sessão imediatamente ao protocolo do pedido de instauração do processo, mas preferiu aguardar a manifestação do setor jurídico da Câmara.

Rito do processo

Uma vez acatada a denúncia, se instalará o processo de cassação no Conselho de Ética. Nanci é a presidente do Conselho, porém como será investigada, ela ficou impedida de atuar e pediu renúncia da presidência. Quem assume é o vice, vereador Marcio Rosa (PSD) que deverá conduzir os trabalhos. Entre



Cidadã protocolou pedido de abertura de processo de cassação contra Nanci Rafagnin Andreola

os membros do conselho será escolhido o relator.

A partir da notificação da vereadora, o Conselho de Ética tem 90 dias para concluir o processo e apresentar relatório ao plenário. Nanci terá direito a ampla defesa com apresentação de explicações prévias, oitiva de testemunhas, sustentação oral e

alegações finais. Em caso de comprovação da quebra de decoro, ela será julgada pelo plenário e havendo maioria absoluta (oito votos) terá o mandato cassado.

Vantagem indevida

Na apresentação da denúncia, a cidadã cita todas as repercussões negativas do ato de Nanci que trazem desgaste e mancham a imagem da Câmara de Vereadores. Reclama que a vereadora recebeu integralmente subsídio (salário) nos dias de falta, ou seja, não sofreu qualquer desconto. Por conta disso, aponta que a ocorrência, em tese, de "vantagem indevida (receber sem trabalhar)" e considera esse comportamento "capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo".

Em um trecho consta: "Não há, em todo o Brasil, Câmara de Vereadores mais mal falada que a de Foz de Iguaçu, apesar do genuíno esforço de alguns de seus nobres vereadores para rever-

ter a péssima imagem reinante junto à imprensa nacional". A denúncia cita episódios como a prisão de 12 vereadores, posse sob escolta e o mais recente caso da Operação Rentência com a prisão de mais um vereador que resolveu renunciar.

Normas aplicáveis

A representação por quebra de decoro traz a citação das normas constitucionais aplicáveis para o processo de cassação, legislação federal e legislação municipal. Ao final pede a instauração do processo administrativo disciplinar para comprovar que a vereadora Nanci incorreu em "conduta incompatível com o decoro e a dignidade parlamentar".

Em decorrência pede "cassação do mandato parlamentar da representada". O pedido tem rol de testemunhas e farto material sobre a repercussão do assunto e protestos realizados na Câmara e vias públicas de Foz de Iguaçu.



Populares vem realizando protestos na Câmara

Viagem da vereadora para o Rio teve grande repercussão

Caso repercutiu na imprensa, nos meios políticos e na opinião pública

Da editoria política

Foto: Divulgação

O caso da vereadora Nanci Rafagnin Andreola repercutiu nos meios políticos e na imprensa gerando forte impacto na opinião pública. Conforme o Tribuna publicou na edição 227, a vereadora alegou doença, faltou em sessões, mas apareceu no Rock In Rio, conforme documentos publicados na matéria. Vale lembrar que o assunto veio à tona depois que o jornal publicou que Nanci é a campeã em faltas no ano de 2017.

Indignada com a divulgação do levantamento feito pelo Tribuna no Portal da Transparência, Nanci fez pronunciamento na Câmara, alegando justificar todas as faltas registradas ano passado. O jornal então iniciou uma verificação e com documentos chegou a fortes indícios de fraude, uso de má fé ou falta de decoro em ao menos uma das justificativas de ausência da vereadora.

O atestado

No dia 21 de setembro de



Muito bom!



ano passado teve uma sessão ordinária e uma sessão extraordinária. Nanci não compareceu. Apresentou um atestado assinado por médico do Hospital Angelina Caron, de

Campina Grande do Sul (PR). O CID (Código Internacional de Doenças), constante no documento é o S-800. Isso significa, dentre outros, contusão no joelho.



Por esse motivo, Nanci não compareceu as sessões e apresentou o atestado como justificativa. Entretanto, na no dia seguinte, a vereadora apareceu no Rockin In Rio, acom-

panhada de outras pessoas, possivelmente amigas e familiares. Ela mesma postou as fotos no facebook. Nanci aparece com pose até ao lado de artista global.

Ministério Público já está investigando

O Ministério Público já abriu inquérito e investiga o caso da vereadora Nanci, acusada de faltar em duas sessões da Câmara utilizando como justificativa um atestado médico. O MP acatou o pedido de providências protocolado pelo recepcionista Diego Lucas Duarte Dresch para apuração da suspeita de má fé, fraude e provável falta de decoro da vereadora.

O documento foi protocolado aos cuidados do promotor

Marcos Cristiano de Andrade, da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Foz do Iguaçu - Proteção ao Patrimônio Público e Fundações.

Conforme fundamentação, o cidadão apontou que "a mídia local noticiou uma situação na qual a vereadora Nanci Rafagnin Andreola (PDT) faltou à sessão da Câmara Municipal ocorrida em 21/09/2017, tendo, para tanto, apresentado um atestado médico para justificar a sua ausência".

O referido atestado, "lavrado em Campina Grande do Sul/PR (região metropolitana de Curitiba) registra que, na data em questão, a vereadora em apreço encontrava-se acometida de "contusão no joelho" CID S800 (contusão do Joelho/Traumatismo do Joelho e da Perna)". Todavia, no dia seguinte, a mesma - já na cidade do Rio de Janeiro - veio a desfrutar, na área vip, do evento internacional denominado Rock In Rio.



Documento foi protocolado aos cuidados do promotor Marcos Cristiano de Andrade, da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Foz do Iguaçu

Chefe de gabinete de Nanci é acusado de coagir denunciante

Cidadão registrou queixa na delegacia e noticiou o fato ao Ministério Público com pedido de providências

Da editoria política
Fotos: Reprodução

Um assessor lotado no gabinete da vereadora Nanci Rafagnin Andreola está sendo acusado de prática de coação contra o cidadão que denunciou o "caso Rock In Rio" ao Ministério Público. Diego Lucas Duarte Dresch registrou queixa na delegacia e noticiou o fato ao MP com pedido de providências. O Ministério Público já está investigando o caso e poderá agir contra o assessor de nome Ricardo Ribeiro que estaria desenvolvendo funções de chefe de gabinete da vereadora.

As ameaças contra Diego teriam ocorrido após ele entrar no MP denunciando o caso em que Nanci apresentou atestado, faltou a duas sessões da Câmara e no dia seguinte apareceu na ala vip do Rock In Rio. Na queixa registrada na 6ª SDP, o denunciante relatou que na data do dia 20 de março houve uma manifestação na Câmara de Vereadores contra a vereadora

Queixa foi registrada na 6ª SDP no último dia 20 de março

Nanci e os seus assessores passaram a manhã inteira fotografando o denunciante.

Relatou que um deles, de nome Ricardo Ribeiro, abordou Diego na porta do banheiro, tirou mais uma foto e ameaçou dizendo: "Você acha que é só a batata dos outros que assa? Logo a sua também estará assando". No mesmo momento, Diego avisou Sidney Novaes, que testemunhou os fatos.

Sidney é policial federal aposentado que diante da situação orientou Diego sobre as providências a serem adotadas, a primeira delas registrar queixa na Delegacia. Neste instante, o assessor da vereadora fez outra foto de Diego e a testemunha juntos.

Na delegacia, Diego relatou que se sentiu ameaçado e coagido por conta da perseguição e as fotografias. "Que

Diego também procurou o MP para denunciar os fatos envolvendo assessores de Nanci

ficou temeroso, pois entendeu como ameaça a frase falada pelo referido assessor", consta no boletim de ocorrência. Informou ainda que os outros assessores que o fotografaram foram Andreia Engler e Caroline Coelho.

A denúncia constante no BO nº 329982/2018 é de crime de ameaça contra a pessoa, sendo o delegado responsável Carlos Eduardo Pezzeti Loro. O Boletim de Ocorrência foi preenchido pelo investigador de plantão Airton Cavaler Desidério no dia 20 de março às 11h57.

Ameaça foi denunciada ao MP

Além de registrar Boletim de Ocorrência, o denunciante Diego Lucas Duarte Dresch

ch protocolou pedido de providências no MP onde corre inquérito sobre suposto ato de improbidade e crime praticado por Nanci. Relatou a ameaça ocorrida na Câmara e requereu que o pedido de providências seja juntado ao anterior.

Solicitou medidas do MP baseando-se no artigo 344 do Código Penal, que considera crime: "Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência".



Segundo as denúncias, assessores da vereadora passaram a manhã inteira fotografando quem protestava na Câmara

MP poderá pedir afastamento da mesa diretora da Câmara

Segundo a denúncia, o presidente Rogério Quadros e os demais desrespeitaram solenemente o Regimento Interno

Da editoria política

Foto: Reprodução

O assunto do momento na política local de Foz do Iguaçu é um pedido de providências protocolado no Ministério Público contra o presidente da Câmara, Rogério Quadros e de toda a mesa diretora. Um cidadão entrou com denúncia em razão de o presidente e os demais membros da mesa protelarem a análise do pedido de abertura de processo de cassação de Nanci Rafagnin Andreola. Na denúncia, a vereadora é acusada de supostamente ter apresentado atestado médico para faltar em sessões da Câmara, porém apareceu no Rock In Rio no dia seguinte.

Diego Lucas Duarte Dresch alega que o presidente da Câmara descumpriu normas do Regimento Interno da Casa e por conta disso deve ser afastado. Como os demais membros da mesa diretora

não adotaram nenhuma providência, sendo omissos no assunto, também devem ser afastados.

Afronta ao Regimento

Conforme Diego, o artigo 97 do Regimento Interno rege que "o processo de cassação do mandato do Vereador pela Câmara, por infrações definidas neste Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município, obedecerá ao seguinte rito: a denúncia escrita da infração poderá ser feita por Vereador ou Partido Político com assento na Edilidade, com a exposição dos fatos e a indicação das provas;

De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão ordinária ou em sessão extraordinária especialmentemente convocada, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento, por voto da maioria simples; decidido o recebimento, na mesma ses-



Mesa diretora da Câmara se vê em saia justa por conta de decisão do presidente em protelar votação de denúncia

são, será constituída Comissão Processante, composta por três Vereadores, sorteados entre os desimpedidos e observada a proporcionalidade partidária".

Pedido está na Câmara desde 19 de março

O denunciante sustentou no pedido de providências ao MP que no dia 19 de março de 2018, a cidadã Andreia Moranda de Castro protocolou na Câmara a representação 0425/2018 e que já houve sessão ordinária e o assunto não foi colocado em apreciação do plenário, em flagrante desobediência aos ditames do Regimento Interno e Lei Orgânica do Município.

"Embora tratar-se de comportamento obrigatório por parte dos excelentíssimos vereadores, nenhum dos quais deu a devida tramitação, preferindo, por razões inexplicáveis, deixar de fazê-lo, pois transcorreram a 5ª sessão ordinária do mês de março, bem como as sessões extraordinárias ocorridas nas datas de 20/03/2018, 21/03/2018 e 27/03/2018; e até o presente momento nada foi feito

conforme determinado pelo Regimento Interno daquela casa de leis", denunciou Diego Lucas Duarte Dresch ao MP.

Omissão da mesa diretora

Aponta que a omissão da mesa diretora da Câmara incorre em ato de improbidade, crime de omissão e prevaricação, além de ser um atentado contra os princípios da administração pública. Diante disso, Diego pediu ao MP a instauração de inquérito civil público para apuração de crimes e de improbidade. Solicitou ainda que seja ajuizada medida cautelar de afastamento das funções públicas de todos os membros da mesa, além de bloqueio de valores para fins de aplicação e garantia das penalidades pela prática de improbidade. Outra consequência é de que os membros da mesa também passem a responder por falta de decoro, o que pode resultar na perda do mandato.



Diego Lucas Duarte Dresch alega que o presidente da Câmara descumpriu normas do Regimento Interno

Conduta da direção da Câmara pode ter implicações criminais

Em pedido de medidas protocolado no MP constam as repercussões pela omissão da mesa diretora

Da editoria política

Foto: Divulgação

Ao protelar apreciação de pedido de abertura de processo disciplinar, o presidente da Câmara e a mesa diretora podem ter incorrido em ato de improbidade e crime. No pedido ao MP, protocolado pelo cidadão Diego Lucas Duarte Dresch constam as repercussões, algumas delas de natureza criminal.

Diz que com base nas informações destacadas "extraem-se várias suspeitas de condutas ilícitas e atos de improbidade administrativa. De acordo com o que for apurado, serão encontrados elementos que indiquem o cometimento, em tese, de crimes como, por exemplo, corrupção passiva e prevaricação".

Corrupção passiva

Artigo 317 do Código Penal (Decreto Lei 2848/40): "Solicitar ou receber, para si



Mesa diretora da câmara poderá sofrer consequências jurídicas por retardar votação de denúncia contra vereadora Nanci

ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Resolução dada pela Lei nº

10.763, de 12.11.2003)

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa".

Prevaricação

Artigo 319 do Código Penal: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa".

Improbidade administrativa

Conforme Diego Dresch apontou no pedido, os comportamentos dos membros da mesa diretora correspondem, em tese, à conduta tipificada no artigo 11 (caput) e inciso II da lei 8.429/92, pois a princípio importaram em atentado contra os princípios da administração pública. "Assim se assegura, pois os apontados parlamentares (vereadores)

preferiram se manter inertes, descumprindo as disposições do Regimento Interno da Casa de Leis, postergando o procedimento legal, unicamente com o fim de proteger a vereadora Nanci Mari Rafgnin Andreola, contra quem foi protocolado pedido de cassação por quebra de decoro parlamentar em 20/03/2018".

O que diz a lei de improbidade

Assim dispõe a lei 8.429/92. "Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei".

"Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce,

ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior".

"Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício".

Risco de cassação de mandato

Em se confirmando a infração político-administrativa, o ato da mesa diretora incorre na aplicação do previsto no decreto-lei 201/67 que no artigo 7º inciso I consta: "A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:

I - Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa".

Excelentíssimo Sr. Promotor de Justiça da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Foz do Iguaçu - Proteção ao Patrimônio Público e Fundações

Doutor Marcos Cristiano de Andrade

Pedido de Providências

DIEGO LUCAS DUARTE DRESCH, brasileiro, solteiro, RG nº 13.783.237-2 SSP/PR, CPF sob nº 103.931.229-21, recepcionista, morador na Rua Engenho Novo, nº 358, bairro Parque Impenetrável, Foz do Iguaçu/PR, com fundamento nos arts. 14 e 22 da Lei 8.249/92 (Lei de Improbidade Administrativa), vem apresentar o **PEIDO DE PROVIDÊNCIAS** em face dos seguintes Vereadores:

1) **ROGÉRIO JORGE DOS SANTOS FERREIRA DE QUADROS** ("Rogério Quadros"), Presidente da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu;

2) **CELINO FERTRIN** - 1º Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu;

BRUNO DE FOS DO IGUAÇU
21/04/2018

Fozhabita fica sem recursos por falta de certidão de regularidade

Instituto passou um ano inteiro sem entregar nenhuma casa

Da editoria geral

Foto: Divulgação

O Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu está impedido de receber recursos oriundos de transferências. Motivo: falta de regularidade. Está sem a CND (Certidão Negativa de Débitos), exigida por lei. A situação é mais um episódio na embaraçosa gestão do prefeito Chico Brasileiro. Dentre os muitos exemplos de ineficiência, em praticamente todas as áreas, ano passado o Fozhabita não construiu nenhuma casa e somou gastos de R\$ 2,5 milhões.

Para este ano o prefeito incluiu no orçamento do instituto valores de R\$ 9,4 milhões. Além dos gastos, sem nenhum resultado, o atual governo mandou para a Câmara e os vereadores aprovaram a criação de sete cargos em comissão e 14 funções para servidores de carreira no Fozhabita.

O quadro de direção é

formado por um diretor-superintendente e um diretor administrativo e financeiro. Têm outros cinco cargos comissionados, além de uma função de confiança.

No texto original estavam previstos 14 cargos em comissão, mas os vereado-

res questionaram sendo então reduzidos pela metade. Na época, o relator do projeto na Câmara, Protetor Jorge, pediu explicações sobre o projeto que junto com a implantação do quadro próprio do instituto vinha criando os 14 cargos CCs.

Folha de pagamento no limite

Enquanto isso, a prefeitura segue com sérios problemas de gastos com a folha de pagamento, de aproximadamente R\$ 28 milhões mensais, em valores brutos. No ano passado, o Tribunal de Contas divulgou nova lista onde a prefeitura de Foz permanece com índices acima dos limites permitidos pela lei. No quadro de pessoal efetivo (servidores concursados) constam duas vagas para agente fiscal; quatro para assistente administrativo; duas para assistente social; e uma para cada função de arquiteto júnior, contador, engenheiro ambiental, engenheiro civil e procurador. Completa o quadro uma vaga para motorista.

CAUC Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

TESOURO NACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF

Atendimento aos Requisitos Fiscais

CNPJ Pesquisado: 04.492.769/0001-25 - INSTITUTO DE HABITACAO DE FOZ DO IGUAÇU - FOZHABITA
Ente Federado: Foz do Iguaçu/PR

Data Pesquisa: 02/04/2018

Detalhamento do Item Legal: 1.1 - Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União

Fonte: Cadastro de Registro de Adimplência da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Receita Federal do Brasil

Descrição: Item comprovado pela emissão da certidão conjunta PGFN/RFB.

Descrição Técnica: Regularidade quanto a Tributos Federais, a Contribuições Previdenciárias e à Dívida Ativa da União, conforme dados da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União de que trata a Portaria PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, abrangidos os estabelecimentos matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados, fornecida pelos sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em atendimento ao disposto na alínea "a" do inciso IV do § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no inciso IV do art. 27, no art. 29 e no art. 116, todos da Lei nº 8.666, de 1993, e no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, sendo válida a informação no prazo e condições da respectiva certidão.

Forma de atualização: Automática
Último acesso à fonte: 02/04/2018

Inadimplência
CNPJ
04.492.769/0001-25 - INSTITUTO DE HABITACAO DE FOZ DO IGUAÇU - FOZHABITA

CAUC Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

TESOURO NACIONAL

Ministério da Fazenda - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Atendimento aos Requisitos Fiscais

CNPJ Pesquisado: 04.492.769/0001-25 - INSTITUTO DE HABITACAO DE FOZ DO IGUAÇU - FOZHABITA
Ente Federado: Foz do Iguaçu/PR

Data Pesquisa: 02/04/2018

I - Obrigações de Adimplência Financeira				
Item Legal	Forma	Situação	Validade	
1.1 - Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União	PGFN/RFB	Comprovado (*)		
1.3 - Regularidade quanto a Contribuições para o RGPS	CAIXA	Comprovado	13/04/2018	
1.4 - Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	STN	Comprovado	02/04/2018	
1.5 - Regularidade perante o Poder Público Federal	CADEN	Comprovado	02/04/2018	

II - Adimplimento na Prestação de Contas de Convênios				
Item Legal	Forma	Situação	Validade	
2.1 - Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente				
2.1.1 - SAPP/Sistema Transferências	SAPP/Sistema Transferências	Comprovado	02/04/2018	
2.1.2 - SICOMV	SICOMV	Comprovado	02/04/2018	

* Notas Explicativas
II - As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Rádio Cultura Foz - 03 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/camarafozdoiguacu/videos/vb.225530987783302/611635775839486/?type=2&theater>



Rádio Cultura Foz compartilhou o vídeo ao vivo de Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

2 h · 🌐

Câmara analisa nesta terça-feira se aceita ou rejeita investigação por quebra de decoro da vereadora Nanci Rafain. Acompanhe a sessão ao vivo:



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu está ao vivo agora.

2 h · 🌐

Hora: 09h

Título: Sessão Ordinária

Hora: 09h05min (Durante sessão ordinária)

Título: Moção de Aplauso à Escola Alternativa - Associação Viva Bia

Hora: 11 h (Previsão)

Título: Sessão Extraordinária 1

Hora: 11h30 (Previsão)

Título: Sessão Extraordinária 2



Curtir



Comentar



Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Catve.com - 03 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/portalcatve/videos/2042769239085550/>

 catve.com
1 h · 🌐

Sessão da Câmara de Foz do Iguaçu terá votação para abertura de CPI contra a vereadora Nanci Rafagnin e mais, confira 📺



103 visualizações

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

 1

1 compartilhamento

Facebook-Catve.com - 03 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/portalcatve/videos/2042769239085550/>

 Mosca Na Sopa Foz
19 min · Foz do Iguaçu · 🌐

Vereadora Nanci desconversa ao ser entrevistada sobre a abertura do processo de cassação !



25 visualizações

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

  6

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

HLUCAS - 03 de Abril de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/04/03/caso-nanci-vai-ao-conselho-de-etica/>

CASO NANCI VAI AO CONSELHO DE ÉTICA

[Deixe um comentário](#)

Por unanimidade, 13 votos a zero, os vereadores decidiram que a vereadora “roqueira” Nanci Rafagnin deverá ser investigada pelo Conselho de Ética. Detalhe: a própria Nanci votou para ser investigada. O vereador Marcio Rosa, que passou a presidir o Conselho de Ética no lugar na Nanci, ficou doentinho e não deu as caras na sessão.

O G1 PR fez matéria sobre este assunto que você confere [AQUI](#)

Compartilhe      

Este post foi publicado em [outros](#) em [3 de Abril de 2018](#).

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA - 03 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/01-205/22282>

Vereadora retorna à Câmara disposta a ajudar na agilidade do serviço público

Publicado por  Reciel em  3 de abril de 2018

Tags  Categorias 



A vereadora Inês Weizemann dos Santos (PSD) participou ontem (3) da primeira sessão ordinária da Câmara após 15 meses no Executivo. Ela retorna com o sentimento de dever cumprido e no Legislativo pretende atuar na redução de entraves burocráticos para que haja mais agilidade no serviço público. Inês foi prefeita interina de janeiro a abril do ano passado e na sequência assumiu a Secretaria de Saúde, permanecendo no cargo até março deste ano. "Somente agora estou assumindo de fato o cargo para o qual fui eleita. Não vai ser fácil. Será um trabalho árduo que vamos enfrentar ainda, mas com muita vontade de trabalhar e me dedicar inteiramente à Câmara", disse Inês. Segundo ela, a experiência no comando do Executivo e como gestora da Secretaria da Saúde lhe fez entender melhor o processo administrativo e conhecer muitas demandas. Disse que na pasta da Saúde adquiriu "bagagem, pois até aqui (na Câmara) eu fui cobrada pelos vereadores". Inês Weizemann falou da dificuldade que encontrou. "Entendi que muita coisa, por mais que você queira executar, você não consegue, pois não depende só de você e sim de todo um processo. A prefeitura são várias secretarias, e uma depende da outra. Então quando um processo trava em um local você não consegue fazer andar", revelou. *(Elson Marques Freelancer /Foto: assessoria)*

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA - 03 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/abertura-de-processo-de-cassacao-contra-nanci-rafain-e-aprovado-na-camara/22359>

Abertura de processo de cassação contra Nanci Rafain é aprovado na Câmara

Publicado por  Reciel em  3 de abril de 2018

Tags ▾ Categorias ▾



A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu aprovou na manhã de ontem (03), com placar de 13 votos favoráveis e nenhum contrário, a abertura de um processo de cassação a ser movido contra a vereadora Nanci Rafain (PDT) por suposta quebra de decoro. Antes de a votação ser iniciada, a própria parlamentar fez uso da palavra para pedir aos demais integrantes do Legislativo que votassem pelo prosseguimento da denúncia formalizada no dia 16 de março pela zeladora Andreia Castro (PTN). A denunciante alega em sua representação que Nanci teria exposto a Casa de Leis de maneira vexatória após ter sido alvo de notícias repercutidas pela imprensa local relacionadas à sua participação de um evento artístico no Rio de Janeiro um dia depois de ter faltado à sessão na Câmara Municipal e justificar sua ausência por meio de um atestado médico. Ao comentar o fato de se posicionar favorável a investigação contra si mesma, Nanci destacou que sua atuação política é pautada pela transparência. "De fato pedi aos meus colegas para que aprovassem a abertura deste processo. Não tenho dúvida de que a transparência deva pautar toda e qualquer ação dentro da Casa de Leis. Este é o compromisso que defendemos em campanha", comentou. (Bruno Soares – reportagem/Foto: câmara- Foto: Rádio Cultura)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

H2FOZ - 03 de Abril de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/camara-convoca-candidatos-aprovados-no-concurso-publico>

Câmara convoca candidatos aprovados no concurso público



Candidatos devem reunir toda a documentação exigida em edital

O Legislativo convoca os candidatos aprovados no concurso público realizado pela Câmara Municipal para comparecerem à sede da Casa de Leis, até às 14 horas do dia 10 de abril, de porte da documentação necessária e descrita no edital de convocação: http://www.cmfi.pr.gov.br/concurso/9_34.pdf.

Foram convocados: Douglas Carnaíba Marques dos Santos e Cristina Ito de Lima (ambos aprovados no cargo de Agente Administrativo I); Daniela Rios Veloso (Analista Legislativo I); Jhonatan Felipe Silva Martins (Auxiliar de Contabilidade I); Douglas da Silva Santos (Contador I); Ana Isabel Insfran Galeano (Recepcionista I); Ricardo Augusto Kreuzberg da Fontoura (Técnico em Informática I) e Thiago Yoshio Fingstag Kodama (Técnico Operacional I).

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Os convocados devem comparecer até 10 de abril ao setor de Recursos Humanos da Câmara, que fica no anexo do Legislativo, na Rua Quintino Bocaiúva, nº610, 5º andar, sala 508, no centro de Foz do Iguaçu. Os candidatos deverão fazer exame médico admissional, mediante encaminhamento que será dado pela Câmara. Quem não comparecer até a data e horário fixados pelo Edital, acarretará em sua desclassificação do certame.

(Câmara Municipal de Foz do Iguaçu)

Parana Portal - 03 de Abril de 2018

Link: <https://paranaportal.uol.com.br/politica/camara-de-foz-aprova-investigacao-contra-vereadora-que-apresentou-atestado-e-viajou-ao-rock-in-rio/>

Câmara aprova investigação contra vereadora que apresentou atestado e viajou ao Rock in Rio

Andreza Rossini

3 de Abril de 2018, 14:02

A viagem foi registrada nas redes sociais pela própria vereadora.



Foto: Reprodução Facebook

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, no oeste do estado, aprovou nesta terça-feira (3) a investigação por quebra de decoro parlamentar contra a vereadora Nanci Rafain Andreola (PDT), denunciada por viajar ao Rock in Rio um dia depois de apresentar atestado médico para se afastar do trabalho na Casa.

Todos os 13 vereadores presentes na sessão, inclusive Nanci, votaram a favor da abertura das investigações. Houve uma ausência e o presidente da casa não vota nesses casos.

Agora a representação é encaminhada ao Conselho de Ética.

O atestado emitido por um Hospital da Região Metropolitana de Curitiba foi apresentado no dia 21 de setembro do ano passado, dia de sessão, e no dia 22 ela publicou uma foto com a família e amigos no Rock in Rio.

A denúncia foi apresentada por uma moradora da cidade no último dia 12, que fez um pedido de providência em relação ao caso ao Ministério Público. No dia 16, outra moradora protocolou na Câmara uma representação por quebra de decoro parlamentar.

A 6ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu instaurou um inquérito para investigar o caso. Nanci era presidente do Conselho de Ética e pediu afastamento da função após a denúncia.

A viagem foi divulgada pela própria vereadora nas redes sociais.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Rádio Cultura - 03 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/03/camara-aceita-denuncia-por-quebra-de-decoro-contra-nanci-rafain/>

Câmara aceita denúncia por quebra de decoro contra Nanci Rafagnin

por **Dante Quadra** — 3 de Abril de 2018 em Política

👍 0 👎 0 💬 0



0 Compartilhado 276 Visualizadas

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Publique no G



Em sessão nesta terça-feira (3), a Câmara de Vereadores aceitou a denúncia para investigar a vereadora Nanci Rafagnin Andreola (PDT), por suposta quebra de decoro parlamentar. Com 13 votos pelo recebimento da denúncia e nenhum pelo arquivamento, a decisão segue agora para o Conselho de Ética.

A própria vereadora Nanci votou pela aceitação da denúncia, alegando que a investigação provará sua inocência. O vereador Marcio Rosa (PSD), faltou a sessão alegando problemas de saúde. Como não houve empate, o presidente da Casa, vereador Rogério Quadros (PTB), não precisou votar.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Nanci Rafagnin foi denunciada pela suspeita de quebra de decoro parlamentar, com a suspeita de ter apresentado um atestado médico com data de 21 de setembro de 2017 e em seguida viajado ao Rio de Janeiro. No dia seguinte, a vereadora postou em uma rede social fotos no Rock In Rio.

Placar:

Anderson Andrade – Sim

Beni Rodrigues – Sim

Celino Fertrin- Sim

Eliseu Liberato – Sim

Jeferson Brayner- Sim

Inês Weizemann- Sim

João Miranda – Sim

João Sabino – Sim

Kako – Sim

Nanci Rafagnin – Sim

Protetor Jorge – Sim

Rosane Bonho – Sim

Tenente Coronel Jankhe – Sim

Depenando a Coruja - 03 de Abril de 2018

Link: <http://depenandoacoruja.com.br/>

Superior Tribunal de Justiça jugara o caso do Protetor Jorge

No próximo dia **04** de **abril**, quem estará sendo julgado sera o vereador **Jorge** que já é condenado por colegiado em crime de **improbidade administrativa** (em tese) e nem poderia estar legislando, assim como poderá ter tornado **nulos** os atos movidos contra Drº **Luiz Brito**.



A Coruja vai ser depenada em Foz neste ano eleitoral de 2018.

Este post foi publicado em *Uncategorized* em 03/04/2018.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Portal da Cidade - 03 de Abril de 2018

Link: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/politica/camara-aceita-denuncia-por-quebra-de-decoro-contra-nanci-rafain>

ROCK IN RIO

Câmara aceita denúncia por quebra de decoro contra Nanci Rafain

Em decisão unânime, vereadores de Foz do Iguaçu aceitaram denúncia na manhã desta terça-feira (03).

Postado em 03/04/2018 às 11:37



(Foto: Divulgação/CMFI)

Em sessão nesta terça-feira (3), a Câmara de Vereadores aceitou a denúncia para investigar a vereadora Nanci Rafain Andreola (PDT), por suposta quebra de decoro parlamentar. Com 13 votos pelo recebimento da denúncia e nenhum pelo arquivamento, a decisão segue agora para o Conselho de Ética.

A própria vereadora Nanci votou pela aceitação da denúncia, alegando que a investigação provará sua inocência. O vereador Mércio Rosa (PSD), faltou a sessão alegando problemas de saúde. Como não houve empate, o presidente da Casa, vereador Rogério Quadros (PTB), não precisou votar.

Nanci Rafain foi denunciada pela suspeita de quebra de decoro parlamentar, com a suspeita de ter apresentado um atestado médico com data de 21 de setembro de 2017 e em seguida viajado ao Rio de Janeiro. No dia seguinte, a vereadora postou em uma rede social fotos no Rock In Rio.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Portal da Cidade - 03 de Abril de 2018

Link: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/politica/joao-sabino-toma-posse-neste-terca-feira-no-lugar-do-dr-brito>

SUPLENTE

João Sabino toma posse nesta terça-feira no lugar do Dr. Brito

Segundo o vereador, a segurança pública será uma das principais bandeiras que serão defendidas durante o seu mandato.

Postado em 02/04/2018 às 23:15 | Atualizado ontem às 23:19



(Foto: Divulgação/CMF)

Na sessão ordinária desta terça-feira (03), o comerciante João Sabino tomará posse do cargo de vereador para a atual legislatura. O Presidente Rogério Quadros empossará Sabino logo no início do expediente da sessão. Inês Weizemann será reempossada, uma vez que já ocupou a cadeira no Legislativo no início de 2017, quando eleita Presidente da Câmara, oportunidade em que assumiu o cargo de Prefeita Interina.

Segundo o vereador, a segurança pública será uma das principais bandeiras que serão defendidas durante o seu mandato. “Temos que bater muito nessa tecla da segurança. Penso em reunir todos os poderes e autoridades envolvidas com a segurança pública e elaborarmos projetos para melhorar esse quadro no município”. O parlamentar disputou as eleições pela primeira vez em 2016 pelo Patriota, quando obteve 451 votos.

Ainda de acordo com Sabino, a expectativa é fazer uma gestão limpa, honesta e que atenda aos pedidos da população. “Estou entrando em um mundo totalmente novo, é como se eu estivesse indo para o meu primeiro dia de aula. Estamos com muitos planos e ideias para o município. Espero conseguir trabalhar em prol de toda a população. ”, finalizou o vereador.

Biografia

João Sabino dos Santos é natural de Foz do Iguaçu, tem 64 anos, é casado e tem cinco filhos. Ele é comerciante na região do Bairro Três Lagoas.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

G1 - 03 de Abril de 2018

Link: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/camara-de-foz-do-iguacu-aprova-investigacao-de-vereadora-que-viajou-para-o-rock-in-rio-um-dia-apos-receber-atestado-medico.ghtml>



Câmara de Foz do Iguaçu aprova investigação de vereadora que viajou para o Rock in Rio um dia após receber atestado médico

Nanci Rafain Andreola (PDT) pediu afastamento da presidência do Conselho de Ética em fevereiro, quando a denúncia foi apresentada ao Legislativo.



Por G1 PR e RPC Foz do Iguaçu
03/04/2018 13h11 · Atualizado há 16 horas



Câmara de Foz do Iguaçu aprova pedido de investigação contra vereadora Nanci Rafagnin

Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, aprovou por unanimidade nesta terça-feira (3) a abertura de investigação por quebra de decoro parlamentar contra a vereadora Nanci Rafain Andreola (PDT).

O Conselho de Ética vai apurar a **denúncia de que Nanci viajou para o Rock in Rio um dia após receber atestado médico**. A suposta irregularidade já vem sendo investigada pelo Ministério Público Estadual (MP-PR) que, nesta terça, abriu um inquérito civil público.

A viagem para o Rio de Janeiro em setembro de 2017 foi registrada pela vereadora nas redes sociais. E, a cópia do atestado emitido por um hospital da Região Metropolitana de Curitiba, divulgado pelo jornal local Tribuna Popular. O documento foi usado para justificar a falta em uma das sessões no Legislativo.

“Eu pedi para que todos os colegas vereadores votassem a favor da abertura da sindicância. A gente não gostaria que isso estivesse acontecido, mas aconteceu. Eu não roubei, eu não usei o dinheiro da Câmara para viajar e nem nada”, defendeu-se ao apontar estar sendo vítima de perseguição de um grupo político.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

A vereadora, que também votou a favor da investigação, havia pedido afastamento da presidência do conselho ainda em fevereiro. De acordo com ela, a decisão foi tomada para que os integrantes da comissão pudessem ter mais liberdade para investigar o caso.

“Nós não temos aqui nenhuma materialidade e nós não fazemos o julgamento. A avaliação sobre a veracidade do ato cabe à justiça. O conselho vai avaliar se houve ou não a quebra de decoro. Se comprovada, cabe a cassação”, comentou o vice-presidente do Conselho de Ética, Celino Feltrin.

A representação assinada por uma moradora da cidade pedindo a investigação aponta que o atestado é contraditório e foi uma desculpa da vereadora para a falta ao trabalho.

O relatório deve ser concluído em 90 dias. Neste período, Nanci deve continuar exercendo o cargo de vereadora.

Ela tem o prazo de cinco sessões ordinárias para apresentar a defesa e as testemunhas.

Facebook-Mosca na Sopa Foz - 03 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/moscanasopafoz/videos/1803318599725404/>



Mosca Na Sopa Foz

21 h · Foz do Iguaçu · 🌐

Vereadora Nanci desconversa ao ser entrevistada sobre a abertura do processo de cassação !
Processo de cassação foi aberto nesta manhã pelo placar de 13 x 0 , inclusive a própria vereadora votou a favor (seria uma confissão de culpa ?) , O vereador Márcio Rosa não votou por estar hospitalizado e o presidente Rogério Quadros não vota baseado no regimento !
Agora o conselho de ética tem 90 dias para investigar se houve ou não quebra de decoro e encaminhar para cassação ou não da vereadora !



1,1 mil visualizações



Curtir



Comentar



Compartilhar



24

Comentários mais relevantes ▾

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Acontece na Fronteira - 03 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.212767485962112.1073741829.210290629543131/236140903624770/?type=3&theater>



Acontece na Fronteira

13 h · 🌐

O QUE ACONTECEU NOS BASTIDORES DA CAMARA HOJE !

Acontece na Fronteira teve acesso ao teor da reunião que antecedeu a plenária onde foi aberto o processo de cassação da vereadora Nanci Rafain Andreola ... Segundo informações de um vereador que estava na citada reunião, contaram os votos e verificaram que não teriam como segurar, pois alguns vereadores estavam por força de normativas dos partidos, outros por consciência política, outros por richa.... Teve até vereadora que ameaçou ir para delegacia registrar Boletim de ocorrência por coação. Resumindo ... Quando se deu conta que não teria votos para NAO abrir o processo, a vereadora avisou que usaria a palavra e falaria para que todos votassem pela abertura, para ficar 'menos feio'!
Mais uma que vai para os anais da história !



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



👍 🤔 8

Ordem cronológica ▾

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

CBN - 03 de Abril de 2018

Link: <https://cbncuritiba.com/camara-de-foz-vai-investigar-vereadora-que-apresentou-atestado-e-foi-para-o-rock-in-rio/>

Câmara de Foz vai investigar vereadora que apresentou atestado e foi para o Rock in Rio

Por pauta - 3 de abril de 2018 174 0



Foto: Reprodução Google Street View

O plenário da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu aprovou na manhã desta terça-feira (03) a abertura de investigação contra a vereadora Nanci Rafagnin Andreola (PDT).

O processo deve ser conduzido pelo Conselho de Ética da Câmara e tem relação com uma viagem que a vereadora fez ao Rio de Janeiro no mesmo período em que estaria de atestado médico, documento que a parlamentar apresentou à Câmara para justificar ausência.

A CBN Curitiba registrou o caso em março: o atestado foi emitido por um Hospital da Região Metropolitana e apresentado no dia 21 de setembro de 2017, que era dia de sessão, mas no dia 22 a vereadora publicou uma foto no festival Rock in Rio.

O Ministério Público abriu investigação no mês passado e agora a Câmara aprovou representação contra a parlamentar por quebra de decoro, apresentada por uma moradora da cidade.

De acordo com informação confirmada pela comunicação da Câmara de Foz, o pedido de investigação foi aprovado com 13 votos favoráveis. A própria vereadora Nanci Rafagnin Andreola se posicionou pela abertura do processo.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

O Presente - 03 de Abril de 2018

Link: <https://www.opresente.com.br/politica/camara-aprova-investigacao-de-vereadora-que-viajou-para-o-rock-in-rio-um-dia-apos-receber-atestado-medico/>

POLÍTICA

FOZ DO IGUAÇU

Câmara aprova investigação de vereadora que viajou para o Rock in Rio um dia após receber atestado médico

Publicado em 3 de Abril de 2018 | 14:49



A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, aprovou por unanimidade nesta terça-feira (3) a abertura de investigação por quebra de decoro parlamentar contra a vereadora Nanci Rafain Andreola (PDT).

O Conselho de Ética vai apurar a denúncia de que Nanci viajou para o Rock in Rio um dia após receber atestado médico. A suposta irregularidade já vem sendo investigada pelo Ministério Público Estadual (MP-PR).

A viagem para o Rio de Janeiro em setembro de 2017 foi registrada pela vereadora nas redes sociais. E, a cópia do atestado emitido por um hospital da Região Metropolitana de Curitiba, divulgado pelo jornal local Tribuna Popular. O documento foi usado para justificar a falta em uma das sessões no Legislativo.

“Eu pedi para que todos os colegas vereadores a favor da abertura da sindicância. A gente não gostaria que isso tivesse acontecido, mas aconteceu. Eu não roubei, eu não usei o dinheiro da Câmara para viajar e nem nada”, defendeu-se ao apontar estar sendo vítima de um grupo político.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

A vereadora, que também votou a favor da investigação, havia pedido afastamento da presidência do conselho ainda em fevereiro. De acordo com ela, a decisão foi tomada para que os integrantes da comissão pudessem ter mais liberdade para investigar o caso.

“Nós não temos aqui nenhuma materialidade e nós não fazemos o julgamento. A avaliação sobre a veracidade do ato cabe à justiça. O conselho vai avaliar se houve ou não a quebra de decoro. Se comprovada, cabe a cassação”, comentou o vice-presidente do Conselho de Ética, Celino Feltrin.

A representação assinada por uma moradora da cidade pedindo a investigação aponta que o atestado é contraditório e foi uma desculpa da vereadora para a falta ao trabalho.

O relatório deve ser concluído em 90 dias. Neste período, Nanci deve continuar exercendo o cargo de vereadora.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

G1 - 03 de Abril de 2018

Link: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/suplente-de-vereador-de-foz-do-iguacu-presos-na-operacao-peculio-toma-posse.ghtml>

Suplente toma posse após renúncia de vereador de Foz do Iguaçu preso na Operação Pecúlio

O comerciante João Sabino ocupa o lugar deixado por Dr. Brito, réu em ação que investiga um suposto esquema de fraude em licitação na saúde.



03/04/2018 14h41 - Atualizado há 20 horas



João Sabino e Inês Weizemann tomam posse na Câmara Municipal de Foz

O suplente de vereador João Sabino (Pen/Patriota) tomou posse na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, nesta terça-feira (3).

O comerciante ocupa o lugar deixado por **Dr. Brito, que renunciou** depois de ser **preso pela Polícia Federal durante a 8ª fase da Operação Pecúlio, batizada de Renitência**. Ele foi **solto após pagar fiança de R\$ 50 mil**.

O ex-parlamentar é **réu em uma ação penal que investiga um suposto esquema de fraude em licitação** para a contratação de serviços de diagnóstico por imagens para o Hospital Municipal Padre Germano Lauck.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

"Sempre gostei do trabalho da política, mas antes nunca tinha atuado com a responsabilidade de um cargo público. A gente não tem a experiência que os demais amigos têm, mas a gente tem a expectativa de fazer um trabalho bom, honesto e competente, que a população veja em nós um futuro bom", comentou Sabino.

O comerciante da região do Bairro Três Lagoas foi eleito com 451 votos. Ele é o quarto suplente na linha de sucessão à vaga.

Além de Brito, que renunciou, **dois suplentes presos pela PF na 5ª fase da Operação Pecúlio** estão impedidos judicialmente, entre outros, de ocupar cargo público e de se aproximarem da Câmara Municipal e da Prefeitura.

Vereadora reempossada

Na mesma sessão, foi reempossada a vereadora Inês Weizemann (PSD). Logo que foi empossada no cargo, em janeiro de 2017, ela foi eleita presidente da Câmara e **assumiu interinamente a prefeitura e depois foi nomeada Secretária de Saúde.**

Na época, as eleições para o Executivo estavam indefinidas por conta de **irregularidades envolvendo a elegibilidade de um dos candidatos.**

"Efetivamente eu assumo agora. Das outras vezes eu fui empossada, mas nem cheguei a participar de sessões. O vereador, quando entra, entra com muita esperança. O papel dele é de fiscalizar e legislar. Eu farei com muito afinco e seriedade o papel de vereadora", disse Inês.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

04/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 04 de Abril de 2018 Capa

GAZETA
DIÁRIO DE FOZ DO IGUAÇU

15°C - 30°C
Foz do Iguaçu
Quarta-feira,
4 de abril de 2018
Ano 2 - edição 346
R\$ 2,00

TRÁFICO DE DROGAS
Operação da Polícia Federal prende quadrilha ligada ao PCC
Pág. 9

PARCERIA
Foz entrega carta de intenção para se tornar cidade-irmã de Petra, na Jordânia
Pág. 10

DECORO

Câmara Municipal aprova abertura de processo de cassação contra Nanci



A própria vereadora pediu aos demais parlamentares para que votassem favoravelmente ao início da investigação; prazo é de 90 dias. Pág. 4

APÓS 15 MESES

Inês retorna ao Legislativo e promete ajudar a agilizar o serviço público



Com experiência de prefeita interina e secretária de Saúde, a vereadora condena a morosidade e os entraves burocráticos. Pág. 7

CIDADE NOVA

Jovem de 24 anos é assassinado com 14 tiros de pistola



A vítima andava de bicicleta próximo a um cruzamento, quando foi surpreendida pelo atirador. Pág. 29

Richa autoriza licitação para obras do novo viaduto em Foz

Governador reuniu lideranças políticas no Palácio Iguaçu para oficializar a liberação da licitação da obra na Av. Costa e Silva com BR-277 Pág. 3

PRISÃO DE LULA

Cerca de 300 pessoas foram ontem à noite à Praça do Mitre para pedir que o Supremo Tribunal Federal (STF) negue o habeas corpus preventivo ao ex-presidente Luiz Inácio da Silva. Os manifestantes cobram a prisão imediata do petista. Pág. 5



CARREIRA PROFISSIONAL

Vianna diz que decisão de deixar direção da Itaipu não tem viés político

Diretor-geral brasileiro enxerga boas perspectivas para a hidrelétrica, como a atualização tecnológica e a renegociação do Anexo C Pág. 11



Abertura de processo de cassação contra Nanci Rafain é aprovada na Câmara

A própria vereadora pediu aos demais parlamentares para que votassem favoravelmente ao início da investigação; prazo é de 90 dias

Bruno Soares
Reportagem

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu aprovou, na manhã de ontem (3), com placar de 13 votos favoráveis e nenhum contrário, a abertura de um processo de cassação a ser movido contra a vereadora Nanci Rafain (PDT) por suposta quebra de decoro. Antes de a votação ser iniciada, a própria parlamentar fez uso da palavra para pedir aos demais integrantes do Legislativo que votassem pelo prosseguimento da denúncia, formalizada no dia 16 de março pela zeladora Andreia Castro (PTN).

A denunciante alega em sua representação que Nanci teria exposto a Casa de Leis de maneira vexatória após ter sido alvo de notícias repercutidas pela imprensa local relacionadas à sua participação em um evento artístico no Rio de Janeiro um dia depois de ter faltado à sessão na Câmara Municipal e justificar sua ausência por meio de um atestado médico.

Ao comentar o fato de se posicionar favorável à investigação contra si mesma, Nanci destacou que sua atuação política é pautada pela transparência. "De fato pedi aos meus colegas para que aprovassem a abertura deste processo. Não tenho dúvida de que a transparência



Foto: Rádio Cultura

Abertura do processo foi aprovada com voto da própria vereadora Nanci Rafain

deva pautar toda e qualquer ação dentro da Casa de Leis. Este é o compromisso que defendemos em campanha", comentou.

Sobre a acusação, a vereadora foi taxativa ao defender sua inocência. "Eu não cometi crime algum. Eu não roubei, eu não matei, eu não fraudei absolutamente nada. O fato é que eu estive em um festival de música com minha família como qualquer pessoa tem o direito de fazer", completou.

Na avaliação de Nanci Rafain, a verdadeira motivação deste processo é política. "Todo mundo sabe que existe um grupo político que está orquestrando tudo isso. A população de Foz do

Iguaçu conhece muito bem toda minha trajetória política nesta cidade. Eu não tenho o que esconder. Todos sabem que eu coordenei, enquanto presidente da Comissão de Ética, processos que culminaram com a cassação de políticos envolvidos na Operação Pectúlio. Por isso apoiarei a instauração deste processo", declarou.

Sobre o receio de perder seu mandato, Nanci destacou que caberá ao plenário da Casa decidir. "A decisão final será dos vereadores. Temos que cumprir nossas obrigações legislativas, e este caso será devidamente apurado. A verdade será estabelecida ao final deste pro-

cesso. Eu não tenho a menor dúvida quanto a isso", concluiu.

Até o dia 20 de março passado, Nanci Rafain exerceu a presidência do Conselho de Ética da Câmara Municipal. A parlamentar decidiu pedir seu afastamento temporário do cargo com o argumento de garantir a devida imparcialidade ao transcorrer do processo. Desde então, a presidência da Comissão de Ética está interinamente com o vereador Márcio Rosa (PSD). O vereador faltou à sessão de ontem por motivos de saúde. Coube então ao vereador Celino Fertrin (PDT) comentar a repercussão do caso.

Credibilidade

"Trabalhamos na Câmara Municipal com o compromisso sólido de resgatarmos a credibilidade da instituição que representamos. Por conta disso, a abertura deste processo. Queremos trazer a segurança à sociedade de que tudo será feito de acordo com os trâmites legais. Importante lembrar que aqueles que a acusam, caso seja comprovada a inocência da vereadora, poderão responder pelos crimes de calúnia e difamação", pontuou. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal, o prazo para que o relatório final seja submetido ao plenário é de 90 dias úteis a partir da notificação da acusada. "Ela será notificada sobre a instauração deste processo e terá até cinco sessões ordinárias para apresentar sua defesa. É preciso destacar que a vereadora Nanci Rafain terá assegurado amplo direito à defesa. Durante este período iremos atuar com total transparência e imparcialidade. Se fosse eu na condição da vereadora Nanci, também iria pedir para que este tema fosse investigado", defendeu Celino Fertrin. Sobre a declaração de Nanci ao afirmar que acredita haver motivação política na instauração do processo, Celino ponderou: "O que não é político? Precisamos, na verdade, não entrar em politicagem e trabalhar em função daquilo que o povo realmente precisa, ou seja, o retorno dos impostos que são pagos ao poder público", afirmou.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 04 de Abril de 2018 Pág.06

Nanci

Quem pensa que a vereadora Nanci Rafagnin Andreola está muito preocupada com os processos que enfrenta na Câmara "não se" engane. Uma prova disso é o fato de ela mesma requerer a investigação. O resultado na Câmara ontem, para investigar seu passeio ao Rock in Rio, obteve um placar de 13 votos favoráveis; foi por unanimidade. Nanci diz que quer esclarecer e responder às acusações que considera infundadas. A CI é uma maneira de não deixar arestas nem pedra sobre pedra. Das duas uma, ou a vereadora sai inocentada, ou vai tentar a cadeira na Assembleia Legislativa sem volta.

O resultado

Isso demora, mas ao longo do caminho será que Nanci vai defender-se contra-atacando? É uma estratégia. Pelo menos este Corvo soube, de boca pequena, que um advogado está com uma caixa cheia de documentos em análise e nela haveria provas que sustentam a inocência da vereadora. Será que os ingressará na Justiça em forma de ações ou eles serão utilizados apenas na defesa no Legislativo? Bom, para toda ação tem uma reação, ensinam as leis da natureza.

Vereadora retorna à Câmara disposta a ajudar na agilidade do serviço público

Com experiência de prefeita interina e secretária de Saúde, Weizemann condena a morosidade e os entraves burocráticos

Elson Marques
Frescalcor

A vereadora Inês Weizemann dos Santos (PSD) participou ontem (3) da primeira sessão ordinária da Câmara após 15 meses no Executivo. Ela retorna com o sentimento de dever cumprido e no Legislativo pretende atuar na redução de entraves burocráticos para que haja mais agilidade no serviço público. Inês foi prefeita interina de janeiro a abril do ano passado e na sequência assumiu a Secretaria de Saúde, permanecendo no cargo até março deste ano.

"Somente agora estou assumindo de fato o cargo para o qual fui eleita. Não vai ser fácil. Será um trabalho árduo que vamos enfrentar ainda, mas com muita vontade de trabalhar e me dedicar inteiramente à Câmara", disse Inês. Segundo ela, a experiência no comando do Executivo e como gestora da Secretaria da Saúde a fez entender melhor o processo administrativo e conhecer muitas demandas.

Afirmou que na pasta da Saúde adquiriu

"bagagem, pois até aqui [na Câmara] eu fui cobrada pelos vereadores". Inês Weizemann falou da dificuldade que encontrou. "Entendi que muita coisa, por mais que você queira executar, você não consegue, pois não depende só de você, e sim de todo um processo. A prefeitura são várias secretarias, e uma depende da outra. Então quando um processo trava em um local, você não consegue fazer andar", revelou.

Nesse ponto, ela pretende debater o assunto no Legislativo e, juntamente com os demais vereadores, apresentar sugestões para melhor agilidade das ações no Executivo. "Esse é o problema da nossa prefeitura hoje. Isso eu posso te falar com a maior certeza. Por isso vamos tentar, com os vereadores, o caminho para fazer com que as coisas funcionem mais rápido em alguns setores. Será um dos meus primeiros trabalhos executados aqui na Casa", assegurou a vereadora.

"Mudamos muita coisa na saúde"
Sobre a realidade que



Foto: assessora

Inês revelou: "Muita coisa, por mais que você queira executar, você não consegue, pois não depende só de você, e sim de todo um processo"

encontrou na saúde e as condições em que deixou, Inês Weizemann analisou que houve avanços. "Por mais que a imprensa não tenha mostrado, mudamos muita coisa na saúde de Foz. Quando diminuí as críticas para mim é um parâmetro, e elas diminuíram bastante. As demandas de reclamações caíram", avaliou.

A vereadora concordou que a situação na

saúde ainda não é a ideal. "Temos deficiências em determinadas especialidades e algumas questões de exames, porque não houve interesse das empresas prestarem o serviço, como, por exemplo, de reumatologia. É uma especialidade que não teve interesse ainda. Não que como gestora eu não fui atrás. Fomos atrás de vários prestadores, mas eles não tiveram interesse", citou.

Missão como vereadora

Inês Weizemann lembrou que tentou por quatro vezes eleger-se vereadora. "Aliás, eu havia prometido a mim mesmo que não seria mais candidata, porém, por incentivo da família e amigos, caminhamos para uma nova eleição e, para minha surpresa, aconteceu tudo o que aconteceu. Tenho sim meus propósitos como vereadora e vou me empenhar ao máximo", assegurou.

Quanto ao nome dela ser cogitado para se candidatar a deputada, Inês se mostrou cautelosa. "Agora é focar na Câmara. Descansar um pouco a cabeça e fazer o papel para o qual eu fui eleita. Focar nesse trabalho e continuar caminhando. Deus conhece o amanhã", encerrou a vereadora.

**IMPAR AGORA É
SUNSET
PNEUS**

PNEUS PARA TODO TIPO DE VEÍCULOS



Tel/Fax (595-61) 500 127
www.sunset.com.py

Av. San Blas Km. 1
Ciudad del Este - Paraguay

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Rádio RCI Iguassu - 04 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/semprerci/videos/193471587937274/>



Rádio RCI Iguassu está ao vivo agora.

...

1 h · 🌐

Viaduto na Costa e Silva, abertura de processo contra Nanci, posse de João Sabino na Câmara Municipal. Acompanhe as notícias de Foz do Iguaçu e região no "Manhã RCI" desta quarta-feira:



👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



👍❤️ 10

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

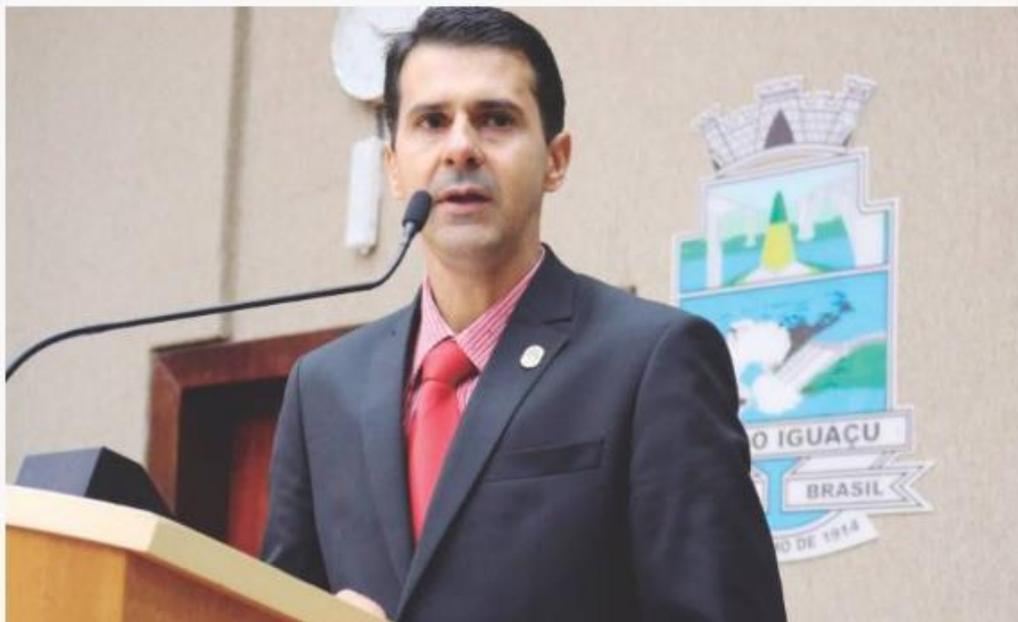
GDIA - 04 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/stj-nega-recurso-de-protetor-jorge-e-remete-caso-para-ser-analisado-pelo-stf/22453>

STJ nega recurso de Protetor Jorge e remete caso para ser analisado pelo STF

Publicado por  Reciel em  4 de abril de 2018

Tags ▾ Categorias ▾



O Supremo Tribunal de Justiça rejeitou ontem (04) agravo para recebimento de um recurso especial interposto pela defesa do vereador Protetor Jorge (PV) e remeteu a matéria para que seja apreciada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O que está em análise é uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) que culminou com a condenação do político por ter participado, em janeiro de 2009, do processo de contratação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para gerenciar pelo período de 18 meses o Pronto Atendimento de Santa Terezinha de Itaipu. À época, Jorge ocupava a função de Diretor de Saúde do município vizinho à Foz do Iguaçu. Tanto ele como a ex-prefeita tiveram suas condenações anuladas. Na esfera criminal Protetor Jorge terminou por ser absolvido após o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) reverter decisão de primeira instância que havia o condenado a quatro anos de prisão mais pagamento de multa. (Bruno Soares - reportagem/Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA - 04 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/10-203/22389>

PP pode decidir entre três nomes a opção para candidatura a deputado

Publicado por  Reciel em  4 de abril de 2018

Tags  Categorias 



O Partido Progressista (PP) poderá escolher entre três nomes como opção para pré-candidatura a deputado. Em reunião realizada no início da semana o assunto voltou a ser debatido. Os nomes citados são da vereadora Rosane Bonho, do ex-vereador Gessani da Silva e do guarda municipal e ex-secretário de Segurança do Município, Jussier Leite Silva. Um deles deverá ser escolhido em convenção para disputar vaga à Assembleia Legislativa do Paraná. Até então havia um único nome indicado – o da vereadora Rosane. O presidente dos progressistas de Foz de Iguaçu, Ramão Camacho, lembrou que no dia 28 de agosto do ano passado, o partido decidiu indicar o nome de Rosane ao diretório estadual, que tem a prerrogativa para escolha em convenção dos candidatos a deputado. “Realizamos aqui uma reunião do diretório, convocamos todos os membros e em votação foi decidido pela indicação do nome da vereadora Rosane Bonho”, lembrou Ramão. De acordo com o presidente, depois da decisão ocorreram fatos novos. “O ex-vereador Gessani esteve em Curitiba, na última segunda-feira e lá no diretório estadual ele se apresentou como pré-candidato a deputado estadual”, relatou. Rosane, Gessani e Jussier disputam espaço dentro dos Progressistas para concorrer à Assembleia Legislativa. (Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA - 04 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/07-205/22383>

Câmara define hoje destino dos quiosques da Avenida Paraná

Publicado por  Reciel em  4 de abril de 2018

Tags ▾ Categorias ▾



Dentre os assuntos em pauta nas duas sessões da Câmara desta quinta-feira (5), está a definição do destino dos dois quiosques da Avenida Paraná. O projeto do Executivo prevendo licitação sofreu alterações e vai à votação do plenário como substitutivo. O texto entra em regime extraordinário. Antes acontece sessão ordinária em que serão lidos pareceres sobre diversos projetos em tramitação. Na questão dos quiosques da Avenida Paraná a ideia é dar destinação correta para exploração comercial dos espaços que atualmente estão fechados. Os espaços têm sido alvo de vandalismo e às vezes servem como abrigo de moradores de ruas e usuários de drogas. O novo texto prevê processo licitatório para exploração dos dois quiosques pelo prazo de seis anos, admitida a prorrogação por igual período. A forma, condições e especificações técnicas serão estabelecidas no edital de concorrência pública. O processo a ser realizado pela Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos será livre para comercialização de alimentos, porém proíbe venda de bebidas alcoólicas ou qualquer tipo de tabacaria. Quem vencer a licitação não poderá ceder, transferir ou subcontratar para terceiros sob a pena de rescisão contratual. (Elson Marques Freelancer/ Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Rádio Cultura - 04 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/04/grupos-que-estavam-no-poder-e-estao-na-peculio-tentam-voltar-disse-quadros/>

Grupos que estavam no poder e estão na Pecúlio tentam voltar, disse Quadros



por **Dante Quadra** — 4 de Abril de 2018 em Política

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado / 422 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G



Durante a sessão que aprovou a investigação por suposta quebra de decoreta praticada pela vereadora Nanci Rafain Andreola (PDT), o presidente do legislativo, vereador Rogério Quadros (PTB), disse que a iniciativa da vereadora é positiva por querer esclarecer os fatos. Quadros aproveitou para ressaltar as apurações feitas pela Câmara, que, segundo ele, trazem transparência ao trabalho. “De um lado vejo positivo, pela transparência. Se no passado tivessem feito isso não teria acontecido tudo o que aconteceu em Foz do Iguaçu”, disse.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

O presidente afirmou ainda, que pessoas envolvidas na Operação Pecúlio continuam articulando. “Algumas pessoas estão colocados interesses pessoais, acima do interesse da população de Foz do Iguaçu. Percebemos que alguns grupos que estavam no poder antigamente e que estão na Operação Pecúlio, tentam voltar ao poder”.

Ainda fez uma comparação entre a atual legislatura e a passada, quanto a postura dos parlamentares. “As apurações são positivas em relação à postura, transparências que devia ter. No passado eram apurações de desvios de verbas na saúde, estradas paralisadas e fraudes. Então mudou hoje. O prospecto é em relação ao comportamento de vereadores e no passado era de fraudes”, disse Quadros

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

05/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 05 de Abril de 2018 Capa



FUTSAL

Foz Cataratas assume a liderança do Paranaense da Série Ouro

Pág. 40



NESTE SÁBADO

Manifestação na Praça do Mitré vai repudiar violência contra policiais

Pág. 11

Fila de espera no Porto Seco tem mais de mil caminhões

Audidores fiscais em greve promovem "Semana Meta Vermelha" e impõem desembaraço zero de mercadorias até o próximo sábado **Pág. 7**



DESPEDIDA

No último ato oficial do diretor-geral brasileiro, Luiz Fernando Leone Vianna, a Itaipu Binacional anunciou nessa quarta-feira (4), em Foz, o investimento de mais R\$ 400 milhões em um pacote de ações e programas voltados à Região Oeste do Paraná para os próximos três anos **Pág. 8**

JUSTIÇA

STF analisará recurso do vereador Protetor Jorge



Julgamento diz respeito aos direitos políticos do parlamentar; vereador já foi absolvido do processo no âmbito da esfera criminal. **Pág. 3**

MEMÓRIA

Há 83 anos, Foz do Iguaçu recebia o primeiro avião no antigo aeroporto



Voo de reconhecimento ocorreu em 23 de março de 1935; inauguração do aeroporto foi no dia 1º de abril. **Pág. 10**

GDE EM AÇÃO

Polícia Civil prende quadrilha que assaltava turistas na região da ponte



Criminosos foram presos após serem rastreados por um aparelho de celular roubado de uma das vítimas. **Pág. 37**



TURISMO

Eventos em Foz em abril devem gerar receita de mais de R\$ 16 milhões

Congressos, seminários e simpósios devem trazer cerca de 4.4 mil pessoas ao Destino Iguaçu **Pág. 9**

JUSTIÇA

STJ nega recurso de Protetor Jorge e remete caso para ser analisado pelo STF

Julgamento diz respeito aos direitos políticos do parlamentar; vereador já foi absolvido do processo no âmbito da esfera criminal

Bruno Soares
Reportagem

O Superior Tribunal de Justiça rejeitou ontem (4) agravo para recebimento de um recurso especial interposto pela defesa do vereador Protetor Jorge (PV) e remeteu a matéria para que seja apreciada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O que está em análise é uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) que culminou com a condenação do político por ter participado, em janeiro de 2009, do processo de contratação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

(OSCIP) para gerenciar, pelo período de 18 meses, o Pronto Atendimento de Santa Terezinha de Itaipu. A época, Jorge ocupava a função de diretor de Saúde do município vizinho a Foz do Iguaçu. Tanto ele como a ex-prefeita tiveram suas condenações anuladas.

Na esfera criminal, Protetor Jorge terminou por ser absolvido após o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) reverter decisão de primeira instância que o havia condenado a quatro anos de prisão mais pagamento de multa.

Protetor Jorge declarou em entrevista ao jornal Gazeta Diário que assim como fora inocentado criminal-

mente também o será no âmbito cível. "Eu cumpri com o meu trabalho. Na condição de enfermeiro, eu fiz um juramento de salvar vidas. Naquele momento eu tinha um compromisso com a sociedade de Santa Terezinha ao ocupar a função de diretor de Saúde daquele município. Fui inocentado no TJ e serei no STF, afinal sou inocente", declarou o parlamentar.

O vereador chegou a ser alvo, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, de um pedido para abertura de processo por quebra de decoro em 2017 em razão de ter sido condenado. A iniciativa terminou por ser rejeitada pela maioria dos parlamentares.



Recurso interposto pela defesa do Protetor Jorge deverá ser analisado pelo STF

Mulheres nas manchetes

A situação das vereadoras Inês Weizemann voltando para a Câmara Municipal e Nanci Rafain com seu mandato em julgamento virou as manchetes femininas da nossa imprensa. Saúde para as duas.

PP pode decidir entre três nomes a opção para candidatura a deputado

Rosane Bonho, Gessani da Silva e Jussier Leite buscam articulação interna para emplacar pré-candidatura



Rosane, Gessani e Jussier disputam espaço dentro dos Progressistas para concorrer à Assembleia Legislativa

Eson Marques
Fotógrafo

O Partido Progressista (PP) poderá escolher entre três nomes como opção para a pré-candidatura a deputado. Em reunião realizada no início da semana o assunto voltou a ser debatido. Os nomes citados são da vereadora Rosane Bonho, do ex-vereador Gessani da Silva e do guarda municipal e ex-secretário de Segurança do município, Jussier Leite Silva. Um deles deverá ser escolhido em convenção para disputar vaga na Assembleia Legislativa do Paraná.

Até então havia um único nome indicado — o da vereadora Rosane. O presidente dos progressistas em Foz do Iguaçu, Ramão Camacho, lembrou que, no dia 28 de agosto do ano passado, o partido decidiu indicar o nome de Rosane ao diretório es-

tadual, que tem a prerrogativa para a escolha em convenção dos candidatos a deputado.

"Realizamos aqui uma reunião do diretório, convocamos todos os membros e em votação foi decidido pela indicação do nome da vereadora Rosane Bonho", lembrou Ramão. De acordo com o presidente, depois da decisão ocorreram fatos novos. "O ex-vereador Gessani esteve em Curitiba, na última segunda-feira, e lá no diretório estadual ele se apresentou como pré-candidato a deputado estadual", relatou.

O presidente relembrou os fatos para deixar claro que não teve indicação decidida no diretório de Foz do Iguaçu pelo nome de Gessani, "mas como a prerrogativa de escolha é do diretório estadual, ele [Gessani] poderia ir lá e apresentar a pré-candidatura, como assim fez".

Reunião local
Camacho explicou ainda que, no caso do GM Jussier, o diretório se reuniu na última segunda-feira e na pauta também constava a discussão sobre candidaturas a deputado estadual e federal. "Foi colocado que o Jussier foi citado naquela reunião de sete meses atrás, mas como estava ausente, por intermédio de terceiros, foi informado que ele havia retirado o nome para pré-candidatura", lembrou.

Segundo Ramão, o que aconteceu é o fato

de novamente Jussier ter apresentado o nome pleiteando a indicação para pré-candidato a deputado. "Entretanto o diretório vai analisar o assunto. Possivelmente na reunião do próximo dia 9, a Executiva avaliará se encaminha ou não para o diretório. Por enquanto, o quadro é esse: o diretório local indicou o nome da Rosane; o Gessani apresentou seu nome direto no diretório estadual; e o Jussier pediu no PP local que o seu nome seja analisado também", esclareceu.

Discurso de independente

Em pronunciamento na tribuna da Câmara, na última terça-feira (3), a vereadora Rosane Bonho declarou-se "independente" em relação ao Executivo. "Não sou situação e nem oposição. A partir de hoje, a vereadora Rosane Bonho se torna independente nesta Casa. Aquilo que for favorável ao povo de Foz do Iguaçu que votou, estaremos juntos. Naquilo que estiver em desacordo, estaremos aqui para posicionarmos contra", afirmou.

PAUTAS DESTA QUINTA

Câmara define hoje destino dos quiosques da Avenida Paraná

Vereadores realizam duas sessões nesta quinta-feira incluindo pareceres sobre outros projetos

Elson Marques
Freelancer

Entre os assuntos em pauta nas duas sessões da Câmara desta quinta-feira (5) está a definição do destino dos dois quiosques da Avenida Paraná. O projeto do Executivo prevendo licitação sofreu alterações e vai à votação do plenário como substitutivo. O texto entrará em regime extraordinário. Antes acontecerá sessão ordinária em que serão lidos pareceres sobre diversos projetos em tramitação.

Na questão dos quiosques da Avenida Paraná, a ideia é dar destinação correta para exploração comercial dos espaços que atualmente estão fechados. Os espaços têm sido alvo de vandalismo e, às vezes, servem como abrigo de moradores de ruas e usuários de drogas. O novo texto prevê processo licitatório para exploração dos dois quiosques pelo prazo de seis anos, admitida a prorrogação por igual período.



Vereadores realizam sessões hoje, a partir das 9h, com pauta cheia

A forma, condições e especificações técnicas serão estabelecidas no edital de concorrência pública. O processo a ser realizado pela Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos será livre para comercialização de alimentos, porém proibirá a venda de bebidas alcoólicas ou qualquer tipo de tabacaria. Quem vencer a licitação não poderá ceder, transferir ou subcontratar para terceiros

sob a pena de rescisão contratual.

Pauta sessão ordinária

Na pauta da sessão ordinária consta a leitura de pareceres sobre vários projetos. As comissões de Legislação, Justiça e Redação; e de Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social e Defesa do Cidadão apresentaram parecer favorável ao projeto de lei da vereadora Rosane Bonho (PP), que

institui no Calendário de Eventos Oficiais do Município a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Uma emenda modificativa foi proposta pela CLJR.

A Comissão Mista emitiu parecer favorável ao projeto do Executivo que promove adequações na Lei de Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018. O ajuste está sendo feito em decorrência de uma série

de mudanças na classificação orçamentária vigente, tendo sido atualizada a codificação dos órgãos e unidades orçamentárias, bem como criados novos programas, projetos, atividades e operações especiais.

Além disso, a LDO 2018 foi elaborada antes do PPA 2018/2021, ficando um dos anexos incompatível com as alterações promovidas pelo Plano Plurianual, sendo necessária, portanto, sua atualização.

Férias dos servidores

A Comissão Mista apresentou emendas aditiva e modificativa ao projeto de lei que trata do fracionamento de férias para os servidores municipais. Uma das emendas mantém os dois períodos de 15 dias, mas cria mais uma opção ao servidor que é de três períodos fracionados de dez dias. A outra possibilidade é um período de 20 dias ininterruptos com a indenização de dez dias como abono pecuniário.

Também inclui que o início da fruição das férias será em dia útil, preferencialmente no início da semana. Além disso, poderão ser concedidas férias coletivas a todos os servidores ou a determinados órgãos ou setores.

Ainda na sessão de hoje será lido o parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao projeto de Celino Fertrin (PDT) concedendo o título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu ao padre Paulo Carlos de Souza. Outro parecer favorável da comissão é em relação ao projeto do vereador Anderson de Andrade (PSC) e Marcio Rosa (PSD) concedendo o título de Cidadão Honorário ao radialista e jornalista Donizeti Jacinto de Melo.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Gazeta do Iguçu – 05 de Abril de 2018 Pág.06

Nanci e o atestado

Pois é, a caixa postal do Corvo amaneceu abarrotada de comunicados de leitores sobre esse assunto. Muitos pedem a opinião deste colunista, como em outros temas (ler a seguir). Mas sobre o caso da vereadora, é possível imaginar que ela tenha agido naturalmente, sem maldade. Fez uma consulta na região de Curitiba e cumpriu o dever de justificar a falta para aquele dia. No dia seguinte não haveria expediente, sendo assim ela não se beneficiou do atestado para seus afazeres particulares, no caso um compromisso com a família. Veja, o Corvo não está fazendo prejulgamento, nem a favor, nem contra, mas por que o fato não foi denunciado em setembro do ano passado? O Corvo entende que é ano eleitoral e os políticos estão no alvo, a começar de outros partidos. Mas é um assunto que já está sendo investigado, e o ideal é aguardar pelo resultado. Nanci vai pagar um preço: ser dura em suas decisões quando presidente do Conselho de Ética, o mesmo que a investigará.

Inês e o serviço público

Como andam acusando o Corvo de perseguir a dona *Inês da Saúde*, o que não é justo, este colunista resolveu tecer um comentário que ela não poderá contradizer nem julgar ofensivo: ao tomar posse, a vereadora disse que vai agilizar a coisa pública. É uma excelente providência, sobretudo pelo fato de dona Inês ter experimentado o gesso que é tentar fazer algo e não poder devido à burocracia e impedimentos legais, às vezes muito injustos contra a sociedade. Um amigo do Corvo que é prefeito de uma grande cidade disse: "98% das minhas promessas de campanha não serão realizadas em razão do engessamento da máquina administrativa".

Sem o engessamento

Quem faz as leis municipais são os vereadores, alteram o código de postura quando precisa ser ajustado, enfim, autorizam o Executivo no provimento das benfeitorias. Conhecendo os meandros da administração, vereadores podem sim fazer a diferença. Entre os 15 membros da Câmara há pessoas com vasto conhecimento na administração pública, como é o caso da Nanci Rafagnin, que já assumiu a prefeitura (durante férias de Paulo Mac Donald) e já foi secretária, Elizeu Liberato, Anderson Andrade e, agora, Inês Weizemann. O Corvo pede desculpas se a memória falhou e, em razão disso, faltou inserir algum nome. Viu, Inês, nem tudo é crítica e pegação no pé.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Primeira Linha – 05 a 11 de Abril de 2018 Pág.04

Secretaria de direitos humanos quer intensificar participação da mulher na política

O Foztrans (Instituto de Transporte e Trânsito) apresentou na quinta (29) uma minuta do projeto de regulamentação de aplicativos de transporte, como Uber e Garupa, ao Comtur (Conselho Municipal de Turismo). A intenção é debater o assunto com representantes do setor. Depois a proposta passará por análise do prefeito Chico Brasileiro antes de ser encaminhada à Câmara Municipal.

Durante a reunião foram esclarecidos alguns pontos do documento que tratam das exigências e sanções para os motoristas dos aplicativos que queiram atuar na cidade. As exigências previstas assemelham-se ao que é solicitado para o serviço de táxi. Os veículos cadastrados nos aplicativos deverão passar por uma vistoria anual – com um custo de aproximadamente R\$ 250,00 - e possuírem placas da cidade, onde será prestado o serviço, neste caso, em Foz do Iguaçu.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Acontece na Fronteira - 05 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/posts/236706060234921>



Acontece na Fronteira adicionou 2 novas fotos.

21 h · Foz do Iguaçu · 🌐

#NoticiasCâmaraFoz

João Miranda assume relatoria do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A função foi definida por meio de um sorteio realizado nesta quinta-feira, 05 de abril, entre os vereadores @JoãoMiranda, @ProtetorJorge e @ElizeuLiberato. Com as funções definidas, os membros irão dar seguimento ao PAD envolvendo a Vereadora Nanci Rafagnin Andreola. A partir de agora, o Conselho irá notificar a vereadora, que terá um prazo de até cinco sessões ordinárias para apresentar a defesa após a notificação.

Por : Assessoria de imprensa Camara Foz



📍 G1 - O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

Câmara vai investigar vereadora que

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



👍 3

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA - 05 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/03-218/22471>

João Miranda é sorteado como relator em processo sobre ética

Publicado por  Reciel em 5 de abril de 2018

Tags ▾ Categorias ▾



O vereador João Miranda (PSD) foi escolhido em sorteio como relator do processo no Conselho de Ética que apura denúncia de suposta quebra de decoro envolvendo a vereadora Nanci Rafain Andreola (PDT). A abertura da investigação foi autorizada por unanimidade do plenário, inclusive com o voto da vereadora, que vem rebatendo a acusação afirmando que a denúncia é improcedente. O caso a ser apurado aponta quebra de decoro parlamentar por conta da participação da vereadora no show internacional Rock In Rio, no ano passado, um dia após ter apresentado atestado médico para justificar ausência em duas sessões da Câmara Municipal. Com a definição do relator no Conselho de Ética, inicia-se o rito processual. Nanci Rafain Andreola era a presidente do Conselho de Ética, porém renunciou ao cargo, considerando-se impedida e também por não querer atrapalhar a apuração dos fatos. Marcio Rosa (PSD) passou a ser o presidente do Conselho de Ética, Elizeu Liberato (PR) ingressou como membro para completar o quadro e Celino Fertrin (PDT) passou a ser o vice-presidente. (Elson Marques / Freelancer/ Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

06/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 06 de Abril de 2018 Pág.06

Lula lá, Protetor Jorge aqui

O STJ negou um recurso do vereador. O caso agora vai parar no Supremo. Haja suplentes na dança das cadeiras. Quando é que a Câmara de Foz vai conseguir manter uma legislatura do começo ao fim? Estamos mesmo ruins no cenário político.

Suplentes e candidatos

O que será que dá na cabeça de algumas pessoas ao acreditarem que pelo fato de esquentarem um tiquinho de nada a cadeira na Câmara já é suficiente para encarar uma campanha para deputado? É, o sucesso sobre rapidinho para a cabeça quando o fato de "se achar" é maior que a realidade. Como é bom sonhar!

Quiosques no "buchódromo"

Foz não tem praia, e o local de caminhada na Avenida Paraná é o único onde o povo pode exercitar-se. Independentemente daquilo que foi discutido na Câmara, o tema é uma "lengalenga". Imagina se no Rio, na orla de Copacabana, demorassem tanto tempo assim para solucionar uma questão de simples apoio ao cidadão nos momentos de lazer?

João Miranda é sorteado como relator em processo sobre ética

Conselho iniciou investigação sobre a denúncia de falta de decoro contra a vereadora Nanci Rafain

Elson Marques
Freelancer

O vereador João Miranda (PSD) foi escolhido em sorteio como relator do processo no Conselho de Ética que apura denúncia de suposta quebra de decoro envolvendo a vereadora Nanci Rafain Andreola (PDT). A abertura da investigação foi autorizada por unanimidade do plenário, inclusive com o voto da vereadora, que vem debatendo a acusação afirmando que a denúncia é improcedente.

O caso a ser apurado aponta quebra de decoro parlamentar por conta da participação de Nanci no Rock in Rio, no ano passado, um dia após ter apresentado atestado médico para justificar ausência em duas sessões da Câmara Municipal. Com a definição do relator no Conselho de Ética, inicia-se o rito processual.

Nanci Rafain Andreola era a presidente do Conselho de Ética, porém renunciou ao cargo, considerando-se impedida e também por não querer atrapalhar a apuração dos fatos. Marcio Rosa (PSD) passou a ser o presidente do Conselho de Ética, Elizeu Liberato (PR) ingressou como membro para completar o quadro e Celino Fertrin (PDT) passou a ser o vice-presidente.

Além de Fertrin, Liberato, Rosa e Miranda, o Conselho de Ética também



Conselho de Ética se reuniu na manhã de ontem e providenciou a notificação à vereadora Nanci

é composto pelos vereadores Protetor Jorge (PTB), como membro; e Jeferson Brayner (PRB) e Beni Rodrigues (PSB), como suplentes. Ontem (5), antes das sessões da Câmara, aconteceu reunião deliberativa do conselho.

Nanci notificada

O relator adiantou que o Conselho de Ética dará seguimento ao Processo Administrativo Disciplinar e que a vereadora está sendo notificada. A partir da notificação, Nanci terá um prazo de até cinco sessões ordinárias para apresentar a defesa por escrito. Após manifestação da defesa, o Conselho de Ética terá até 90 dias úteis para dar sequência aos trâmites do processo.

Depois de concluída a apuração dos fatos, assegurada a ampla defesa da vereadora, caberá a João Miranda elaborar o parecer que será submetido aos demais membros do conselho. Na sequência, o relatório será

apresentado ao plenário, podendo concluir pelo arquivamento do processo ou, em caso de constatação da quebra de decoro, propor medidas disciplinares, inclusive podendo desencadear pedido de cassação do mandato.

O presidente do conselho, Marcio Rosa, confirmou a reunião, na manhã de ontem, em que se definiu o relator. "O processo vai seguir em total imparcialidade, assim que recebermos a manifestação da defesa vamos prosseguir com os trabalhos", assegurou.

Celino Fertrin completou que, a partir da defesa, a vereadora poderá apresentar até cinco testemunhas. "O conselho ficará aguardando a vereadora protocolar sua defesa e, a partir disso, o conselho adotará os procedimentos seguintes", disse.

Ontem à noite, em contato com a reportagem, a vereadora Nanci confirmou que já havia sido notificada.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA - 06 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/12-203/22578>

Aprovadas emendas que regulamenta fracionamento das férias do Funcionalismo público

Publicado por  Reciel em  6 de abril de 2018

Tags ▾ Categorias ▾



A nova redação do projeto de lei do Executivo que regulamenta o fracionamento das férias dos servidores municipais deverá ser votada na próxima semana. Na última quinta-feira (5) foi lido o parecer e aprovadas as duas emendas apresentadas pela Comissão Mista. Pelo novo texto, os servidores terão quatro opções para férias: período de 30 dias ininterruptos; 20 dias ininterruptos, com a indenização de 10 dias (abono pecuniário); dois períodos fracionados de 15 dias cada; ou de três períodos fracionados de 10 dias. Ao enviar a proposta para análise do Legislativo, o prefeito Chico Brasileiro (PSD) afirmou que "com a reforma trabalhista, aprovada recentemente no Senado e ainda diante da necessidade, seja por parte do servidor ou da prefeitura, o Município propôs o fracionamento das férias". Atualmente o Estatuto do Servidor veda essa prática. A reforma trabalhista abriu essa possibilidade na forma legal e em cima da nova lei o Estatuto está sendo alterado. Segundo o prefeito, o Município enfrenta diversos problemas em relação à impossibilidade do fracionamento das férias, devido a vedação contida no Estatuto, acarretando desta forma acordos internos, sem o devido embasamento. O vereador tenente-Coronel Jahnke(foto) disse que a iniciativa é boa e quem ganha é a população. (Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)

07/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 07 e 08 de Abril de 2018 Pág.08

Projeto define atividades dos técnicos em zoonoses no Plano dos Servidores

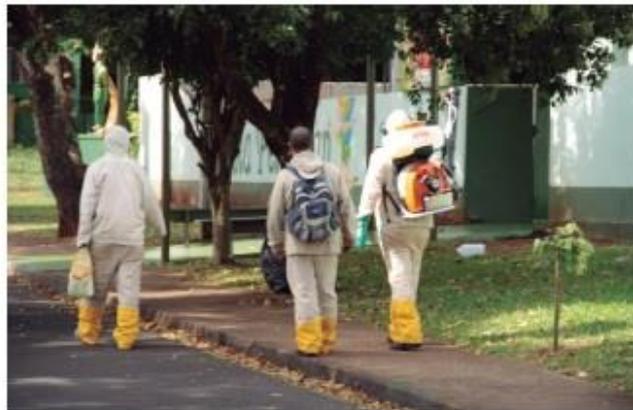
Proposta encaminhada à Câmara pelo prefeito Chico Brasileiro será analisada em regime de urgência

Elson Marques
Folha.com.br

O prefeito Chico Brasileiro (PSD) encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei propondo a inclusão das atividades dos técnicos em zoonoses no Plano de Carreira dos Servidores Municipais. A proposta foi lida na semana passada em sessão extraordinária e tramitará em regime de urgência. Com a apresentação em plenário, o projeto seguiu para análise das comissões reunidas, responsáveis pela emissão dos pareceres antes da inclusão na pauta de votação.

De acordo com o Executivo, a adequação se faz necessária em razão da "edição da Lei nº 2.878, de 23 de dezembro de 2003, que extinguiu o cargo de auxiliar sanitário em zoonoses, reequadrando-os ao cargo de Técnico em Zoonoses". A norma considerou que todos os servidores detentores do cargo possuíam o curso de técnico em zoonoses e já executavam os serviços desde o ingresso no quadro de servidores da Secretaria Municipal da Saúde.

"Contudo, com o reequadramento ocorrido à época, não constou o descritivo das funções do cargo, o que tem ocasionado o subaproveitamento da capacidade técnica destes profissionais", explicou o prefeito na mensagem ao Executivo.



Projeto traz a tabela completa de todas as atribuições dos técnicos em zoonoses

Ressalva do Sismufi

O Sindicato dos Servidores Municipais (Sismufi) se manifestou sobre o tema apontando ressalva e tendo com resposta da prefeitura o entendimento de que trabalho educativo "informar a população" é transversal. Considerou que essa é uma das responsabilidades de diversas categorias profissionais como agente de endemias, agentes comunitários de saúde, técnicos em zoonoses, médicos-veterinários, entre outros, não havendo conflito de competências entre as categorias.

"Desta forma, o projeto mantém as atribuições constantes no sumário das funções, as quais foram elaboradas de forma consensual entre os técnicos em zoonoses do CCZ e a chefia de divisão do órgão", esclareceu o Executivo.

Quanto à ressalva apresentada pelo órgão representativo em rela-

ção à última atribuição "realizar outras atividades correlatas ao cargo quando requeridas por sua chefia imediata", a prefeitura informou que procedeu a supressão do termo final, contudo mantendo a parte inicial por se tratar de atribuições inerentes ao cargo.

Por fim, o prefeito pediu aos vereadores a aprovação do projeto, "com vistas ao melhor aproveitamento da capacidade técnica destes servidores que atuam junto à população".

Linhas gerais da função

Conforme o projeto enviado à Câmara, a descrição das atribuições do cargo de técnico em zoonoses, em linhas gerais, é: realizar ações básicas para profilaxia e controle de zoonoses, orientando a inspeção de estabelecimentos comerciais e residenciais com a finalidade de combater a presença de animais

peçonhentos; controlar possíveis fatores relacionados a animais transmissores de doenças infecto-contagiosas e informar a população transmitindo, de maneira clara e segura, mensagens, informações e conhecimentos relativos à prevenção, controle e eliminação de zoonoses e outras questões relacionadas ao ambiente; orientar a manipulação e aplicação de larvicidas, inseticidas e raticidas; coletar amostras de água; manejar animais domésticos sob supervisão; bem como executar outras atividades que, por sua natureza, estejam inseridas no âmbito das atribuições do cargo e da área de atuação; e desenvolver demais atividades da área, respeitando a legislação específica e os princípios éticos.

O projeto traz ainda a tabela com a descrição da função em detalhes.

Aprovadas emendas para projeto que regulamenta fracionamento de férias

Parecer foi lido na sessão de quinta-feira, e projeto deverá ser votado na próxima semana

Elson Marques
Frelancer

A nova redação do projeto de lei do Executivo que regulamenta o fracionamento das férias dos servidores municipais deverá ser votada na próxima semana. Na última quinta-feira (5) foi lido o parecer e aprovadas as duas emendas apresentadas pela Comissão Mista. Pelo novo texto, os servidores terão quatro opções para férias: período de 30 dias ininterruptos; 20 dias ininterruptos, com a indenização de dez dias (abono pecuniário); dois períodos fracionados de 15 dias cada; ou de três períodos fracionados de dez dias.

Ao enviar a proposta para análise do Legislativo, o prefeito Chico Brasileiro (PSD) afirmou que "com a reforma trabalhista, aprovada recentemente no Senado e ainda diante da necessidade, seja por parte do servidor ou da prefeitura, o Município propôs o fracionamento das férias". Atualmente o Estatuto do Servidor veda essa prática.

A reforma trabalhista abriu essa possibilidade na forma legal, e em cima da nova lei o estatuto está sendo alterado. Segundo o prefeito, o município enfrenta diversos problemas em relação à impossibilidade do fracionamento das férias, em razão da vedação contida no estatuto, acarretando desta forma acordos internos, sem o devido embasamento.



Tenente-Coronel Jahnke disse que a iniciativa é boa e quem ganha é a população

O presidente da Comissão Mista da Câmara, vereador Tenente-Coronel Marcos Antônio Jahnke, considerou que "o projeto atenderá aos anseios dos funcionários públicos e também da própria administração. Quando isso acontece, quem ganha é a população, pois um funcionário muitas vezes não quer tirar todos os dias das férias num mesmo período. Portanto é uma boa iniciativa que deverá ter a aprovação da Câmara".

Emendas aprovadas

Foram duas emendas aprovadas na quinta-feira. Uma delas manteve os dois períodos de 15 dias, mas criou mais uma opção ao servidor que é de três períodos fracionados de dez dias. Também incluiu que o início da fruição das férias será em dia útil, preferencialmente no começo da semana. Além disso, poderão ser concedidas férias coletivas a todos os servidores ou a determinados órgãos ou setores.

A outra emenda acrescenta o abono de perma-

nência, ou seja, aquele referente ao servidor já em fase de aposentadoria que continua trabalhando. No caso, o município paga o abono pela continuidade, ressarcindo ao servidor o valor que é descontado para a previdência.

Posição do Sismufi

O presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, Aldevir Hanke, disse que a opção deverá ser decidida unicamente pelo servidor, não sendo em nenhuma hipótese admitida a escolha por parte do empregador (Poder Executivo). Na análise do Sismufi, deve ser priorizada a segurança laboral que envolve não apenas o servidor no desempenho de suas atribuições, mas também a população.

O sindicalista lembrou, como exemplo, os servidores que exercem atribuições nas áreas de saúde, notadamente lotados nos PAs e no Hospital Municipal e que prestam atendimento à população, inclusive aqueles submetidos a jornadas laborais de 12 horas ininterruptas. "É certo afirmar que o fracionamento das férias em dois períodos distintos de 15 dias não possibilitará um descanso adequado e necessário, considerando a insalubridade a que estão submetidos no ambiente de trabalho ainda que utilizem corretamente todos os EPIs, mas há um desgaste físico e mental por exigência das atribuições do próprio cargo", argumentou.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

H2LUCAS - 07 de Abril de 2018

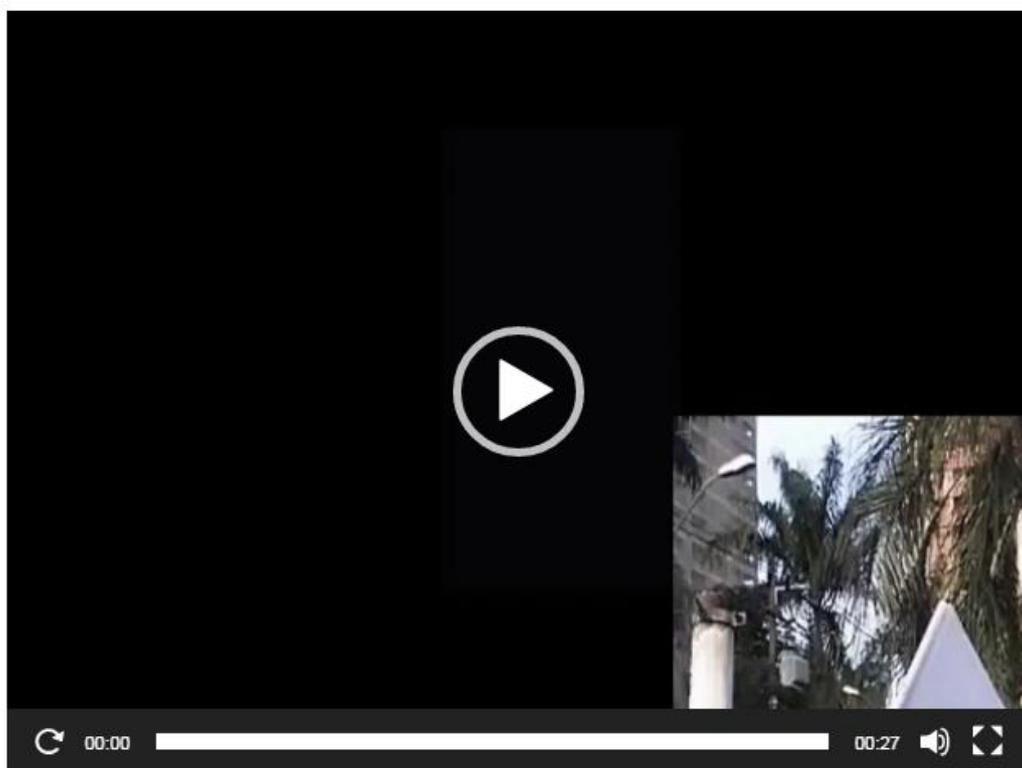
Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/04/07/marido-de-vereadora-botou-a-boca-no-trombone/>

Marido de vereadora botou a boca no trombone

[1 resposta](#)

Alcindo, esposo da vereadora Rosane Bonho, do PP, foi gravado em uma reunião do partido. Me mandaram o material, e estou publicando, afinal, estamos numa democracia.

Confira abaixo:



Compartilhe [f](#) [G+](#) [in](#) [t](#) [p](#) [✉](#)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

08/04/2018

GDIA - 08 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/06-206/22655>

Prefeito substitui projeto sobre serviços da Itaipu isentos de ISS

Publicado por  Reciel em  8 de abril de 2018

Tags  Categorias 



Por orientação jurídica, o prefeito Chico Brasileiro (PSD) enviou à Câmara um substitutivo ao projeto de lei sobre a lista de serviços prestados à Itaipu isentos de ISSQN. A alteração no texto original promove adequações às normas vigentes para declarar e reconhecer a isenção desses serviços, baseando-se no que prevê o Tratado de Itaipu. O substitutivo aguarda parecer das comissões reunidas para entrar em votação nas sessões extraordinárias. No Tratado de Itaipu e Código Tributário Nacional consta que a isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - (ISSQN) "sobre os serviços referentes às operações nas quais a Itaipu seja parte, relacionados à construção, ampliação, modernização, funcionamento, operação e manutenção da central elétrica, seus acessórios e obras complementares, ou relativos à instalação e manutenção de materiais e equipamentos adquiridos para a construção ou incorporação na central elétrica, seus acessórios e obras complementares. Conforme o novo texto, considera-se para efeitos da lei os serviços referentes a usina hidrelétrica em diques, vertedor, barragens e tomada d'água, casa de força, subestações seccionadoras e obras para navegação. A lei engloba acessórios à Central Elétrica, que compreendem todas as instalações situadas no Município de Foz do Iguaçu onde sejam desempenhadas atividades administrativas, operacionais e técnicas. (Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA - 08 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/09-225/22661>

Vereador propõe fim da restrição para animais nos condomínios

Publicado por  Reciel em  8 de abril de 2018

Tags  Categorias 



O vereador Protetor Jorge (PTB) apresentou projeto na Câmara Municipal que proíbe a inclusão de cláusulas restritivas nas convenções, regulamentos ou regimentos internos dos condomínios acerca da permanência de animais domésticos nas unidades autônomas dos condôminos. A proposta veda ao condomínio limitar ou restringir a habitação de animais em razão de raça, porte ou quantidade. De acordo com o vereador, "infelizmente, alguns condomínios têm convocado assembleias com intuito de inserir em sua convenção, regulamento ou regimento interno, cláusulas restritivas proibindo a permanência de animais domésticos no interior de suas unidades autônomas e no uso das partes comuns". Lembrou que a Constituição garante ao indivíduo o direito de desfrutar livremente de seu imóvel e das áreas comuns, desde que isto não represente, comprovadamente, uma ameaça à segurança, ao sossego e à saúde dos outros condôminos. Além disso, a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 (Lei dos Condomínios) também está acima de qualquer convenção, estabelecendo que cada condômino tem o direito de usar e fruir, com exclusividade, sua unidade. Protetor Jorge entende que "assim, a posse de animais domésticos em princípio é livre, pois decorre do direito à propriedade, a vida e a proteção do animal". (Elson Marques Freelancer /Foto: Divulgação)

09/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 09 de Abril de 2018 Pág.04

Prefeito substitui projeto sobre serviços da Itaipu isentos de ISS

Nova redação entrou em tramitação para parecer técnico das comissões

Elson Marques
Freelancer

Por orientação jurídica, o prefeito Chico Brasileiro (PSD) enviou à Câmara um substitutivo ao projeto de lei sobre a lista de serviços prestados à Itaipu isentos de ISSQN. A alteração no texto original promove adequações às normas vigentes para declarar e reconhecer a isenção desses serviços, baseando-se no que prevê o Tratado de Itaipu. O substitutivo aguarda parecer das comissões reunidas para entrar em votação nas sessões extraordinárias.

No Tratado de Itaipu e Código Tributário Nacional consta que a isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) "sobre os serviços referentes às operações nas quais a Itaipu seja parte, relacionados à construção, ampliação, modernização, funcionamento, operação e manutenção da central elétrica, seus acessórios e obras complementares, ou relativos à instalação e manutenção de materiais e equipamentos adquiridos para a construção ou incorporação na central elétrica, seus acessórios e obras complementares".

Conforme o novo texto, considera-se para efeitos da lei os serviços referentes a usina hidrelétrica em diques, vertedor, barragens e tomada d'água, casa de força, subestações seccionadoras e obras para navegação. A lei engloba acessórios à Central Elétrica, que compreendem todas as instalações situadas no município de Foz do Iguaçu onde sejam desempenhadas atividades administrativas, operacionais e técnicas.

As obras complementares, que se integrem ou se agreguem à Central Elétrica ou a seus acessórios, também estão isentas.

Lista de serviços

No substitutivo, o prefeito incluiu que a lei complementar não assegura a restituição de valores de ISSQN que, porventura, já tenham sido recolhidos por terceiros aos cofres públicos, relativamente aos serviços descritos na lista que acompanha a norma. Eventual ressarcimento já ocorrido pode ser recuperado pelo município por meio de negociação com a Itaipu.

A lista relaciona 26 serviços isentos. No mesmo projeto, o Executivo reedita os efeitos legais que constavam na Lei Complementar Municipal nº 206/2013, revogada ano passado pela nova lei do ISSQN. "Em setembro de 2017, a lei 206 foi revogada e nela constavam as isenções previstas no Tratado de Itaipu. Agora o projeto de lei visa revigorar os dispositivos de isenção que estavam previstos na lei anterior", esclareceu o secretário da mesa diretora, vereador Elizeu Liberato (PR).

De acordo com o vereador, é um ajuste de ordem legal tendo em vista que o Tratado de Itaipu está acima da Lei Complementar Federal 157/2016, que fixou a cota mínima de ISS em 2% para todos os municípios e determinou a revogação de leis de benefícios fiscais às empresas e entidades sem fins lucrativos. O projeto da prefeitura, trazendo também a lista dos serviços, está em análise nas comissões reunidas.

Regularização

Com o projeto, o município, em atenção ao disposto no Código Tributário Nacional, propõe regularizar a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, deixando expressos quais os

serviços compreendidos na não incidência do ISSQN, conforme lista de serviços que acompanha o projeto. O texto também não deixa dúvidas sobre a incidência dos demais serviços em que haverá tributação.



DELTA SUL
CONCRETO - BRITA - AREIA INDUSTRIAL E ASFALTO

**Onde estiver
essa marca você
encontra produtos de qualidade
e o melhor preço da região**

CONCRETO **BRITA**
AREIA INDUSTRIAL
ASFALTO

Fone:
3527-3113

Vereador propõe fim da restrição para animais nos condomínios

Projeto proíbe cláusulas restritivas nas convenções, regulamentos ou regimentos internos dos condomínios

Elson Marques
Fotógrafo

O vereador Protetor Jorge (PTB) apresentou projeto na Câmara Municipal que proíbe a inclusão de cláusulas restritivas nas convenções, regulamentos ou regimentos internos dos condomínios acerca da permanência de animais domésticos nas unidades autônomas dos condomínios. A proposta veda ao condomínio limitar ou restringir a habitação de animais em razão de raça, porte ou quantidade.

De acordo com o vereador, "infelizmente, alguns condomínios têm convocado assembleias com intuito de inserir em sua convenção, regulamento ou regimento interno cláusulas restritivas proibindo a

permanência de animais domésticos no interior de suas unidades autônomas e no uso das partes comuns". Lembrou que a Constituição garante ao indivíduo o direito de desfrutar livremente seu imóvel e áreas comuns, desde que isto não represente, comprovadamente, uma ameaça à segurança, ao sossego e à saúde dos outros condôminos.

Além disso, a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 (Lei dos Condomínios), também está acima de qualquer convenção, estabelecendo que cada condômino tem o direito de usar e fruir, com exclusividade, sua unidade.



Protetor Jorge disse que alguns condomínios têm convocado assembleias com intuito de impor cláusulas restritivas

de. Protetor Jorge entende que "assim, a posse de animais domésticos em princípio é livre, pois decorre do direito à propriedade, à vida e à proteção do animal".

O vereador destacou que o objetivo do projeto é preservar a presença de animais de estimação no interior de apartamentos e impedir a dissolução dos laços afetivos existentes entre milhares de animais e seus donos, ocasionando sequelas emocionais graves. "O direito de ter um animal de estimação (ser vivo) é exercício do direito de propriedade, do direito à liberdade e ao direito de proteção aos animais", enfatizou.

Regulamentação

Conforme consta no projeto, a quantidade de cães e gatos deve sempre observar o princípio da razoabilidade, sendo vedada a criação, em condomínios residenciais, com finalidade comercial. "A habitação de animais domésticos pertencentes ao proprietário de imóvel ou inquilino residente nas unidades residenciais autônomas de condomínios fica garantida, desde que respeitados os critérios de segurança, salubridade e sossego dos demais condôminos", propõe o texto.

A entrada e saída dos animais no condomínio não poderá ser vedada. A forma de circulação, permanência, entrada e saída dos animais no condomínio e nas áreas comuns ficará a critério de regulamentação própria. Outro fator é que o proprietário deverá apresentar os certificados de vacinação do animal, em dia, sempre que solicitado pelo condomínio.

O descumprimento da norma, após notificação do condomínio, poderá acarretar ao proprietário do animal advertência por escrito, multa e, em caso de reincidência, proibição da circulação do animal no interior do condomínio até a regularização das obrigações, conforme critérios da regulamentação interna do condomínio. O descumprimento da lei acarretará ao infrator multa no valor de cinco Unidades Fiscais do município, a ser aplicada em dobro na hipótese de reincidência.

netnews
INFORMÁTICA

45 3572 3456 | 45 98815 5011

Av. Das Cataratas, 1419 Vila Yolanda | Foz do Iguacu / PR – Brasil

Assistência técnica on-site

Assessoria e consultoria de TI

Rede elétrica, lógica, telefônica e CFTV

Laboratórios de manutenção

Consultoria comercial

Suporte técnico e Help-desk

Terceirização de recursos com mão de obra especializada
(contratos de suporte mensais)

"Cuidamos de toda a sua infraestrutura de TI para que sua empresa possa ficar focada no que realmente importa."

SOLUÇÕES EM:

- Firewall - proxy
- Antivirus para desktops e Servidores
- Sistemas operacionais
- Gerenciamento de internet para hotéis, motéis, bares, restaurantes, rodoviárias e shopping centers.
- Servidores de Arquivos
- Internet sem Fios (wifi)
- Virtualização
- Hospedagem de email e Sites
- Segurança
- Banco de Dados – Oracle, Firebird etc

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Acontece na Fronteira - 09 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.210396419532552.1073741828.210290629543131/237839106788283/?type=3&theater>



Acontece na Fronteira

13 h · Foz do Iguaçu · 🌐

CAMARA URGENTE

Nos chega a informação que um (a) Vereador (a) foi internado às pressas com problemas cardíacos !

Não divulgaremos o nome até que se confirme a notícia, porem é uma situação que pode mudar os rumos da política iguaçuense, pois segundo a fonte a família não quer mais que siga a carreira política é provável que renuncie ao mandato.



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



👍 🤔 😊 35

Ordem cronológica ▾

12 compartilhamentos

26 comentários

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Acontece na Fronteira - 09 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.212767485962112.1073741829.210290629543131/238133570092170/?type=3&theater>



Acontece na Fronteira
12 h · 🌐

PROJETO DE DR. BRITO VOLTA À CAMARA !

Os vereadores de Foz do Iguaçu voltam a discutir "ideologia de gênero" na sessão legislativa desta terça-feira, 10, a partir das 9 horas. Serão apresentados ao plenário pareceres favoráveis ao projeto que altera a LOM (Lei Orgânica do Município) "vedando a adoção e/ou divulgação de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero".

O projeto de emenda à LOM nº 01/2017 acrescenta um parágrafo ao artigo nº 162 da Lei Orgânica de Foz do Iguaçu. A proposta ganhou repercussão com a defesa feita pelo ex-vereador Dr. Brito (PEN/Patriotas), que renunciou ao mandato no mês passado. Serão apresentados na sessão de amanhã pareceres das comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social e Defesa do Cidadão.

Além de Brito, outros onze vereadores são coautores da proposta . Assinaram o projeto: Dr. Brito (PEN/Patriota), Celino Fertrin (PDT), Adriana Luiz (PSD), Anderson Andrade (PSC), Elizeu Liberato (PR), Jeferson Brayner (PRB), João Miranda (PSD), Kako (Podemos), Protetor Jorge (PTB), Nanci Rafagnin Andreola (PDT), Rosane Bonho (PP) e Tenente Coronel Jahnke (Podemos).

Em dezembro de 2017, o tema foi debatido em audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores. O projeto foi defendido sobretudo por representantes de igrejas e instituições religiosas. Professores e integrantes de entidades de direitos humanos manifestaram posição contrário à proposta.

Alteração

O projeto de emenda à LOM nº 01/2017 possui dois artigos. Um deles diz: "Ficam vedadas em todas as dependências das instituições da rede municipal de ensino a adoção, divulgação, realização ou organização de políticas de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatória, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo 'gênero' ou 'orientação sexual'".

Por H2FOZ



👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 🌐

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA - 09 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/09-226/22751>

Comissão emite parecer favorável à proibição da ideologia de gênero

Publicado por  Reciel em  9 de abril de 2018

Tags ▾ Categorias ▾



Será lido na sessão desta terça-feira (10) o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação favorável ao projeto de emenda à Lei Orgânica proibindo a inclusão de ensino sobre ideologia de gênero nas escolas municipais. No setor jurídico, a conclusão é de que a proposta atende aos preceitos legais estando liberada para debate e votação. Pela teoria de gênero, ninguém nasce homem ou mulher, mas cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida, independentemente do que a biologia, a genética ou os hormônios determinem. O projeto em trâmite na Câmara Municipal quer proibir a abordagem do tema sob essa ótica nas escolas municipais. Mesmo com a renúncia do vereador Dr Brito, principal articulador da proposta, a Câmara decidiu dar sequência ao projeto para deliberação soberana do plenário. A explicação é que ele não é autor único, havendo a assinatura de outros 11 vereadores. Apenas foi retirado o nome de Dr Brito e o projeto segue normalmente. De acordo com Celino Fertrin (PDT), relator do projeto na Comissão, "tudo aquilo que não é proibido, pode ser praticado, portanto temos que regulamentar para não trazer problemas maiores futuros. Sem privar a liberdade de ninguém, pelo contrário que cada um seja feliz da forma que queira, ou que pense, porém não podemos influenciar".(Elson Marques Freelancer /Foto: CMFI)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

H2FOZ - 09 de Abril de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/ideologia-de-genero-volta-a-pauta-da-camara-de-vereadores>

“Ideologia de gênero” volta à pauta da Câmara de Vereadores



Audiência sobre “ideologia de gênero” em 2017 mobilizou opiniões favoráveis e contrárias (Foto: Carlos Sossa.)

H2FOZ - Paulo Bogler

Os vereadores de Foz do Iguaçu voltam a discutir “ideologia de gênero” na sessão legislativa desta terça-feira, 10, a partir das 9 horas. Serão apresentados ao plenário pareceres favoráveis ao projeto que altera a LOM (Lei Orgânica do Município) “vedando a adoção e/ou divulgação de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero”.

O projeto de emenda à LOM nº 01/2017 acrescenta um parágrafo ao artigo nº 162 da Lei Orgânica de Foz do Iguaçu. A proposta ganhou repercussão com a defesa feita pelo ex-vereador Dr. Brito (PEN/Patriotas), que renunciou ao mandato no mês passado. Serão apresentados na

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

sessão de amanhã pareceres das comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social e Defesa do Cidadão.

Além de Brito, outros onze vereadores são coautores da proposta. Assinaram o projeto: Dr. Brito (PEN/Patriota), Celino Fertrin (PDT), Adriana Luiz (PSD), Anderson Andrade (PSC), Elizeu Liberato (PR), Jeferson Brayner (PRB), João Miranda (PSD), Kako (Podemos), Protetor Jorge (PTB), Nanci Rafagnin Andreola (PDT), Rosane Bonho (PP) e Tenente Coronel Jahnke (Podemos).

Em dezembro de 2017, o tema foi debatido em audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores. O projeto foi defendido sobretudo por representantes de igrejas e instituições religiosas. Professores e integrantes de entidades de direitos humanos manifestaram posição contrário à proposta.

Alteração

O projeto de emenda à LOM n° 01/2017 possui dois artigos. Um deles diz: “Ficam vedadas em todas as dependências das instituições da rede municipal de ensino a adoção, divulgação, realização ou organização de políticas de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatória, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’ ”.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

10/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 10 de Abril de 2018 Capa



GAZETA
DIÁRIO DE FOZ DO IGUAÇU

19°C
31°C

Foz do Iguaçu
Terça-feira,
10 de abril de 2018
Ano 2 - edição 551
R\$ 2,00

HONRARIA
Câmara vota indicação de título de Cidadão Honorário de Foz para Donisete Melo
Pág. 4

CULTURA
Evento reúne agentes culturais da BP3 no Ecomuseu de Itaipu nestas quinta e sexta
Pág. 12

Foz registra uma das maiores apreensões de cocaína do país

Ação conjunta entre RF e PRF confiscou 1,8 tonelada da droga; o entorpecente estava no fundo falso de um caminhão-tanque Pág. 3



CONCESSÃO DO CECONFI

O prefeito Chico Brasileiro (PSD) convocou a imprensa local, na manhã de ontem (9), para anunciar a proposta de concessão do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu (Ceconfi) à iniciativa privada pelo prazo de 30 anos. O negócio está condicionado ao investimento mínimo fixado em R\$ 24,5 milhões, que deverá ser executado em até 36 meses. Pág. 5

ELEIÇÃO 2018

IBOPE mostra Ratinho na liderança das intenções de voto no Paraná

Na pesquisa estimulada, Ratinho aparece com 34%; Osmar Dias, com 28%; Cida Borghetti, 5%; e Dr. Rosinha, 3% Pág. 9

DISTRITO INDUSTRIAL

Mudança na lei de exploração já atraiu cerca de 50 empresas



Prefeitura prepara licitações para garantir benfeitorias no local; expectativa é que as obras iniciem ainda neste ano. Pág. 8

ESCOLAS MUNICIPAIS

Projeto que proíbe ideologia de gênero é mantido na Câmara



Mesmo com renúncia de um dos autores, Legislativo decide levar projeto à votação em plenário. Pág. 7

FURTO

Bandi dos arrombam agência bancária na Avenida JK



Uma agência bancária foi arrombada na madrugada dessa segunda-feira (9). Pág. 37

Donisete Melo é indicado para o título de Cidadão Honorário de Foz

Projeto de decreto legislativo apresentado pelos vereadores Anderson Andrade e Marcio Rosa será votado na sessão de hoje

Elson Marques
Fotógrafo

O comunicador e jornalista Donisete Jacinto de Melo foi indicado para receber o título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município. O projeto de decreto legislativo apresentado pelos vereadores Anderson Andrade (PSC) e Marcio Rosa (PSD) vai à votação plenária na sessão desta terça-feira (10). Os pareceres favoráveis foram lidos na sessão anterior.

Natural de Bela Vista do Paraíso (PR) e filho de Sebastião Jacinto de Melo e Alzira Furtado de Melo, o comunicador Donisete Jacinto de Melo tem 62 anos. Foi morar em Ubitatã aos 6 anos de idade, onde estudou e concluiu o ensino médio, vindo a fazer curso superior na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Originário de uma família de nove irmãos, foi o único a concluir o ensino superior. Em 1976, morou em Governador Valadares e conheceu parte do Sudeste brasileiro. No mesmo ano, foi entregador de leite em Ubitatã. No ano seguinte, foi locutor da Estação Rodoviária, onde informava saída de ônibus para vários itinerários.

Em 1978, atuou na Secretaria de Educação e Cultura de Ubitatã e assumiu a direção da Escola Consolidada João Bertoli, sendo o primeiro diretor daquele estabelecimento. Em 1981, mudou-se para Tangará da Serra (MT), onde ministrou aulas nas disciplinas de história, geografia, religião e matemática para turmas da quinta série até o último ano do ensino médio.



Câmara vota hoje honraria a Donisete Melo pelos relevantes serviços prestados ao município

Carreira de radialista

Em 1982, Donisete Melo retornou para Ubitatã, onde novamente assumiu direção da Escola João Bertoli. Em 15 de setembro de 1982, participou de concurso para trabalhar na Rádio Difusora. Entre 56 candidatos, foi o único aprovado. Começou como redator e depois de 15 dias assumiu o Departamento de Jornalismo.

Naquela emissora também atuou como apresentador de vários programas, tais como musicais e noticiários, e foi repórter e narrador esportivo. Em 1987, foi convidado a trabalhar em Campo Mourão, na Rádio Colmeia. No mesmo ano, transferiu-se para

Barra do Garças (MT), onde permaneceu por quase um ano. Retornou a Campo Mourão, onde trabalhou por 11 anos e em duas ocasiões foi homenageado como melhor narrador e apresentador. Chegou ao cargo de gerente da emissora.

Narrador e noticiarista

Em Foz do Iguaçu, Donisete Melo teve passagens pela Rádio Cultura entre fevereiro de 1992 e abril de 1993, sendo coordenador de esporte, e de junho de 1998 até fevereiro de 2002.

Ainda atuou como narrador esportivo nas seguintes emissoras: Humaitá, Campo Mourão; Cultura, Paranavaí; Tabajara,

Londrina; Central, Cianorte; Ingamar, Maringá; Clube, Ubitatã; Capital, Cascavel; e 97 FM, Foz do Iguaçu, além de ser convidado a atuar na Rádio Independência de Belo Horizonte (MG).

Em jornais impressos atuou como jornalista esportivo por 15 anos na *Gazeta do Iguaçu* e há um ano atua no *Gazeta Diário*. Também trabalhou nos jornais *Correio de Notícias*, *O Estado do Paraná*, *Gazeta do Paraná*, *O Vale do Piquiri*, *Gazeta do Piquiri*, *Nosso Tempo* e *Jornal de Foz*.

Homenagem a Padre Paulo

Também na sessão de hoje, a Câmara vota a concessão do título de Cidadão Honorário ao padre Paulo Carlos de Souza, em projeto de iniciativa do vereador Celino Fertrin. Com 59 anos, padre Paulo nasceu em Dracena, estado de São Paulo. Ingressou na Congregação dos Missionários Redentoristas em 1979.

Em 1989, acabou deixando a Congregação Redentorista e foi acolhido por Dom Olívio em Foz do Iguaçu. Pela diocese, terminou os estudos de teologia em Cascavel. Além da palavra de Deus, o violão sempre foi o seu companheiro no trabalho de evangelização, pois é um apaixonado pela música.

Em 1999, assumiu a Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na Vila Yolanda, onde permaneceu por oito anos e investiu na evangelização por meio da música e dos meios de comunicação. Lançou vários CDs de grande sucesso. Há mais de 15 anos, padre Paulo apresenta o programa de rádio *Deus é Real* e por vários anos também se tornou uma atração na televisão regional, por meio da TV Tarobá.

Comissão emite parecer favorável à proibição da ideologia de gênero

Mesmo com renúncia de um dos autores, Câmara decide levar projeto à votação em plenário

Elson Marques
Freelancer

Será lido, na sessão desta terça-feira (10), o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação favorável ao projeto de emenda à lei orgânica proibindo a inclusão de ensino sobre ideologia de gênero nas escolas municipais. No setor jurídico, a conclusão é a de que a proposta atende aos preceitos legais, estando liberada para debate e votação.

Pela teoria de gênero, ninguém nasce homem ou mulher, mas cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida, independentemente do que a biologia, a genética ou os hormônios determinem. O projeto em trâmite na Câmara Municipal quer proibir a abordagem do tema sob essa ótica nas escolas municipais.

Mesmo com a renúncia do vereador Dr. Brito, principal articulador da proposta, a Câmara decidiu dar sequência ao projeto para deliberação soberana do plenário. A explicação é que ele não é autor único, havendo a assinatura de outros 11 vereadores. Apenas foi retirado o nome de Dr. Brito, e o projeto segue normalmente.



Celino Fertrin foi relator do projeto na comissão e defende a regulamentação do tema

No parecer, a comissão destaca que os propósitos de combater preconceitos jamais poderão justificar a prática de abusos contra crianças — pessoas em desenvolvimento e com fragilidade psicológica — e o desrespeito ao direito da família na formação moral dos filhos.

Para a CLJR, "a inserção da ideologia de gênero na educação brasileira representa uma clara violação à dignidade humana da criança e do adolescente, assim como ao direito de pais e responsáveis legais de determinarem a educação dos seus filhos de acordo com suas convicções morais, filosóficas e religiosas".

Sustentação legal

Para chegar ao parecer, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação disse que os parâmetros estão estabelecidos em "farta legislação internacional de direitos humanos fundamentais, na nossa Constituição Federal e na legislação infraconstitucional".

Aponta ainda que "o Congresso Nacional, legítimo representante do povo brasileiro, rejeitou, democraticamente, no Plano Nacional de Educação, o estabelecimento das expressões como ideologia de gênero". Também conclui o parecer que, de igual modo, a teoria "fere o ordenamento jurídico pátrio,

notadamente a Constituição, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente".

Além de citar as manifestações ocorridas no ano passado e a audiência pública com a grande maioria defendendo a proibição da abordagem nas escolas, o parecer faz referência até ao papa Francisco, que se manifestou diversas vezes contra a ideologia de gênero. Em uma delas afirmou: "Uma coisa é que a pessoa tenha esta tendência, esta opção, e há também aqueles que mudam de sexo; e outra coisa é ministrar o ensino nas escolas nesta linha, para mudar a mentalidade".

Matéria não faz parte da grade

Nos termos do parecer, "consonância ao PNE nacional, o município de Foz de Iguaçu, como bem afirmou a Presidente do Sindicato dos Professores e Profissionais de Educação, professora Maria Ricce, na audiência pública realizada em 01/12/2017 e em entrevista ao jornal diário A Gazeta de Iguaçu, em 04 de dezembro de 2017: Não existe no nosso programa municipal de educação o ensino de ideologia de gênero..." O parecer destacou ainda que a presidente do referido sindicato disse: "Isso não é aplicado e nenhum professor é orientado nesse sentido. Trabalhamos sim o respeito, a não discriminação e ensinamos a criança a não ter preconceitos, e somos sim defensores e parceiros das famílias". A conclusão da comissão é a de que não há inconstitucionalidade na matéria em tramitação. Após a leitura do parecer, o projeto estará pronto para entrar na pauta de votação da próxima quinta-feira (12).

Medida impede inclusão

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação aponta ainda a necessidade de medida preventiva. Observa que "à revelia do que estabelece o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação, existem articulações para inclusão da ideologia de gênero na BNCC - Base Nacional Comum Curricular. Por isso é necessário definir os limites do que compete à família".

De acordo com Celino Fertrin (PDT), relator do projeto na comissão, "tudo aquilo que não é proibido pode ser praticado, portanto temos que regulamentar para não trazer problemas maiores futuros. Sem privar a liberdade de ninguém, pelo contrário, que cada um seja feliz da forma que queira, ou que pense, porém não podemos influenciar".

Rosane rompe com o prefeito e gera crise

■ Página 8

Tribuna Popular

EXCLUSIVO

Foz do Iguaçu, 10 a 16 de abril de 2018 | Edição 230 | Ano VI | R\$ 3,00

VEREADOR JOÃO MIRANDA É DENUNCIADO NA DELEGACIA POR ASSÉDIO SEXUAL DENTRO DA CÂMARA MUNICIPAL

Município: FOZ DO IGUAÇU

Endereço: TRAVESSA OSCAR MUXFELD

COMPAREÇA A NOTICIANTE E PASSA A DECLARAR QUE: À CERCA DE 07 MESES EFETUOU A VENDA DE UMA EMPRESA AO NOTICIADO DE FORMA PARCELADA EM 10 PAGAMENTOS MENSAIS, QUE A EMPRESA EM TELA, SE CHAMA (SOLIMED), QUE O NOTICIADO SOLICITOU QUE O NEGÓCIO JURÍDICO FOSSE CELEBRADO EM NOME DE TERCEIRA PESSOA, QUAL SEJA, O SEU GENRO DE NOME DIONY DE SOUZA MARTINS, QUE O NOTICIADO EFETUOU DOIS PAGAMENTOS, VINDO A INADIMPLIR OS DEMAIS. RELATA QUE BUSCOU POR INÚMERAS VEZES TENTAR RECEBER OS VALORES QUE LHE SÃO DEVIDOS, UM MONTANTE DE R\$ 80.000,00 DE SALDO DEVEDOR. QUE NA DATA INFORMADA NO PRESENTE BOLETIM, ESTEVE PESSOALMENTE NO GABINETE DO NOTICIADO, PARA LHE PAGASSE, POIS OS VALORES DEVIDOS E ACORDADOS ESTAVAM PARADOS, DESDE NOVEMBRO DE 2017. QUE NESTE ENCONTRO O NOTICIANTE DISSE A NOTICIADA: "EU VOU LHE PAGAR SIM, DEPOIS QUE VOCÊ SAIR COMIGO" QUE A CONVERSA SE DEU EM CONOTAÇÃO SEXUAL, SENDO DITO PELA NOTICIANTE, QUE JAMAIS FARIA TAL ATO, VEZ QUE NOTICIADO É CASADO, E QUE NOVAMENTE AFIRMOU QUE QUERIA APENAS RECEBER OS VALORES QUE LHE SÃO DEVIDOS. SENDO DITO PELO NOTICIANTE A SEGUINTE FRASE: "ENTÃO VOCÊ NÃO TER DE ESPERAR". NESTE ATO, A NOTICIANTE SE LEVANTOU E DEIXOU O GABINETE DO NOTICIADO. INDIIGNADA COM A SITUAÇÃO COMPARECE NESTE ATO, PARA O REGISTRO E INFORMAÇÃO NÃO TER INTERESSE NESTE MOMENTO EM DAR PROSSEGUIMENTO A APURAÇÃO CRIMINAL. SENDO ENTÃO LHE INFORMADA QUE O PRAZO DECADENCIAL DO PRESENTE RELATO É DE 06 MESES.

Id do Fato: 07/03/2018 Hora: 12:00 Data Final do Fato: 07/03/2018 Hora: 12:25

Assessor: INAPRESENTADO



Ato teria sido praticado dentro do gabinete na Câmara Municipal, o que, além de crime, pode configurar quebra de decoro. ■ Detalhes páginas 3,4 e 5

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Tribuna Popular – 10 de Abril de 2018 Pág.02

2 10 a 16 de abril de 2018

PRETO NO BRANCO

Fernando Giacobbo

O deputado federal Fernando Giacobbo foi flagrado chupando picolé na área central de Foz do Iguaçu. Lembrado que Giacobbo é considerado um dos homens mais influentes do país. E se reeleito poderá ser o 2º político mais importante do Brasil (presidente do Congresso Nacional). E esse é de Foz do Iguaçu.



Tribuna Popular

Vermelho abandonou o barco PTB

Ficamos sabendo que o pré-candidato a Deputado Federal Vermelho teria abandonado o barco PTB quando ficou sabendo que seu partido ia obrigá-lo a pedir voto para a governadora Cida Borghetti. Afff...

Tragédia anunciada II

Semana passada denunciámos a tragédia anunciada em decorrência das condições do asfalto da Avenida Maria Bubiak, hoje denunciámos a estrada rural que dá acesso a Alto da Boa Vista. São aproximadamente 7 Km do Bairro Três Lagoas até o Alto da Boa Vista. E pensar que já aconteceu de tudo daquela localidade. Não faz muito tempo que até os maquinários ficaram retidos pelos moradores em protesto as condições da via. E daí prefeito Chico Brasileiro vai esperar até quando para começar a trabalhar?

Santo de pau-oco

Mais um vereador pela Bola 7. Onde vamos parar? Isso vai dar pano para a manga. E dizem que tem mais vereadores que se dizem ser santo e usam a igreja como desculpa de moralista.



João Miranda é denunciado na delegacia por assédio sexual dentro da Câmara Municipal

Ato teria sido praticado dentro do gabinete na Câmara Municipal, o que, além de crime, pode configurar quebra de decoro

Da editoria geral
Reportagem

Mais um escândalo volta a abalar ainda mais a imagem da Câmara Municipal. Desta vez o assunto parece mais grave que atestado suspeito para faltar às sessões. O Tribuna Popular apurou, com exclusividade, que o vereador João Miranda foi denunciado na delegacia por assédio sexual. O

caso versa sobre uma proposta indecente feita a uma mulher dentro do gabinete do vereador, o que além de crime grave, pode caracterizar quebra de decoro parlamentar.

Conforme levantamentos da reportagem, o fato está sendo investigado pela Delegacia da Mulher e o Tribuna conseguiu uma cópia do Boletim de Ocorrência. Pelas informações, João Miranda

comprou uma empresa da vítima e assumiu responsabilidade por pagamentos parcelados. Parte da dívida não foi paga dentro dos prazos. Quando a mulher foi cobrar ocorreu a proposta que, em tese, configura crime de assédio sexual, constrangimento ilegal, além de ferir vários artigos da Lei Maria da Penha, relativos aos efeitos psicológicos e morais que o caso envolve.



Suposto assédio sexual teria ocorrido no gabinete do vereador João Miranda

Sistema de Investigações Policiais		SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública	
Visualizar de B.O.			
B.O. Nº: 3018/301983	Tipo de B.O.: INICIAL		
Gerado por: 1159675 - JOSE CARLOS ALBINO DA SILVA	Problema:		
Origem da Comunicação: DIRETAMENTE AO ÓRGÃO POLICIAL	Unidade Policial: DELEGACIA DA MULHER DE FOZ DO IGUAÇU	Delegado Responsável: MIREKA FERREIROLI	
Data do Registro: 13/03/2018	Hora Registro: 17:27	Município: FOZ DO IGUAÇU	
Endereço: TRAVESSA OSCAR MUXFELD			
<p>Denúncia Sumária de Ocorrência:</p> <p>COMPARECE A NOTICIANTE E PASSA A DECLARAR QUE: À CERCA DE 07 MESES EFETUOU A VENDA DE UMA EMPRESA AO NOTICIADO DE FORMA PARCELADA EM 10 PAGAMENTOS MENSAIS. QUE A EMPRESA EM TELA, SE CHAMA (SOLUMED), QUE O NOTICIADO SOLICITOU QUE O NEGÓCIO JURÍDICO FOSSE CELEBRADO EM NOME DE TERCEIRA PESSOA, QUAL SEJA, O SEU GENRO DE NOME DYONE DE SOUZA MARTINS, QUE O NOTICIADO EFETUOU DOIS PAGAMENTOS, SENDO A INADIMPLIR OS DEMAIS. RELATA QUE BUSCOU POR DIVERSAS VEZES TENTAR RECEBER OS VALORES QUE LHE SÃO DEVIDOS, UM MONTANTE DE R\$ 80.000,00 DE SALDO DEVEDOR, QUE NA DATA INFORMADA NO PRESENTE BOLETIM, ESTEVE PESSOALMENTE NO GABINETE DO NOTICIADO, SOLICITANDO A ESTE QUE LHE PAGASSE, POREM OS VALORES DEVIDOS E ACORDADOS ESTAVAM ATRASADOS DESDE NOVEMBRO DE 2017. QUE NESTE ENCONTRO O NOTICIANTE DESSE A NOTICIADA: "EU VOU LHE PAGAR SIM, DEPOIS QUE VOCÊ SAIR COMIGO" QUE A CONVERSAS SE DEU EM CONOTAÇÃO SEXUAL, SENDO DITO PELA NOTICIANTE, QUE JAMAIS FARIA TALATO, VEZ QUE O NOTICIADO É CASADO, E QUE NOVAMENTE AFIRMOU QUE QUERIA APENAS RECEBER OS VALORES QUE LHE SÃO DEVIDOS, SENDO DITO PELA NOTICIANTE A SEGUINTE FRASE: "ENTÃO VOCÊ VAI TER DE ESPERAR". NESTE ATO, A NOTICIANTE SE LEVANTOU E DEIXOU O GABINETE DO NOTICIADO, INDIGNADA COM A SITUAÇÃO COMPARECE NESTE ATO, FIRMA O PRESENTE REGISTRO E INFORMA NÃO TER INTERESSE NESTE MOMENTO EM DAR PROSSEGUIMENTO A APLICAÇÃO CRIMINAL, SENDO ENTÃO LHE INFORMADA QUE O PRAZO DECADENCIAL DO PRESENTE RELATO É DE SEIS MESES.</p>			
Data Inicial de Falt: 07/03/2018 Hora: 12:00 Data Final de Falt: 07/03/2018 Hora: 12:25			
Procedência: PROVIDÊNCIAS POLICIA CIVIL			

Boletim de Ocorrência nº 301983/2018 foi registrado no dia 13 de março às 17h27 na Delegacia da Mulher

Boletim de Ocorrência

Leia a íntegra do Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia da Mulher sob o número 301983/2018 registrado no dia 13 de março às 17h:27min.

"Comparece a noticiante e passa a declarar que acerca de 07 meses efetuou a venda de uma empresa ao noticiado (João Miranda) de forma parcelada em 10 pagamentos mensais. Que a empresa em tela se chama (Solumed). Que o noticiado solicitou que o negócio jurídico fosse celebrado em nome de uma terceira pessoa, qual seja o seu genro, de nome Dyone de Souza Martins. Que o noticiado efetuou dois pagamentos, vindo a inadimplir os demais".

"Relata que buscou por inúmeras vezes tentar receber os valores que lhe são devidos, um montante de R\$ 80.000,00 de saldo devedor. Que na data informada no presente boletim (13/03/

2018) esteve pessoalmente no gabinete do vereador, solicitando a este que lhe pagasse, pois os valores devidos e acordados estavam atrasados desde novembro de 2017".

"Que neste encontro o noticiado disse à noticiada: "Eu vou lhe pagar sim, depois que você sair comigo". Que a conversa se deu em conotação sexual, sendo dito pela noticiante que jamais faria tal ato, vez que o noticiado é casado. E que novamente afirmou que queria apenas receber os valores que lhe são devidos. Sendo dito pelo noticiado a seguinte frase: "Então você vai ter de esperar. Neste ato, a noticiante se levantou e deixou o gabinete do noticiado".

"Indignada com a situação, comparece neste ato, firma o presente registro e informa não ter interesse nesse momento em dar prosseguimento à apuração criminal, sendo então lhe informada que o prazo decadencial do presente relato é de seis meses".

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Tribuna Popular – 10 de Abril de 2018 Pág.04

Além de abuso sexual ele teria comprado empresa e colocado em nome de “laranja”

A partir do Boletim de Ocorrência, caso pode render investigação do MP

Da editoria política

Foto: Reprodução

Por que o vereador João Miranda compraria uma empresa da área de serviços e colocaria no nome do genro, Dyone de Souza Martins? O assunto poderá parar no Ministério Público como desdobramento na denúncia contra Miranda feita na Delegacia da Mulher e que o Tribuna Popular obteve cópia do Boletim de Ocorrência. Além dos crimes, em tese, de assédio sexual, há suspeita de uso de empresa em nome de laranja.

Na Delegacia, a denunciante afirmou que há meses atrás efetuou a venda de uma empresa a João Miranda de forma parcelada em 10 pagamentos mensais. Que a empresa em tela se chama (Solumedi). "Que o noticiário solicitou que o negócio jurídico fosse celebrado em nome de uma terceira pessoa, qual seja o seu genro, de nome Dyone de Souza Martins".

O valor do negócio foi de

R\$ 100 mil. João Miranda pagou duas parcelas e atrasou as demais, o que levou a vítima do calote a procurar o vereador no gabinete. No interior do gabinete, João Miranda teria feito uma proposta indecente. "Eu vou lhe pagar sim, depois que você sair comigo". Diante da negativa da mulher, João Miranda completou: "Então você vai ter de esperar".

Transformada com a situação, a vítima compareceu à delegacia da mulher onde fez a denúncia.

Empresa negociada

No cartão cadastral da empresa Solumedi consta como descrição da atividade principal "serviços combinados de escritório e apoio administrativo". Como atividades secundárias "cobranças e informações cadastrais, gestão de ativos intangíveis não financeiros". O endereço informado é rua Marechal Floriano, 1.112, sala 06, no centro. O nome de fantasia é S & M Serviços Administrativos Ltda.



Caso envolvendo João Miranda pode despertar a atenção do Ministério Público

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 17.475.371/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/01/2013
NOME EMPRESARIAL S & M SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SOLUMEDI		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais 77.41-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
COGNOME R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	NUMERO 1112	COMPLEMENTO SALA 06
CEP 85.951-420	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FOZ DO IGUAÇU
ESTADO PR		UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		
TELEFONE (41) 3028-1290		
DATA REGISTRATIVA RESPONSÁVEL (RFB) ****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/01/2013
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL estorno		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL estorno

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 09/04/2018 às 09:01:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

09/04/2018

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 17.475.371/0001-22
NOME EMPRESARIAL: S & M SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) consiste de base de dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DYONE DE SOUZA MARTINS
Identificação:	49-5000-Administrador
Nome/Nome Empresarial:	SABRILLA CORDERO DE MIRANDA
Identificação:	00-5000

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o SICAD com certificado digital ou comparecer a uma unidade de RFB.
Emitido no dia 09/04/2018 às 09:01 (data e hora de Brasília).

[SICAD](#)

Impressão Página
09/04/2018 09:01

Ficha cadastral da empresa Solumedi que foi vendida ao vereador João Miranda que pediu para o negócio ser feito em nome do genro

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Tribuna Popular – 10 de Abril de 2018 Pág.05

Mercado JM está em nome da filha e do genro de João Miranda

Nome de Diony de Souza Martins aparece como dono dos negócios do vereador

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua situação cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 12.521.280991-01	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA: 02/09/2016	
NOME EMPRESARIAL: J M COMERCIAL LTDA			
TIPO DE ESTABELECIMENTO (PRIMELO LOCAL): TORNEIOFOS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS: 47.99-4-20 - Comércio varejista de artigos de casa, mesa e banho; 47.01-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; 47.32-2-01 - Comércio varejista de calçados; 47.96-8-01 - Comércio varejista de eletrônicos, bijuterias e artesanatos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA: 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
EMPRESÁRIO: R ROMARIO VIEAL	RAZÃO SOCIAL: S05	COMPLEMENTO:	
CNPJ: 08.888-228	ENDEREÇO: VILA YOLANDA	MUNICÍPIO: FLOI DO IGUAÇU	
ESTABELECIMENTO: 0000	TELEFONE: (41) 3228-1221 / (41) 3044-1803		
EPF E RESPONSÁVEL RESPONSÁVEL (EPF):			
SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVA			DATA DE SITUAÇÃO CADASTRAL: 02/09/2016
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL:			
SITUAÇÃO ESPECIAL:			
SITUAÇÃO ESPECIAL:			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.
Emitido no dia 09/04/2018 às 09:00:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#) [Voltar](#)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua situação cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 06.230.280991-08	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA: 23/11/2007	
NOME EMPRESARIAL: SUELLY MODAS LTDA			
TIPO DE ESTABELECIMENTO (PRIMELO LOCAL): SUELLY MODAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: 47.01-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS: 47.02-2-01 - Comércio varejista de calçados			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA: 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
EMPRESÁRIO: AV AUGUSTAS	RAZÃO SOCIAL: 796	COMPLEMENTO:	
CNPJ: 08.888-188	EMPRESÁRIO: ANDRIM DAS FLORES	EMPRESÁRIO: FLOI DO IGUAÇU	
ESTABELECIMENTO: 0000	TELEFONE: (41) 3317-0420 / (41) 3424-4728		
EPF E RESPONSÁVEL RESPONSÁVEL (EPF):			
SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVA			DATA DE SITUAÇÃO CADASTRAL: 23/11/2007
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL:			
SITUAÇÃO ESPECIAL:			
SITUAÇÃO ESPECIAL:			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.
Emitido no dia 09/04/2018 às 09:59:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#) [Voltar](#)

09/04/2018 Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 08.888-228
NOME EMPRESARIAL: J M COMERCIAL LTDA
CNPJ: 08.888-228 (Data: 02/09/2016)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) extraído do banco de dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome(s) Empresarial:	BIANCA CORDEIRO DE MIRANDA
Qualificação:	09-Sócio-Administrador

Nome(s) Empresarial:	DIONY DE SOUZA MARTINS
Qualificação:	20-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou compressor e uma cópia da RFB.
Emitido no dia 09/04/2018 às 09:00:41 em hora de Brasília.

[Voltar](#)

09/04/2018 Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 06.230.280991-08
NOME EMPRESARIAL: SUELLY MODAS LTDA
CNPJ: 06.230.280991-08 (Data: 23/11/2007)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) extraído do banco de dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome(s) Empresarial:	SUELI DE PAULA CORDEIRO DE MIRANDA
Qualificação:	09-Sócio-Administrador

Nome(s) Empresarial:	JOAO DONALVES DE MIRANDA
Qualificação:	20-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou compressor e uma cópia da RFB.
Emitido no dia 09/04/2018 às 09:59:32 em hora de Brasília.

[Voltar](#)

Da editoria política
Foto: Divulgação

Além da Solhmedi, o vereador João Miranda é dono de outros negócios, mas aparecem em nome de supostos

laranjas. O genro Diony de Souza Martins é o nome encontrado nos documentos e cartão de CNPJ das empresas que seriam de João Miranda. A Solhmedi, empresa de serviços administrativos foi adquiri-

da em no ano passado e colocada em nome do genro. Outra empresa em que aparece o nome de Diony é JM Comercial Ltda (Mercado JM, na Vila Yolanda). O genro aparece como sócio e a filha do ve-

reador, de nome Bianca Cordeiro de Miranda é a sócia-administradora. AS & M Ltda Solhmedi tem Diony como sócio-administrador e Gabriela Cordeiro de Miranda como sócia. O nome do vereador está

relacionado a uma terceira empresa, a Suelly Modas Ltda. No cartão de sócios aparecem os nomes de João Miranda (sócio) e Sueli de Paula Cordeiro de Miranda como (sócia-administradora).

Nanci prepara defesa e tenta evitar a cassação do mandato

Prazo para apresentar defesa por escrito já está correndo

Da editoria de polícia

Fotos: Divulgação

A defesa da vereadora Nanci Rafagnin Andreola está preparando os argumentos para evitar a cassação do mandato. Ela foi notificada semana passada sobre o processo no Conselho de Ética que apura denúncia de quebra de decoro parlamentar. A vereadora é acusada de apresentar atestado médico, faltar a duas sessões da Câmara e no dia seguinte aparecer no Rock In Rio.

A partir da notificação, a vereadora tem prazo de até cinco sessões para apresentar defesa. O vereador João Miranda (PSD) foi escolhido em sorteio como relator do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal. Além dele fazem parte do Conselho de Ética os vereadores Elizeu Liberato (PR), Protetor Jorge (PTB), Marcio Rosa (PSD) e Celino Ferrin (PDT).

A partir de agora, com as funções definidas, os membros irão dar seguimento ao Processo Administrativo Disciplinar 02/2018, em desfavor da Vereadora Nanci. No ato da defesa prévia, a vereadora poderá apresentar testemunhas de defesa a serem ouvidas na sequência. Da mesma forma serão ouvidas testemunhas de acusação. Na sequência acontece o interrogatório da acusada, passando às alegações finais.

Caberá ao vereador João Miranda elaborar o parecer que será submetido aos demais membros do conselho. Em seguida o relatório será apresentado ao plenário, podendo concluir pelo arquivamento do processo ou, em caso de constatação da que-



Conselho de Ética se reuniu, emitiu a notificação e prazo para a defesa já está correndo

bra de decoro, propor medidas disciplinares, inclusive pedido de cassação do mandato. Nanci segue dizendo que está tranquila porque não cometeu nenhum ato que caracteriza quebra de decoro.

Repercussões

O assunto causou grande repercussão nos meios políticos e na opinião pública podendo comprometer os planos de Nanci é pré-candidata a deputa estadual. Conforme o Tribuna Popular publicou na edição 227, a vereadora alegou doença, faltou em sessões, mas apareceu no Rock In Rio, fato comprovado por documentos publicados na matéria. Vale lembrar que o assunto veio à tona depois que o jornal publicou que Nanci é a campeã em faltas no ano de 2017.

Indignada com a divulgação do levantamento feito pelo Tribuna no Portal da Transparência, Nanci fez pronunciamento na Câmara, alegando justificar todas as faltas registradas ano passado.



Vereadora Nanci segue dizendo que está tranquila porque não cometeu nenhum ato que caracteriza quebra de decoro

O jornal então iniciou uma verificação e com documentos chegou a fortes indícios de fraude, uso de má fé ou falta de decoro em ao menos uma das justificativas de ausência da vereadora.

No dia 21 de setembro do ano passado teve uma sessão ordinária e uma sessão extraordinária. Nanci não compareceu. Apresentou um atestado assinado por médico do Hospital Angelina Caron, de Campina Grande do Sul (PR). O CID (Código Internacional de Doenças), constante no documento é o S-800. Isso significa, dentre outros, contusão no joelho.

Por esse motivo, Nanci não compareceu as sessões e apresentou o atestado como justificativa. Entretanto, na mesma data, a vereadora aparece no Rockin In Rio, acompanhada de outras pessoas, possivelmente amigas e familiares. Ela mesma postou as fotos no facebook. Nanci aparece com pose até ao lado de artista global.

Diante da situação, foi apresentada denúncia na Câmara, acatada pelo plenário, o que gerou o processo administrativo disciplinar.

MP também abriu inquérito e apura a conduta da vereadora

Ações podem comprovar se a vereadora Nanci agiu ou não de má fé para simular impossibilidade de trabalhar

Enrique Alliana

Foto: Reprodução

O Ministério Público comanda em paralelo uma investigação sobre os atos atribuídos à vereadora Nanci Rafagnin Andreola que, em tese, teria cometido quebra de decoro parlamentar. O cidadão Diego Lucas Duarte Dresch entrou com pedido de providências contra a vereadora, o que foi acatado pelo promotor Marcos Cristiano Andrade.

O propósito é apurar se a vereadora agiu ou não de má fé para simular impossibilidade de trabalhar. Dentre as medidas sugeridas ao MP constam:

1) Oficiar as companhias aéreas e de transporte terrestre com o objetivo de fazer o cruzamento de informações (datas e horários) entre as viagens da Vereadora Nanci Rafagnin e os demais fatos (- Ida para Campina Grande do Sul - Data do Atestado - Ida para o Rio de Janeiro - Data do Evento Rock in Rio);

2) Oficiar os organizadores do Rock in Rio com o

objetivo de descobrir os dias e os horários em que a Vereadora Nanci esteve no evento. (ROCK WORLD S.A, CNPJ: 13.212.200/0001-50; Endereço: Av. Paisagista José Silva de Azevedo Neto, nº 200, Sala 205 - Bloco 01 - Empreendimento Corporate Office O2, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ);

3) Oficiar a Sociedade Hospitalar Angelina Caron, situada na Rodovia do Caqui, 1150, Bairro Araçatuba, Município de Campina Grande do Sul/PR, com o objetivo de conseguir cópia do prontuário médico da paciente Nanci Rafagnin Andreola, a fim de descobrir qual foi o horário do atendimento realizado pela paciente em 21/09/2017, além do horário de chegada e saída dela na unidade hospitalar na data citada;

4) Ouvir o médico Maxsuel Fidélis de Pádua Almeida, CRM-PR 31.578, com o objetivo de elucidar eventual dúvida quanto à falsidade (material e/ou ideológica) do atestado médico por ele firmado em favor da referida Vereadora;

5) Ouvir a Vereadora Nanci Rafagnin, visando oportunizar-lhe o contraditório e ampla defesa;

6) Ajuizar medida cautelar de Afastamento das funções públicas em desfavor da Vereadora Nanci Rafagnin, com o objetivo de garantir a integridade da apuração (Lei nº 8.429/92, art. 20, parágrafo único);

7) Ajuizar medida cautelar de bloqueio de valores com o fim de garantir resultado útil na aplicação das penalidades da lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92, art. 16, §§ 1º e 2º)

Repercussões Criminais

Diego Dresch aponta no pedido que nas informações destacadas extraem-se várias suspeitas de condutas ilícitas e atos de improbidade administrativa.

Dependendo do que for apurado, "poder-se-á encontrar elementos que indiquem o cometimento, em tese, de crimes como, por exemplo, Falsidade Ideológica (art. 299 do CP), Uso de Documento Falso (art. 304 do CP), Falsidade de Atestado Médico (art. 302 do CP), Peculato (art. 312), entre outros.

"Falsidade ideológica"
"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:"



Muito bom!



Investigação paralela segue no Ministério Público o que pode render ação criminal contra a vereadora

"Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular."

"Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

"Falsidade de atestado médico"
"Art. 302 - Dar o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso:"

"Pena - detenção, de um mês a um ano."
"Parágrafo único - Se o crime é cometido com o fim

de lucro, aplica-se também multa."

"Uso de documento falso"

"Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os Arts. 297 a 302:"

"Pena - a cominada à falsificação ou à alteração."

"Peculato"
"Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:"

"Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa."



Promotor Marcos Cristiano Andrade acatou pedido de providências e está investigando a viagem da vereadora ao Rock in Rio

PP vive briga interna: vereadora Rosane se declara independente

Disputa envolve Rosane, Gessani da Silva e Jussier Leite para concorrer a deputado



Guerra interna no PP está aberta entre Rosane Bonho, Gessani da Silva e Jussier Leite Silva

Enrique Alliana

Foto: Divulgação

O Partido Progressista (PP) enfrenta uma briga interna acentuada causando reflexos na Câmara Municipal onde atua a vereadora Rosane Bonho. Ela já havia sido escolhida ano passado como o nome do partido a ser indicado à convenção estadual para sair candidata a deputada, disputando vaga para a Assembleia Legislativa. Descontente, o ex-vereador Gessani da Silva apresentou, por iniciativa própria, o nome dele diretamente no diretório estadual.

A atitude aumentou a crise. Uma denúncia divulgada nas redes sociais aponta que Rosane vinha sendo pressionada dentro do partido a votar com a bancada do prefeito Chico Brasileiro.

Troca de favores

Dentro do próprio partido tem gente disposta a apresentar denúncia ao Ministério Público sobre a suposta troca de favores usando dinheiro público. Rosane estaria sendo obrigada a votar no interesse do grupo do prefeito e em troca Chico Brasileiro mantém cargos comissionados na prefeitura indicados pelo PP.

Temendo ver seu nome envolvido em escândalo, na última sessão Rosane Bonho fez um pronunciamento declarando-se independente em relação ao Executivo. "Não sou situação e nem oposição. A partir de hoje a vereadora Rosane Bonho se torna independente nesta casa. Aquilo que for favorável ao povo de Foz do Iguaçu que votou, estaremos juntos. Naquilo que estiver em desacordo, estaremos aqui para posicionarmos

contra", afirmou a vereadora.

O faz de conta

A consequência da atitude de Rosane pode ser a exoneração de CC's indicados pelo PP na prefeitura. Aliás parte desse grupo é que está reagindo dentro do partido para não perder a mamata. A estratégia então seria Rosane fazer discurso de independente, mas continuar votando com a bancada do prefeito evitando assim exonerações.

A ponderação dos aliados de Rosane é de que bater contra o esquema pode ser suicídio político, pois para manter seu nome como opção na disputa a deputada estadual depende de votos internos.

Gessani atropela decisão interna

Por fora, fomentando a discordância e tentando enfraquecer

Rosane está Gessani da Silva que tenta voltar à cena política após o desgaste de ter sido trocado na vice de Chico Brasileiro. Vale lembrar que na eleição de 2016, Gessani era vice na chapa do atual prefeito. Perderam a eleição para Paulo Mac Donald, que teve a candidatura rejeitada no TSE.

Logo depois, com a prisão de 12 vereadores, Gessani acabou levado coercitivamente para depor na Operação Pecúlio. Esse foi um dos fatores que resultou na substituição do vice. Nas eleições complementares realizadas em abril do ano passado, Gessani foi substituído por Nilton Bobato (PCdoB). Sem Mac Donald na disputa, Brasileiro e Bobato venceram as eleições e Gessani caiu no esquecimento.

Disposto a tudo, o ex-vereador passou por cima de uma decisão interna do parti-

do e protocolou o próprio nome direto no diretório estadual como pré-candidato. Para embolar ainda mais o quadro, o guarda municipal Jussier Leite Silva resolveu recolocar o nome para avaliação do diretório local.

Três nomes a deputado

Com isso, o partido tem três nomes disputando espaço: A vereadora Rosane Bonho, ex-vereador Gessani da Silva e o GM Jussier Silva. A briga interna no PP também tem como pano de fundo o fato de Cida Borguetti assumiu como governadora. Até então não havia certeza de que a vice entraria no lugar de Beto Richa para governar o Paraná ao menos por nove meses e com possibilidade de sair candidata à reeleição para o Palácio Iguaçu.

STJ julga hoje caso de Anice que busca reassumir como vereadora

Por enquanto, o resultado de hoje não a reconduz ao cargo, mas pode confirmar o direito de responder o processo em liberdade

Da editoria jurídica

Foto: Reprodução

Uma nova reviravolta pode ocorrer no Processo da Operação Pecúlio/Nipoti. Desde o início, a vereadora Anice Gazzaoui vem alegando inocência dos fatos que a levaram à prisão em dezembro de 2016.

No ano passado, a defesa conseguiu que ela respondesse ao processo em liberdade, porém a justiça decidiu que ela deveria manter-se afastada da Câmara. Agora, nesta terça-feira (10), ocorre julgamento no Superior Tribunal Federal e dependendo do resultado, ela sai fortalecida para buscar retorno ao cargo de vereadora.

Havendo vitória no STJ a vereadora reforça a condição de outra medida que corre em paralelo onde luta para reassumir as funções. Caso os planos da defesa aconteçam dentro do esperado, o Tenente-Coronel Jahnke volta a ser suplente. Isso é juridicamente possível porque nenhum dos cinco vereadores foi sentenciado na Operação Nipoti. Uma jurisprudência em casos dessa natureza deixa a defesa de Anice bastante otimista.

Há caso com recurso julgado, inclusive em outros estados, onde a justiça concluiu que "o vereador não pode ficar afastado por força de preventiva por mais de seis meses (180 dias) prazo prorrogável por igual período". Na prática, a decisão é que os detentores de cargo eletivo não podem ser afastados por mais de um ano na fase de instrução de processo.



Defesa de Anice reforça convicção de que a vereadora segue em busca de reassumir o cargo

Recurso em julgamento

A advogada Thaise Mattar Assad confirmou que nessa terça acontece o julgamento do Habeas Corpus que está no STJ, porém por si só não reconduz Anice ao cargo. "É o mesmo HC que soltou Anice em fevereiro do ano passado. Na verdade esse HC só vai confirmar a liminar da soltura dela. A questão de voltar ao exercício do mandato não é objeto deste HC", informou.

Quanto a previsão de julgamento do recurso pelo efe-

tivo retorno ao cargo, a advogada afirmou que ainda não há previsão, mas a defesa aguarda a próxima semana para ter uma posição mais clara.

Cassação do mandato suspensa

A defesa de Anice já conseguiu derrubar a cassação do mandato promovida pela Câmara após processo no Conselho de Ética por quebra de decoro. Em março deste ano, o Tribunal de Justiça do Paraná suspendeu a cassação do mandato até que o caso seja julgado por

um colegiado.

O desembargador Xisto Pereira, relator do recurso, considerou procedentes as alegações de erro de procedimento e liminarmente determinou a suspensão dos efeitos da Resolução nº 137/2017 da Câmara Municipal que cassou o mandato.

O que ainda impede Anice de reassumir o cargo são as medidas restritivas impostas pela Justiça Federal no âmbito da Operação Pecúlio, proibindo a vereadora de acessar as dependências da Câmara e nem manter conta-

to com os membros da casa. Conforme o advogado Samuel Falavinha, foi requerido na esfera cível junto à Justiça Federal o afastamento da cautelar que a impede do exercício da função pública e consequente do retorno ao mandato eletivo.

Ainda há um questionamento de que Anice foi expulsa do Podemos, mas segundo a defesa da vereadora, isso não se sustenta e já há várias jurisprudências de que expulsão interna de partido não tira o direito do eleito exercer o cargo.

Câmara cobra posicionamento da prefeitura sobre a usina de asfalto

Requerimento foi apresentado depois de reportagens divulgadas pelo Tribuna Popular

Da editoria geral

Fotos: Enrique Aliano e Roger Meireles

A Câmara de Foz do Iguaçu exigiu explicações do prefeito Chico Brasileiro sobre a demora da usina de asfalto anunciada ano passado. As ruas da cidade estão tomadas pela burocracia e as reclamações só aumentam. Depois de reportagens divulgadas pelo Tribuna Popular os vereadores resolveram aprovar requerimento cobrando esclarecimentos da prefeitura.

O requerimento nº 72/2018 foi apresentado por Rosane Bonho e obteve aprovação dos demais vereadores. O documento solicita prazo para o início dos trabalhos da usina de asfalto do Município, bem como o cronograma das ruas a serem asfaltadas com o material produzido. "A presente ação, que atende a função legislativa da requerente enquanto vereadora, visa fiscalizar o poder executivo mu-

nicipal no que se refere a prestar esclarecimentos quanto ao planejamento para a instalação da já anunciada fábrica de asfalto no município, bem como o cronograma de ruas a serem contempladas pelo material produzido", consta no requerimento.

Equipamentos ao relento

Os equipamentos da usina de asfalto continuam ao relento no pátio da antiga Bordin Materiais de Construção, na Avenida JK, atualmente sede de algumas secretarias da Prefeitura. O Tribuna Popular trouxe a denúncia na edição 225. Mostrou que com a ação do sol e da chuva os maquinários já dão sinais de deterioração em alguns pontos como os pneus. Ao redor o matagal começa a crescer.

Em julho do ano passado o prefeito Chico Brasileiro divulgou que estava liberando



Enquanto não se resolve o assunto, maquinários seguem parados no pátio da prefeitura

R\$ 2 milhões do Município para a aquisição dos equipamentos. Disse que imediatamente a usina seria instalada permitindo que o Município

realizasse os serviços próprios de tapa-buracos, de manutenção e de recuperação da malha viária em ruas e avenidas do centro e dos bair-

ros. Entretanto, os equipamentos estão abandonados e a área onde seria instalada a usina de asfalto está tomada pelo matagal.

Foto: Roger Meireles



Antigo matadouro seria o local onde deveria estar funcionando a usina

Prefeitura ainda não explicou os pagamentos à empresa da usina

Denúncia com pedido de esclarecimentos foi feita na Câmara pelo vereador Celino Fertrin

Da editoria política

Foto: Divulgação

Na edição 228 do Tribuna Popular saiu uma reportagem sobre o requerimento 92/2018, de autoria do vereador Celino Fertrin solicitando esclarecimentos da prefeitura sobre o contrato 270/2017 com a UP Ideias Serviços Especializados e Comunicação Eierle. A empresa foi contratada no ano passado para prestação de serviços especializados de operação da usina de asfalto. A usina não entrou em funcionamento, mas o governo do prefeito Chico Brasileiro já efetuou pagamento.

Ao apresentar a denúncia na tribuna da Câmara, o vereador Celino explicou que a única coisa que existe é a promessa de que a usina ficará pronta nos próximos meses. "A empresa de pequeno porte foi contratada para prestar serviços de mão de obra especializada para operação da usina. Uma das cláusulas rege que o Município pagará o va-



Celino Fertrin disse que a prefeitura ainda não respondeu, mas a Câmara aguarda o prazo legal

lor mensal de R\$ 70.820,48 totalizando o montante anual total de R\$ 849.845,56 pela prestação dos serviços", disse Celino.

O vereador frisou que a usina anda não está em atividade. "O que me levou a entrar com o requerimento é o questionamento de alguns

municipais para saber onde está sendo aplicado o dinheiro público e se esse pagamento é coerente e correto. Levantamos informações de que a prefeitura pagou R\$ 20.835,93", apontou.

Celino Fertrin também se mostrou intrigado com o fato de o contrato não possuir ne-

nhuma cláusula autorizando pagamento fragmentado. "Diante dessa situação estamos solicitando via requerimento que o prefeito esclareça o pagamento sem que a usina esteja em operação, cópia do contrato e o fundamento legal para esse pagamento", concluiu.

Ainda sem resposta

A prefeitura tem 30 dias para responder aos requerimentos da Câmara. No caso da usina, o vereador Celino ainda não obteve resposta. "Até agora não enviar a resposta, mas estamos aguardando porque existe um prazo legal", disse Celino que é vice-presidente da Câmara. Logo que a reportagem foi publicada, o chefe de setor da prefeitura, Geraldo Vieira do Nascimento, telefonou para o editor do Tribuna Popular explicando que o contrato da usina de asfalto tem outros serviços agregados, incluindo equipe de tapa-buraco que já está trabalhando.

Extrato do contrato

A informação de Geraldo Vieira é intrigante porque no extrato do contrato divulgado no Diário Oficial nº 3.239 de 22 de dezembro de 2017 (página 52) não consta nada disso. Vejamos:

CONTRATO Nº 270/2017 de 14 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE: Município de Foz do Iguaçu/PR.

CONTRATADA: UP IDEIAS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E COMUNICAÇÃO EIRELI - EPP

CNPJ Nº: 07.271.878/0001-00

OBJETO: prestação de serviços com fornecimento de mão de obra especializada, para operação de usina de asfalto, localizada na Rua Angatuba, 1.290 - bairro Gleba Guarani, conforme especificações do edital de Pregão Eletrônico nº 216/2017;

VALOR: total de R\$ 849.845,76 (oitocentos e quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos);

PRAZO: 12 (doze) meses.



Situação dos equipamentos permanece na mesma e prefeitura já iniciou os pagamentos para a empresa

Buraqueira toma conta da cidade

Câmara apresentou quase 400 indicações, a maioria sobre trânsito e pavimentação

Da editoria política
Foto: Reprodução

A buraqueira tomou conta da cidade. Tanto que das quase 400 indicações dos vereadores apresentadas neste ano referem-se à pedido de pavimentação das vias públicas e melhorias no sistema de trânsito. São aproximadamente 40% dos pedidos relativos à recuperação asfáltica, serviços de tapa buraco, sinalização de vias ou instalação de redutores de velocidade.

Todos os dias a Câmara recebe reclamações e os vereadores despacham os pedidos para a prefeitura que não consegue vencer a demanda. Das últimas indicações apresentadas, o Tribuna Popular verificou reivindicações, por exemplo, para reabertura da Rua "T", entre a Rua Recife e a Rua Rio Branco, no na Vila C Nova.

O vereador Kako disse que devido à revitalização na Avenida Andradina, que é uma avenida de mão dupla, foi definido que a Rua Branco vai absorver todo o fluxo de uma mão e a Rua Recife da outra mão. Como esta rua trata de quadras distintas, é essencial

a reabertura da Rua "T" para melhorar o retorno, evitando assim possíveis infrações de trânsito.

O presidente da Câmara, Rogério Quadros, pediu manutenção do asfalto da Rua Francisco Fogaça do Nascimento, no São Roque II. Afirmando que em virtude da falta de manutenção periódica e da grande circulação de veículos, incluindo o transporte coletivo, a via está repleta de buracos o que, além de danificar os veículos, oferece risco considerável aos motoristas que por lá circulam diariamente.

Gobrança de reapartamento

Os pedidos para reapartamento asfáltico são muitos. Marcio Rosa, por exemplo, reivindicou a conclusão do asfalto na Rua Esteio, no bairro Jardim Canadá II. Segundo ele, em visitas realizadas ao bairro os moradores apresentaram a reivindicação. O vereador pediu também reapartamento na Rua Montaha Osman, no bairro Jardim Dona Fátima Osman.

Já o vereador João Miran-



Ruas esburacadas estão em todos os bairros de Foz do Iguaçu

da apresentou reivindicações para asfalto em quatro locais: Rua Redenção, no Bairro Jardim Nacional; rua Delfim Moreira, no bairro Parque Presidente I; rua Toledo, no Jardim do Paraná; e manutenção do asfalto, das bocas de lobo e a troca das manilhas de esgoto quebradas na Rua Herbert Bhatel, no Loteamento

Veraneio.

Disse que a rua Herbert Bhatel possui um grande fluxo de veículos. A via "encontra-se com vários buracos e deformidades no asfalto, o que ocasiona prejuízos econômicos para os condutores de veículos, além de perigo iminente de acidentes. Ademais, as bocas de lobo en-

contram-se com as tampas quebradas, oferecendo risco iminente de acidentes aos munícipes que utilizam a calçada", reclamou.

Por fim, as manilhas de esgoto da via estão quebradas, causando alagamentos na rua, ocasionando constrangimentos e prejuízos econômicos aos munícipes.



Acesso a via rural esta insustentável

Jardim Alvorada faz abaixo assinado

Moradores do Jardim Alvorada chegaram a fazer um abaixo assinado entregue na Câmara e na prefeitura. Os vereadores resolveram entrar com indicação coletiva - assinada por todos. Seguindo as reivindicações constantes no abaixo assinado, eles solicitam, dentre outras necessidades, a operação tapa-buracos na Rua Barra Grande, nas proximidades da esquina com a Rua Argemiro Lemos; implantação de linha de transporte coletivo e pontos de ônibus; implantação de rede de esgoto. Pediram também instalação de lombadas e sinalização nas ruas; construção de unidade básica de saúde, escola municipal e Centro Municipal de Educação Infantil; construção de calçadas; construção de academia ao ar livre, com praça pública; e fiscalização de terrenos baldios.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Primeira Linha - 10 de Abril de 2018

Link: https://www.primeiralinha.com.br/home2/noticia_online.php?noticia_online=892

Imposto

10/04/2018 11h42

PREFEITO ANUNCIA MUDANÇAS NO ISSQN PARA PROFISSIONAIS LIBERAIS AUTÔNOMOS

Decisões judiciais sustentam revogação da Lei Municipal que alterou cobrança



O prefeito Chico Brasileiro esteve reunido ontem (9) com vereadores para apresentar a proposta de revogação da lei que alterou a forma de cobrança do ISSQN para profissionais liberais autônomos. A principal diferença é que, com a revogação proposta, a cobrança volta a ser feita em taxas fixas e não sobre o valor de nota. O pedido foi protocolado ontem na Câmara de Vereadores.

A lei complementar 274, em vigor desde 06 de outubro de 2017, foi elaborada pelo executivo municipal para atender a imposição criada pelo governo federal em dezembro de 2016, que obriga a cobrança mínima de ISSQN em 2%, proibindo isenções, incentivos ou benefícios sobre o imposto. Até então o município de Foz do Iguaçu fazia a cobrança de uma taxa fixa de ISSQN para profissionais liberais autônomos.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

“Nós recebemos a orientação da autoridade fazendária do município de que deveríamos atender integralmente às mudanças impostas pelo Governo Federal. No próprio texto da lei federal já constavam as punições do não cumprimento dessa cobrança, com ameaça de improbidade administrativa, perda de função pública e multa de até três vezes do valor não cobrado. E nós estamos aqui para cumprir o que determina a lei” explicou o prefeito Chico Brasileiro.

Apesar da lei federal (LC 157/2016) seguir em vigor, algumas decisões judiciais abalizaram o município no pedido de revogação da legislação municipal.

A reunião contou com a presença do presidente da Câmara, Rogério Quadros e os vereadores Jeferson Brayner, Protetor Jorge, Nanci Rafain, Márcio Rosa, Anderson Andrade e João Sabino.

A decisão revogar essa lei já havia sido anunciada pelo prefeito à representantes de categorias profissionais em uma reunião de trabalho, realizada no final de março. O anuncio foi bem recebido por membros da OAB, Sincofoz e representantes da Associação dos Médicos.

Ação contra informalidade

“A Secretaria da Fazenda também entende que a cobrança da forma proposta pelo governo federal oneraria demais esses profissionais, mas tivemos que nos ater a legalidade do processo. A volta do sistema de taxa fixa é uma excelente forma de evitarmos a informalidade desses profissionais.” Destaca Erton René Neuhaus, Secretário de Fazenda do Município.

Segundo Neuhaus, a Secretaria da Fazenda irá reenquadrar esses profissionais automaticamente, sem necessidade de tramite de documentos ou protocolos. “Será uma alteração bastante tranquila e irá facilitar inclusive a fiscalização do município.” Comentou.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Rádio Cultura – 10 de abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/10/mulher-denuncia-joao-miranda-por-assedio-vereador-diz-que-foi-pego-de-surpresa/>

Mulher denuncia João Miranda por assédio. Vereador diz que foi pego de surpresa



por Dante Quadra — 10 de Abril de 2018 em Política

0 0 0



0 Compartilhado 447 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G



Na manhã desta terça-feira (10) a imprensa teve acesso a um Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu, no dia 13 de março deste ano, denunciando que o vereador João Miranda teria assediado uma mulher dentro da Câmara de Vereadores.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Segundo a denunciante, o fato teria acontecido após uma conversa no gabinete de Miranda, onde os dois tratavam sobre a cobrança de uma dívida. Miranda chamou a imprensa nesta manhã, para esclarecer o caso e disse que foi pego de surpresa. O boletim foi divulgado pelo jornal Tribuna Popular. A suposta dívida não diz respeito ao trabalho parlamentar.

Em nota, a Delegacia da Mulher informou que não se pronunciará sobre o caso. “Leva-se em consideração que os procedimentos tratados pela Especializada correm em segredo de justiça e que no caso em tela a vítima optou por não representar contra o suposto autor”.

Na última semana, João Miranda assumiu a relatoria da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Vereadores. A escolha foi feita por meio de sorteio.

Veja o trecho do relato registrado na Delegacia da Mulher:

“Que neste encontro o noticiado disse à noticiada: “Eu vou lhe pagar sim, depois que você sair comigo”. Que a conversa se deu em conotação sexual, sendo dito pela noticiante que jamais faria tal ato, vez que o noticiado é casado. E que novamente afirmou que queria apenas receber os valores que lhe são devidos. Sendo dito pelo noticiado a seguinte frase: “Então você vai ter de esperar. Neste ato, a noticiante se levantou e deixou o gabinete do noticiado”.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA – 10 de abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/11-214/22861>

Votação definitiva sobre ideologia de gênero vai acontecer em maio

Publicado por  Reciel em  10 de abril de 2018

Tags  · Categorias 



Na sessão de ontem (10) os vereadores aprovaram por 14 votos a 1 o projeto de emenda à Lei Orgânica que proíbe a abordagem e qualquer matéria nas escolas municipais referente ao ensino de ideologia de gênero. A aprovação ocorreu em primeira discussão e ainda depende de uma segunda votação. Por ser uma emenda à LOM, o Regimento prevê interstício de 10 dias em relação à primeira votação. Como a última sessão ordinária do mês está agenda para o dia 17, a votação definitiva do projeto deverá ocorrer no início de maio. Ontem era apenas para ser lido o parecer favorável ao projeto de lei para ser incluído na pauta da primeira votação na sessão de amanhã. Entretanto, o vereador Bení Rodrigues (PSB) solicitou questão de ordem e pediu a dispensa de interstício entre a leitura do parecer e a primeira votação. (Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA – 10 de abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/11-213/22859>

Vereador pede vistas em projeto sobre o fracionamento das férias

Publicado por  Reciel em  10 de abril de 2018

Tags ▾ Categorias ▾



O vereador Beni Rodrigues (PSB) pediu vistas na sessão de ontem (10) de duas emendas ao projeto do Executivo que regulamenta o fracionamento das férias no funcionalismo municipal. As alterações no texto foram apresentadas pela Comissão Mista responsável também pelo parecer favorável. Beni alegou que pretende analisar melhor as emendas para não prejudicar o funcionalismo nem administração municipal. O vereador pode devolver as emendas para a pauta a qualquer momento desde que não ultrapasse o prazo regimental de dez dias úteis. Beni informou que pretende devolver o mais breve possível. Para votação da nova redação, o plenário ainda terá que aprovar as duas emendas apresentadas pela Comissão Mista. (Elson Marques Freelancer/ Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

H2FOZ – 10 de abril de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/vereadores-de-foz-aprovam-proibicao-a-ideologia-de-genero>

“Ideologia de gênero” volta à pauta da Câmara de Vereadores



Audiência sobre “ideologia de gênero” em 2017 mobilizou opiniões favoráveis e contrárias (Foto: Carlos Sossa)

H2FOZ - Paulo Bogler

Os vereadores de Foz do Iguaçu aprovaram nesta terça-feira, 10, projeto que altera o artigo 162 da LOM (Lei Orgânica do Município), “vedando a adoção e/ou divulgação de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero”. Foram 14 votos favoráveis e um contrário, apresentado pelo vereador Márcio Rosa (PSD).

O projeto não constava da pauta da sessão ordinária, em que foram lidos os pareceres favoráveis à matéria emitidos pelas comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social e Defesa do Cidadão. O vereador Beni Rodrigues (PSB) pediu a inclusão da proposta para deliberação na ordem do dia.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

A emenda à LOM é de autoria dos vereadores Celino Fertrin (PDT), Adriana Luiz (PSD), Anderson Andrade (PSC), Beni Rodrigues, Elizeu Liberato (PR), Jeferson Brayner (PRB) e João Miranda (PSD). Também assinam a proposição os vereadores Kako (Podemos), Protetor Jorge (PTB), Nanci Rafagnin Andreola (PDT), Rosane Bonho (PP) e Tenente-Coronel Jahnke (Podemos).

Originalmente, o projeto ainda tinha a coautoria do Dr. Brito (PEN/Patriota), que renunciou ao mandato parlamentar no mês passado. Principal porta-voz da campanha contra a “ideologia de gênero”, Brito conduziu audiência pública sobre o tema na Câmara de Vereadores e organizou manifestações públicas e divulgações nas redes sociais.

O projeto foi aprovado em primeira discussão. A segunda votação deve acontecer somente a partir de dez dias, por se tratar de emenda à Lei Orgânica de Foz do Iguaçu. Se for aprovado, será promulgado pela mesa diretora da Câmara Municipal de Vereadores.

Regulamentação preventiva

Relator do projeto na Comissão de Legislação, Justiça e Redação, o vereador Celino Fertrin disse que o objetivo da emenda é regulamentar o tema. “Estamos apenas nos precavendo, regulamentando algo proibitivo para que não seja manifestado ou publicitado toda a manifestação que fale de ideologia de gênero em nossas escolas”, defendeu na tribuna.

Fertrin também argumentou que a educação pertence à família, enquanto a formação compete às escolas. Ele frisou que “ideologia de gênero” é assunto que gera dúvidas. “Não podemos levar essa confusão à mente das crianças, especialmente as que levam muito a sério – e devem realmente levar – os mestres da educação, que se por acaso manifestar qualquer palavra, com certeza, a criança e ao adolescente irão absorver”, disse.

Ilegal e eleitoreiro

Único a votar contra a emenda à LOM, o vereador Márcio Rosa ressaltou que o projeto foi utilizado com fins eleitorais por Dr. Brito. “Vale a pena lembrar que esse projeto foi usado de forma eleitoreira e política, com o objetivo único de promoção pessoal pelo vereador que aqui estava. Ele usou as famílias e as Igrejas como palanque político”, enfatizou.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

O vereador citou que projeto semelhante ao analisado pelo Legislativo foi retirado de tramitação do Senado Federal por ter sido considerado inconstitucional. Rosa disse que esse é o mesmo entendimento da Procuradoria da República e da maioria do Supremo Tribunal Federal. “O projeto não tem valor legal e nem constitucional. O parecer jurídico da Câmara de Foz também foi pela sua inconstitucionalidade”, informou.

[Veja a íntegra do projeto.](#)

Vereadores que votaram a favor do projeto

Anderson Andrade (PSC)

Beni Rodrigues (PSB)

Celino Fertrin (PDT)

Elizeu Liberato (PR)

Inês Weizemann (PSD)

Jeferson Brayner (PRB)

João Miranda (PSD)

João Sabino (Patriota)

Kako (Podemos)

Protetor Jorge (PTB)

Nanci Rafagnin Andreola (PDT)

Rogério Quadros (PTB)

Rosane Bonho (PP)

Tenente-Coronel Jahnke (Podemos)

Vereador que votou contra o projeto

Márcio Rosa (PSD)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

H2FOZ – 10 de abril de 2018

Link: <http://depenandoacoruja.com.br/>

Polícia Federal poderá chegar na Câmara antes dos vereadores

Corre um disque-me-disque pela cidade de que uma grande operação se daria esta semana na **Câmara de Vereadores de Foz**, onde **um** ou **dois** vereadores deverão sair presos com algemas no interior de camburão.



Fala-se que "**PODERIAM**" ser **Inês da Saude**, talvez **Beni Rodrigues** e/ou **Anderson Andrade**, quais todos eles tem um histórico não muito confiáveis na vida pública, deixando grandes suspeitas em poder ser um deles.

Aliás não sabemos o porquê não foram apresentados ainda as planilhas referentes às compras, pagamentos e gastos do uso de grama sintética pela Secretaria de Esportes de Foz, enquanto Anderson Andrade lá estava.

Senhores membros do MPE e MPF, será que encontraremos problemas nas planilhas?

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Acontece na Fronteira – 10 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/videos/238477343391126/>



Acontece na Fronteira

10 h · 🌐

Joao Miranda Fala Sobre Suposto Assedio Sexual

Vereador Joao Miranda fala sobre matéria no jornal Tribuna Popular , Onde o edil é acusado de Assédio Sexual dentro das dependencias da Camara Municipal, conforme matéria no link do jornal !

Segundo a versão do vereador, a culpa é da imprensa !

<http://www.jtribunapopular.com.br/.../joao-miranda-e-denuncia...>



176 visualizações



Curtir



Comentar



Compartilhar



👍 😄 13

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

11/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 11 de Abril de 2018 Capa

20°C = 31°C
Faz do Iguaçu
Quarta-feira,
11 de abril de 2018
Ano 2 - edição 352
R\$ 2,00

GAZETA

DIÁRIO DE FOZ DO IGUAÇU

ECONOMIA
Prefeitura quer revogar lei que alterou a cobrança do ISSQN
Pág. 4

JOÃO MIRANDA
Vereador acusado de suposto assédio diz que é alvo de perseguição
Pág. 7



EMENDA À LEI ORGÂNICA

Vereadores aprovam em primeira votação projeto que proíbe ideologia de gênero



Foram 14 votos contra 1 pela proibição da abordagem do tema nas escolas municipais. Pág. 5

VENDA PÚBLICA

Receita Federal realiza leilão de veículos apreendidos



Serão leiloados 145 veículos, entre automóveis, caminhonetes, motocicletas, caminhões, carretas e ônibus divididos em 99 lotes. Pág. 12

FURTO

Sorveteria na Vila A é assaltada pela terceira vez



Segundo o proprietário, os criminosos deixaram prejuízo de R\$ 5 mil desta vez. Pág. 29

Mais de 33 mil iguaçuenses ainda não enviaram a declaração do IR

Até o momento, a Receita Federal em Foz recebeu 13.438 declarações, número que corresponde a 28% do total de 47 mil contribuintes. Pág. 3

EXCELÊNCIA TRIPADVISOR

Pelo terceiro ano consecutivo, o Polo Astronômico Casimiro Montenegro Filho, do Parque Tecnológico Itaipu (PTI), recebeu o Certificado de Excelência do TripAdvisor, um dos mais conhecidos sites de viagens do mundo. Pág. 10



Foto: Nilso Bianchi/Arquivo

PESQUISA

Colorados lideram intenções de voto na eleição presidencial do Paraguai

Mário Abdo Benítez tem 55,7% da preferência, contra 34,4% do liberal Efraim Alegre; eleição será em 22 de abril. Pág. 11

Prefeito anuncia mudanças no ISSQN para profissionais liberais autônomos

Decisões judiciais sustentam revogação da lei municipal que alterou cobrança



Chico Brasileiro se reuniu com vereadores para apresentar a proposta de revogação da lei que alterou a forma de cobrança do ISSQN para profissionais liberais autônomos

AMN
Reportagem

O prefeito Chico Brasileiro esteve reunido ontem (10) com vereadores para apresentar a proposta de revogação da lei que alterou a forma de cobrança do ISSQN para profissionais liberais autônomos. A principal diferença é que, com a revogação proposta, a cobrança volta a ser feita em taxas fixas, e não sobre o valor de nota. O pedido foi protocolado ontem na Câmara de Vereadores.

A Lei Complementar 274, em vigor desde 6 de outubro de 2017, foi elaborada pelo Executivo municipal para atender à imposição criada pelo governo federal em dezembro de 2016, que obriga a cobrança mínima de ISSQN em 2%, proibindo isenções, in-

centivos ou benefícios sobre o imposto. Até então o município de Foz do Iguaçu fazia a cobrança de uma taxa fixa de ISSQN para profissionais liberais autônomos.

"Nós recebemos a orientação da autoridade fazendária do município de que deveríamos atender integralmente às mudanças impostas pelo governo federal. No próprio texto da lei federal já constavam as punições do não cumprimento dessa cobrança, com ameaça de improbidade administrativa, perda de função pública e multa de até três vezes do valor não cobrado. E nós estamos aqui para cumprir o que determina a lei", explicou o prefeito Chico Brasileiro.

Apesar de a lei federal (LC 157/2016) seguir em vigor, algumas decisões judiciais abali-

zaram o município no pedido de revogação da legislação municipal.

A reunião contou com a presença do presidente da Câmara, Rogério Quadros, e os vereadores Jeferson Brayner, Protetor Jorge, Nanci Rafain, Márcio Rosa, Anderson Andrade e João Sabino.

A decisão de revogar essa lei já havia sido anunciada pelo prefeito a representantes de categorias profissionais em uma reunião de trabalho realizada no final de março. O anúncio foi bem recebido por membros da OAB, Sincofoz e representantes da Associação dos Médicos.

Ação contra informalidade

"A Secretaria da Fazenda também entende que a cobrança da forma proposta pelo governo federal oneraria demais esses profissionais, mas tivemos que nos ater à legalidade do processo. A volta do sistema de taxa fixa é uma excelente forma de evitarmos a informalidade desses profissionais", destacou Erton René Neuhaus, secretário de Fazenda do município. Segundo Neuhaus, a Secretaria da Fazenda irá reenquadrar esses profissionais automaticamente, sem necessidade de trâmite de documentos ou protocolos. "Será uma alteração bastante tranquila e irá facilitar inclusive a fiscalização do município", comentou.

Foz do Iguaçu, quarta-feira, 11 de abril de 2018

GAZETA DIÁRIO

Política | 05

EMENDA À LEI ORGÂNICA

Votação definitiva sobre ideologia de gênero vai acontecer em maio

Ontem ocorreu a primeira votação por 14 votos contra 1 pela proibição da abordagem do tema nas escolas

Elson Marques
Freelancer

Na sessão de ontem (10), os vereadores aprovaram por 14 votos a 1 o projeto de emenda à Lei Orgânica que proíbe a abordagem e qualquer matéria nas escolas municipais referentes ao ensino de ideologia de gênero. A aprovação ocorreu em primeira discussão e ainda depende de uma segunda votação. Por ser uma emenda à LOM, o regimento prevê interstício de dez dias em relação à primeira votação. Como a última sessão ordinária do mês está agendada para o dia 17, a votação definitiva do projeto deverá ocorrer no início de maio.

Ontem era apenas para ser lido o parecer favorável ao projeto de lei para ser incluído na pauta da primeira votação na sessão de amanhã. Entretanto o vereador Beni Rodrigues (PSB) solicitou questão de ordem e pediu a dispensa de interstício entre a leitura do parecer e a primeira votação. O único voto contrário ao projeto foi do vereador Marcio Rosa (PSD), por considerá-lo inócua visto que a matéria não existe na grade curricular e apenas a União pode legislar sobre esse assunto.

O relator do projeto na Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vereador Celino Fertrin (PDT), lembrou que o assunto é polêmico, mas que já foi amplamente debatido em audiência pública. Disse que na época da apresentação, no ano passado, houve certa distorção porque acabou atrelado a outro projeto, o Escola sem Partido, "que nada tem a ver com o tema".

Ao pedir a aprovação do projeto, afirmou que o plenário deveria levar em consideração o que já foi relatado. "A orientação é um dever da família, de acordo com suas convicções morais, filosóficas e religiosas. Ao impedir que futuramente venham incluir nas escolas municipais matérias sobre ideologia de gênero, não estamos tirando a liberdade de ninguém, apenas evitando que isso seja ministrado nas escolas para mudar a mentalidade", explicou.

Segundo Celino, a Câmara em momento algum disse que existiu ou existe ensino de ideologia de gênero nas escolas de Foz. "Estamos apenas nos precavendo em razão de movimentos que estão surgindo a fim de que isso seja inserido. Além da grande maioria na audiência ter se



Projeto de emenda à LOM foi votado em primeira discussão e vai obedecer ao prazo de interstício de dez dias

posicionado a favor dessa proibição, vale lembrar que, nos termos do Plano Nacional de Educação, a abordagem sobre ideologia de gênero nas escolas fere o ordenamento jurídico, notadamente a Constituição, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente".

Sociedade aprova proibição

O vereador Elizeu Liberatoro (PR), presidente da Comissão de Justiça e Redação, destacou que no parecer a questão ficou muito bem fundamentada e levou em consideração o fato de que 90% da sociedade brasileira é contrária ao ensino sobre ideologia de gênero nas escolas. "Entendemos também que essa não é uma responsabilidade do

professor, da mesma forma que sou contra o ensino religioso nas escolas, em razão das tendências e doutrinas", apontou.

De acordo com Elizeu, "a condução moral e religiosa é assunto para os pais, para a família. Cada pai vai abordar da forma que deseja de acordo com seus princípios. Cada criança também, no seu tempo, terá a opção porque Deus coloca o livre-arbítrio". Para o vereador, é importante ressaltar que o tema ideologia de gênero não faz parte da grade curricular, portanto não é aplicado nas escolas de Foz, "mas por resguardo estamos criando essa lei. A cada dez pessoas com quem falo, nove ou mais são contra a aplicação do tema em sala de aula".

Marcio justifica voto contrário

O vereador Marcio Rosa (PSD), único voto contrário, também se manifestou. Afirmou que "seria prudente o arquivamento do projeto porque no ano passado ele foi usado de forma eleitoreira e política, com o único objetivo de promoção pessoal de um vereador que aqui estava. Usou o nome das famílias e da Igreja como palanque político. Entretanto estamos aqui para legislar sobre normas e não por Igreja. Eu sou religioso, frequento a Igreja, defendo a educação e todos os valores morais, legais e constitucionais, porém não uso para fazer política".

Marcio Rosa lembrou que no Senado a Comissão de Educação e Cultura considerou projeto de mesmo teor inconstitucional e foram derrubadas leis em outras cidades. Para ele, "o projeto não tem valor legal, nem constitucional, porque não compete ao município legislar sobre essa matéria, e sim à União".

Reforçando que não há essa doutrinação nas escolas, o vereador reclamou ainda que o Conselho Municipal de Educação só teve a oportunidade de se manifestar quando ele (Marcio), ano passado, na condição de presidente da Comissão de Educação da Câmara, solicitou. O conselho se posicionou que é ilegal a Câmara legislar sobre assunto de grade curricular. Disse ainda que há parecer da Procuradoria-Geral da União expondo que, ao criarem leis dessa natureza, os municípios estão usurpando a competência privativa da União.

Beni Rodrigues (PSB), relator do projeto na Comissão de Educação e Saúde, rebateu a fala de Marcio Rosa afirmando que o plenário é soberano. "Eu voto de forma muito consciente a favor dessa proibição atendendo também o que a sociedade pensa em sua maioria absoluta. Caso alguém esteja usando politicamente isso, não sinto afetado, e o plenário é soberano para decidir", opinou.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 11 de Abril de 2018 Pág.06

Outra confusão

A Câmara de Foz parece ser um vulcão de escândalos e situações que colocam os vereadores "no bico do Corvo". Agora é o João Miranda que se vê na saia-justa, acusado de ter assediado alguém em seu gabinete. Será isso verdade? O João Miranda? Com aquela cara de ovelha do pastoral? Aqui entre nós, é difícil imaginar, pois ao que se sabe é um homem bem casado e que anda na linha em casa, do contrário o pau de macarrão come doído. A esta altura, com a notícia explodida no *Tribuna Popular*, João já deve ter sido sovado. E não para por aí, segundo disseram a este Corvo, há mais duas bombas para estourar, envolvendo outros legisladores. O que será que acontecerá naquele aparentemente sossegado reduto dos políticos eleitos?

Doniseti cidadão

Pensa na felicidade deste Corvo quando soube da indicação do jornalista e cronista esportivo Doniseti Melo para receber o título de Cidadão Honorário de Foz! É uma homenagem muito merecedora! Doniseti, além de dedicado, é um grande incentivador do esporte e revelador de muitos talentos que hoje brilham em competições no Brasil e até no exterior. Pessoalmente, o Corvo tem a relatar que Doniseti, mesmo enfrentando momentos dos mais difíceis na sua vida, lutando pela saúde, lembrava do próximo e saía em ajuda a quem fosse. Os colegas da redação sabem do enorme privilégio que é poder dividir o espaço com uma pessoa que consegue ser tão humilde e ao mesmo tempo tão nobre! Vai que é sua, Doniseti! Você merece! O Corvo quer parabenizar os vereadores Anderson Andrade e Márcio Rosa pela feliz escolha.

Vereador João Miranda é acusado de assédio sexual e promete processar a denunciante

Parlamentar diz que irá acionar a Justiça "para estabelecer a verdade"; possível vítima alega que o político condicionou pagamento de dívida a encontro amoroso

Bruno Soares
Reportagem

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu volta a ser alvo de polêmica. Desta vez o parlamentar que se encontra no foco das discussões é o vereador João Miranda (PSD). De acordo com boletim de ocorrência registrado na Delegacia da Mulher, no dia 13 de março, o político teria condicionado o pagamento de uma dívida familiar a uma mulher à consumação de um encontro amoroso.

A denúncia foi feita pela própria possível vítima. "Comparece a noticiante e passa a

declarar que há cerca de 7 meses efetuou a venda de uma empresa ao noticiado (João Miranda) de forma parcelada em 10 pagamentos mensais. Que a empresa em tela se chama (S.). Que o noticiado solicitou que o negócio jurídico fosse celebrado em nome de uma terceira pessoa, qual seja o seu genro, de nome D. S. M. Que o noticiado efetuou dois pagamentos, vindo a inadimplir os demais", consta.

De acordo com o boletim de ocorrência, a denunciante teria buscado por inúmeras vezes tentar receber os valores que lhe são devidos, um montante de R\$ 80 mil.



João Miranda: "Todas as pessoas que me conhecem sabem da minha índole. Não tenho declaração a fazer porque daqui para frente vou acionar a Justiça"

"Que na data informada no presente boletim, em 13/03, este pessoalmente no gabinete do vereador, solicitando a este que lhe pagasse, pois os valores devidos e acordados estavam atrasados desde novembro de 2017", relata.

Em seguida a possível vítima acrescenta que nesse encontro o noticiado teria dito a ela: "Eu vou lhe pagar sim, depois que você sair comigo". Para a denunciante, a

conversa se deu em conotação sexual, sendo dito por ela que jamais faria tal ato, pois o político é casado. "E que novamente afirmou que queria apenas receber os valores que lhe são devidos. Sendo dito pelo noticiado (João Miranda) a seguinte frase: "Então você vai ter de esperar". Neste momento, a denunciante afirma ter se levantado e deixado o gabinete do político.

vereador

João Miranda atendeu a imprensa na manhã de ontem para se posicionar sobre o caso. Sem negar de modo expresso que o fato não ocorreu, o vereador se limitou a afirmar que irá acionar a Justiça para que a verdade seja estabelecida. "Não vou negar a situação porque isso eu tenho conhecimento meu, próprio. Sou uma pessoa de família. Graças a Deus não dependo disso. Vivo desde a década de 90 aqui em Foz do Iguaçu. Todas as pessoas que me conhecem sabem da minha índole. Não tenho declaração a fazer porque daqui para frente vou acionar a Justiça. Ai, sim, irei chamar a imprensa para comunicar o porquê esta dona está fazendo isso", garantiu João Miranda. Nos bastidores da Câmara, informações dão conta de que o caso seria perseguição aos parlamentares que integram a Comissão de Ética da Casa de Leis. Antes de Miranda, a vereadora Nanci Rafain, então presidente da comissão, terminou por renunciar temporariamente ao cargo no Conselho de Ética após ser denunciada por possível quebra de decoro em razão de apresentar um atestado médico para justificar uma ausência e no dia seguinte participar de um evento cultural na cidade do Rio de Janeiro.

"Observe, o caso da Nanci e do João Miranda estão relacionados. Isto é política, política baixa. Outros vereadores deverão ser acusados de coisas absurdas nos próximos dias. Querem a todo custo desestabilizar a Comissão de Ética e a Câmara Municipal. A sociedade precisa fazer esta leitura", pontuou uma fonte ligada ao meio político que pediu para não ter seu nome divulgado.

**IMPAR AGORA É
SUNSET
PNEUS**

PNEUS PARA TODO TIPO DE VEÍCULOS



Tel/Fax (552-01) 500 127
www.sunset.com.py

Av. 3mº Dias Km. 1
Ciudad del Este - Paraguay

Vereador pede vistas em projeto sobre o fracionamento das férias

Pela proposta em votação na Câmara, além dos 30 dias corridos, servidores públicos municipais terão outras três opções para férias

Elson Marques
Freelancer

O vereador Beni Rodrigues (PSB) pediu vistas, na sessão de ontem (10), de duas emendas ao projeto do Executivo que regulamenta o fracionamento das férias no funcionalismo municipal. As alterações no texto foram apresentadas pela Comissão Mista, responsável também pelo parecer favorável. Beni alegou que pretende analisar melhor as emendas para não prejudicar o funcionalismo nem a administração municipal.

O vereador pode devolver as emendas para a pauta a qualquer momento desde que não ultrapasse o prazo regimental de dez dias úteis. Beni informou que pretende devolver o mais brevemente possível. Para votação da nova redação, o plenário ainda terá de aprovar as duas emendas apresentadas pela Comissão Mista.

Vale lembrar que o Estatuto do Servidor veda o fracionamento. A reforma trabalhista abriu brecha para a alteração no estatuto proposta pelo prefeito. O texto em votação na Câmara prevê que, além dos 30 dias corridos, como vem sendo praticado até o momento, os servidores públicos terão outras três opções para tirar férias: 20 dias ininterruptos, com a indenização de dez dias



Vereador Beni Rodrigues tirou tema da pauta, mas se comprometeu em devolver o mais rapidamente possível

(abono pecuniário); dois períodos fracionados de 15 dias cada; ou três períodos fracionados de dez dias cada um.

Alterações

Reuniões com os vereadores e representantes do Executivo e dos sindicatos dos servidores resultaram na apresentação das emendas alterando o texto original. Uma das emendas mantém os dois períodos de 15 dias, mas cria mais uma opção ao servidor que é de três períodos fracionados de dez dias cada um deles.

A outra possibilidade é um período de 20 dias ininterruptos com a indenização de dez dias como abono pecuniário. Também inclui que o início da fruição das férias será em dia útil, preferencialmente no início da semana. Além disso, poderão ser concedidas férias coletivas a todos os servidores

ou a determinados órgãos ou setores.

Outra emenda acrescenta o abono de permanência, ou seja, aquele referente ao servidor já em fase de aposentadoria mas que continua trabalhando. No caso, o valor que é descontado para a previdência, o município paga como abono pela continuidade do servidor no posto de serviço.

Cidadãos honorários

Ainda na sessão de ontem, a Câmara aprovou, por unanimidade, a concessão do título de Cidadão Honorário ao padre Paulo Carlos de Souza. O autor da iniciativa, vereador Celino Fertrin (PDT), destacou o amplo trabalho de evangelização do sacerdote. "Através da forma de agir e o jeito especial e carismático, passou a incentivar muitos jovens a participar da Igreja", lembrou.

Celino observou ain-

da que padre Paulo não se conteve apenas ao presbitério do altar, mas atuou e incentivou as pastorais, principalmente a catequese, "que é a evangelização missionária de crianças para que se tomem adultos evangelizados. Além disso, desenvolveu projetos de evangelização por meio da rádio e na música".

O plenário também aprovou por unanimidade a concessão do título de Cidadão Honorário ao comunicador e jornalista Doniseti Melo, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município. O projeto de decreto legislativo foi apresentado pelos vereadores Anderson Andrade (PSC) e Marcio Rosa (PSD).

Com a aprovação plenária, a Câmara vai agendar a data de entrega das honorárias a padre Paulo e ao comunicador Doniseti Melo.

GM promete ato de protesto durante celebração de 24 anos da instituição

Categoria reclama falta de posicionamento da gestão de Chico Brasileiro; insatisfação de servidores da Guarda Municipal com a prefeitura vem desde o governo passado

Bruno Soares
Reportagem

O não pagamento de duas referências pendentes entre a Prefeitura de Foz do Iguaçu e a Guarda Municipal mobilizou representantes da categoria, na manhã de ontem (10), até a Câmara de Vereadores em busca de apoio político para que a situação seja definida.

A primeira parlamentar a receber a comitiva foi a vereadora Nanci Rafain (PDT). Representados pelo diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu (Sismufi), Marcelo Arruda, os agentes da GM relataram a situação atual dos servidores. "Estamos aqui em defesa da categoria de funcionários da GM, que aguarda desde 2013 o cumprimento de uma lei aprovada durante a gestão do ex-prefeito Reni Pereira e que até o momento encontra-se sendo descumprida", iniciou o sindicalista ao apresentar um ofício já protocolado na prefeitura que requer o agendamento de uma reunião com o prefeito Chico Brasileiro.

Além das referências em atraso desde 2013, o

documento pontua que os servidores estão, desde dezembro passado, sem resposta oficial da gestão de Brasileiro sobre o tema. "Por conta desta situação, decidimos recorrer ao Legislativo, afinal são os vereadores os fiscais da prefeitura. Se temos uma lei sendo descumprida, cabe à Câmara Municipal tomar alguma providência", defendeu Arruda.

O sindicalista chamou atenção ainda ao fato de a Guarda Municipal estar prestes a completar 24 anos no próximo dia 5 de maio. "Entendemos que este seja um momento de nos unirmos em defesa de nossos direitos. Se até lá não tivermos uma posição sobre esta demanda, ao invés de comemorarmos, iremos celebrar os 24 anos da GM em um protesto na frente da sede da prefeitura", ameaçou.

Para a guarda municipal Eliane de Oliveira Souza, servidores da GM atuam insatisfeitos. "O pessoal está muito insatisfeito. O trabalhador precisa receber seus salários e direitos. Não é possível estar satisfeito com uma administração que não reconhece isso. Nem diálogo temos tido", criticou.



Diretor do Sismufi, Marcelo Arruda apresentou a demanda para a vereadora Nanci Rafain, que se comprometeu em defender o tema no Legislativo

Ao ouvir as queixas, Nanci Rafain acionou sua assessoria, que em seguida fez contato com o gabinete de Brasileiro na tentativa de agendar a reunião pleiteada. Por estar em viagem oficial a Brasília (DF), o retorno dado foi de que o encontro será providenciado para o mais breve possível. "Esta foi a resposta que obtivemos. O que eu posso garantir é que iremos buscar resolver isto da melhor forma, e o primeiro passo será providenciar esta reunião. Além disso, eu e os demais vereadores iremos analisar detalhadamente

esta demanda para fazermos o que for possível dentro de nossas atribuições", declarou Nanci Rafain.

Para a vereadora, o reconhecimento das pessoas que atuam na Guarda Municipal é fundamental para o bom funcionamento da cidade. "São eles quem nos protegem e preservam o patrimônio público de Foz. Precisam ser reconhecidos por este trabalho e ter todas as condições de trabalho necessárias asseguradas. Enquanto vereadora, irei atuar neste sentido para que esta lei venha a ser cumprida, afinal, a par-

tir do momento que algo se torna lei, tem de sair do papel para cumprir com sua finalidade. Defender isso é uma das funções para a qual todos nós aqui dentro fomos eleitos", concluiu Nanci Rafain. Após o encontro com Nanci, o grupo se reuniu com o presidente da Câmara, vereador Rogério Quadros (PTB).

A insatisfação de servidores da GM com a prefeitura é recorrente e ultrapassa os governos desde Reni Pereira. Manifestações e atos de protesto já foram realizados, e até o momento a situação permanece sem ser resolvida.

Compromisso

Procurada, a prefeitura afirmou, por meio de sua assessoria de comunicação, que "o compromisso com os Guardas Municipais foi assumido durante a gestão de 2013. Em dezembro de 2017 o Prefeito Chico Brasileiro determinou que fosse cumprida a primeira parte deste pagamento, concedendo a implementação de uma referência ao salário dos Guardas Municipais". Segundo o secretário de Administração, Ney Patrício Costa, "a administração segue determinada a cumprir integralmente o pagamento, compromisso reafirmado pelo prefeito Chico Brasileiro, e só não implantará a nova referência no mês de abril porque o município encontra-se dentro do chamado limite prudencial da folha de pagamento, índice ao qual não são permitidas ações que gerem impacto financeiro a nível pessoal", respondeu.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

O IGUASSU – 11 de abril de 2018

Link: <http://oiguassu.com/vereador-joao-miranda-e-denunciado-na-delegacia-por-assedio-sexual-dentro-da-camara-de-foz/>

VEREADOR JOÃO MIRANDA É DENUNCIADO NA DELEGACIA POR ASSÉDIO SEXUAL DENTRO DA CÂMARA DE FOZ



POSTED BY: ADMINISTRADOR ABRIL 11, 2018

Ato teria sido praticado dentro do gabinete na Câmara Municipal, o que, além de crime, pode configurar quebra de decoro

Mais um escândalo volta a abalar ainda mais a imagem da Câmara Municipal. Desta vez o assunto parece mais grave que atestado suspeito para faltar às sessões. O Tribuna Popular apurou, com exclusividade, que o vereador João Miranda foi denunciado na delegacia por assédio sexual. O caso versa sobre uma proposta indecente feito a uma mulher dentro do gabinete do vereador, o que além de crime grave, pode caracterizar quebra de decoro parlamentar.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Conforme levantamentos da reportagem, o fato está sendo investigado pela Delegacia da Mulher e o Tribuna conseguiu uma cópia do Boletim de Ocorrência. Pelas informações, João Miranda comprou uma empresa da vítima e assumiu responsabilidade por pagamentos parcelados.

Parte da dívida não foi paga dentro dos prazos. Quando a mulher foi cobrar ocorreu a proposta que, em tese, configura crime de assédio sexual, constrangimento ilegal, além de ferir vários artigos da Lei Maria da Penha, relativos aos efeitos psicológicos e morais que o caso envolve.

Boletim de Ocorrência

Leia a íntegra do Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia da Mulher sob o número 301983/2018 registrado no dia 13 de março às 17h:27min.

“Comparece a noticiante e passa a declarar que acerca de 07 meses efetuou a venda de uma empresa ao noticiado (João Miranda) de forma parcelada em 10 pagamentos mensais. Que a empresa em tela se chama (Solumed). Que o noticiado solicitou que o negócio jurídico fosse celebrado em nome de uma terceira pessoa, qual seja o seu genro, de nome Dyone de Souza Martins. Que o noticiado efetuou dois pagamentos, vindo a inadimplir os demais”.

“Relata que buscou por inúmeras vezes tentar receber os valores que lhe são devidos, um montante de R\$ 80.000,00 de saldo devedor. Que na data informada no presente boletim (13/03/2018) esteve pessoalmente no gabinete do vereador, solicitando a este que lhe pagasse, pois, os valores devidos e acordados estavam atrasados desde novembro de 2017”.

“Que neste encontro o noticiado disse à noticiada: “Eu vou lhe pagar sim, depois que você sair comigo”. Que a conversa se deu em conotação sexual, sendo dito pela noticiante que jamais faria tal ato, vez que o noticiado é casado. E que novamente afirmou que queria apenas receber os valores que lhe são devidos. Sendo dito pelo noticiado a seguinte frase: “Então você vai ter de esperar. Neste ato, a noticiante se levantou e deixou o gabinete do noticiado”.

“Indignada com a situação, comparece neste ato, firma o presente registro e informa não ter interesse nesse momento em dar prosseguimento à apuração criminal, sendo então lhe informada que o prazo decadencial do presente relato é de seis meses”.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

O IGUASSU – 11 de abril de 2018

Link: <http://oiiguassu.com/foz-do-iguacu-camara-proibicao-de-ideologia-de-genero-para-criancas-das-escolas-municipais/>

Foz do Iguaçu: CÂMARA VOTOU PROIBIÇÃO DE IDEOLOGIA DE GÊNERO PARA CRIANÇAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

TOPICS: Manchete1



POSTED BY: ADMINISTRADOR ABRIL 11, 2018

O Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município foi discutido e aprovado em 1ª votação. Iniciativa é da Lei é do ex-vereador Dr Brito

A aplicação da chamada ideologia de gênero para crianças nas Escolas Municipais foi tema de discussão na Câmara Municipal durante a Sessão Ordinária desta terça-feira (10). Os parlamentares aprovaram em 1ª discussão e votação, por 14 votos favoráveis e um contrário – o voto negativo foi do vereador Márcio Rosa (PSD), o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município que impede a aplicação e/ou adoção de políticas de ensino referentes à ideologia de gênero.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

O parecer favorável das Comissões ao projeto de emenda à LOM foi lido a sessão de hoje. Os pareceres favoráveis foram da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, sob a relatoria do parlamentar Celino Fertrin. A matéria também recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social e Defesa do Cidadão, sob a relatoria do vereador Beni Rodrigues (PSB).

De acordo com o vereador Celino Fertrin (PDT), um dos parlamentares favoráveis ao projeto, a ideologia de gênero não é um tema que deve ser abordado no ambiente escolar. “É algo polêmico, que já foi discutido em audiência pública. A educação é dever e é direito da família, a formação, sim, é das escolas”, enfatizou o vereador.

O **vereador Elizeu Liberato (PR)**, também usou a tribuna para defender o Projeto de Lei. Ele ressaltou que a escola não deve interferir nos valores morais dos alunos. “Entendemos que a responsabilidade não é do professor, a condução moral e religiosa cabe aos pais. Também sou contra, por exemplo, o ensino religioso nas escolas”, destacou.

Iniciativa – A iniciativa para proibir nas escolas municipais, é do médico e **ex-vereador Luiz José de Brito**, o **Dr Brito**, que renunciou ao mandato em marco deste ano.

Voto Contra – Em seu pronunciamento na plenária, o vereador **Márcio Rosa (PSD)**, contrário a proibição do projeto proibindo ideologia de gênero para as crianças na Rede Municipal de Ensino, explicou o motivo de se ter posicionado contra o projeto. “No município, temos o Conselho de Educação, eles que precisam debater essa matéria. Vale a pena lembrar que qualquer tipo de doutrinação já é proibido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).”

Considerando que se trata de emenda à Lei Orgânica do município, a matéria volta ao plenário para 2ª discussão e votação após 10 dias de intervalo.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Foznews – 11 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/598237566931572/photos/a.796126270476033.1073741828.598237566931572/1634188110003174/?type=3&theater>



Foznews está com Sadi Buzanelo e outras 21 pessoas.



10 h · 🌐

Câmara municipal de Foz vai exigir credenciamento para profissionais de imprensa

Bozó deve ser o primeiro profissional de imprensa a fazer o credenciamento na câmara municipal de Foz



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



👍 🤔 3

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Resistência 24 Horas – 11 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/photos/a.1053349564748718.1073741828.1053283714755303/1663329373750731/?type=3&theater>

 Resistência 24 Horas
11 h · 🌐

BOA NOTÍCIA PRA FOZI!!!
O Plenário do Senado aprovou a PLC 315/2009 !!! Com isso os municípios com direito a Royalties aumentam em 20% sua compensação!!! MAIS ROYALTIES PRA FOZI! Parabenizamos a boa articulação do prefeito Chico Brasileiro (deu uma dentro hein prefeito 😊 mto bom!) e dos vereadores Coronel Jahnke, Nanci Rafain e Rogério Quadros!



 Curtir  Comentar  Compartilhar 

 49 Comentários mais relevantes ▾

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Resistência 24 Horas – 11 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/photos/a.1053349564748718.1073741828.1053283714755303/1662778077139194/?type=3&theater>

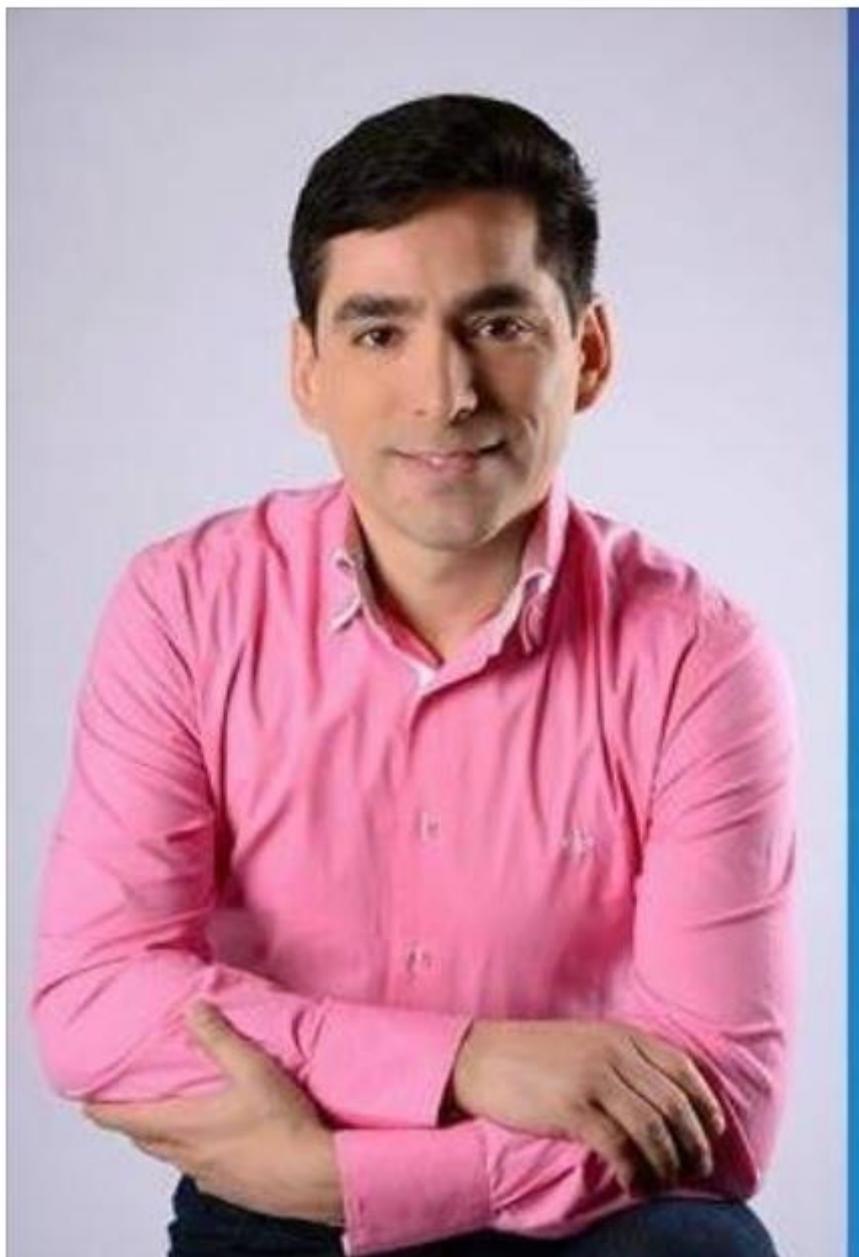


Resistência 24 Horas

23 h · 🌐



IDEOLOGIA DE GÊNERO nas escolas! Ontem teve a votação sobre o tema na câmara dos vereadores. Por 14 votos a 1 os vereadores disseram NÃO! O único voto a favor foi o do edil MÁRCIO ROSA! 😡 Vereadores enfim votando conforme a população quer! Explica aí vereador!!!!



CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Rádio RCI Iguassu – 11 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/semprerci/photos/a.123417644942669.1073741829.122616388356128/195993707685062/?type=3&theater>

 **Rádio RCI Iguassu**
23 h · Instagram · 

Vereador Marcio Rosa participando do “Antes do Almoço” desta quarta-feira. Acompanhe pela rádio 1320 AM, ou pelo Facebook Rádio RCI Iguassu. #radio #rci #fozdoiguassu #antesdoalmoço



 Curtir  Comentar  Compartilhar 

 6

 Escreva um comentário...    

Facebook-Rádio RCI Iguassu – 11 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/semprerci/posts/195992514351848>

 **Rádio RCI Iguassu**
23 h · 

Vereador Marcio Rosa aponta motivos para seu voto contrário, na sessão desta terça-feira, à respeito do projeto que veda a adoção e/ou divulgação de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero. Acompanhe pela Rádio RCI 1320 AM ou pela nossa página no Facebook <https://www.facebook.com/semprerci/videos/195983277686105/UzpfSTEyMjYxNjM4ODM1NjEyODoxOTU5ODkzMjc2ODU1MDA/>

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

 3

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Acontece na Fronteira – 11 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.212767485962112.1073741829.210290629543131/238791583359702/?type=3&theater>



Acontece na Fronteira

17 h · 🌐

Câmara Estuda Credenciamento para Profissionais de Imprensa

O Vereador Rogério Quadros (PTB), Presidente da Casa, reuniu-se nesta quarta-feira (11) com o vice-presidente regional do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná – Sindijor, Roberto Geremias, para tratar sobre um possível credenciamento para profissionais de imprensa que vierem à Câmara para cobrir eventos, sessões e até mesmo entrevistas nos gabinetes dos parlamentares. Em um segundo momento, a aplicação também seria destinada para os cidadãos que visitam a Casa de Leis.

Segundo Rogério Quadros, a medida na Casa de Leis visa valorizar o profissional de imprensa que possui o MTB, um registro oficial para atuar como jornalista. De acordo com Roberto Geremias, essa medida de credenciamento é válida, visto que a Câmara é um órgão público e medidas como essa já são aplicadas em locais como a Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Receita Federal e até mesmo na Itaipu Binacional.

Aplicação

O Sindijor irá encaminhar uma lista com os nomes dos profissionais, para que a Câmara estude a melhor forma de realizar o credenciamento.

Pitaco: Seria uma forma de barrar a imprensa que não reza a cartilha do presidente da câmara ?



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

12/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 12 de Abril de 2018 Capa



GAZETA
DIÁRIO DE FOZ DO IGUAÇU

20°C
33°C

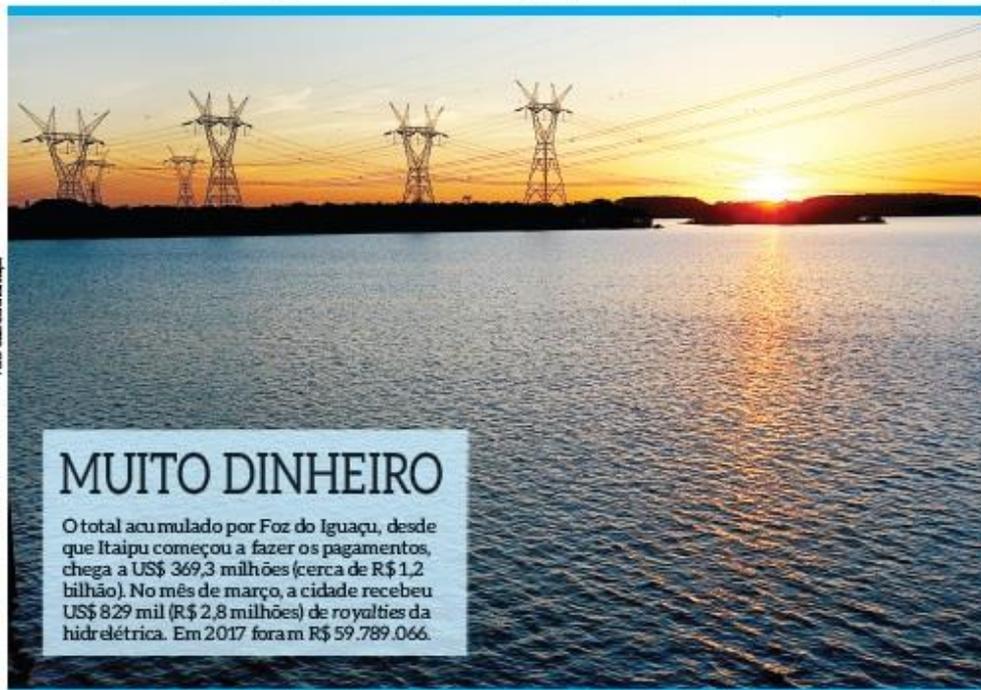
Faz do Iguaçu
Quinta-Feira,
12 de abril de 2018
Ano 2 - edição 553
R\$ 2,00

DESTINO IGUAÇU
Novo ministro do Turismo deve dar atenção especial a Foz do Iguaçu, dizem autoridades
Pág. 13

PAUTA DODIA
Vereadores votam hoje projeto de lei em defesa da igualdade racial
Pág. 5

Foz poderá receber R\$ 28 milhões a mais por ano em *royalties* da Itaipu

Projeto de Lei 315/2009, que altera a distribuição de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, foi aprovado no Senado e segue para a sanção de Michel Temer Pág. 3



MUITO DINHEIRO

O total acumulado por Foz do Iguaçu, desde que Itaipu começou a fazer os pagamentos, chega a US\$ 369,3 milhões (cerca de R\$ 1,2 bilhão). No mês de março, a cidade recebeu US\$ 829 mil (R\$ 2,8 milhões) de royalties da hidrelétrica. Em 2017 foram R\$ 59.789.066.

TRIBUTOS MUNICIPAL

Projeto que restabelece ISS fixo para profissionais liberais chega à Câmara

Representantes de entidades opinam sobre decisão do prefeito de retornar ao sistema anterior Pág. 7

DIÁLOGO

Comus recebe a nova secretária de Saúde para alinhar ações pela cidade



Será o primeiro encontro de Kátia Yumi Uchimura e sua equipe com as seis comissões internas do conselho. Pág. 4

PLANO DE CARREIRA

Sindicato dos Professores Municipais inicia série de assembleias regionais



A primeira reunião da categoria está marcada para esta sexta-feira (13), na região da Vila C. Pág. 10

ACIDENTE

Mototaxista é socorrido em estado grave após colisão com táxi



A ocorrência foi registrada na Avenida José Maria de Brito, no cruzamento com a Rua Guimarães Rosa, na região do bairro Vila Portes. Pág. 37

Repasse de *royalties* da Itaipu para Foz pode aumentar R\$ 28 milhões por ano

Projeto foi aprovado no Senado e segue para sanção de Temer; Foz já recebeu US\$ 369,3 milhões em compensação da binacional

Da redação com assessoria
Reportagem

No final da tarde dessa quarta-feira (11), a Comunicação Social da prefeitura informou que o Senado da República aprovou o Projeto de Lei 515/2009, que altera a distribuição de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) entre União, estados e municípios, aumentando o percentual de repasse para estes entes federados.

A lei segue agora para a sanção do presidente Michel Temer. Se for sancionada, Foz do Iguaçu deverá receber R\$ 28 milhões a mais por ano, relativos ao uso de recursos hídricos na produção de energia elétrica, engrossando o orçamento para a realização de obras e serviços.

No mês de março, Foz do Iguaçu recebeu US\$ 829 mil de *royalties* de Itaipu. Em 2017 foram R\$ 59.789.066. O total acumulado para a cidade, desde que Itaipu começou a fazer os pagamentos, chega a US\$ 369,3 milhões, segundo o *site* de Itaipu.

Com a aprovação, os municípios sedes de hidrelétrica, como Foz do Igua-



Comitiva iguaçuense foi a Brasília brigar pelo aumento dos *royalties*

çu, passam a receber 20% a mais da CFURH, reduzindo o percentual de repasse para os estados — de 45% para 25% — e transferindo para os municípios, que passarão dos atuais 45% para 65%. Essa compensação é repassada mensalmente a 21 estados e ao Distrito Federal e a cerca de 700 municípios.

O prefeito Chico Brasileiro esteve em Brasília, na tarde dessa quarta (11), e, entre outras agendas, acompanhou também o encaminhamento da projeto. "Essa aprovação é resultado de

um trabalho conjunto. Fazemos parte de uma associação que reúne centenas de municípios, e cada qual abordou os senadores de seu estado. Foz do Iguaçu esteve representada em Brasília por uma comitiva onde o presidente da Câmara, Rogério Quadros, e os vereadores Coronel Jahnke e Nanci Rafain nos acompanharam para pedir o apoio de nossos senadores", destacou o prefeito.

Os vereadores de Foz estiveram acompanhando o prefeito durante o trâmite do PL na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. "Na CCJ, além de falar com

os senadores do Paraná, os vereadores puderam abordar também os líderes de seus partidos, explicando como a redistribuição desses recursos corrige uma situação histórica", lembrou Brasileiro.

Os valores do repasse variam com o câmbio do dólar, mas a expectativa é a de que Foz do Iguaçu receba um incremento de receita na ordem de R\$ 28 milhões. A matéria foi votada de maneira simbólica, com o apoio de todas as lideranças partidárias do Senado encaminhando positivamente para a aprovação do projeto.

Quinteto maravilha

Nestes 104 anos de história, foram mais de cem cidadãos honorários escolhidos pela nossa Câmara Municipal, dos quais agora são cinco jornalistas, com a escolha do colega Doniseti Jacinto de Melo. Tive a honra e a casualidade de ser o primeiro jornalista honorário da nossa cidade, seguido por Gilmar Piolla, Juvêncio Mazarollo, Rogério Bonato e agora o Doniseti. A categoria se sente agradecida e honrada.

Foz do Iguauçu, quinta-feira, 12 de abril de 2018

GAZETA DIÁRIO

Política | 05

PAUTA DO DIA

Câmara vota hoje projeto de lei pela igualdade racial

Proposta estimula atividades de combate ao racismo e a todo tipo de discriminação

Elson Marques
Freelancer

Os vereadores voltam a se reunir hoje, a partir das 9h, em uma sessão ordinária e duas extraordinárias. Entre os assuntos em pauta está a votação de projeto de lei da vereadora Rosane Bohnho (PP) em defesa da igualdade racial. A proposta estimula atividades de conscientização e combate ao racismo, incluindo no Calendário de Eventos Oficiais do Município a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

A ideia é realizar as atividades anualmente, sempre na semana que antecede o dia 20 de novembro, Dia Mundial da Consciência Negra. Conforme consta no texto do projeto, a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial tem como objetivos ampliar a reflexão, o diálogo e a conscientização sobre o processo histórico de formação da sociedade brasileira, promover e valorizar as diversas culturas, bem como combater o racismo e a discriminação.

A proposta prevê que o município, no âmbito de sua



Nesta quinta-feira acontecem uma sessão ordinária e duas extraordinárias

competência, assegurará os meios eficazes para coibir a prática de racismo ou qualquer outra forma de preconceito.

Conscientização

O texto traz uma série de sugestões de atividades como a divulgação da participação da cultura afrodescendente na formação histórica cultural brasileira e de ideias e práticas de valorização em relação à diversidade cultural, e representação proporcional dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comu-

nicação do município e de entidades que tenham investimento político ou econômico do poder público.

Relaciona ainda o desenvolvimento de programas que assegurem igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais do município; valorização das práticas relacionadas ao cuidado e à promoção da saúde na cultura afro-brasileira e nas demais etnias nas unidades de saúde; campanhas educativas para o conjunto das etnias presentes na cidade para prevenir discriminação.

E também: garantir e ampliar, na educação infantil e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), a inclusão de atividades educativas que valorizem a diversidade étnico-racial e cultural; fomentar discussões dentro dos espaços de uso da comunidade, por meio de rodas de conversas, para um posicionamento mais crítico frente à realidade social em que vivemos; e promover, por meio de palestras e atividades pedagógicas, discussões das questões relacionadas à valorização das diversas culturas.

Requerimentos sobre saúde

Na sessão ordinária, vários requerimentos serão analisados, entre eles alguns relacionados à saúde. A vereadora Inês Weizemann (PSD) está solicitando ao prefeito Chico Brasileiro (PSD) informações sobre o processo de contratação de empresa responsável pelo atendimento oftalmológico na saúde pública de Foz do Iguauçu. Requer que indique "o andamento do processo, se há alguma empresa habilitada atualmente, quantas e quais empresas se apresentaram e quando o serviço deverá voltar a ser prestado". A vereadora observa que em novembro de 2017, depois de apontamentos da Controladoria e do Conselho Municipal de Saúde (Comus), foi encerrado o contrato entre a prefeitura e a empresa que prestava serviços oftalmológicos (Cristalink). "Para contemplar a real necessidade da população, foi confeccionado um novo edital para a contratação de nova empresa", diz. Inês acrescenta que "houve uma empresa habilitada para a prestação dos serviços, mas o processo não evoluiu. Após cinco meses, foi apontada uma falha no edital, que foi corrigido e republicado. Diante disso, solicitamos informações sobre o andamento do processo", encerra.

Falta de leitos

O vereador Adenildo Kako (Podemos) entrou com outro requerimento solicitando informações do Executivo sobre a quantidade de leitos no Hospital Municipal Padre Germano Lauck. De acordo com o vereador, há reclamações sobre falta de leitos. "São denúncias de munícipes que estão na UPA e precisam ser transferidos para o Hospital Municipal, e não conseguem transferência devido à falta de leitos, permanecendo por mais de 24 horas na unidade", aponta.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Gazeta do Iguazu – 12 de Abril de 2018 Pág.06

João Miranda

O vereador chamou a imprensa e falou que vai processar a denunciante, ou quem registrou o BO contra ele na Delegacia da Mulher. Para variar, o assunto é cercado de lacunas; e, se a notícia é falsa, a saída de Miranda seria mover ação por denunciação caluniosa contra a suposta vítima. Disseram ao Corvo que é difícil a vítima provar a acusação, e o João, por sua vez, desmentiu-a, porque o diálogo teria ocorrido entre as quatro abafadas paredes do gabinete, reforçadas pelo gesso, onde não se consegue escutar o que falam nem com estetoscópio.

Sem ouvidos

Já que as paredes dos gabinetes são "surdas", quem está falando a verdade? A pessoa que teria sido supostamente assediada ou o João Miranda, agora no alvo do apedrejamento, sobretudo na condição de chefe da Comissão de Ética? Taí um caso difícil de se elucidar — nem Sherlock Holmes daria cabo, a não ser que exista uma gravação, um áudio, uma prova do tal assédio. Ou que não houve o assédio.

CPI

Puxa vida, imagina o constrangimento que haverá se resolverem instaurar uma Comissão Processante de Inquérito para apurar este caso? Que senhora saia-justa, hein? E se levarem a discussão para plenário então, Foz chegará à sublimação dos agouros legislativos! Que barbaridade!

Comissão de Ética

Quem será o próximo presidente da Comissão Parlamentar de Ética da Câmara de Foz a enfrentar o paredão? Corre à boca miúda que o João Miranda está sendo fuzilado em razão da sindicância contra a Nanci. Deu Na Toca do Leão! Ele teria confidenciado a dificuldade de encontrar razões para culpar a colega pedetista. Decerto o João confidenciou para a pessoa errada; foi abrir a boca e já levou uma metralhada.

Máquina mortífera

O presidente Rogério Quadros, como bom policial que é, deve estar no enalço de quem manipula o triturador de ossos da Casa de Leis. Do jeito que vai, não restará uma viva alma nesta legislatura; é falar em ética que o urubu levanta voo e larga a títica. Sai de baixo!

Haja suplentes!

Levando em conta os últimos acontecimentos, e fazendo uma projeção futura, Foz terá de buscar suplentes em Santa Terezinha se precisar substituir cada vereador supostamente enrolado em alguma denúncia. A Câmara parece uma olaria, tamanha a quantidade de tijolos voando para todos os lados. Isso é reflexo do ano político e da prática de um esporte perigoso: "puxada de tapete".

Temporada aberta

Viu, Nanci, no que deu ir assistir ao Rock in Rio? Se fosse à missa nada disso teria acontecido. Bom, no caso da Nanci, ela levaria chumbo até em caso de ir pagar promessa na Basílica de Nossa Senhora! Iriam dizer que, pelo fato de tratar o joelho, não poderia pagar promessa. A temporada de caça está aberta!

Concorrência

Com tantos acontecimentos inusitados, tudo leva a crer que o plenário da Câmara estará concorrido nos próximos dias. Há vereador pensando em votar um projeto para numerar as cadeiras.

Polo Astronômico

O site TripAdvisor certificou mais uma vez a estrutura localizada no Parque Tecnológico Itaipu (PTI). Isso aconteceu pela terceira vez consecutiva. Pelo visto Foz possui um bom céu para quem aprecia viajar pelas estrelas por meio de um telescópio. E um dado é estupefacente: Foz é uma das cidades brasileiras que mais possuem um telescópio pelo número de moradores. Isso se deve à demanda de produtos nas lojas de Ciudad del Este e Duty Free, onde os preços de fato são muito atrativos. Passando um olhar nas sacadas e janelas dos edifícios, é possível avistar uma porção de telescópios — e de todos os tamanhos. Mas o Corvo notou uma particularidade: eles estão virados para baixo. Vai ver os observadores estão mais interessados na vizinhança. No fim das contas, pode-se dizer que Foz é um grande polo astronômico!

ÚLTIMOS DIAS PARA ENTREGA DO IR...



Inconstitucionalissimamente

Márcio Rosa garante que proibir o ensino da ideologia de gênero não combina com a Constituição federal. E na visão do Corvo, o vereador está correto; é a União quem delibera sobre o caso. Taí uma das razões de a Câmara viver no olho do furacão: ficam futucando desnecessariamente caixa de marimbondo. Na sessão de inutilidades do Corvo, uma curiosidade: inconstitucionalissimamente (27 letras) não é a maior palavra da língua portuguesa como muitos insistem; pneumoultramicroscopicosilicovolcanoconiótico é a palavra campeã, com 46 letras! O Corvo premiará quem souber pronunciar a palavra sem titubear! Isso porque não faz parte da competição o dicionário do saudoso Valdo Vieira. Lá há palavras com um quilômetro de comprimento! E inconstitucionalissimamente ainda vem em décimo lugar! O prêmio é o transporte de graça, de Uber, para assistir a uma sessão da Câmara!

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Gazeta do Iguçu – 12 de Abril de 2018 Pág.07

Médico que humaniza tratamento do câncer será homenageado nesta quinta

O médico oncologista Aref Muhieddine, idealizador do projeto Moça Bonita, será homenageado hoje (12) durante a sessão ordinária com a entrega da Moção de Aplauso da Câmara Municipal. O tratamento humanizado implantado pelo profissional em atenção às vítimas de câncer, especialmente mulheres jovens, teve o reconhecimento do Legislativo por meio de uma iniciativa do vereador Tenente-Coronel Marcos Antônio Jahnke.

"Destacamos os relevantes serviços prestados na área médica e especialmente na oncologia, não somente em Foz do Iguçu, mas também no Brasil, no Oriente Médio e em breve nos Estados Unidos. Ele é o idealizador do projeto Moça Bonita, que atende jovens e moças com câncer", lembrou o vereador.

Por quase uma década foi responsável pelo tratamento de radioterapia na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Por falar árabe, inglês e espanhol, muitos pacientes de diversas partes do mundo são atendidos no Brasil, sob os cuidados do médico.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Primeira Linha – 12 de Abril de 2018 Pág.04

Exploração comercial dos quiosques da Av. Paraná recebeu aprovação da Câmara



Foto/Câmara Municipal

O Vereador Elizeu Liberato explica que são espaços públicos que atualmente estão fechados e ficam sujeitos ao prejuízo do abandono do local, como depredação e deterioração da estrutura física. A ideia é que os quiosques sejam utilizados para comercialização de produtos de interesse da população que frequenta o local para prática de atividade física.

Comitiva chinesa visita Câmara Municipal de Foz do Iguaçu



Foto/Reprodução TV Câmara

Os representantes do Congresso Popular da cidade de Hangzhou, foram recepcionados pelo Presidente Rogério Quadros (PTB) e pelo Vereador João Sabino (Patriota). Na Câmara, eles participaram de uma reunião na qual conversaram sobre legislação e segurança de eventos. A oportunidade também foi de conhecerem um pouco mais sobre a história de Foz do Iguaçu, a vocação turística do município e o funcionamento do Legislativo Iguaçuense.

Estudos sobre transporte gratuito para quem tem consulta agendada é tema de requerimento



Foto/Pablo C. Fernandez

O Vereador Celino Ferrin solicitou ao Executivo Municipal estudos para verificar a viabilidade de conceder gratuidade no transporte coletivo urbano para quem tem consultas e exames agendados na rede pública de saúde. O pedido vai para análise do governo para verificar o que pode ser feito em relação a isso e a questão do impacto orçamentário.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA – 12 de abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/camara-analisa-projeto-que-restabelece-issqn-fixo-para-profissionais-liberais/22292>

Câmara analisa projeto que restabelece ISSQN fixo para profissionais liberais



Em sessão extraordinária desta quinta-feira (12) será apresentado no expediente o projeto do prefeito Chico Brasileiro (PSD) que restabelece o sistema de ISS fixo para autônomos e profissionais liberais. Depois da aprovação polêmica no ano passado, o Executivo resolveu voltar atrás e manter a forma que vinha sendo cobrada. Um dos fatores é que a lei complementar federal da alíquota mínima de 2% (LCF 157/2016) não afetou a tributação aplicada a esses profissionais. A alteração feita no ano passado acabou com o valor anual fixo e passou a exigir recolhimento de ISS mensal. (Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)



CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA – 12 de abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/camara-vota-hoje-projeto-de-lei-pela-igualdade-racial/22271>

Câmara vota hoje projeto de lei pela igualdade racial



Os vereadores voltam a se reunir hoje, a partir das 9h em uma sessão ordinária e duas extraordinárias. Dentre os assuntos em pauta está a votação de projeto de lei da vereadora Rosane Bonho (PP), em defesa da igualdade racial. A proposta estimula atividades de conscientização e combate ao racismo incluindo no Calendário de Eventos Oficiais do Município a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial. A ideia é realizar as atividades anualmente, sempre na semana que antecede o dia 20 de novembro, Dia Mundial da Consciência Negra. Conforme consta no texto do projeto, a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial tem como objetivos ampliar a reflexão, o diálogo e a conscientização sobre o processo histórico de formação da sociedade brasileira, promover e valorizar as diversas culturas, bem como combater o racismo e a discriminação. *(Elson Marques Freelancer /Foto: Divulgação)*

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Resistência 24 Horas – 12 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/posts/1664024150347920>

 **Resistência 24 Horas** adicionou 5 novas fotos. 19 h · Foz do Iguaçu · 🌐

Hoje grande evento na CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, com a presença da colônia árabe, uma justa homenagem oferecida pelo Tenente Coronel JAHNKE ao amigo Dr. Aref Muheiddine, moção esta pelos relevantes trabalhos deste grande homem em combate ao Câncer nao so no brasil como no Libano, Estados Unidos e todas as pessoas carentes.



 Curtir  Comentar  Compartilhar 

   363 Comentários mais relevantes ▾

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Resistência 24 Horas – 12 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/videos/1663996893683979/>

 **Resistência 24 Horas** 20 h · 🌐

Médico de Foz do iguacu é homenageado na CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, através do Vereador Ten Cel JANHKE por seus relevantes trabalhos voluntario com mulheres que sofrem da doença devastadora " CANCÊR " ASSISTA ESSA REPORTAGEM E SE EMOCIONE COMO TODOS QUE ESTAVAM NA CAMARA HOJE PARABÉNS DR AREF MUHIEDDINE.



25 mil visualizações

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

 Rosa Aguirre e outras 973 pessoas Comentários mais relevantes ▾

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Prefeitura de Foz do Iguaçu – 12 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/prefeituradefozoficial/posts/1631367113643470>



Prefeitura de Foz do Iguaçu

21 h · 🌐

O PLC 315/2009 foi aprovado ontem (11) pelo Senado Federal. A Lei altera a distribuição da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) entre União, estados e municípios, aumentando o percentual de repasse para estes entes federados. A lei segue agora para a sanção do presidente Michel Temer.

Se for sancionada, os municípios sedes de hidrelétrica, como Foz do Iguaçu passam a receber 20% a mais da CFURH, reduzindo o percentual de repasse para os estados – de 45% para 25% – e transferindo para os municípios, que passarão dos atuais 45% para 65%. Essa compensação é repassada mensalmente a 21 estados e ao Distrito Federal e a cerca de 700 municípios.



Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

SENADO APROVA AUMENTO DE COMPENSAÇÃO PARA MUNICÍPIOS POR CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

PMFI.PR.GOV.BR



Curtir



Comentar



Compartilhar



8

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Acontece na Fronteira – 12 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.212767485962112.1073741829.210290629543131/239179889987538/?type=3&theater>



Acontece na Fronteira

11 h · 🌐

...

MAIS DA CAMARA DE VEREADORES !

Legislativo nativo na lupa do MP

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Oeste do Estado, tem 30 dias para disponibilizar em sua página eletrônica do Portal da Transparência as informações públicas exigidas pela legislação vigente, sob pena de multa de R\$ 30 mil. O site também deve ser atualizado mensalmente, conforme previsto pela Lei Federal 12.527/2011. A determinação atende ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, por meio da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca.

Na ação, o MPPR relata que a Casa Legislativa não vem efetivando adequadamente a política de transparência de seus atos no Portal da Transparência, o que obsta o acesso a dados referentes à gestão administrativa, financeira e orçamentária e, por consequência, impede o controle dessas questões pela população em geral. A Promotoria de Justiça buscou resolver a situação de forma extrajudicial, por meio de recomendação administrativa, mas não houve retorno positivo da Câmara nesse sentido – daí a necessidade da ação judicial.

Acesso ao cidadão – Além de impor que sejam disponibilizadas as informações e mantido atualizado o Portal da Transparência, a decisão determina que seja criado pelo órgão legislativo em até 30 dias um serviço de acesso a informações públicas ao cidadão (com protocolo único, em local e condições apropriadas) e que a Câmara “não se omita em prestar informações, dados e esclarecimentos que lhe sejam solicitados pela população ou interessados em geral, na forma do artigo 10 e seguintes da Lei nº 12.527/2011, devendo, em caso de negativa de acesso, proceder de forma fundamentada e por escrito, mediante ciência da parte interessada.”

Com MPPR

PITACO: Justíssima a providencia do MP, esse site da Câmara parece mais uma carta enigmática, difícil de acessar informações. Outra boa medida que vem no bojo desta decisão é a de que, a multa de 30 mil reais por descumprimento da decisão, deverá ser paga pelo presidente do legislativo, vereador Rogério Quadros, e não pelo povo de Foz que é vítima deste sistema viciante e irregular. Demorô!

Por : hlucas.com.br



CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Primeira Linha – 12 de abril de 2018

Link: https://www.primeiralinha.com.br/home2/noticia_online.php?noticia_online=897

CÂMARA ESTUDA CREDENCIAMENTO PARA PROFISSIONAIS DE IMPRENSA

Segundo o Presidente da Casa, a medida visa valorizar os jornalistas que cobrem as atividades no legislativo e dar mais seriedade às notícias referentes à Câmara



Foto/Divulgação

O Vereador Rogério Quadros (PTB), Presidente da Casa, reuniu-se na quarta-feira (11) com o vice-presidente regional do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná – Sindijor, Roberto Geremias, para tratar sobre um possível credenciamento para profissionais de imprensa que vierem à Câmara para cobrir eventos, sessões e até mesmo entrevistas nos gabinetes dos parlamentares. Em um segundo

momento, a aplicação também seria destinada para os cidadãos que visitam a Casa de Leis.

Segundo Rogério Quadros, a medida na Casa de Leis visa valorizar o profissional de imprensa que possui o MTB, um registro oficial para atuar como jornalista. De acordo com Roberto Geremias, essa medida de credenciamento é válida, visto que a Câmara é um órgão público e medidas como essa já são aplicadas em locais como a Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Receita Federal e até mesmo na Itaipu Binacional.

Aplicação

O Sindijor irá encaminhar uma lista com os nomes dos profissionais, para que a Câmara estude a melhor forma de realizar o credenciamento.

Fonte: CâmaraMFI

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

H2LUCAS– 12 de abril de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/04/12/portal-da-transparencia-do-legislativo-de-foz-do-iguacu-deve-ser-atualizado/>

Justiça condena Câmara Municipal a cumprir a lei de acesso a informação

[Deixe um comentário](#)



Legislativo nativo na lupa da Justiça

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Oeste do Estado, tem 30 dias para disponibilizar em sua página eletrônica do Portal da Transparência as informações públicas exigidas pela legislação vigente, sob pena de multa de R\$ 30 mil. O site também deve ser atualizado mensalmente, conforme previsto pela Lei Federal 12.527/2011. A determinação atende ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, por meio da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca. O juiz da 1ª vara da Fazenda Pública exarou a sentença.

Na ação, o MPPR relata que a Casa Legislativa não vem efetivando adequadamente a política de transparência de seus atos no Portal da Transparência, o que obsta o acesso a dados referentes à gestão administrativa, financeira e orçamentária e, por consequência, impede o controle dessas questões pela população em geral. A Promotoria de Justiça buscou resolver a situação de forma extrajudicial, por meio de recomendação administrativa, mas não houve retorno positivo da Câmara nesse sentido – daí a necessidade da ação judicial.

Acesso ao cidadão – Além de impor que sejam disponibilizadas as informações e mantido atualizado o Portal da Transparência, a decisão determina que seja criado pelo órgão legislativo em até 30 dias um serviço de acesso a informações públicas ao cidadão (com protocolo único, em local e condições apropriadas) e que a Câmara “não se omita em prestar informações, dados e esclarecimentos que lhe sejam solicitados pela população ou interessados em geral, na forma

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

do artigo 10 e seguintes da Lei nº 12.527/2011, devendo, em caso de negativa de acesso, proceder de forma fundamentada e por escrito, mediante ciência da parte interessada.”

Com MPPR

PITACO: Justíssima a providencia do MP, esse site da Câmara parece mais uma carta enigmática, difícil de acessar informações. Outra boa medida que vem no bojo desta decisão é a de que, a multa de 30 mil reais por descumprimento da decisão, deverá ser paga pelo presidente do legislativo, vereador Rogério Quadros, e não pelo povo de Foz que é vitima deste sistema viciante e irregular. Demorô!

Portal da Cidade – 12 de abril de 2018

Link: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/politica/portal-da-transparencia-do-legislativo-de-foz-deve-ser-atualizado>

DECISÃO

Justiça obriga Câmara de Foz a atualizar Portal da Transparência

Sentença proferida nesta semana atende ação proposta pelo MPPR e impõe multa em caso de descumprimento.

Postado em 12/04/2018 às 17:34 | Atualizado hoje às 17:43



(Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu tem 30 dias para disponibilizar em sua página eletrônica do Portal da Transparência as informações públicas exigidas pela legislação vigente, sob pena de multa de R\$ 30 mil. O site também deve ser atualizado mensalmente, conforme previsto pela Lei Federal 12.527/2011. A determinação atende ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, por meio da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca.

Na ação, o MPPR relata que a Casa Legislativa não vem efetivando adequadamente a política de transparência de seus atos no Portal da Transparência, o que obsta o acesso a dados referentes à gestão administrativa, financeira e orçamentária e, por consequência, impede o controle dessas questões pela população em geral. A Promotoria de Justiça buscou resolver a situação de forma extrajudicial, por meio de recomendação administrativa, mas não houve retorno positivo da Câmara nesse sentido – daí a necessidade da ação judicial.

Acesso ao cidadão

Além de impor que sejam disponibilizadas as informações e mantido atualizado o Portal da Transparência, a decisão determina que seja criado pelo órgão legislativo em até 30 dias um serviço de acesso a informações públicas ao cidadão (com protocolo único, em local e condições apropriadas) e que a Câmara “não se omita em prestar informações, dados e esclarecimentos que lhe sejam solicitados pela população ou interessados em geral, na forma do artigo 10 e seguintes da Lei nº 12.527/2011, devendo, em caso de negativa de acesso, proceder de forma fundamentada e por escrito, mediante ciência da parte interessada.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

13/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 13 de Abril de 2018 Capa



INFRAESTRUTURA
Alfândega da Receita Federal terá novo Centro de Recepção em Foz
Pág. 11



IMPOSTO DE RENDA
Contadores orientam contribuintes hoje no Cataratas JL Shopping
Pág. 2



FOZ UNIDA

“Em política é preciso somar, e não dividir”, diz Vermelho



Pré-candidato a deputado federal participou do programa *Contraponto*, da Rádio Cultura. Pág. 7

AGILIDADE

Projeto que desburocratiza serviços na prefeitura está pronto para ser votado



Pareceres favoráveis das comissões técnicas foram lidos ontem em regime extrapauta. Pág. 9

PROPINA

Policial civil é condenado por improbidade administrativa



Réu perdeu a função pública e terá de pagar multa no valor de cinco vezes a última remuneração que recebeu. Pág. 29

Câmara é condenada a cumprir Lei de Acesso à Informação

Sentença da Justiça impõe prazo de 30 dias para que o Portal da Transparência da Casa de Leis seja atualizado; em caso de descumprimento, foi fixada multa de R\$ 30 mil. Pág. 3



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Em sessão extraordinária foi lido ontem (12) o parecer das comissões da Câmara favorável ao projeto do Executivo que implanta a lei da regularização fundiária de Foz do Iguaçu. A estimativa é que a regularização beneficie mais de 20 mil famílias. Pág. 4

ESTRUTURA DETERIORADA

Reforma da UBS da Vila Yolanda depende de aprovação da Assembleia Legislativa

Imóvel sede do posto de saúde é de propriedade do estado, e cessão ao município precisa ser aprovada; não há previsão para o início das obras. Pág. 5

Legislativo é condenado a cumprir Lei de Acesso à Informação sob pena de R\$ 30 mil

Sentença impõe prazo de 30 dias para que o Portal da Transparência da Casa de Leis seja atualizado; Câmara Municipal não se manifesta

Bruno Soares
Reportagem

A Câmara Municipal foi condenada a cumprir, de maneira efetiva, o que determina a Lei Federal de Acesso à Informação sob pena, caso haja descumprimento, de multa fixada em R\$ 30 mil. A sentença foi proferida, na última quarta-feira (11), pelo juiz Alessandro Motter, lotado na 1ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, e é resultado de uma ação civil interposta pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) em junho de 2016.

De acordo com a decisão do magistrado, "os atos da Administração Pública devem respeitar o princípio da publicidade, ou seja, deve haver ciência da sociedade sobre os atos oriundos do Poder Público. O princípio da publicidade está ligado ao direito de informação dos cidadãos e ao dever de transparência do Estado, relacionado aos princípios republicano e democrático".

Ao fundamentar sua sentença, Alessandro Motter ressalta que "a instituição dos portais de transparência dos diversos entes estatais, nos diferentes níveis de governo, tem sido o instrumento que garante a publicidade dos atos adminis-



Câmara tem 30 dias para promover as atualizações impostas pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu

trativos e proporciona o exercício do direito de informação".

Afinal, prossegue o juiz, "trata-se de instrumento de controle do governo que está a serviço da sociedade, pois dá transparência a toda execução orçamentária e financeira do órgão público, garantindo, assim, a possibilidade de se monitorar a utilização da verba pública".

Ao se referir especificamente sobre o caso da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, a sentença pontua que o MP-PR, em auditoria

realizada no Portal da Transparência hospedado na página eletrônica da Casa Legislativa de Foz do Iguaçu, "constatou a existência de ilegalidades no tocante à publicidade dos atos da Administração Pública, pois, ao ver do MP-PR, não estão sendo observados os ditames da Lei de Acesso à Informação".

Para demonstrar este entendimento, o magistrado afirma que "a referida Auditoria demonstrou que no Portal da Transparência em questão não há informações a respeito da remuneração de

cada um dos agentes públicos; do pagamento de diárias e/ou despesas; da eventual aquisição de passagens aéreas; gastos com cartões corporativos; horários de atendimento; valores referentes a verbas de gabinete e de representação; a lista de procedimentos licitatórios, de convênios, de dispensa de licitações, contratação direta, etc.; relatório da gestão fiscal; operações financeiras de qualquer natureza; movimentação de fundos; execução orçamentária, dentre outros itens relacionados".

Forma genérica

Ainda de acordo com o texto da condenação, a assessoria da Câmara Municipal alegou que a Casa Legislativa cumpre as determinações impostas em lei. "Entretanto abordou de forma genérica os argumentos tecidos na inicial, não apresentando qualquer tipo de insurgência quanto ao resultado da auditoria realizada. Desta forma, à luz da farta documentação carreada ao feito pelo Ministério Público, o que se conclui é que a parte requerida não está proporcionando, de forma satisfatória, o acesso às informações de interesse público, deixando, assim, de garantir a transparência de sua gestão", avalia. O juiz responsável pela sentença determinou ainda que, caso não sejam providenciadas as atualizações impostas, o valor da multa deverá ser destinado ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FEID). Procurada pela reportagem, a assessoria de comunicação do Legislativo informou que não iria manifestar-se, pois ainda não teria sido notificada oficialmente sobre a decisão da Justiça local.

Nova lei da regularização fundiária passa pelas comissões da Câmara

Projeto teve apontamentos do IBAM, mas parecer jurídico do Legislativo foi pela legalidade

Elson Marques
Fotógrafo

Em sessão extraordinária foi lido ontem (12) o parecer das comissões reunidas de Legislação, Justiça e Redação, de Economia, Finanças e Orçamento; e de Obras, Urbanismo, Serviços Públicos, Ecologia e Meio Ambiente favorável ao projeto do Executivo que implanta a lei da regularização fundiária de Foz do Iguaçu. Apesar de alguns apontamentos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), as comissões deram sinal verde para inclusão do projeto na pauta de votação plenária, baseando-se em deliberação do departamento jurídico da Casa.

De acordo com o relator do projeto nas comissões reunidas, vereador Celino Fertrin (PDT), o texto chegou à Câmara sem o parecer da Procuradoria-Geral do Município, que foi encaminhado mediante solicitação. Informou que foram solicitados também os pareceres do IBAM e da assessoria jurídica do Legislativo. "Embora os pareceres encaminhados a esta reletoria possuam pontos antagônicos, o projeto é uma cópia da legislação federal com algumas poucas alterações, portanto nossa deliberação é favorável à aprovação", destacou Fertrin.

Na manifestação, o IBAM considerou que o projeto fere os princípios da necessidade e da eficiência da administração e invade a competência privativa da União para legislar sobre tema desta natureza. "Ao contrário do IBAM, o parecer jurídico da Câmara posicionou-se favorável à tramitação do projeto por considerá-lo eminentemente técnico sob o ponto de vista urbanístico", destacou o relator.



Situação de áreas ocupadas pode ser resolvida com procedimentos para a Regularização Fundiária Urbana

Celino Fertrin destacou ainda que a competência dos municípios é ampla, em se tratando de matéria urbanística. "A Constituição assegura a autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local para promover o adequado ordenamento territorial", escreveu no parecer. Vencida a etapa de análise das comissões reunidas, o projeto está pronto para entrar na ordem do dia da próxima sessão extraordinária na semana que vem.

Direito de posse e escrituração

O prefeito Chico Brasileiro (PSD) enviou o projeto à Câmara propondo a nova lei para regularização fundiária urbana. A ideia é criar um instrumento legal para resolver o problema das ocupações, reconhecendo o direito de posse e liberando o imóvel para escrituração.

O projeto foi editado com base na recente Lei Federal nº 13.465, sancionada em 11 de julho de 2017, considerada um novo marco regulatório no país, estabelecendo os procedimentos para a Regularização Fundiária Urbana, denominada Reurb. O processo inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

"O projeto traz soluções para adequar os parcelamentos à cidade regularizada, como a implantação de infraestrutura essencial (calçamento, esgoto, energia, fornecimento de água), decorrentes dos loteamentos implantados sem atendimento das normas legais", expôs o prefeito Chico Brasileiro na mensagem ao Legislativo.

Famílias beneficiadas

A estimativa é que a regularização atenda a 12 regiões consolidadas como irregulares, beneficiando mais de 20 mil famílias. Segundo Chico Brasileiro, o projeto traz todo o regramento para sanar os problemas, modificando diversos procedimentos, entre eles a redução de custos das ações de regularização para os futuros proprietários.

Pelo texto, para facilitar o registro de propriedade, foi criada a legitimação fundiária. Nessa modalidade, o processo tradicional de regularização título a título será substituído por um reconhecimento de aquisição originária de propriedade, a partir de cadastro aprovado pelo poder público.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 13 de Abril de 2018 Pág.06

Dona Inês, dona Inês...

Após ter ficado 15 meses no Executivo, sendo quatro meses como prefeita interina e depois outros longos 11 meses como secretária da Saúde, Inês Weizemann volta para a Câmara e quer saber do prefeito Chico Brasileiro informações sobre como está o atendimento oftalmológico em Foz? Por favor, né vereadora? Pegue leve! É o prefeito quem deveria perguntar para a senhora.

Cada uma!

Vai ver é por falta de conhecimento ou conteúdo acerca dos problemas da cidade que a vereadora Inês foi buscar um tema assim. Só esqueceu que era da sua responsabilidade. Parece desenho do Pica-Pau!

Unanimidade

E todos os vereadores aprovaram a medida, claro. É a unanimidade que vai colocar a vereadora no paredão, ou seja, ela mesma se colocou de frente para a artilharia. Que barbidade!

"Política é a arte de somar"

Declaração é do pré-candidato Vermelho, que participou do programa *Contraponto*, da Rádio Cultura; leia os trechos principais:

Adelino de Souza
Freelancer

Dante Quadra - Você trocou o PTB pelo PSD. Foi um convite do Ratinho Junior?

Vermelho - Nós tínhamos um trabalho bastante avançado no Oeste e Sudoeste do Paraná, defendendo o plano de trabalho do Ratinho Junior. Havia um entendimento no sentido do PTB comprar a chapa majoritária do Ratinho, tendo o Alex Canziani como candidato a vice ou ao Senado. Na proporcional havia o entendimento para fazer uma chapa pura, como na eleição passada, quando elegemos dois deputados federais, sendo o segundo com 60 mil votos. Ocorre que o partido tomou a decisão de coligar com a Cida Borghetti, tendo o Canziani como candidato ao Senado e sua filha como candidata a deputada federal.

Além disso, tínhamos o trabalho sedimentado em mais de cem cidades, tendo como candidato o Ratinho Junior. Nesse novo cenário, recebi o convite do Ratinho para fazer parte do PSD, quando ele explicou que nesse partido eu teria maior viabilidade eleitoral. Conversei também com o Chico Brasileiro, e ele disse que eu seria bem-vindo para somar nas fileiras do PSD.

Consultei também companheiros e lideranças das regiões Oeste e

Sudoeste, onde tenho as bases, e praticamente todos entenderam que eu deveria ir para o PSD. Foi por essas razões que tomamos essa decisão.

Cida Costa - O Wanderley Teixeira, presidente do partido, esteve aqui na rádio e disse que você não teria apoio do PSD local. Vocês não conversaram?

Vermelho - O diretório estadual nos convidou e tem poderes para fazer as filiações. Mesmo assim, meu filho conversou com o Teixeira. Mas no caso de uma eleição como essa, é normal uma filiação ocorrer pelo estadual, como ocorreram tantas outras filiações.

Cida - O Teixeira ci-

"Não queremos fazer da política um balcão de negócios"

tuou os nomes de Professor Sérgio, Inês Weizemann, Mário Rosa e Evandro Roman.

Nélio Sander - Foram esses nomes, e o Teixeira disse que o diretório local não trabalharia pela sua candidatura. Qual o caminho agora? O diretório estadual poderá intervir?

Cida - Seria o Roman para deputado federal e os outros para estadual...

Dante Quadra - E o Roman não é de Foz...



Foto: Rádio Cultura

Vermelho durante a entrevista na Rádio Cultura com a presença de Cida Costa, Dante Quadra, Nélio Sander, Joel de Lima e Ennes da Rocha

Vermelho - Eu gosto do Wanderley Teixeira, é meu amigo, e respeito a posição dele. Se ele optar por um candidato de Cascavel, não há problema, o Roman é um amigo nosso, companheiro de partido. A majoritária precisa do voto de todos, e em política é preciso somar, e não dividir. Mas eu volto a chamar a

atenção da importância de Foz e região ter representantes na Câmara Federal. Na última eleição, dos 140 mil votos, 90 mil ficaram na cidade e 50 mil foram para candidatos de outras cidades. Então, existe voto para todos. Sinto-me confortável no PSD, onde tenho muitos amigos. Sou empreendedor local, gero 150 empregos diretos em Foz, vivo aqui há 27 anos e me coloco à disposição para somar, porque jun-

tos podemos mais.

Dante - O Vermelho é pré-candidato de Foz, mora em Foz, ou tem domicílio eleitoral aqui?

Vermelho - Estou em Foz do Iguaçu, tenho casa aqui, tenho dois filhos em Foz, tenho meus negócios, gero 150 empregos aqui e 600 na região. Cheguei aqui durante o mandato do Álvaro Neumann, passei por todos esses prefeitos, sempre fazendo o bem.

Ouvinte Kátia Schmidt - Conheço o Vermelho há cerca de 20 anos e sei do seu trabalho na cidade. Gosto muito do Teixeira, mas admiro ele que defendia candidatos de Foz apoiar um candidato de fora. Aliás, o que esse Roman fez por Foz? Que recursos, que benefícios ele trouxe para cá? Uma merreca. O partido precisa fazer uma reunião e apoiar candidatos daqui.

Ennes da Rocha - O Ramiro Leite também se filiou por Curitiba e será candidato. Dizem que forças que se dividem são forças que se enfraquecem. Não seria melhor uma união, já que eleição é questão de número de votos?

Vermelho - Concordo com você, Ennes. A política é a arte de somar, ainda mais neste momento crucial que estamos vivendo. Eu respeito os diretórios e comissões provisórias, até porque montei 78 diretorias no

Oeste e Sudoeste. Temos de somar porque atrás do voto existe uma comunidade, um município e uma região esperando sempre o melhor para o cidadão.

Ouvinte Antonio, do Portal - Votar em candidato de fora é a mesma coisa que a Rádio Cultura fazer uma campanha para todos depositarem dinheiro na conta da Prefeitura de Cascavel para melhorar aquela cidade...

Vermelho - Agradeço a todos aqui da mesa e aos ouvintes. Acho que o eleitor é inteligente para escolher os candidatos que têm viabilidade e que irão desenvolver um trabalho sério. Estou dividindo meu tempo 50% na atividade empresarial e 50% na pré-campanha, porque precisamos trabalhar para ganhar o pão de cada dia, pois não dependemos da política para viver e não queremos fazer da política um balcão de negócios.

LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS

- ▶ Palco
- ▶ Tablados
- ▶ Pavilhão
- ▶ Arquibancadas
- ▶ Grades de Proteção
- ▶ Banheiros Químicos
- ▶ Grupo Gerador de Energia
- ▶ Tendas de Diversos Tamanhos

Av. Fortaleza, 772 | Jd. Petrópolis
www.estruturascataratas.com.br

☎ 45 3524 5110 ☎ 45 99915 1222

Cego em tiroteio

Li um *release* distribuído pela assessoria da vereadora Inês Weizemann nessa quinta (12). É o verdadeiro samba do crioulo doido. Depois de permanecer por quatro meses como prefeita e 11 na Secretaria da Saúde, a vereadora pede informações sobre... a saúde. Parece que a vereadora está mais perdida que cego em tiroteio.

Inimigo na trincheira

Contaram-me que Inês está mordida porque o prefeito cortou parte de um contrato que ela teria feito como secretária e que deu chabu no Conselho de Saúde. Quem conhece a Inês sabe que ela é carne de pescoço, portanto o Chico que se prepare. Vem aí uma opositora ferrenha.

Vereadora pede informações sobre atendimento oftalmológico em Foz

Depois de permanecer quatro meses como prefeita e 11 meses como secretária da Saúde, Inês Weizemann cobra informações do prefeito

Da assessoria
Reportagem

A vereadora Inês Weizemann (PSD) solicitou nessa quinta-feira (12), ao prefeito Chico Brasileiro, informações sobre o processo de contratação de empresa responsável pelo atendimento oftalmológico na saúde pública de Foz do Iguaçu.

Por unanimidade, os vereadores votaram a favor do pedido da vereadora, que pediu informações sobre a existência ou não de empresas habilitadas e, também, sobre o prazo para que os atendimentos voltem a ser prestados dentro da normalidade.

De acordo com Inês, em outubro do ano passado, depois de apontamentos da Controladoria e do Conselho Municipal de Saúde (Comus), foi encerrado o contrato entre a prefeitura e a única empresa habilitada que prestava serviços oftalmológicos para a saúde pública de Foz do Iguaçu.

Na época, chegou a ser feito um novo edital para a contratação de uma nova empresa. No começo deste ano, somente uma empresa chegou a cumprir todas as exigências do edital e estava habilitada para a prestação dos serviços indicados no edital. Inês, que atuava então como secretária de Saúde,



Inês Weizemann fez questionamento na Câmara sobre atendimento oftalmológico em Foz

acompanhou o processo e chegou, juntamente com o prefeito, a anunciar a contratação da referida empresa. Mas a contratação não foi concretizada.

Além disso, de acordo com a vereadora, há alguns dias, o vice-prefeito declarou que o edital de chamamento público relativo a estes serviços oftalmológicos seria reeditado, porque o edital anterior teria apresentado alguns erros jurídicos. Em 29 de março, ou seja, cinco meses depois da publicação do antigo documento, o "novo" edital foi publicado com alterações.

Entre as justificativas apontadas no documento consta que "as alterações e acréscimos se justificam pela necessidade do mesmo se adequar ao rito da modalidade credenciamento, o qual deve prever a possibilidade de ingresso de tantas quantas forem as pessoas jurídicas interessadas e habilitadas para tal feito,

bem como permitir ao Município a discricionariedade de contratá-las pelo período necessário ao atendimento do interesse público".

A vereadora, que não participou do processo de discussão do novo edital, não entende o motivo da republicação do edital e receia que as alterações possam não contemplar o real interesse público dos pacientes, que é o atendimento pleno de todos os procedimentos necessários.

Inês afirmou que não foi consultada sobre as alterações no edital. E garantiu que, se tivesse sido consultada, teria sido contra porque essas alterações podem levar a uma espécie de "fatiamen- to" do serviço a ser ofertado, prática essa proibida pela legislação brasileira e prevista até no manual de contratações editado pelo Ministério da Saúde.

A vereadora disse que não participou da reu-

nião que discutiu essas mudanças. A reunião ocorreu no período de transição, já que no dia 2 de abril Inês assumiu o cargo na Câmara de Vereadores de Foz.

Inês Weizemann deixou claro que é contra essas alterações, por entender que elas não atendem às necessidades dos pacientes da oftalmologia. "Sou contra porque há o risco de que alguns prestadores se habilitarem para serviços que rendem mais (de maior complexidade) e deixem de atender outros serviços, que são mais simples e mais baratos (os de baixa complexidade), causando prejuízo para o município e principalmente para nossa gente."

Inês alertou para o fato de que pode vir a acontecer de pacientes terem de buscar atendimento em outras cidades, para procedimentos que por motivo ou outro não venham a ser ofertados aqui, tornando o atendimento moroso e aumentando a fila de espera.

Para finalizar, a vereadora espera receber as informações solicitadas para que "se possa ter certeza de que os pacientes tenham acesso a tratamentos de excelência em todas as complexidades aqui mesmo em Foz, seja para tratar glaucoma, catarata ou qualquer outro problema oftalmológico".

Projeto sobre desburocratização na prefeitura está pronto para votação

Pareceres favoráveis das comissões técnicas foram lidos ontem em extrapauta

Elson Marques
Freelancer

Em regime extrapauta foram lidos ontem (12), na sessão ordinária da Câmara Municipal, os pareceres favoráveis (técnicos e jurídicos) das comissões ao projeto do vereador Elizeu Liberato (PR), que propõe a desburocratização de serviços na Prefeitura de Foz do Iguaçu. Com isso, o texto está liberado para ser incluído na pauta de votação do plenário na próxima sessão, marcada para terça-feira (17). A norma acaba com a exi-

gência de autenticação e reconhecimento de firmas em cartórios.

Pelo projeto, conforme explicou Elizeu, "o próprio servidor municipal poderá fazer a autenticação administrativa simplificada de documentos por meio de cotejo da cópia com o documento original ou com a cópia autenticada". Segundo o vereador, a iniciativa vai facilitar a vida do cidadão no sentido de diminuir custos e tempo despendidos nos cartórios para autenticar documentos e fazer o reconhecimento de firma.



Elizeu Liberato disse que o próprio servidor municipal poderá fazer a autenticação administrativa simplificada de documentos

Sustentada em parecer jurídico da Casa, a Comissão de Legislação,

Justiça e Redação concluiu que o texto atende aos preceitos legais estan-

do liberado para tramitação normal. Avaliou que o projeto "almeja melhorias no serviço dispensando o reconhecimento de firma e autenticação de cópias amparado no princípio da boa-fé. Não ofende nenhuma regra de repartição nem de competência, entendemos pela legalidade na tramitação e apreciação do projeto, haja visto que seu objeto tende a irradiar eficácia imediata dos preceitos buscados na legislação nacional e ordenamento jurídico local".

Simplificação de procedimentos

No artigo 1º, o projeto estabelece: "Ficam dispensados o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no país, que sejam destinados a fazer prova em órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, exceto se existir previsão legal ou dúvida fundada quanto à autenticidade".

Para tanto, o Executivo terá o prazo de 90 dias para regulamentar o processo de autenticação administrativa simplificada.

ACIFI considera correta a decisão sobre o ISS fixo

Entrou ontem (12) em tramitação na Câmara de Vereadores o projeto do Executivo que revoga a tributação de ISS mensal de 2%, voltando ao sistema do imposto fixo para autônomos e profissionais liberais. "Agora sim decisão acertada do prefeito à revogação da lei que altera o regime de tributação fixa do ISS no município", disse o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu, Leandro Costa.

O dirigente lembrou que no ano passado, quando se colocou o as-

sunto em discussão, "as entidades se mobilizaram e apresentaram, tanto ao prefeito quanto aos vereadores, pareceres e informações técnicas das quais mostravam que seria um erro o município fazer tal alteração no regime de tributação fixa. As consequências seriam grandes, como o aumento dos custos para prestação de serviços, pois aumentou a carga tributária, acarretando o aumento da informalidade e concorrência desleal".

Leandro completou: "Sinalizamos na época, ao prefeito e vereadores,

que haveria grande impacto nos cofres da prefeitura, uma vez que a maioria dos profissionais liberais iria entrar com recursos jurídicos e conseqüentemente fariam depósitos judiciais até que a situação fosse devidamente corrigida, e agora vemos que realmente foi o que ocorreu".

Na opinião do presidente da ACIFI, aconteceu "um desgaste desnecessário, que poderia ter sido evitado se as entidades fossem devidamente ouvidas. Importante é que o prefeito reconheceu o equívoco e agora pro-

põe a revogação que, inteligentemente, deve ser acolhida pelos vereadores".

O projeto que alterou o sistema de ISS foi baseado em lei federal, mas as entidades de profissionais entenderam que não era aplicável. Com mais de cem ações em andamento, algumas com ganho de causa aos contribuintes, o prefeito resolveu revogar a alteração promovida ano passado e que entrou em vigor em 2018.

Vale lembrar que à época a norma foi aprovada por 11 votos a três. Os contrários foram os vereadores Elizeu Liberato (PR), Celino Fertrin (PDT) e Dr. Bri-



Leandro Costa: "Revogação do ISS mensal de 2% deve ser acolhida pelos vereadores"

to (Patriota). No dia da votação, a vereadora Nanci Rafagnin An-

dreola (PDT) estava ausente e apresentou justificativa.

Médico idealizador do projeto Moça Bonita, Aref Muhieddine recebe reconhecimento da Câmara

O radioterapeuta liderou Caravana da Saúde para tratar mulheres de várias nacionalidades no Líbano

Comunicação/CMFI
Reportagem

"Estamos aqui de passagem e precisamos exercer cidadania a todo tempo. Sou apenas uma pessoa que escolheu a medicina para continuar levando esperança às pessoas", declarou o Dr. Aref Muhieddine, médico radioterapeuta, ao receber Moção de Aplauso do Legislativo iguaçuense pelo trabalho realizado com mulheres que enfrentam tratamento de câncer.

O trabalho do médico é desenvolvido também por meio do projeto Moça Bonita, idealizado e desenvolvido por ele e sua equipe, tanto no Brasil quanto no Líbano. A homenagem foi proposta pelo vereador tenente-coronel Jahnke (Podemos)

e entregue durante a sessão dessa quinta-feira, 12 de abril.

"Temos a honra de realizar a entrega da Moção de Aplauso ao Dr. Aref. Vou falar, sim, de suas ações efetivas como médico que se destaca por sua humanidade, responsabilidade social e, fundamentalmente, o amor ao próximo. Falo sobre um ser humano desprovido de vaidades e que, não medindo esforços, ele busca proporcionar um tratamento diferenciado quando diagnosticado o câncer. Ele sempre tem um sorriso nos lábios, mesmo sabendo da gravidade do quadro clínico de suas pacientes. E, mais do que isso, tem uma palavra de conforto aos familiares. Ele cruzou fronteiras com um simples intuito: ajudar ao próximo.

O seu trabalho foi agregando outros médicos que se compadeceram da importância da causa e sua amplitude social. Continue semeando o bem, salvando vidas; a humanidade agradece", afirmou Jahnke.

"Ele atendeu minha mãe e irmã em 2010. Em meados de abril, as duas descobriram que estavam com câncer. É uma pessoa que representa a sociedade e realmente dá valor ao ser humano. Parabéns pela pessoa que o senhor é", relatou o vereador João Miranda (PSD). "Nós trabalhamos juntos, o senhor atendeu minha irmã, que descobriu câncer de mama. Hoje poder vê-lo com esse projeto realizado, nós temos muito orgulho", disse a vereadora Rosane Bonho (PP).

"Sou sua fã, Dr. Aref, conheço pacientes em que o senhor dedicou seu conhecimento médico a essas profissionais. O senhor tem reconhecimento nacional e internacional, e Foz do Iguaçu ainda o não tinha reconhecido. É um momento difícil, mexe muito com emocional das pessoas", acrescentou a vereadora Inês Weizemann.

Após receber a homenagem das mãos do presidente da Casa, Rogério



Homenageado, vereadores e amigos na foto oficial da sessão



Autoridades religiosas e da comunidade árabe prestigiaram a homenagem ao Dr. Aref Muhieddine

Quadros, e do proponente, tenente-coronel Jahnke, Dr. Aref externou sua gratidão. "A emoção é muito grande. Agradeço a todos os presentes, a todas entidades religiosas. O histórico no Líbano começou muito antes por causa do meu avô. Depois vieram ao Brasil, para São Paulo. Assim como todos os imigrantes, tivemos diversas lutas. Ainda muito cedo escolhi a profissão de ser médico, não pelo falso glamour da profissão, mas pelo desejo de salvar vidas. Quando escolhi o Líbano para começar o projeto, queria ajudar quem precisava e me jo-

guei no desafio. Segui para o país onde estão as minhas raízes. As pessoas nos consideram loucos, onde já se viu largar o consultório e lutar por causas sociais! Foram colocadas pessoas boas, iluminadas, em nosso caminho. A Igreja Maronita nos abriu a porta e nos apoiou em todos os sentidos. Com toda essa força árabe na Tríplice Fronteira, empresários daqui nos ajudaram muito. As parcerias foram fundamentais para desenvolvermos os projetos no Líbano."

O Moça Bonita busca ofertar tratamento personalizado e ágil para mu-

lheres com câncer. Parafraseando Guimarães Rosa, após externar gratidão e relato de um trabalho que desenvolve em prol das pessoas, Dr. Aref finalizou: "(...) ocorrer da vida embrulha tudo, esquenta, esfria, o que ela quer da gente é coragem (...)".

O arcebispo maronita do Brasil, Dom Egdar Madi, compareceu à sessão e fez uso da palavra. "Estou muito emocionado e vou ficando cada vez mais apaixonado pelo trabalho dele. O mundo está precisando do seu trabalho."

O projeto foi realizado em 2016 no Líbano e mais de duas mil mulheres já foram atendidas.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA – 13 de abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/projeto-sobre-desburocratizacao-na-prefeitura-esta-pronto-para-votacao/22401>

Projeto sobre desburocratização na prefeitura está pronto para votação



Em regime extrapauta foram lidos ontem (12) na sessão ordinária da Câmara Municipal os pareceres favoráveis (técnicos e jurídicos) das comissões ao projeto do vereador Elizeu Liberato (PR), que propõe a desburocratização de serviços na prefeitura de Foz do Iguaçu. Com isso, o texto está liberado para ser incluído na pauta de votação do plenário na próxima sessão marcada para terça-feira (17). A norma acaba com a exigência de autenticação e reconhecimento de firmas em cartórios. Pelo projeto, conforme explicou Elizeu, “o próprio servidor municipal poderá fazer a autenticação administrativa simplificada de documentos por meio de cotejo da cópia com o documento original ou com a cópia autenticada”. Segundo o vereador, a iniciativa vai facilitar a vida do cidadão no sentido de diminuir custos e tempo despendidos nos cartórios para autenticar documentos e fazer o reconhecimento de firma. *(Elson Marques Freelancer/Foto: CMFI)*

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA – 13 de abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/ines-weizemann-quer-informacoes-sobre-o-atendimento-ofthalmologico/22354>

Inês Weizemann quer informações sobre o atendimento oftalmológico



“Além da fila de espera, o que mais preocupa é a interrupção no tratamento de pacientes que já começaram a ser atendidos.” É o que disse a vereadora Inês Weizemann (PSD) ao solicitar nesta quinta-feira, ao Prefeito Chico Brasileiro, informações sobre o processo de contratação de empresa responsável pelo atendimento oftalmológico na saúde pública de Foz do Iguaçu. Os vereadores votaram a favor do pedido com unanimidade. De acordo com Inês, em outubro do ano passado, depois de apontamentos da Controladoria e do Conselho Municipal de Saúde (Comus), foi encerrado o contrato entre a Prefeitura Municipal e a única empresa habilitada que prestava serviços oftalmológicos para a saúde pública de Foz do Iguaçu. Inês, que atuava como Secretária de Saúde, acompanhou o processo e chegou a anunciar a atuação da referida empresa. Mas a contratação não foi concretizada.

Leia mais na edição impressa desta sexta-feira

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA – 13 de abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/legislativo-e-condenado-a-cumprir-lei-de-acesso-a-informacao-sob-pena-de-r-30-mil/22419>

Câmara Municipal é condenada a cumprir Lei de Acesso à Informação



A Câmara Municipal foi condenada a cumprir de maneira efetiva o que determina a Lei Federal de Acesso à informação sob pena, caso haja descumprimento, de multa fixada em R\$ 30 mil. A sentença foi proferida na última quarta-feira (11) pelo juiz Alessandro Motter, lotado na 1ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, e é resultado de uma Ação Civil interposta pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) em junho de 2016. De acordo com a decisão do magistrado, "os atos da Administração Pública devem respeitar o princípio da publicidade, ou seja, deve haver ciência da sociedade sobre os atos oriundos do Poder Público. O princípio da publicidade está ligado ao direito de informação dos cidadãos e ao dever de transparência do Estado, relacionado aos princípios republicano e democrático". (Bruno Soares

/Foto: Roger Meireles)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

O IGUASSU – 13 de abril de 2018

Link: <http://oiguassu.com/justica-multara-leigislativo-de-foz-em-30-dias-se-gestao-rogerio-quadros-nao-cumprir-lei-de-tranparencia-no-portal-do-legislativo/>

JUSTIÇA MULTARÁ LEIGISLATIVO DE FOZ EM 30 DIAS, SE GESTÃO ROGÉRIO QUADROS NÃO CUMPRIR LEI DE TRANPARÊNCIA NO PORTAL DO LEGISLATIVO

TOPICS: Manchete1



POSTED BY: ADMINISTRADOR ABRIL 15, 2018

Ação do Ministério Público aponta que a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu não vem efetivando adequadamente a política de transparência de seus atos.

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu tem 30 dias para disponibilizar em sua página eletrônica do Portal da Transparência as informações públicas exigidas pela legislação vigente, sob pena de multa de R\$ 30 mil. O site também deve ser atualizado mensalmente, conforme previsto pela Lei Federal 12.527/2011. A determinação atende ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, por meio da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca.

Na ação, o MPPR relata que a Casa Legislativa não vem efetivando adequadamente a política de transparência de seus atos no Portal da Transparência, o que obsta o acesso a dados referentes à gestão administrativa, financeira e orçamentária e, por consequência,

CLIPPING DIÁRIO

Abril

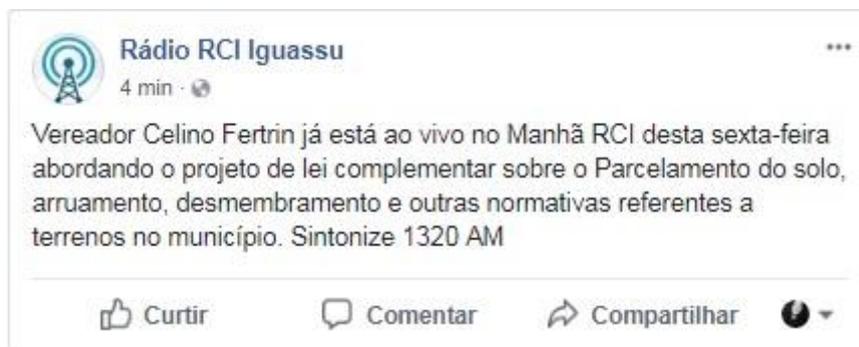
01/04/2018 a 15/04/2018

impede o controle dessas questões pela população em geral. A Promotoria de Justiça buscou resolver a situação de forma extrajudicial, por meio de recomendação administrativa, mas não houve retorno positivo da Câmara nesse sentido – daí a necessidade da ação judicial.

Acesso ao cidadão – Além de impor que sejam disponibilizadas as informações e mantido atualizado o Portal da Transparência, a decisão determina que seja criado pelo órgão legislativo em até 30 dias um serviço de acesso a informações públicas ao cidadão (com protocolo único, em local e condições apropriadas) e que a Câmara “não se omita em prestar informações, dados e esclarecimentos que lhe sejam solicitados pela população ou interessados em geral, na forma do artigo 10 e seguintes da Lei nº 12.527/2011, devendo, em caso de negativa de acesso, proceder de forma fundamentada e por escrito, mediante ciência da parte interessada.”

Facebook-Rádio RCI Iguassu – 13 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/semprerci/posts/196553857629047>



CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Facebook-Rádio RCI Iguassu – 13 de abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/semprerci/videos/196535900964176/>

 Rádio RCI Iguassu está ao vivo agora. 59 min · 

MP-PR dá prazo de 30 dias para Câmara de Foz adaptar site à Lei da Transparência. Notícias de Foz do Iguaçu e região fronteiriça no "Manhã RCI". Acompanhe ao vivo!

 **AO VIVO**  2

 **RCI** SEMPRE AO SEU LADO
Rede Comunicadora Iguassu
1320 AM

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

 5

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

14/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 14 e 15 de Abril de 2018 Capa



PROTEÇÃO
Parque das Aves fará
atualização da lista de aves
ameaçadas de extinção no Paraná

Pág. 12



INVESTIMENTO
Presidente Horácio Cartes
inaugura obras em Ciudad
del Este e Hernandárias

Pág. 7

Concurso da prefeitura neste domingo tem 10.633 inscritos

São ofertadas 134 vagas, com salários que variam de R\$ 1.351,42 a R\$ 3.584,54; provas acontecem nos períodos da manhã e da tarde, nas unidades da UDC Pág. 10



NOVO DIRETOR-GERAL

O advogado Marcos Vitorio Stamm tomou posse nessa sexta-feira como o novo diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional. O ato interno foi protocolar. Numa outra data, ainda sem definição, haverá a cerimônia de transmissão de cargo entre o ex-diretor Luiz Fernando Leone Vianna e o atual mandatário. Pág. 9

MANIFESTAÇÃO

Foz terá protesto de trabalhadores contra a privatização da Eletrobras

Eletricitários de Furnas estarão mobilizados a partir das 7h30 de segunda-feira; proposta do governo federal tramita na Câmara dos Deputados Pág. 3

MAL-ENTENDIDO

Marcio Rosa é vítima de "ataques desonrosos" nas redes sociais



Vereador fez pronunciamento afirmando que a Câmara não tem prerrogativa para legislar sobre ideologia de gênero nas escolas. Pág. 5

INVESTIGAÇÃO

Suspeito de duplo homicídio na Vila Portes é preso pela DH



Crime foi registrado em fevereiro deste ano e, segundo a polícia, teria sido motivado por vingança. Pág. 8

CRUELDADE

Corpo de mulher é encontrado em açude no Três Lagoas



A vítima não portava nenhum documento de identificação; cadáver está no IML. Pág. 36

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 14 e 15 de Abril de 2018 Pág.04

Hora da desburocratização

Superoportuno e bem-vindo o projeto do vereador Elizeu Liberato propondo a desburocratização em setores da prefeitura. A população torce pela sua aprovação e agradece a iniciativa.

Parecer libera votação de projeto sobre conscientização dos jovens

Proposta do vereador Jeferson Brayner está pronta para votação no plenário da Câmara na próxima semana

Elson Marquim
Fotógrafo

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação deu parecer favorável ao projeto de lei do vereador Jeferson Brayner (PRB) que promove orientação e conscientização dos jovens. A CLJR baseou-se nas conclusões do setor jurídico da Câmara que analisou a legalidade e viabilidade do texto. Com o parecer, o projeto está pronto para ser votado em plenário nas sessões ordinárias da próxima semana, com a primeira discussão prevista para terça-feira (17).

Pela análise, a proposta está de acordo com a legalidade, objetivando promover a conscientização dos jovens. Na avaliação da assessoria jurídica, o projeto possibilita "maior conscientização frente às problemáticas que norteiam a população jovem que habita a fronteira, região onde inúmeros jovens estão em situação de risco e abandono, vendo-se não raras vezes vítimas de aliciamento pelo paralelo mundo do crime e das contravenções que alojam na região de Foz do Iguaçu".

Diante disso, considerou que é "nítida a benesse que o projeto de lei ofertará aos jovens e à sociedade, seja no que tange aos conteúdos informativos que estarão sendo propiciados durante os eventos oficiais, bem como estará atuando de forma preventiva no que se refere aos atos



Vereador Jeferson Brayner disse que a ideia é promover atividades voltadas para conscientização e orientação aos jovens

ilícitos que podem envolver os jovens. É primordial que o município atue na educação destes com o intuito de agregar conhecimento sobre os diversos assuntos que lhes acerbam dúvidas, buscando soluções práticas para diversas problemáticas e visando a melhor formação do jovem".

Por ser de caráter educativo, a comissão, acatando o parecer jurídico, entendeu que o projeto não vai gerar gastos para o erário. "Apenas permite a promoção de campanhas, debates e palestras educativas. Não apresenta desconformidade com os preceitos de ordem constitucional nem ofende nenhuma regra de repartição de competência concluindo pela legalidade e tramitação para votação do projeto de lei."

Ações preventivas

O projeto institui no Calendário de Eventos Oficiais do Município a Semana Municipal da Juventude, que será realizada, anualmente, na semana que compreende o Dia Nacional da Juventude, comemorado em 12 de agosto. "O principal objetivo da semana é a conscientização da juventude para o seu papel cidadão e para sua responsabili-

de na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, além da formação dos jovens", comentou Brayner.

Segundo ele, a ideia é proporcionar para a juventude de Foz do Iguaçu vários benefícios por meio de palestras, debates, seminários, competições, entre outros, para colaborar de maneira educativa para a formação e conscientização.

Atividades sugeridas

Na Semana Municipal da Juventude poderão ser ministradas palestras socioeducativas, bem como seminários e debates abrangendo temas como problemas de saúde causados pelo uso de drogas, álcool e cigarro; doenças sexualmente transmissíveis; prostituição infantil; relacionamento familiar; debates sobre a prática saudável de esportes; e outros temas afetos à juventude, como pedofilia e cyberbullying. O projeto prevê ainda a realização, em parceria com a iniciativa privada, de palestras, gincanas, festivais, apresentações teatrais, shows, atividades esportivas e de lazer, competições nas diversas modalidades e apresentações de esportes radicais, todos dirigidos à juventude.

Vereador se defende de "ataques desonrosos" nas redes sociais

Marcio Rosa fez pronunciamento afirmando que a Câmara não tem prerrogativa para legislar sobre ideologia de gênero nas escolas

Elton Marques
Fotógrafo

O vereador Marcio Rosa (PSD) revelou, na sessão de quinta-feira (12) da Câmara Municipal, que sofreu "ataques desonrosos" nas redes sociais. O motivo seria uma distorção referente ao posicionamento dele em relação ao projeto de lei que proíbe a abordagem ou disciplina sobre a ideologia de gênero nas escolas municipais. Na primeira votação, ocorrida na terça-feira (10), Marcio Rosa foi o único que votou contra o projeto. O texto retornará para segunda e definitiva votação no início de maio.

Depois das críticas nas redes sociais, o vereador ocupou a tribuna na palavra livre para os devidos esclarecimentos. Explicou que o voto contrário ao projeto não significa que ele é a favor ou contra a abordagem do tema nas escolas municipais, apenas entende que, constitucionalmente, a Câmara não tem prerrogativas para legislar sobre grade escolar, sendo o tema exclusivamente de competência da União.

Pela teoria de gênero, ninguém nasce homem ou mulher, mas cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida, independentemente do que a biologia, a genética ou os hormônios determinem. É pacífico entre os vereadores o entendimento de que o ensino sobre ideologia de gênero não existe nas escolas municipais, até porque legalmente não foi aprovado ou implantado. A ideia do projeto é



Vereador Marcio Rosa disse que foi vítima de ataques por ter sido justo, honesto e coerente na votação

preventiva, ou seja, evitar que futuramente venham a implantar.

Inconstitucionalidade

Marcio Rosa discorda entendendo que o projeto é inócuo, sem sustentação constitucional, podendo ser derrubado na Justiça. O vereador resiste em não votar apenas para agradar à opinião pública com uma "falsa ideia" de que aprovando o projeto se evita o ensino ou abordagem sobre ideologia de gênero nas escolas municipais.

"Divulgaram de forma ilegal, irresponsável e inverídica que eu teria feito um voto favorável como

se fosse implantar a ideologia de gênero nas nossas escolas, o que é uma tremenda mentira", afirmou Marcio Rosa. "Nenhum projeto de lei entrou nessa Casa para incluir ideologia de gênero nas escolas, mesmo porque isso é proibido por lei. Eu não poderia votar em um projeto que nada mais somaria no que já existe", destacou lendo trecho da Constituição que trata da liberdade de consciência e apontando que o direito do estudante ao conhecimento da realidade "não pode ser manipulado para fins políticos, ideológicos ou morais pela ação dos professores".

"Foi um grande faz de conta"

No pronunciamento, Marcio Rosa lembrou que o Estatuto da Criança e do Adolescente também veda essa prática. "Legislar sobre essa matéria é de competência da União. O que se cometeu na última sessão [de terça-feira, 10] foi uma ilegalidade, pois não é de competência desta Casa de Leis votar esse projeto, até porque ele nada somaria ao que já existe em lei. Ao meu ver foi um grande faz de conta para dizer que é favor ou contra algo ou porque teve cunho de promoção pessoal de um vereador que esteve aqui", avaliou. O vereador reclamou: "Fui vítima de ataques por ser justo, honesto e coerente em votar na minha convicção de que aqui aprovado é suspenso por inconstitucionalidade, assunto já resolvido no Supremo (STF)".

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 14 e 15 de Abril de 2018 Pág.06

Transparência

Órgãos públicos sem os portais de transparência acabam no mesmo destino da Câmara, ou seja, na mira do Ministério Público. E promotor não quer saber se há dificuldades ou não na implantação dos portais; quer apenas que funcionem. Toda a estrutura pública deveria possuir os mecanismos bem acessíveis. No dia em que isso acontecer, a quantidade de processos contra as administrações públicas vai cair uma barbaridade. Sim, porque os gestores irão cuidar-se mais e, com isso, errarão menos.

H2FOZ – 14 de abril de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/transparencia-e-arma-contr-a-corrupcao-diz-presidente-do-observatorio-social>

Transparência é arma contra a corrupção, diz presidente do Observatório Social



Legislativo tem 30 dias para atualizar e adequar à lei o Portal da Transparência (Foto: Marcos Labanca/H2FOZ)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

A determinação judicial para que a Câmara de Vereadores atualize o seu Portal da Transparência foi recebida como uma vitória da sociedade iguaçuense pela presidente do OSFI (Observatório Social de Foz do Iguaçu), Leonor Venson de Souza. O juiz Alessandro Motter sentenciou o Legislativo a manter em seu site as informações exigidas por lei.

A decisão atende a uma ação civil da 6ª Promotoria de Justiça do MP/PR (Ministério Público do Paraná) de 2016. O portal da Câmara deverá ser atualizado mensalmente com dados e informações que constam da Lei Federal nº 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação. A mesa diretora tem 30 dias para fazer as adequações e evitar a multa de R\$ 30 mil.

Conforme explica Leonor Venson de Souza, os órgãos públicos devem assegurar a publicidade das informações de interesse da população em local de fácil acesso, sem a necessidade de requerimentos. Ela lembra que o Observatório Social vem há tempo requerendo a atualização dos portais eletrônicos da Câmara Municipal e da prefeitura.

“Uma das armas mais importantes contra a corrupção é a transparência”, aponta a presidente do OSFI. “A sociedade, além de exercer o controle social, pode contribuir para o aprimoramento dos gastos públicos e ter uma participação mais efetiva, colaborando para a melhor aplicação dos recursos”, enfatiza.

Controle social

De acordo com Leonor Venson de Souza, o Portal da Transparência da prefeitura também não atende integralmente à legislação. Ela cita como exemplo as buscas eletrônicas por informações que não estão disponíveis no site. Leonor defende a adequação do canal para que as atualizações sejam mais eficientes para garantir que o cidadão possa acompanhar.

“Se as informações não estão disponíveis ou estão incompletas, comprometem o acompanhamento”, destaca. “Pelo Observatório Social, cobramos sempre maior transparência nos atos públicos para poder acompanhar como o dinheiro está sendo gasto, em tempo hábil para que o cidadão possa intervir, sugerir e opinar, se for necessário”, completa.

Interesse coletivo

Para entrar com a ação civil pública, a promotoria considerou que o portal eletrônico da Câmara de Foz obstrui o acesso a dados administrativos, financeiros e orçamentários de relevância coletiva. Para o MP/PR, a ausência dessas informações compromete o controle e o acompanhamento que devem ser exercidos pela população.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

H2FOZ – 14 de abril de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/medico-recebe-homenagem-em-foz-por-atendimento-a-pessoas-com-cancer>

Médico recebe homenagem em Foz por atendimento a pessoas com câncer



O médico recebeu o reconhecimento da Câmara de Vereadores de Foz (Foto: Divulgação)

O médico radioterapeuta Aref Muhieddine recebeu Moção de Aplauso da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, proposta pelo vereador Tentente-Coronel Jahnke como forma de reconhecimento ao trabalho que realiza com pacientes em tratamento contra o câncer.

Aref é também idealizador do projeto Moça Bonita que atende mulheres com câncer, com idades entre 20 e 50 anos. Filho de Libaneses, o médico decidiu dar início ao projeto no Líbano, onde estão suas raízes.

Desde 2016, quando iniciou o "Moça Bonita", o projeto já atendeu mais de duas mil mulheres. "Estamos aqui de passagem e precisamos exercer cidadania a todo tempo. Sou apenas uma pessoa que escolheu a medicina para continuar levando esperança às pessoas", declarou Dr. Aref, ao receber a homenagem.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA – 14 de abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/vereador-se-defende-de-ataques-desonrosos-nas-redes-sociais/22528>

Vereador se defende de “ataques desonrosos” nas redes sociais



O vereador Marcio Rosa (PSD) revelou na sessão de quinta-feira (12) da Câmara Municipal que sofreu “ataques desonrosos” nas redes sociais. O motivo seria uma distorção referente ao posicionamento dele em relação ao projeto de lei que proíbe a abordagem ou disciplina sobre a ideologia de gênero nas escolas municipais. Na primeira votação ocorrida na terça-feira (10), Marcio Rosa foi o único que votou contrário ao projeto. O texto retornará para segunda e definitiva votação no início de maio. Depois das críticas nas redes sociais, o vereador ocupou a tribuna na palavra livre para os devidos esclarecimentos. Explicou que o voto contrário ao projeto não significa que ele é a favor ou contra a abordagem do tema nas escolas municipais, apenas entende que, constitucionalmente, a Câmara não tem prerrogativas para legislar sobre grade escolar, sendo o tema exclusivamente de competência da União. *(Elson Marques Freelancer/ Foto: Divulgação)*

CLIPPING DIÁRIO

Abril

01/04/2018 a 15/04/2018

GDIA – 14 de abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/parecer-libera-votacao-de-projeto-sobre-conscientizacao-dos-jovens/22516>

Parecer libera votação de projeto sobre conscientização dos jovens



A Comissão de Legislação, Justiça e Redação deu parecer favorável ao projeto de lei do vereador Jeferson Brayner (PRB) que promove orientação e conscientização dos jovens. A CLJR baseou-se nas conclusões do setor jurídico da Câmara que analisou a legalidade e viabilidade do texto. Com o parecer, o projeto está pronto para ser votado em plenário nas sessões ordinárias da próxima semana, com a primeira discussão prevista para terça-feira (17). Na análise, a proposta está de acordo com legalidade objetivando promover a conscientização dos jovens. Na avaliação da assessoria jurídica, o projeto possibilita "maior conscientização frente às problemáticas que norteiam a população jovem que habita a fronteira, região onde inúmeros jovens estão em situação de risco e abandono, vendo-se não raras vezes vítimas de aliciamento pelo paralelo mundo do crime e das contravenções que alojam na região de Foz do Iguaçu". (Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

16/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 16 de Abril de 2018 Pág.06

Ataques

Este Corvo acompanha com atenção os ataques que o vereador Márcio Rosa vem sofrendo nas redes sociais. Beira o ridículo o que algumas pessoas expressam, um compêndio de agressões desnecessárias. O caso é que isso ilustra a quantas andam a intolerância e a falta de conhecimento, a começar pela distorção de um fato. Márcio apenas alertou sobre a inconstitucionalidade que há no Legislativo local deliberar sobre uma questão de domínio da União, como é a ideologia de gênero nas escolas.

Ideologia

Teoricamente, o gênero conduz ao pensamento de que ninguém nasce homem ou mulher, mas cada indivíduo deve construir sua identidade ao longo da vida, independentemente dos hormônios. Em outras palavras, onde há civilização, isso não é ensinado, e sim respeitado. Esse radicalismo, de repelir um simples alerta do vereador, explica por que crianças sofrem *bullying* ou por que há racismo e outras formas de segregação humana; explica inclusive a ignorância que há quando se expressa o que não entende, por exemplo. Vamos parar com isso, não é assim que se discute um tema tão sensível. Não é deste modo que se utiliza o livre, sagrado e duramente conquistado direito à expressão de ideias.

Câmara votará alterações no Fundo do Meio Ambiente

Uma das mudanças prevê que a gestão do fundo será do presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente

Elson Marques
Freelancer

Os vereadores devem votar nesta semana as alterações no sistema de gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente. A proposta enviada pelo Executivo recebeu parecer favorável das comissões de Legislação, Justiça e Redação; e de Obras, Urbanismo, Serviços Públicos, Ecologia e Meio Ambiente. Uma das alterações prevê que a gestão do fundo será do presidente do Fundo Municipal do Meio Ambiente. O projeto tam-

bém estabelece a alternância na presidência do conselho.

O Fundo Municipal do Meio Ambiente concentra recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e a recuperação do meio ambiente. Pelo texto, a gestão será do presidente do conselho, e a operacionalização, do secretário municipal do Meio Ambiente. Atualmente quem faz toda a gestão é o secretário do Meio Ambiente.



Projeto atualiza a legislação para registro do Fundo Municipal do Meio Ambiente no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

O projeto altera também o exercício da presidência do conselho. Pela lei atual, o secretário do Meio Ambiente é automaticamente o presidente do Conselho Municipal. A nova redação proposta no projeto prevê alternância na presidência. "O Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, obedecendo à alternância entre representantes das entidades governamentais e não governamentais, será o gestor do fundo, cabendo ao Secretário Municipal do Meio Ambiente aplicar os recursos de acordo com o Plano a ser aprovado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente", consta.

As alterações foram aprovadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente na reunião extraordinária do dia 17 de outubro de 2017. "Elas são necessárias para o efetivo funcionamento e a abertura do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Fundo Municipal do Meio Ambiente, passando a constar a finalidade do Fundo, a destinação das receitas e o responsável pela gestão dos recursos", argumentou o prefeito Chico Brasileiro na mensagem aos vereadores.

Atualização da lei

De acordo com o prefeito, as alterações são necessárias para o registro do Fundo Municipal do Meio Ambiente no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), fazendo constar ali a finalidade, a responsabilidade e a destinação das receitas endereçadas à área da cultura.

Em documento anexo consta que a Receita Federal encaminhou memorando indicando a necessidade de alteração legislativa da Lei Complementar nº 20/93, uma vez que "a atividade econômica principal não consta no objeto social do ato constitutivo" da entidade, o que tornaria necessária a inclusão das informações na lei.

"Nestas condições, portanto, haveria a necessidade de atualização da legislação competente, tendo em vista que a ata da reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente fala explicitamente no aporte de recursos para serem utilizados na área ambiental do município. Esses recursos viriam de entidades públicas dispostas a financiar atividades desta área (coleta seletiva), entidades essas como Itaipu e Caixa Econômica Federal", consta em parecer jurídico da Câmara.



DELTA SUL
CONCRETO - BRITA - AREIA INDUSTRIAL E ASFALTO

**Onde estiver
essa marca você
encontra produtos de qualidade
e o melhor preço da região**

CONCRETO **BRITA**
AREIA INDUSTRIAL
ASFALTO

Fone:
3527-3113

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

17/04/2018

Jornal Gazeta do Iguazu – 17 de Abril de 2018 Capa



COMBATE AO TERRORISMO

Governo do Paraguai realiza operação de guerra contra o EPP antes das eleições

Página 9

ANÁLISE

Prefeito recebe projeto para regulamentar transporte por aplicativos

Proposta enviada pelo Foztians deverá sofrer alterações antes de ser encaminhada para crivo final da Câmara de Vereadores

Página 4



GAZETADIÁRIO

Foz de Iguazú, Argentina, 17 de abril de 2018 — Ano 2 — Edição 957 — R\$ 2,00

Parceria com a Câmara

Projeto Parlamento Jovem, do TRE, será implantado em Foz



Assinatura do termo ocorreu ontem em encontro dos membros da Escola do TRE com o presidente do Legislativo, Rogério Quadros

Página 5

Turismo

Cataratas será o destaque em missão na ITB China



Ação bilateral visa a atrair mais turistas chineses para os dois países e terá como elo comum as Cataratas, uma das Sete Maravilhas Naturais do mundo

Página 12

Denúncia

Polícia prende suspeito de roubar malote com R\$ 30 mil de construtora



Rapaz foi localizado em uma casa no Jardim Europa após uma denúncia anônima; com ele foi encontrado um carro usado no crime

Página 27

Delator que diz ter contribuído com o caixa 2 de Reni será ouvido hoje

Inácio Colombelli sustenta, em parte de seu acordo de colaboração premiada na Operação Pecúlio, que repassou R\$ 170 mil para ex-prefeito em 2014

Página 3



Foto: divulgação

Rota do tráfico

A Polícia Rodoviária Federal apreendeu 16,2 toneladas de drogas, no primeiro trimestre deste ano, no Paraná. O resultado mais que triplicou em relação ao mesmo período de 2017, quando 4,7 toneladas foram apreendidas. De janeiro a março deste ano, os policiais retiveram 15,9 toneladas de maconha, 241 quilos de crack e 93 quilos de cocaína.

Página 11

ESCÂNDALO

Parte do dinheiro da corrupção no Brasil foi "lavada" no Paraguai, diz ABC Color

Jornal teve acesso a documentos que apontam a existência de várias casas de câmbio que operavam na fronteira com recursos desviados

Página 14

Projeto para regulamentar transporte por aplicativos é entregue ao prefeito

Proposta enviada pelo Foztrans deverá sofrer alterações antes de ser encaminhada para crivo final da Câmara de Vereadores

Da redação
Reportagem

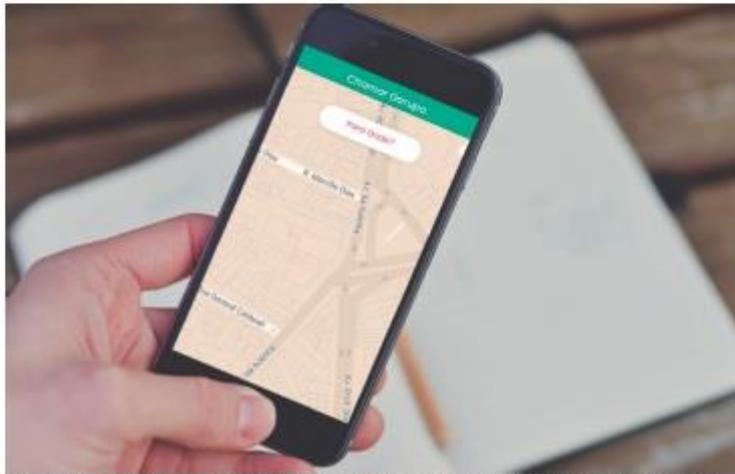
O prefeito Chico Brasileiro (PSD) e sua equipe analisam a proposta de regulamentação do transporte privado a ser ofertado na cidade por meio de aplicativos digitais. De autoria do Instituto de Trânsito de Foz do Iguaçu (Foztrans), o pré-projeto foi elaborado após diálogo com representantes dos conselhos municipais de Turismo e de Transporte e Trânsito, além de técnicos da Secretaria Municipal da Fazenda.

De acordo com o presidente do Foztrans, Fernando Maraninchi, a expectativa é que o prefeito ainda submeta o documento para apreciação de integrantes da Procuradoria-Geral do Município (PGM), que logo em seguida deverá encaminhá-lo ao crivo final da Câmara de Vereadores.

"Tivemos o cuidado de elaborarmos uma proposta moderna e que atenda aos interesses dos envolvidos. Seja o prestador do serviço, o usuário ou o município. Questões como segurança e qualidade foram observadas em destaque", pontuou Fernando.

A reportagem teve acesso ao pré-projeto, que ainda poderá ser alterado. Ao longo de seis páginas, o Foztrans busca garantir a efetiva regulamentação do serviço de transporte privado por aplicativos digitais em Foz do Iguaçu, como Garupa e Uber.

Em seu primeiro artigo, a proposta especifica que "esta lei disciplina a exploração do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, não aberto ao público, para realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente



Serviço de transporte privado por aplicativos está prestes a ser regulamentado em Foz

cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede".

O documento restringe a atuação do ramo ao considerar "serviço de transporte individual privado remunerado a atividade de transporte individual privado remunerado de passageiros solicitado por meio de plataformas digitais, atuando a referida plataforma como um meio de intermediação entre a comunicação dos usuários com os prestadores do serviço".

Sobre a autorização para operar, o terceiro artigo disciplina que "a autorização (...) somente será concedida às pessoas jurídicas operadoras com sede ou filial no Município e que sejam responsáveis pela intermediação entre os motoristas prestadores do serviço e os usuários". Para que isso ocorra, a empresa deverá promover seu credenciamento no Foztrans, que será o responsável pela fiscalização da prestação do serviço de transporte individual privado remunerado e da utilização do sistema viário urbano do município. O credenciamento é condicionado

à comprovação da empresa de que possui sua inscrição e licença de localização e funcionamento no município, devendo apresentar cópia do alvará de funcionamento e o registro dos atos constitutivos.

"E esta regulamentação se faz urgente tendo em vista que temos atualmente

motoristas vinculados a estes dois aplicativos atuando na cidade por meio de medidas liminares concedidas pela Justiça. A não regulamentação traz insegurança jurídica para a cidade e dificulta até mesmo o trabalho de fiscalização e controle", completa o presidente do Foztrans.

Requisitos aprovados

Pela regulamentação aprovada na Câmara dos Deputados em fevereiro passado, caberá a municípios e ao Distrito Federal: cobrança dos tributos municipais devidos; exigência de contratação de seguro de acidentes pessoais a passageiros e do seguro obrigatório (DPVAT); exigência de que o motorista esteja inscrito como contribuinte individual no INSS. O motorista também deverá cumprir algumas condições, entre as quais: ser portador de Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior que tenha a informação de que ele exerce atividade remunerada; conduzir veículo que atenda a requisitos como idade máxima e que tenha as características exigidas pelas autoridades de trânsito; emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV); apresentar certidão negativa de antecedentes criminais. Esses requisitos estão contemplados no pré-projeto enviado pelo Foztrans ao gabinete do prefeito. Quem não cumprir as exigências poderá ser enquadrado nas sanções por transporte ilegal de passageiros. A expectativa é que a Câmara receba a matéria para ser analisada ainda em abril.

Foz assina termo de adesão ao projeto Parlamento Jovem, do Tribunal Eleitoral

Assinatura do termo ocorreu ontem em encontro dos membros da Escola do TRE com o presidente do Legislativo, Rogério Quadros

Elson Marques
Freelancer

Representantes da Escola Judiciária Eleitoral do TRE do Paraná participaram ontem (16), na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, da assinatura do termo de adesão ao projeto Parlamento Jovem. Os membros do Tribunal Regional Eleitoral foram recebidos pelo presidente do Legislativo iguaçuense, Rogério Quadros (PTB). O projeto, a ser desenvolvido em parceria, busca promover maior formação política aos alunos da rede de ensino, especialmente do ensino médio.

Participaram da assinatura o diretor-executivo da Escola Judiciária Eleitoral do



Aplicação do projeto de cidadania inclui simulação de escolha de candidatos, eleição e sessão legislativa

TRE-PR, juiz Antônio Franco Ferreira da Costa Neto; o membro da Corte Eleitoral do TRE juiz Paulo Afonso; a co-

ordenadora Executiva da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal, juíza Danuza Zorzi Andrade; a servidora do Cartório Eleitoral Helen Dias; e o técnico judiciário Claudinei Zdanski.

O Parlamento Jovem no Paraná é um projeto destinado aos estudantes do Ensino Fundamental e Médio com apoio e participação do TRE-PR, bem como dos juízes eleitorais nos municípios paranaenses. O projeto insere nas escolas o acompanhamento do transcorrer do processo eleitoral de escolha de um candidato a cargo eletivo, oportunizando aos estudantes conhe-

cerem melhor a divisão dos poderes do Estado, em especial o Legislativo.

Com conteúdos e abordagens com auxílio de cartilhas, os estudantes podem debater problemas da comunidade, simular a elaboração de projetos de lei e deliberar sobre sugestões de possíveis soluções com o intuito de promover maior formação política. Tudo isso proporciona aos estudantes o conhecimento sobre o processo eleitoral, tanto com relação à campanha, eleições, posse e depois a atuação como parlamentar, incluindo simulação de sessões e com partidos fictícios.

Educação para a cidadania

O diretor da Escola Judiciária informou que o projeto iniciado em 2016 chegou a vários municípios do Paraná atingindo aproximadamente três mil estudantes. "A ideia é trabalhar com a educação para cidadania e qualificar cada vez mais os eleitores, para que assim a Justiça Eleitoral precise intervir menos em problemas no processo eleitoral", disse Antônio Franco Ferreira da Costa Neto. O presidente da Câmara, Rogério Quadros, adiantou que a Casa "se colocou inteiramente à disposição para realização do projeto e na contribuição do que for necessário para o desenvolvimento da educação cidadã". Para o juiz Paulo Afonso, "esse é o momento oportuno para discutirmos isso. É um ano de eleições gerais no país".

Expansão pelo Paraná

A etapa de estimular as parcerias para expansão do projeto pelo Paraná começou na semana passada pela Escola Judiciária Eleitoral do Paraná. Antes de Foz do Iguaçu, os representantes visitaram os juízes eleitorais, chefes de cartório e representantes das câmaras municipais dos municípios de Maringá, Sarandi, Mandaguari, Arapongas, Apucarana e Londrina. Ontem, além de Foz, eles estiveram em São Miguel do Iguaçu e Medianeira. (Com informações da assessoria da CMFJ)



Termo de assinatura formaliza parceria da Câmara com os membros do TRE

Tráfico humano

Câmara de Foz realiza audiência pública sobre o tráfico humano. Segundo o *release*, de acordo com a ONU, "anualmente a prática movimenta mais de US\$ 38 bilhões em todo o mundo". Que barbaridade! Deveriam era exportar os anjinhos do PCC e os milicianos para combater o Estado Islâmico. A guerra não duraria uma semana.

PAUTA CHEIA

Câmara de Vereadores vota hoje oito projetos de interesse público

Entre os projetos incluídos na pauta de votação estão a desburocratização de procedimentos e a nova lei da regularização fundiária



Com pauta cheia, vereadores votam nesta terça-feira diversos projetos que obtiveram pareceres favoráveis das comissões técnicas

Eison Marques
Freelancer

Os vereadores realizam, na manhã de hoje (17), duas sessões — uma ordinária e outra extraordinária — para análise e votação de oito projetos de lei. Entre os temas estão a nova lei da regularização fundiária, desburocratização do serviço público e implantação de atividades de promoção da igualdade racial. Na parte do expediente será apresentado, para início de tramitação, um projeto de lei do vereador Celino Fertrin (PDT) que pretende regulamentar os aplicativos de transporte pago no município.

O primeiro projeto a ser votado é de autoria da vereadora Rosane Bonho (Progressista), que institui no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Foz do Iguaçu a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial. A proposta estimula atividades de conscientização e combate ao racismo. A ideia é realizar as atividades anualmente, sempre na semana que antecede o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Na semana passada, o texto havia sido retirado para correção de um termo.

Desburocratização
O segundo projeto da

ordem do dia foi apresentado pelo vereador Elizeu Liberato (PR), que prevê a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão pelos órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta. A proposta acaba com a exigência de autenticação e reconhecimento de firma em cartório para determinados documentos a serem protocolados na prefeitura.

Pelo projeto, o próprio servidor municipal poderá fazer a autenticação administrativa simplificada de documentos por meio de cotejo da cópia com o documento original ou com a cópia au-

tenticada. Segundo o vereador, a iniciativa vai facilitar a vida do cidadão ao diminuir custos e tempo despendidos nos cartórios para autenticar documentos e fazer o reconhecimento de firma.

O terceiro projeto a ser votado foi enviado pelo prefeito Chico Brasileiro (PSD) para fins de incluir no Conselho Municipal de Trânsito e Transporte de Foz do Iguaçu representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos; e do Sindicato das Empresas de Turismo de Foz do Iguaçu (Sindetur).

Conscientização de jovens

Na sequência será votado o projeto do vereador Jeferson Brayner (PRB) que institui no Calendário de Eventos Oficiais do Município a Semana Municipal da Juventude. O objetivo é promover atividades de conscientização da juventude.

O quinto projeto incluído na ordem do dia é de autoria do Executivo e promove alterações no sistema de gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Uma das mudanças prevê que a gestão do fundo será do presidente do Fundo Municipal do Meio Ambiente. O projeto também estabelece a alternância na presidência do conselho.

O sexto projeto é de decreto legislativo, apresentado pelo vereador Marcio Rosa (PSD), concedendo o título de Cidadão Benemérito de Foz do Iguaçu ao delegado da Polícia Federal Mozart Person Fuchs. Ele ocupa o cargo desde o ano de 2008 e atualmente exerce a função de delegado-executivo da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu.

Também será votado o projeto de decreto legislativo de autoria dos vereadores Marcio Rosa (PSD) e João Miranda (PSD) concedendo o título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu ao frei Silvio Cesar Ferreira, que é natural de Cianorte. Com 49 anos de idade, ele tem 17 anos de vida religiosa, dos quais 13 como sacerdote.

Lei fundiária

Na sessão extraordinária, os vereadores votam hoje o projeto que atualiza a lei da regularização fundiária no âmbito municipal. Encaminhado à Câmara pelo prefeito, o projeto cria um instrumento legal para resolver o problema das ocupações reconhecendo o direito de posse e liberando o imóvel para escrituração.

O texto foi editado com base na recente Lei Federal nº 13.465, sancionada em 11 de julho de 2017, considerada um novo marco regulatório no país, estabelecendo os procedimentos para a Regularização Fundiária Urbana, denominada Reurb. O processo inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Jornal Tribuna Popular – 17 a 23 de Abril de 2018 Capa

Vereador não nega acusação de assédio

■ Página 3

Tribuna Popular

Foz do Iguaçu, 17 a 23 de abril de 2018 | Edição 231 | Ano VI | R\$ 3,00

EXCLUSIVO

FOTOS MOSTRAM UPA JOÃO SAMEK AOS CACOS POR FALTA DE MANUTENÇÃO



Vereadores visitaram a Unidade de Saúde alguns dias antes mas não relataram publicamente os problemas

■ Páginas 6 e 7

Falta de transparência na Câmara Municipal resulta em condenação Judicial

A falta de transparência nos atos da Câmara Municipal deixou de ser mera especulação em colunas políticas. O Ministério Público encontrou uma série de irregularidades no Portal da Transparência e entrou com ação na 1ª Vara da Fazenda Pública.

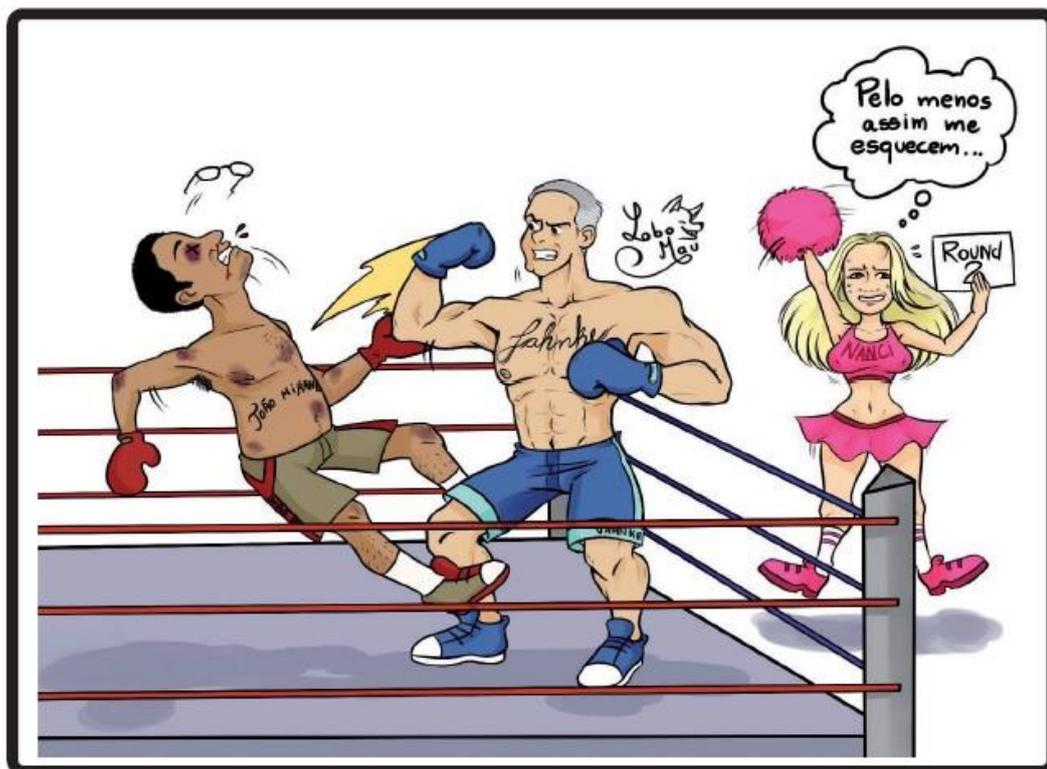
■ Página 12

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Jornal Tribuna Popular – 17 a 23 de Abril de 2018 Pág.02



Presidente de partido pela bola 7

Tem um presidente de partido muito ligado ao prefeito "Chico Buraqueiro" que poderá ser destituído, pois no entendimento político estaria atrapalhando a administração municipal.

Sem noção

Já começaram a aparecer pré-candidatos a deputado dizendo que vai se eleger com menos de 10 mil votos. E que se seu bairro votar nele, já estaria eleito. Em que mundo eles estão vivendo...

Reñi e suas intimações

Até hoje oficiais de justiça vem procurando o então prefeito Reni Pereira na Chácara Natureza. Todos já sabem que ele se mudou de mala e cuia para a capital paranaense e só vem para Foz para se defender dos processos que responde na justiça estadual e federal.

Nanci fora de foco

Os últimos acontecimentos, onde João Miranda teria sido denunciado por assédio sexual dentro da Câmara e logo em seguida a condenação da mesa diretora por falta de transparência dentro da casa de leis, agradaram muito a vereadora Nanci Rafain Andreola. Ela acabou saindo de foco por alguns dias, porém o prazo de investigação está correndo. Nas próximas semanas teremos novidades, pois o Ministério Público vem fazendo uma investigação paralela.



Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da Editora A Fronteira do Oeste Ltda.

CNPJ 04.640.198/0001-29 | Insc. Municipal 30125

Telefone (45) 3029-4999 - Foz do Iguaçu / PR

tribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana

Jornalista Responsável:

Eduardo Alliana - MTB: 10700/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafimorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Vereador não nega acusação de assédio e parte para as ameaças

João Miranda falou sobre Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia da Mulher para dizer que vai processar jornal e denunciante

Da editoria política
Reportagem

Surpreendentemente o vereador João Miranda partiu para as ameaças quando viu no Tribuna Popular as revelações do conteúdo de um Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia da Mulher. Disse que vai processar o jornal e a mulher que o denunciou por suposto assédio sexual. Ele não negou nem assumiu ter condicionado o pagamento de dívida em troca de sexo ao passar uma cantada na mulher que esteve em seu gabinete para cobrar uma conta.

Ao falar sobre o assunto com jornalistas e se pronunciar na tribuna da Câmara, apenas disse que estaria adotando as medidas jurídicas cabíveis para quem estaria denegrindo a imagem dele. Também se colocou como vítima pelo simples fato de fazer parte do Conselho de Ética, o que nada tem a ver uma coisa com a outra.

A situação do vereador não o coloca em condições de ameaçar ninguém. No próprio Boletim de Ocorrência, mulher que o denun-



Vereador João Miranda esbravejou e ameaçou, mas não negou o fato denunciado

ciou por assédio que teria ocorrido dentro do gabinete do vereador, expôs que ainda não tinha interesse em levar o caso adiante, por enquanto, pois pretende receber os R\$ 80 mil de um negócio fechado com João Miranda. O óbvio é que com as revelações, os movimen-

tos feministas devem se levantar para que o caso seja apurado.

Suposto uso de laranjas

João Miranda também deverá se esclarecer sobre os negócios dele estarem em nome de terceiros e de pa-

rentes. A empresa adquirida por ele da mulher que o denunciou, por exemplo, teve a negociação formalizada em nome de um genro. Para o Ministério Público abrir investigação é necessário algum cidadão apresentar pedido de providências.

Outra consequência para

João Miranda é responder processo por quebra de decoro, visto que o fato teria ocorrido no interior da Câmara Municipal. A denunciante poderá ser chamada no Legislativo para confirmar a denúncia abrindo caminho para a abertura de processo administrativo disciplinar.

Veja o que foi denunciado na delegacia contra João Miranda

Leia a íntegra do Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia da Mulher sob o número 301983/2018 registrado no dia 13 de março às 17h27.

"Comparece a notificante e passa a declarar que acerca de 07 meses efetuou a venda de uma empresa ao noticiado (João Miranda) de forma parcelada em 10 pagamentos

mensais. Que a empresa em tela se chama (Solumed). Que o noticiado solicitou que o negócio jurídico fosse celebrado em nome de uma terceira pessoa, qual seja o seu genro, de nome Dyone de Souza Martins. Que o noticiado efetuou dois pagamentos, vindo a inadimplir os demais".

"Relata que buscou por inúmeras vezes tentar receber

os valores que lhe são devidos, um montante de R\$ 80.000,00 de saldo devedor. Que na data informada no presente boletim (13/03/2018) esteve pessoalmente no gabinete do vereador, solicitando a este que lhe pagasse, pois os valores devidos e acordados estavam atrasados desde novembro de 2017".

"Que neste encontro o no-

ticiado disse à noticiada: "Eu vou lhe pagar sim, depois que você sair comigo". Que a conversa se deu em conotação sexual, sendo dito pela noticiante que jamais faria tal ato, vez que o noticiado é casado. E que novamente afirmou que queria apenas receber os valores que lhe são devidos. Sendo dito pelo noticiado a seguinte frase: "Então você

vai ter de esperar. Neste ato, a noticiante se levantou e deixou o gabinete do noticiado".

"Indignada com a situação, comparece neste ato, firma o presente registro e informa não ter interesse nesse momento em dar prosseguimento à apuração criminal, sendo então lhe informada que o prazo decadencial do presente relato é de seis meses".

Inês fica 15 meses na saúde e cobra ações de quem assumiu há dez dias

Vereadora requereu informações sobre o atendimento oftalmológico que ela deveria saber

Da editoria política
Foto: Reprodução

Causou estranheza a iniciativa da vereadora Inês Weizemann que em um dos seus primeiros atos ao retornar à Câmara foi cobrar informações e providências justamente da pasta onde mandou e desmandou durante 15 meses. Primeiro ela foi prefeita interina e depois secretária municipal de Saúde. De forma intrigante, ela solicitou da nova secretária que assumiu há dez dias informações sobre o serviço de oftalmologia na saúde pública, coisa que ela deveria saber.

Em algumas colunas políticas chegaram a citar "fogo amigo", visto que Inês é do mesmo partido do prefeito Chico Brasileiro ou teria deixado a Secretaria de Saúde a contragosto e na Câmara começa a dar sinais de que vai apertar o governo. Outra hipótese é de que o nome dela já estaria sendo descartado internamente para deputada estadual. Também há a hipótese de mágoa pelo fato de o prefeito ter cancelado o polêmico contrato milionário com a Cristalink que Inês assinou quando era interina.

Questionamentos

Em nota de sua assessoria de imprensa, a vereadora



Inês da Saúde voltou para a Câmara e passou a cobrar e a pressionar o prefeito

Inês Weizemann cobrou do prefeito Chico Brasileiro informações sobre o processo de contratação de empresa responsável pelo atendimento oftalmológico. Quer saber sobre a existência ou não de empresas habilitadas e, também, sobre o prazo para que os atendimentos voltem a ser prestados dentro da normalidade.

Conforme a informação distribuída à imprensa por meio do gabinete da vereadora, depois de apontamentos da Controladoria e do Conselho Municipal de Saúde (Comus), foi encerrado o contrato entre a Prefeitura Municipal e a única empresa

habilitada que prestava serviços oftalmológicos para a saúde pública de Foz do Iguaçu (exatamente a Cristalink).

Explicou que na época chegou a ser feito um novo edital para a contratação de uma nova empresa. No começo deste ano, somente uma empresa chegou a cumprir todas as exigências do edital e estava habilitada para a prestação dos serviços indicados no edital. Naquele momento, na condição de Secretária de Saúde, Inês acompanhou o processo e chegou, juntamente com o Prefeito Municipal, a anunciar a contratação da referida

empresa, mas a contratação não foi concretizada.

Pressão em cima do prefeito

A pressão de Inês sobre o governo causou desconforto entre os aliados. Em nota a vereadora cobrou decisão e agilidade do prefeito Chico Brasileiro, além de citar também o vice Nilton Bobato. De acordo com a vereadora, "há alguns dias, o vice-prefeito declarou que o edital de chamamento público relativo a estes serviços oftalmológicos seria reeditado, porque o edital anterior teria apresentado alguns erros ju-

ridicos. Em 29 de março, ou seja, cinco meses depois da publicação do antigo documento, o "novo" edital foi publicado com alterações".

Entre as justificativas apontadas no documento, consta que "as alterações e acréscimos se justificam pela necessidade do mesmo se adequar ao rito da modalidade credenciamento, o qual deve prever a possibilidade de ingresso de tantas quantas forem as pessoas jurídicas interessadas e habilitadas para tal feito, bem como permitir ao Município a discricionariedade de contratá-las pelo período necessário ao atendimento do interesse público".

Vereadora reclama que não foi consultada e vê ilegalidade

A vereadora Inês diz que não participou do processo de discussão do novo edital, não entende o motivo da republicação e receia que as alterações possam não contemplar o real interesse público dos pacientes, que é o aten-

dimento pleno de todos os procedimentos necessários.

Afirmou que não foi consultada sobre as alterações no edital. E garantiu que, se tivesse sido consultada, teria sido contra porque essas alterações podem levar a uma

espécie de "fatiamento" do serviço a ser ofertado, prática essa proibida pela legislação brasileira e prevista até no manual de contratações editado pelo Ministério da Saúde.

Inês Weizemann deixou

claro que é contra essas alterações, por entender que elas não atendem as necessidades dos pacientes da oftalmologia. "Sou contra porque há o risco de que alguns prestadores se habilitarem para serviços que rendem

mais (de maior complexidade) e deixem de atender outros serviços, que são mais simples e mais baratos (os de baixa complexidade), causando prejuízo para o município e principalmente, para nossa gente".

Nova secretária assume com médica trabalhando sem contrato na saúde

Katia Yumi Uchimura encontrou a terra arrasada no setor de saúde de Foz do Iguaçu

Da editoria política

Foto: Divulgação

Os problemas da saúde pública de Foz do Iguaçu são tantos que a nova secretária Katia Yumi Uchimura não sabe por onde começar. O descontrole é total. Uchimura terá que colocar toda a sua experiência e contar com o esforço de toda a prefeitura e o apoio dos servidores seniores do setor para começar a colocar a casa em ordem, afinal ela encontrou a terra arrasada.

Logo nas primeiras visitas às unidades encontrou problemas graves de gestão deixados pela antecessora Inês Weizemann. Salvo exceções, as chefias e coordenações das unidades de saúde não fazem o controle como deveriam fazer, não tem quem fiscalize o que ocorre na rotina do serviço, abordagem grosseira nas recepções e há muita desorientação aos usuários que batem cabeça de um lado a outro sem ter o problema efetivamente resolvido.

HORÁRIO	SETORES	ESCALA PLANTÃO MÉDICO MÊS DE ABRIL 2018.						
		SEGUNDA 2	TERÇA 3	QUARTA 4	QUINTA 5	SEXTA 6	SABADO 7	DOMINGO 8
7h às 13h	EMERGENCIA + PROCEDIMENTO	SABBI	SABBI	JUAN	SABBI	SABBI	SABBI	JUAN
	OBSEVAÇÃO 1 x 2	FERNANDA	ARLANE	SUSANA	MARIA CLAUDIA	JUAN	MAURICIO	MARIA CLAUDIA
	PEDIATRIA	JESSICA BAEZ	JESSICA BAEZ	BASILIO	BASILIO	BASILIO	BASILIO	CARLOS ED.
	CONSULTÓRIO	SUSANA	SUSANA	LUCIANA	CINDY	CINDY	CARLOS ED.	IVAN
	CONSULTÓRIO	CINDY	CINDY	JESSICA BAEZ	SUSANA	SUSANA	JESSICA	JESSICA
13h às 19h	EMERGENCIA + PROCEDIMENTO	MAURO	MAURO	MAURO	SABBI	JUAN	SABBI	JUAN
	OBSEVAÇÃO 1 x 2	BRUNO	ARLANE	JUAN	MARIA CLAUDIA	ALINE	MAURICIO	MARIA CLAUDIA
	PEDIATRIA	JESSICA BAEZ	JESSICA BAEZ	BASILIO	BASILIO	SUSANA	BASILIO	CARLOS ED.
	CONSULTÓRIO	SUSANA	SUSANA	MONICA	SUSANA	CINDY	CARLOS ED.	CARLA
	CONSULTÓRIO	CINDY	CINDY	LUCIANA	CINDY	ARLANE	JESSICA	JESSICA BAEZ
19:30h às 22:30h	SENGRO PEDIATRIA	DAVID	DAVID	MONICA	MONICA	DAVID		
	EMERGENCIA + PROCEDIMENTO	VICTOR	VICTOR	SABBI	JUAN	ERLAN	JUAN	MAURO
19h às 7h	OBSEVAÇÃO 1 x 2	PEREZ	JUAN	ERLAN	MARIA CLAUDIA	CLOVIS	MAURICIO	ERLAN
	PEDIATRIA	PEDRO	PEDRO	PEDRO	PEDRO	PEDRO	SUSANA	PEDRO
13h às 7h	CONSULTÓRIO	GERSON	DERLIS	GERSON	DERLIS	MONICA	GERSON	IVAN
	CONSULTÓRIO	JORGE	POLIECIO	WESLEY	VLADIMIR	CARLOS	ALBERTO	POLIECIO

Nas escalas aparece o nome da pediatra Gessica Baez que por falha da gestão na saúde trabalha sem contrato

Na UPA o Tribuna Popular apurou que tem até médica trabalhando sem contrato. Então, como ela recebe pelos serviços? Caixa 2? A médica Gessica Baez tem o nome relacionado na escala, porém

não há nenhuma forma de contratação oficializada com a Secretaria Municipal de Saúde. A denúncia chegou ao Conselho Municipal de Saúde que deverá se pronunciar sobre o assunto.

Reforço do Mais Medicos

Na semana passada, já na nova gestão da Secretaria de Saúde Foz do Iguaçu recebeu a visita do Secretário Nacional da Gestão, do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Rogério Luiz Abdalla. Ele discutiu com a equipe da saúde a possibilidade de disponibilizar novos profissionais inscritos no Programa Mais Médicos, do Governo Federal.

Katia Yumi Uchimura já havia adiantado que a Atenção Básica será uma de suas prioridades. "A lógica de funcionamento do sistema único de saúde se concentra na efetividade e na qualidade da Atenção Básica. Para que todo o sistema funcione, nós precisamos que a atenção básica esteja bem estruturada e atenda às necessidades da população. Com isso, nós conseguimos que os outros níveis do sistema também atendam dentro da sua capacidade", afirmou.

Saúde da Família

Atualmente são 27 profissionais distribuídos entre as equipes de Saúde da Família, em 28 Unidades Básicas de Saúde (UBS). São 9 médicos cubanos, 9 intercambistas e 9 brasileiros, inscritos no Conselho Regional de Medicina, podendo atender como médicos generalistas, ou clínico geral.

Programa federal

O Programa Mais Médicos (PMM) é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.



Nova secretária de saúde Katia Yumi Uchimura está tendo muito trabalho para começar a colocar a casa em ordem

Vereadores visitaram a UPA, mas não relataram esses problemas

Tenente-Coronel Jahnke, Rogério Quadros e Rosane Bonho não falaram nada sobre a estrutura comprometida

Da editoria de saúde

Foto: Reprodução

Recentemente os vereadores Rogério Quadros, Rosane Bonho e Tenente-Coronel Jahnke visitaram a UPA João Samek para fiscalizar condições de funcionamento da unidade de saúde. Matéria publicada pela assessoria da Câmara informou que eles verificaram também escala de trabalho dos profissionais, dentre outros aspectos.

Entretanto, os problemas de estrutura não foram citados. Apenas a vereadora Rosane Bonho apontou a falta de aparelho respirador para sala de emergência. Segunda ela, a UPA possui apenas um

equipamento e isso dificulta muito o atendimento à população.

“Os parlamentares destacaram que dialogaram com funcionários e verificaram a estrutura do local e todos os problemas serão relatados ao Executivo”, consta na nota da assessoria da Câmara. Isso indica que os nobres edis, caso tenham observado os graves problemas da estrutura, preferiram não levar ao conhecimento público, o que causaria um verdadeiro escândalo de omissão e descaço com a saúde. Aliviaram para cima da administração, porém agora o caso se torna público por meio do Tribuna Popular.



Vereadores estiveram recentemente visitando a UPA e não relataram os problemas na estrutura



Móveis quebrados e amontoados nos cantos



Dessa forma a mulher entra, puxa e fica segurando o caninho de soro para ninguém abrir a porta enquanto ela faz as necessidades



Mictórios interditados



Porta-toalhas quebrados e sem papel, válvulas de descarga emperradas



Porta do banheiro sem trínco amarrada com caninho de soro (inclusive no banheiro feminino)



Válvulas de descarga emperradas



Marcas de infiltração nas paredes

Prefeito volta atrás no ISS e deixa 11 vereadores com cara de tacho

O que vão dizer agora os vereadores que pressionados pelo Executivo votaram a favor do ISS mensal para autônomos e profissionais liberais?

Enrique Alliana

Foto: Divulgação

Ao voltar atrás na cobrança do ISS mensal de 2% para autônomos e profissionais liberais, o prefeito Chico Brasileiro deixou 11 vereadores com a "cara de tacho", como dizia a minha avó. Ano passado, pressionados pelo próprio prefeito, eles votaram pelo fim do ISS fixo. Apesar dos alertas das entidades e de juristas, alteraram a lei e agora, com mais de 100 ações judiciais pipocando contra a administração, Chico Brasileiro voltou atrás e enviou projeto à Câmara revogando a tributação mensal e voltando ao sistema de ISS fixo.

A medida envolve os autônomos, incluindo taxistas, mototaxistas e profissionais liberais como contadores, médicos, dentistas, advogados, engenheiros, arquitetos, administradores, economistas e outros. Na votação ocorrida ano passado, em meio aos protestos dos profissionais, os 11 vereadores que votaram na alteração da lei são: João Miranda, Tenente-Coronel Jehnke, Jeferson Brayner, Rogério Quadros, Protetor Jorge, Anderson Andrade, Beni Rodrigues, Adriana Luiz, Adenildo Kako, Marcio Rosa e Rosane Bonho.

Na época, três vereadores não cederam às pressões e votaram contra a alteração. São eles: Celino Fertrin, Elizeu Liberato e Dr Brito. A vereadora Nanci Rafagnin Andreola não participou da sessão alegando motivo justificado.

Erro político e jurídico

Representantes de entidades como a OAB se pronunciaram na imprensa sobre a decisão do prefeito. Para o presidente da subseção da ordem em Foz do Iguaçu, Valter Cândido Domingos, em tempo o prefeito reconheceu o erro político e jurídico, mudando o pen-



João Miranda



Tenente-Coronel Jehnke



Jeferson Brayner



Rogério Quadros



Protetor Jorge



Anderson Andrade



Beni Rodrigues



Adriana Luiz



Adenildo Kako



Marcio Rosa



Rosane Bonho

samento. "Percebeu o equívoco e de forma sensata está alterando a lei", afirmou.

O presidente do Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade de Foz do Iguaçu, Ocivaldo Gobetti comemorou: "Isso mostra a força de uma classe que congrega vários profissionais na área de serviços da nossa cidade. Tínhamos alertado o prefeito antes da aprovação desta lei e hoje são mais de 100 ações judiciais e os profissionais estão fazendo o recolhimento do imposto em depósito judicial", informou Ocivaldo.

Acili diz que houve "desgaste desnecessário"

Pela imprensa, o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu, Leandro Costa, manifestou-se sobre o restabelecimento do sistema de ISS fixo para profissionais liberais e autônomos. Para ele, "hou-

ve um desgaste desnecessário, que poderia ter sido evitado se as entidades fossem devidamente ouvidas. Agora, em decisão acertada o prefeito reconheceu o equívoco e pediu a revogação da lei que alterou o regime de tributação fixa do ISS no Município".

De acordo com Leandro Costa, quando se colocou o assunto em discussão no ano passado as entidades se mobiliza-

ram e apresentaram, tanto ao prefeito quanto aos vereadores, pareceres e informações técnicas das quais mostravam que seria um erro o município fazer tal alteração no regime de tributação fixa. As consequências seriam grandes, como o aumento dos custos para prestação de serviços, pois aumentou a carga tributária, acarretando o aumento da informalidade e

concorrência desleal".

Lembrou ainda, conforme publicado na imprensa local, que "haveria grande impacto nos cofres da prefeitura, uma vez que a maioria dos profissionais liberais iria entrar com recursos jurídicos, e consequentemente fariam depósitos judiciais até que a situação fosse devidamente corrigida, e agora vemos que realmente foi o que ocorreu".

Liminar derrubou a alteração na cobrança do ISS para autônomos

A ação contestou o teor da Lei Complementar Municipal nº 274/2017 que impôs alíquota de 2% sobre o faturamento

Adilson Fasina/Assessoria do SESCAP-PR
Fotos: Adilson Borges

Empresas de Foz do Iguaçu que, por meio do SESCAP-PR, entraram com uma ação coletiva contra a mudança na cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) foram beneficiadas por uma liminar concedida pelo juiz Wendel Fernando Brunieri. A ação contestou o teor da Lei Complementar Municipal nº 274/2017 que impôs alíquota de 2% sobre o faturamento dessas empresas.

O juiz concedeu liminar no mandado de segurança impetrado pelo SESCAP-PR e determinou que o Município de Foz do Iguaçu mantenha o regime de tributação fixa previsto no parágrafo 3º do art. 9º do Decreto-Lei nº 406/68 às sociedades profissionais. Em sua argumentação, o advogado representante do SESCAP-PR neste processo, Dr. Leonardo Sperb de Paola, afirma que os profissionais liberais e as sociedades profes-

sionais não podem recolher o ISS com base no faturamento, porque gozam do sistema de tributação fixa, conforme determina legislação federal.

O juiz revogou a medida municipal por entender que a tributação fixa dos autônomos e das sociedades profissionais, além de ser imposta por norma nacional, o que impede sua modificação por norma local não tem a natureza de benefício fiscal, motivo pelo qual não se justifica a imposição trazida pela Lei Complementar Municipal nº 274/2017. Portanto, a medida adotada pela Prefeitura consiste em aumento indevido da carga tributária incidente sobre as sociedades profissionais.

Depósito judicial

Embora tenha sido concedida liminar, mantendo o regime de tributação fixa, o advogado responsável pelo processo recomenda que os associados que integram a ação continuem depositando judicialmente o valor exigido pelo



Decisão pela ação judicial foi tomada em assembleia geral

Município até o trânsito em julgado de decisão favorável às sociedades profissionais.

Novo texto está na Câmara

Na segunda-feira, dia 9 de abril, no entanto, o prefeito Francisco Brasileiro apresentou um projeto de lei comple-

mentar na Câmara Municipal restabelecendo a tributação fixa para as sociedades de profissionais e profissionais liberais autônomos e, consequentemente, revogando a Lei nº 274/1027. Em sendo aprovado o referido PL na Câmara, a cobrança volta a ser feita em valores fixos e não mais sobre o faturamento.

De acordo com a justificativa do prefeito, que se reuniu com vereadores na segunda-feira, "algumas decisões judiciais abalanzaram o município no pedido de revogação da legislação municipal". O Município de Foz do Iguaçu tomou conhecimento do conteúdo da liminar, concedida na ação ajuizada pelo SESCAP-PR, no final do mês de março.

Histórico

Ao perceber que a mudança na forma de cobrança do ISS prejudicaria as empresas representadas, o SESCAP-PR encabeçou um movimento que resultou em diversas reuniões

com integrantes da Secretaria da Fazenda do município, audiências com Vereadores e até mesmo participação na sessão que aprovou o projeto de lei da Câmara Municipal, defendendo o entendimento que a Lei Complementar 157/2016 não teria revogado o artigo 9º do Decreto nº 406/68, como defendia o fisco municipal. Apesar de todos os esforços empreendidos, o Executivo municipal levou adiante a modificação da tributação do ISS das sociedades profissionais e profissionais liberais.

Diante deste cenário o SESCAP-PR convocou uma assembleia que se realizou no dia 31 de janeiro de 2018, reunindo empresários representados além de representante de outras entidades de Foz do Iguaçu. Nesta assembleia decidiu-se, então, que o SESCAP-PR entraria com mandado de segurança para proteger o direito líquido e certo dos associados que optassem por integrar a ação.



Advogado responsável pelo processo recomenda que os associados que integram a ação continuem depositando judicialmente o valor

Vereador requer explicações sobre a farra dos celulares na prefeitura

Contrato prevê distribuição de 650 chips com todos os serviços e custo de R\$ 110,2 mil com dinheiro público

Da editoria geral
Foto: Divulgação

O vereador Adenildo Kako entrou com proposição na Câmara requerendo explicações do prefeito Chico Brasileiro sobre um contrato da prefeitura com a TIM prevenido a distribuição para agentes públicos de 650 chips de telefonia celular com pacotes de dados. O valor mensal é de R\$ 9,1 mil totalizando um montante anual de R\$ 110,2 mil. O extrato do contrato 002/2018 foi publicado na edição nº 305 do Diário Oficial de 28 de março de 2018 nas páginas 49/50.

A contratada é a Tim Celular S/A para "prestação de serviço móvel pessoal de telefonia (SMP) VC1, VC2 e VC3, LDN e LDI e SCM (com outorga da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações) através da tecnolo-

gia GSM pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de 650 (seiscentos e cinquenta) acessos móveis - SIM CARDs (Chips) Digital 4G (onde houver disponibilidade), 3G, 2G EDGE, oferecendo os serviços de ligações local e nacional".

O contrato inclui ainda serviços de "mensagens de texto e pacote de dados para acesso à internet, com tarifas intragrupo zero e roaming nacional, intraredde nacional para qualquer telefone móvel da mesma operadora e fixo de qualquer operadora a custo zero, com área de registro na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná, e Serviço de Gestão e Controle de Acessos Móveis, de acordo com as condições e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência e na documentação levada a efeito através do Edital de Pregão Eletrônico nº 224/2017".



Vereador Kako descobriu gastos de R\$ 110,2 mil com telefone de graça para agentes públicos da prefeitura

Pedido de informações

No requerimento nº 124/2018, o vereador Kako obtve aprovação unânime do plenário para que a Câmara office o prefeito Francisco Lacerda Brasileiro, "solicitando que se digno encaminhar à Casa de Leis, dentro do prazo legal, informações acerca do pregão nº 224/2017 e contrato nº 2/2018, de 5 de janeiro de 2018, celebrado junto a TIM Celular S/A, indicando quais serão os profissionais da Prefeitura Municipal que utilizarão os 650 (seiscentos e cinquenta) chips e seus pacotes telefônicos, bem como seus respectivos órgãos de trabalho".

Segundo o vereador, a medida é necessária para fins esclarecedores e de atividade de fiscalização, inerente à função do legislador. "Em busca ao Portal da Transparência do Município não foi encontrada esta informação", justificou. O prefeito tem prazo de 30 dias para enviar as informações à Câmara.

Obras paradas

Em outro requerimento, o mesmo vereador Kako, pe-

REQUERIMENTO Nº 124/2018

Requer do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu Francisco Lacerda Brasileiro informações sobre quais serão os profissionais na prefeitura que utilizarão os 650 chips (e seus pacotes telefônicos) comprados na licitação 224/2017 e celebrado contrato com o número 002/2018 de 5 de janeiro, em favor da TIM CELULAR, e seus respectivos órgãos de trabalho, conforme específico.

Senhor Presidente,

O(s) Vereador(es) abaixo assinado(s) requer(em) à V.Exa., ouca a Casa, o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu Francisco Lacerda Brasileiro, informações sobre quais serão os profissionais na prefeitura que utilizarão os 650 chips (e seus pacotes telefônicos) comprados na licitação 224/2017 e celebrado contrato com o número 002/2018 de 5 de janeiro, em favor da TIM CELULAR, e seus respectivos órgãos de trabalho, conforme específico.

JUSTIFICATIVA

Faz-se necessário para fins esclarecedores e de atividade de fiscalização, inerente à este vereador. Em busca ao Portal da Transparência do Município não foi encontrada esta informação.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Sala das Sessões, 06 de abril de 2018.

Kako
Vereador

Requerimento pede explicações sobre o contrato e quem está utilizando celular pago pelo povo

diu informações quanto ao andamento das obras financiadas pelo Projeto Paraná Cidadã. "Chegou para nós uma denúncia que tais obras estão paralisadas", comentou Kako. O vereador também entrou com um terceiro requerimento na semana passada pedindo explicações so-

bre disponibilidade de leitos no Hospital Municipal. Segundo ele, há muitas denúncias de municípios que estão na UPA e precisam ser transferidos para o Hospital Municipal, mas não conseguem transferência devido à falta de leitos, permanecendo por mais de 24 horas na unidade.

Ass. 002 Data Oficial Nº 3.305 de 28 de março de 2018 Página 48 de 47

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 002/2018 de 05 de janeiro de 2018.
CONTRATANTE: Município de Foz do Iguaçu/PR.
CONTRATADA: TIM CELULAR SA
CNPJ Nº: 04.208.010/0001-80

OBJETO: prestação do SERVIÇO MÓVEL PESSOAL DE TELEFONIA (SMP) VC1, VC2 e VC3, LDN e LDI e SCM (com outorga da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações) através da tecnologia GSM pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de 650 (seiscentos e cinquenta) acessos móveis - SIM CARDs (Chips) Digital 4G (onde houver disponibilidade), 3G, 2G EDGE, oferecendo os serviços de ligações Local e Nacional, além dos serviços de mensagens de texto e pacote de dados para acesso à internet, com tarifas intragrupo zero e roaming nacional, intra-rede nacional para qualquer telefone móvel da mesma operadora e fixo de qualquer operadora a custo zero, com área de registro na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná, e Serviço de Gestão e Controle de Acessos Móveis, de acordo com as condições e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência e na documentação levada a efeito através do Edital de Pregão Eletrônico nº 224/2017.
VALOR: mensalidade de R\$ 9.115,30 (nove mil e cento e quinze e 30/100 reais), perfazendo o valor global anual de R\$ 110.203,50 (cento e dez mil e trinta e três e 50/100 reais).
PRAZO: de 12 (doze) meses.

CONTRATO Nº 024/2018 de 05 de março de 2018.
CONTRATANTE: Município de Foz do Iguaçu/PR.
CONTRATADA: ORTODA & CIA LTDA
CNPJ Nº: 23.454.370/0001-18

OBJETO: prestação de serviços de assistência à saúde de forma complementar à Rede Municipal de Saúde, neste município, de acordo com as especificações constantes na documentação e expressões da Edital da Câmara Pública nº 005/2017, sendo a presente contratação celebrada nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, mediante processo de licitação de caráter nº 005/2017, pelo seguinte cronograma com o objeto de serviços especificados conforme especificações abaixo discriminadas:

Local de atendimento	Quantidade	Profissional	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
INTENSIVIDADE	02 vagas	Dr. Juan Carlos Garcia Ortega	38.072	456.864	90	1.080
OROTIA	02 vagas	Dr. Juan Carlos Garcia Ortega	38.072	456.864	90	1.080
NEOPLASIAS	02 vagas	Dr. Juan Carlos Garcia Ortega	38.072	456.864	90	1.080
UPA UPA 2	02 vagas	Dr. Juan Carlos Garcia Ortega	38.072	456.864	90	1.080
UPA UPA 1	02 vagas	Dr. Juan Carlos Garcia Ortega	38.072	456.864	90	1.080
TOTAL					360	4.320

VALOR: mensalidade estimada de R\$ 102.217.000,00 (cento e dois milhões e dez e 200/100 reais), sendo o valor global anual estimado em R\$ 1.226.604,00 (dois milhões e vinte e seis mil e quatro reais).
PRAZO: de 12 (doze) meses.

Contrato de um ano efetivado por meio de pregão foi publicado no mês passado

Câmara condenada pelo juiz por descumprir lei da transparência

Ministério Público encontrou uma série de irregularidades; prazo é de 30 dias para correção ou a Câmara será multada

Da editoria jurídica
Foto: Reprodução

A falta de transparência nos atos da Câmara Municipal deixou de ser mera especulação em colunas políticas. O caso foi parar na justiça. O Ministério Público encontrou uma série de irregularidades no Portal da Transparência e entrou com ação na 1ª Vara da Fazenda Pública. No último dia 11, o juiz Alessandro Motter considerou a ação procedente para determinar pagamento de multa de R\$ 30 mil caso as irregularidades não sejam sanadas em 30 dias.

Na ação civil pública o MP denunciou que a mesa diretora da Câmara não vem efetivando adequadamente a política de transparência de seus atos por meio das informações e atualizações disponibilizadas no "Portal da Transparência", o que estaria bloqueando o acesso de dados referentes à gestão administrativa, financeira e orçamentária e, por consequência, impedindo o controle pela população em geral.

O Ministério Público noticiou na ação que enviou recomendação para que a Câmara disponibilizasse e gerenciasse o Portal da Transparência, contudo, não obteve êxito. Por conta disso, requereu, em caráter liminar, a determinação para que o Legislativo disponibilizasse, na página eletrônica, as informações e dados exigidos pela legislação em vigor e criasse um serviço de acesso a informações públicas ao cidadão, além de ser compelido a não omitir informações, dados e esclarecimentos.

Fundamentação jurídica

Na decisão, o juiz Alessandro Motter citou que o artigo 37 da Constituição Federal



Juiz Alessandro Motter sentenciou à Câmara devido a uma série de informações não disponibilizadas no Portal da Transparência

"preceitua que a Administração Pública deve obediência, dentre outros, ao princípio da publicidade, que, em suma, significa que os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre administrados, a fim de possibilitar o controle da legitimidade da conduta dos agentes administrativos".

Para concretizar os mandamentos constitucionais, editou-se a Lei nº 12.527/2011, que se popularizou como Lei do Acesso à Informação. Para o juiz, trata-se de instrumento de controle do governo que está a serviço da sociedade, pois dá transparência a toda execução orçamentária e financeira do órgão público, garantindo, assim, a possibilidade de se monitorar a utilização da verba pública.

Auditoria constatou irregularidades

No caso da Câmara de

Foz, o juiz Alessandro Motter informou na sentença que o Núcleo de Apoio Técnico Especializado do Ministério Público, em auditoria realizada no Portal da Transparência hospedado na página eletrônica da Casa Legislativa de Foz do Iguaçu, "constatou a existência de ilegalidades no tocante à publicidade dos atos da Administração Pública, pois, ao ver daquele Núcleo, não estão sendo observados os ditames da Lei nº 12.527/2011".

Faltam muitas informações

Dentre os dados indisponíveis a auditoria constatou, por exemplo, que não há informações a respeito da remuneração de cada um dos agentes públicos; do pagamento de diárias e/ou despesas; da eventual aquisição de passagens aéreas; gastos com cartões corporativos; horários de atendimento; valores

referentes a verbas de gabinete e de representação; a lista de procedimentos licitatórios, de convênios, de dispensa de licitações, contratação direta, etc.; relatório da gestão fiscal; operações financeiras de qualquer natureza; movimentação de fundos; execução orçamentária; dentre outros itens relacionados.

"Desta forma, à luz da falta documentação carreada ao feito pelo Ministério Público, o que se conclui é que a parte requerida (Câmara) não está proporcionando, de forma satisfatória, o acesso às informações de interesse público, deixando, assim, de garantir a transparência de sua gestão - o que se impõe por imperativo constitucional", expôs o juiz.

Sentença

Diante de todo o exposto, Motter sentenciou que a Câmara: disponibilize em sua página eletrônica do Portal da

Transparência, no prazo de 30 (trinta) dias, as informações e dados exigidos pela legislação em vigor, bem como realize o gerenciamento, atualização e atualização mensal do respectivo portal. "Em caso de descumprimento, fixo multa única de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)".

Crie, no prazo de 30 dias, serviço de acesso a informações públicas ao cidadão, com protocolo único, em local e condições apropriadas, visando a atender e orientar quanto ao acesso a informações, bem como informar sobre a tramitação de documentos e protocolizar requerimentos de acesso a informações. Multa para eventual descumprimento: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Determinou ainda que o Legislativo "não se omita em prestar informações, dados e esclarecimentos que lhe sejam solicitados pela população interessada em geral".



CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

GDIA - 17 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/camara-de-vereadores-vota-hoje-oito-projetos-de-interesse-publico/22723>

Câmara de Vereadores vota hoje oito projetos de interesse público



Os vereadores realizam na manhã de hoje (17) duas sessões – uma ordinária e outra extraordinária para análise e votação de oito projetos de lei. Dentre os temas estão a nova lei da regularização fundiária, desburocratização do serviço público e implantação de atividades de promoção da igualdade racial. Na parte do expediente será apresentado para início de tramitação um projeto de lei do vereador Celino Fertrin (PDT) que pretende regulamentar os aplicativos de transporte pago no Município. O primeiro projeto a ser votado é de autoria da vereadora Rosane Bonho (Progressista), que institui no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Foz do Iguaçu a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial. A proposta estimula atividades de conscientização e combate ao racismo. A ideia é realizar as atividades anualmente, sempre na semana que antecede o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Na semana passada o texto havia sido retirado para correção de um termo. *(Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)*



CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Rádio Cultura - 17 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/17/projeto-de-lei-que-desburocratiza-servicos-publicos-e-aprovado-na-camara/>

Projeto de Lei que desburocratiza serviços públicos é aprovado na Câmara



por Josué Calebe — 17 de Abril de 2018 em Política

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0
Compartilhado

123
Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G



Com o intuito de agilizar e facilitar a demanda de serviços públicos utilizados pela população, os parlamentares aprovaram durante a Sessão Ordinária desta terça-feira, 17, em 1ª e 2ª discussões, o projeto de lei 11/2018 que visa desburocratizar os atendimentos prestados ao cidadão.

Um dos pontos mais relevantes do PL proposto pelo Vereador Elizeu Liberato (PR) se refere à autenticação administrativa de documentos e ao reconhecimento de firma. Esse serviço poderá

ser feito pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado, evitando assim as filas em cartórios.

Além disso, os usuários dos serviços públicos poderão apresentar apenas a cópia autenticada, dispensando nova conferência com o documento original. O projeto ressalta que todas essas novas normativas estão válidas, “exceto se existir previsão legal ou dúvida fundada quanto à autenticidade” (SIC projeto de lei 11/2018).

Segundo o Vereador Elizeu Liberato, o Governo Federal também regulamentou essa desburocratização, sendo assim, essa simplificação também é de suma importância para o município. “Precisamos do apoio de todos para facilitarmos a vida do contribuinte”, destacou o parlamentar. Projeto segue agora para sanção do Poder Executivo.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

NÃO VIU? - 17 de Abril de 2018

Link: <http://www.naoviu.com.br/camara-aprova-lei-elimina-gastos-autenticacoes-reconhecimento-firma-documentos/>

CÂMARA APROVA LEI QUE ELIMINA GASTOS COM AUTENTICAÇÕES E RECONHECIMENTO DE FIRMA EM DOCUMENTOS

17 Abril, 2018 By [Vinícius Ferreira](#) — [Deixe um comentário](#)



Vereador Elizeu Liberato. Foto: CMFI

Se o prefeito Chico Brasileiro quiser, os cartórios de Foz do Iguaçu vão fazer "beicinho".

A Câmara de Vereadores aprovou hoje (17) um projeto de Lei, proposto pelo vereador Elizeu Liberato (PR), pelo qual a autenticação administrativa de documentos e ao reconhecimento de firma poderão ser feitos pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado, evitando assim as filas em cartórios.

Ou seja: para dar entrada de documentos na prefeitura, autarquias

e fundações, ninguém vai mais precisar gastar dinheiro para os cartórios autenticá-los ou reconhecer firma. Hoje, uma autenticação custa em torno de R\$ 10,00 e um reconhecimento de firma, R\$ 7,00.

Além disso, os usuários dos serviços públicos poderão apresentar apenas a cópia autenticada, dispensando nova conferência com o documento original. O projeto ressalta que todas essas novas normativas estão válidas, "exceto se existir previsão legal ou dúvida fundada quanto à autenticidade" (SIC projeto de lei 11/2018).

Segundo o Vereador Elizeu Liberato, o governo Federal também regulamentou essa desburocratização, sendo assim, essa simplificação também é de suma importância para o município. "Precisamos do apoio de todos para facilitarmos a vida do contribuinte", destacou o parlamentar.

O projeto segue agora para sanção do prefeito Chico Brasileiro. E aí, prefeito? Vai sancioná-lo ou não?



CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

18/04/2018

Jornal Gazeta do Iguazu – 18 de Abril de 2018 **Capa**



Migração

Maioria dos estudantes brasileiros no Paraguai está em situação irregular

Dos 16 mil brasileiros que frequentam as faculdades de CDE e cidades vizinhas, apenas 3,5 mil estão legalizados. **Página 7**

Denúncias
STF torna Aécio Neves réu por corrupção e obstrução de Justiça

Página 11



Foto: Marcelo Camargo/VEJA

GAZETADIÁRIO

Foz de Iguazu, quarta-feira, 18 de abril de 2018 — Ano 2 — Edição 518 — R\$ 1,00

Novo diretor-geral da Itaipu anuncia mais investimentos

Marcos Stamm disse ontem (17) que a usina manterá e ampliará os investimentos nos vários programas e ações liderados pela binacional. **Página 3**



18/04/2018

Cancelas liberadas

A praça de pedágio de São Miguel do Iguazu, na BR-277, foi tomada, na manhã de ontem (17), por integrantes do MST da Região Oeste, com apoio de representantes de movimentos populares e sindicais de Foz. O movimento contra a prisão do ex-presidente Lula foi pacífico, e as cancelas do pedágio ficaram liberadas por cerca de quatro horas. **Página 7**

Modernização

Câmara aprova projeto para desburocratizar a prefeitura

Norma permite ao servidor público fazer a autenticação administrativa simplificada de documentos. **Página 5**

Reclamação

Usuários da UPA do Morumbi criticam demora no atendimento



Secretaria de Saúde afirma que melhorias serão providenciadas e deverão ser observadas nos próximos meses. **Página 8**

Segundo semestre

Prefeitura quer abrir 500 vagas para cursos profissionalizantes



Secretaria de Assistência Social atua para que sejam retomados os cursos interrompidos pelo fim da parceria com o Provopar. **Página 11**

Homicídio

Pistoleiro atira em pai e filho na Gleba Guarani



Jovem de 18 anos morreu, e o pai dele, de 63 anos, foi socorrido em estado gravíssimo; segundo testemuhas, eles foram baleados por engano. **Página 18**

Vereador retira projeto sobre Uber e aguardará posição da prefeitura

Por se tratar de concessão, iniciativa do projeto deve partir obrigatoriamente do Poder Executivo

Elson Marques
Freelancer

O vereador Celino Fertrin (PDT) resolveu retirar o projeto de regulamentação do serviço de aplicativo para transporte pago. O texto começaria a tramitar ontem (17), quando seria apresentado no expediente da sessão. O entendimento jurídico é o de que a iniciativa para esse tipo de procedimento deve ser obrigatoriamente do Poder Executivo, que tem a prerrogativa para propor normas para serviços concedidos ou permitidos. Celino aguardará o envio de um novo projeto pela prefeitura.

Questionado pela reportagem do Gazeta Diário, o vereador informou que vem dialogando com vários setores envolvidos, como taxistas, motoristas de aplicativos e Foztrans. "Até o momento não tivemos acesso a nenhum projeto elaborado pelo Executivo, embora tenhamos sido procurados pelos sindicatos envolvidos, como o dos taxistas e os do turismo. Eles nos relataram do trabalho que vem sendo realizado junto à prefeitura e aos demais órgãos, como o Foztrans, para regulamentar o transporte por meio de aplicativos. Disseram também que enviaram um projeto para o prefeito Chico Brasileiro dar andamento", relatou Celino.

Na opinião do vereador, "independentemente de onde venha o projeto, o objetivo é solucionar o problema e agilizar a regulamentação do serviço de transporte por aplicativo. É nesse sentido que achei por bem retirar o nosso projeto de lei e aguardar o do Executivo, embora as pessoas que leram os dois projetos consideram muito similares".

Celino repetiu que vai aguardar, mas adiantou que não vai ficar parado. "Já marcamos uma reunião para sexta-feira com os representantes dos sindicatos do turismo, taxistas, dentre outros, a fim de reunirmos os textos e analisarmos os dois projetos", informou.

Diretor do Foztrans se diz surpreso

O diretor-superintendente do Foztrans, Fernando Castro da Silva Maraninchi, disse que a apresentação de projeto por parte do vereador Celino pegou o instituto de surpresa. "O vereador vinha conversando com o Foztrans há algum tempo para saber dos projetos, trocava informações e apresentava sugestões sobre determinados pontos. O instituto tomou frente desde quando o presidente da Câmara, Rogério Quadros, expôs a situação e entendeu que a prerrogativa é mesmo do Poder Executivo", comentou.



Regulamentação está sendo tratada via projeto de lei analisado por conselhos e procuradoria antes de ser enviado à Câmara

Segundo Maraninchi, a equipe técnica do instituto vem trabalhando o tema analisando leis aplicadas em outras cidades, como Porto Alegre e Curitiba, bem como ouvindo as categorias envolvidas. "A partir desse trabalho, elaborou-se um projeto apresentado no Conselho Municipal de Turismo e ao Conselho Municipal de Transporte e Trânsito para análise, além da Secretaria da Fazenda para se manifestar sobre temas como cobrança de taxas e ISSQN", explicou.

Na última sexta-feira, o projeto foi enviado a gabinete do prefeito, de onde será submetido à análise da Pro-

curadoria-Geral e, mediante parecer, será encaminhado à Câmara. "Acreditamos que o Legislativo, no momento oportuno, deverá chamar a população para debater o projeto, tanto a sociedade civil organizada quanto as classes envolvidas e os demais interessados", completou Fernando Maraninchi.

A ideia, conforme adiantou o diretor-superintendente, é que Foz do Iguaçu tenha um serviço regulamentado, seguro e com qualidade. Um dos pontos a serem definidos pelo Executivo é a alíquota de ISS sobre o faturamento com o CNPJ na cidade e a exigência de emplacamento em Foz do Iguaçu.

Lei de regularização fundiária é aprovada pelos vereadores

Os vereadores aprovaram ontem (17) o projeto que trata da regularização fundiária urbana no município de Foz do Iguaçu. "Esse projeto de lei traz justiça social e tributária. A atualização da base cadastral é um dos benefícios. Sem a regularização fundiária, o município deixa de arrecadar, e as famílias vivem na insegurança daquilo é o direito à moradia", disse o presidente da Câmara, Rogério Quadros (PTB).

Para o secretário da mesa diretora e presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vereador Elizeu Liberato (PR), "a nova lei vai beneficiar muitas famílias, ao mesmo tempo em que o município passa a recolher tributos. As comissões permanentes do Legislativo trabalharam muito nesse projeto, por dois meses, com o objetivo de tirar todas as dúvidas", relatou Elizeu.

Loteamentos Irregulares

Em 2013, a Câmara realizou trabalho de um ano investigando caso a caso e mapeando os loteamentos irregulares no município e os principais problemas. Na época foram 34 bairros mapeados como ocupações irregulares, loteamentos aprovados no passado sem atendimento à legislação, entre outros aspectos que dificultaram durante vários anos que as pessoas conseguissem a escritura dos imóveis. (Com informações da assessoria/CMFI)

DESBUROCRATIZAÇÃO

Lei aprovada pretende agilizar a documentação na prefeitura

Norma permite ao servidor público fazer a autenticação administrativa simplificada de documentos

Elson Marques
Freelancer

O projeto de lei apresentado pelo vereador Elizeu Liberato (PR) foi aprovado ontem (17) por unanimidade. A nova norma agiliza os serviços burocráticos na prefeitura permitindo que o próprio servidor faça a autenticação administrativa simplificada de documentos. Segundo o vereador, a iniciativa vai facilitar a vida do cidadão no sentido de diminuir custos e tempo despendidos nos cartórios para autenticar documentos e fazer o reconhecimento de firma.

"Entendemos que é uma medida de grande importância para a administração e para os cidadãos porque vai facilitar o atendimento, desburocratizar os procedimentos e gerar economia. O intuito é melhorar o atendimento ao cidadão", afirmou Elizeu Liberato ao citar que o governo federal já regulamentou esse modelo de procedimento no âmbito da administração pública.

De acordo com o vereador, o servidor público municipal já tem a fé pública, e a lei vem para desburocratizar, atribuindo a ele essa garantia de autenticidade dos documentos. "O cidadão poderá levar o documento original ou cópia autenticada para que o servidor, ao receber, faça a verificação simplificada sem necessidade de a pessoa fazer isso em cartório. Atualmente o cidadão perde muito tempo com essa burocracia", explicou Elizeu.



Elizeu Liberato disse que a medida vai melhorar o atendimento ao cidadão

Afirmando que o vereador não faz nada sozinho, Elizeu agradeceu o apoio dos demais vereadores e o trabalho da assessoria e dos profissionais da Casa, lembrando-se da participação

cidadã no mandato dele. "Essa ideia da desburocratização veio de um cidadão, o jornalista *Oliveirinha* [Edirley de Oliveira], e a nossa equipe buscou formatar e, com apoio da assessoria legislativa e jurídica da Casa, chegamos ao projeto que só pode se tornar lei com o apoio dos demais colegas", comentou o vereador.

Parecer favorável

Em parecer, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação avaliou que o projeto "almeja melhorias no serviço dispensando o reconhecimento de firma e autenticação de cópias, amparados no princípio da boa-fé". Pelo texto aprovado, "ficam dispensados o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no país, que sejam destinados a fazer prova em órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, exceto se existir previsão legal ou dúvida fundada quanto à autenticidade".

O projeto seguiu para sanção do prefeito Chico Brasileiro e, quando acatado, o Executivo terá o prazo de 90 dias para regulamentar o processo de autenticação administrativa simplificada.

Câmara realiza hoje audiência pública sobre tráfico humano

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu realiza hoje (18), às 19h, no plenário, uma audiência pública para debater o tráfico humano. A audiência, proposta pelo vereador Celino Fertrin (PDT), vai discutir soluções, ideias de combate e conscientização sobre o assunto. Para se inscrever para fazer uso da palavra durante a audiência, basta entrar no link no site da Câmara (cmfi.pr.gov.br).

Região trinacional

A discussão sobre o tema torna-se ainda mais relevante no município, visto que Foz do Iguaçu é uma região fronteira. Conforme o Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira no Brasil, feito em 2013 pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e o Centro Internacional de Desenvolvimento de Políticas de Migração (ICMPD, em inglês), foi constatado que essas zonas estão mais vulneráveis àquela prática. Foram mais de 470 casos registrados (em todas as regiões de fronteira do país); destes, 75% eram crianças, mulheres e adolescentes.

No Brasil, entre as 408 vítimas de tráfico de pessoas comunicadas de 2014 a 2016, 301 eram mulheres, representando 75% do total. (Da assessoria/CMFI)



Audiência acontece a partir das 19h desta quarta-feira no plenário da Câmara

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

GDIA - 18 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/vereador-retira-projeto-sobre-uber-e-aguardara-posicao-da-prefeitura/22813>

Vereador retira projeto sobre Uber e aguardará posição da prefeitura



O vereador Celino Fertrin (PDT) resolveu retirar o projeto de regulamentação do serviço de aplicativo para transporte pago. O texto começaria a tramitar ontem (17) quando seria apresentado no expediente da sessão. O entendimento jurídico é de que a iniciativa para esse tipo de procedimento deve ser obrigatoriamente do Poder Executivo que tem a prerrogativa para propor normas para serviços concedidos ou permitidos. Celino aguardará o envio de um novo projeto pela prefeitura. Questionado pela reportagem do Gazeta Diário, o vereador informou que vem dialogando com vários setores envolvidos como taxistas, motoristas de aplicativos e com o Foztrans. "Até o momento não tivemos acesso a nenhum projeto elaborado pelo Executivo, embora tenhamos sido procurados pelos sindicatos envolvidos como o dos taxistas e os do turismo. (Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)



CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

RCI - 18 de Abril de 2018

Link: <http://www.semprerci.com.br/noticia-local-991>



FOTO: COMUNICAÇÃO/CMFI

Regularização Fundiária recebe aprovação do Legislativo Iguaçuense

Com a nova lei, mais de 20 mil famílias devem ser atendidas e 12 regiões beneficiadas

Foz do Iguaçu está dando um passo adiante no quesito de garantir os direitos e avanços sociais, o Legislativo aprovou nesta terça-feira (17/04) o projeto (19/2018) que trata da regularização fundiária urbana no município.

Todos têm o direito à moradia, e este é garantido pela Constituição de 1988 do país, porém diversas pessoas no Brasil residem em áreas irregulares e estão em busca desse direito. É função do estado garantir que este abranja a todos, mas não é o que vem acontecendo.

O Vereador Rogério Quadros afirma que o problema da regularização fundiária nunca foi tratado pelos governos anteriores e que esse projeto de lei traz justiça social e tributária. De acordo com o projeto, haverá dois tipos de enquadramento para a regularização:

Interesse Social, em que são incluídas ocupações de baixa renda, com finalidade residencial e que devem receber gratuitamente o registro do imóvel e infraestrutura básica

Interesse Específico: em que o particular custeia toda a infraestrutura a ser definida a estrutura a ser definida no projeto de regularização da região.

Assim que se efetivar como Lei Municipal, a regularização deve atender mais de 20 mil famílias em Foz do Iguaçu. O projeto segue para sanção do Prefeito Chico Brasileiro. A legislação será regulamentada em um prazo de 60 dias após a publicação da lei em diário oficial do município.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

RCI - 18 de Abril de 2018

Link: <http://www.semprerci.com.br/noticia-local-994>



FOTO: COMUNICAÇÃO/CMFI

Projeto de Lei que desburocratiza serviços públicos é aprovado na Câmara de Foz

Autenticação de documentos e reconhecimento de firma poderá ser feita pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado

Os parlamentares aprovaram durante a Sessão Ordinária desta terça-feira, 17, em 1ª e 2ª discussões, o projeto de lei 11/2018 que visa desburocratizar os atendimentos prestados ao cidadão com o intuito de agilizar e facilitar a demanda de serviços públicos utilizados pela população

Um dos pontos do PL proposto pelo Vereador Elizeu Liberato prevê à autenticação administrativa de documentos e ao reconhecimento de firma que poderá ser feito pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado, evitando filas em cartórios.

Os usuários dos serviços públicos também poderão apresentar apenas a cópia autenticada, dispensando nova conferência com o documento original.

O Vereador Elizeu Liberato, aponta que o Governo Federal também regulamentou essa desburocratização, devido a isso essa simplificação também é de suma importância para o município.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Portal da Cidade - 18 de Abril de 2018

Link: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/cidade/projeto-que-desburocratiza-servicos-publicos-e-aprovado-na-camara>

AVANÇO

Projeto que desburocratiza serviços públicos é aprovado na Câmara

Autenticação de documentos e reconhecimento de firma poderá ser feita pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado.

Postado em 18/04/2018 às 00:41 | Atualizado ontem às 00:44



(Foto: Divulgação/CMFI)

Com o intuito de agilizar e facilitar a demanda de serviços públicos utilizados pela população, os parlamentares aprovaram durante a Sessão Ordinária de terça-feira (17), em 1ª e 2ª discussões, o projeto de lei 11/2018 que visa desburocratizar os atendimentos prestados ao cidadão.

Um dos pontos mais relevantes do PL proposto pelo Vereador Elizeu Liberato (PR) se refere à autenticação administrativa de documentos e ao reconhecimento de firma. Esse serviço poderá ser feito pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado, evitando assim as filas em cartórios.

Além disso, os usuários dos serviços públicos poderão apresentar apenas a cópia autenticada, dispensando nova conferência com o documento original. O projeto ressalta que todas essas

novas normativas estão válidas, “exceto se existir previsão legal ou dúvida fundada quanto à autenticidade” (SIC projeto de lei 11/2018).

Segundo o Vereador Elizeu Liberato, o Governo Federal também regulamentou essa desburocratização, sendo assim, essa simplificação também é de suma importância para o município. “Precisamos do apoio de todos para facilitarmos a vida do contribuinte”, destacou o parlamentar. Projeto segue agora para sanção do Poder Executivo.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

19/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 19 de Abril de 2018 Capa



Narcotráfico
**Senad destrói mais
342 toneladas de
plantação de
maconha no
Paraguai**

Página 11

Conscientização
**Lei que promove a
igualdade racial na
cidade é aprovada**

Norma apresentada pela vereadora
Rosane Bonho prevê atividades de conscientização
e combate a todo tipo de discriminação **Página 4**



GAZETADIÁRIO

Fardo Iguaçu, quinta-feira, 19 de abril de 2018 — Ano 2 — Edição 559 — R\$2,00

Nesta sexta

**PSDB lança a pré-
-candidatura de Mansur
a deputado estadual**



Partido aposta em projeto de renovação
para a Assembleia Legislativa
do Paraná **Página 7**

Oportunidade

**Hospital Municipal
abre PSS para
contratar estagiários**



Serão contratados estagiários
bolsistas de nível médio e superior **Página 10**

Operação Pecúlio completa dois anos com 37 condenados

Maior operação de combate à corrupção da cidade foi dividida em oito etapas; três ações criminais foram ajuizadas e mais de 500 pessoas foram ouvidas pela Justiça Federal **Página 3**

Inventário florestal

Os pesquisadores da área de meio ambiente da Itaipu Binacional começaram a fazer o inventário florestal do Refúgio Biológico Binacional Maracaju, localizado em Mundo Novo (MS) e Salto del Guairá (Paraguai). O objetivo é avaliar o reflorestamento feito na área e o estado da regeneração natural. **Página 12**



Foto: Alexandre Marchetti

Aprovada lei que promove a igualdade racial na cidade

Norma apresentada pela vereadora Rosane Bonho prevê atividades de conscientização e combate a todo tipo de discriminação

Elson Marques
Fotógrafo

Por unanimidade, a Câmara Municipal aprovou, na terça-feira (17), o projeto de lei apresentado pela vereadora Rosane Bonho (Progressista) que promove a igualdade racial no âmbito do município de Foz do Iguaçu. A norma, a ser sancionada pelo prefeito Chico Brasileiro (PSD), prevê atividades de conscientização e combate a todo tipo de discriminação.

"Peço aos colegas que votem nesse projeto, não pela Rosane, mas em nome, defesa e pela valorização de todas as etnias que vivem em nossa cidade", afirmou a vereadora em pronunciamento na tribuna pela aprovação da proposta. Rosane disse que a realização de um trabalho forte para promover a conscientização será muito positiva, "mostrando que igualdade racial pode acontecer de fato".

A vereadora observou que as atividades começam pelas escolas e centros municipais de educação infantil, indo na sequência para as unidades de saúde. Ao final, Rosane agradeceu o apoio dos colegas e ressaltou que as ações começam pela Câmara ao aprovar o projeto. "Participei de uma conferência municipal sobre igualdade racial, e essa demanda surgiu lá. Vendo agora aprovado e que o projeto vai mesmo sair do papel, é uma grande alegria. Quem ganha são as etnias que compõem o nosso município, dentre elas os negros."

Para Rosane, a lei vem levantar uma questão muito importante na so-



Vereadora Rosane Bonho: "Quem ganha são as etnias que compõem o nosso município, dentre elas os negros"

cidade, com atividades nas escolas e CMEIs, porque, segundo ela, "crianças começam a sofrer bullying na idade escolar, onde haverá essa abordagem. É preciso ter a consciência de que o racismo ainda persiste e cabe a nós orientar, educar, conscientizar a sociedade e combater todas as formas de discriminação".

Na defesa da aprovação do projeto, Rosane Bonho lembrou que é a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira de vereadora na história de Foz do Iguaçu. "Vencemos muitas barreiras para chegarmos até aqui", observou.

Evento oficial

A lei aprovada na Câmara estimula atividades de conscientização e combate ao racismo, incluindo no Calendário de Eventos Oficiais do Município a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial. A ideia é realizar as atividades anualmente, sempre na semana que antecede o dia 20

de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

A Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial tem como objetivos ampliar a reflexão, o diálogo e a conscientização sobre o processo histórico de formação da sociedade brasileira, pro-

mover e valorizar as diversas culturas, bem como combater o racismo e a discriminação. O município, no âmbito de sua competência, assegurará os meios eficazes para coibir a prática de racismo ou qualquer outra forma de preconceito.

Atividades

A lei prevê uma série de atividades como a divulgação da participação da cultura afrodescendente na formação histórica e cultural brasileira e de ideias e práticas de valorização em relação à diversidade cultural; e representação proporcional dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comunicação do município e de entidades que tenham investimento político ou econômico do poder público. Relaciona ainda o desenvolvimento de programas que assegurem igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais do município; valorização das práticas relacionadas ao cuidado e à promoção da saúde na cultura afro-brasileira e nas demais etnias nas unidades de saúde; campanhas educativas para o conjunto das etnias presentes na cidade para prevenir discriminação; garantir e ampliar, na educação infantil e nos centros municipais de educação infantil (CMEIs), a inclusão de atividades educativas que valorizem a diversidade étnico-racial e cultural; fomentar discussões dentro dos espaços de uso da comunidade, por meio de rodas de conversas, para um posicionamento mais crítico frente à realidade social em que vivemos; e promover, por meio de palestras e atividades pedagógicas, discussões das questões relacionadas à valorização das diversas culturas.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 19 de Abril de 2018 Pág.06

Desburocratização

O projeto do vereador Elizeu Liberato, e que será transformado em lei, é o tipo de dispositivo desenvolvido por quem conhece o segmento público. Elizeu tem vasta experiência na administração pública e sabe a dificuldade que há em fazer o cidadão andar atrás de certidões e autenticação de documentos. Dar fé pública aos servidores é um jeito de fazer a carroça andar sem precisar chicotear o burro. E o Elizeu sabe de outra porção de medidas que pode ajudar no desembaraço de uma porção problemas cotidianos, nessa relação entre o poder público administrativo e a população.

Aplicativos

Celino Fertrin retirou da pauta o projeto dos aplicativos. Fez isso mais por vício de origem do que outra coisa. Mas enquanto o assunto está em debate, os donos de veículos cadastrados estão felizes; conseguiram assegurar a atividade por meio de medidas judiciais. Estão livres, leves e soltos. Isso vai longe, independentemente de se há pressão ou não contra a modalidade. Em Curitiba, por exemplo, os taxistas já jogaram a toalha.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Jornal Primeira Linha – 19 a 25 de Abril de 2018 Capa



**AGORA É MATAR
OU MORRER**

Folha DA FRONTEIRA

Edição 1478 - Suplemento gratuito Folha da Fronteira - Jornal Primeira Linha - Fone: (045) 3522-1331
NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE, 19 a 25 de abril de 2018



FOZ DO IGUAÇU • CASCAVEL • SANTA TEREZINHA • MEDIANEIRA • MATELÂNDIA • SÃO MIGUEL • CIUDAD DEL ESTE (PY) • PUERTO IGUAZU (AR)

Proposta:

Roman quer adicional de fronteira para servidores públicos do IBAMA

A indicação do deputado, endereçada ao Ministro da Casa Civil, tem base legal nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Ver pág. 3

Agilidade:

Projeto de lei que desburocratiza serviços públicos é aprovado na câmara

Autenticação de documentos e reconhecimento de firma poderão ser feitos pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado.

Ver pág. 9

Mudança:

Professor Sergio deixa a Itaipu

Após passar quase um ano como assistente especial da Diretoria de Coordenação, Professor Sergio vai focar no mestrado e nas palestras contra as drogas.

Ver pág. 5

Nomeação:

Itaipu tem novo diretor-geral



O advogado Marcos Vitorio Stamm é o novo diretor-geral brasileiro interino da Itaipu Binacional

Ele assume no lugar do engenheiro eletricitista Luiz Fernando Leone Viana, exonerado a pedido, na sexta-feira (6), para atuar na iniciativa privada.

A nomeação do novo diretor-geral brasileiro foi feita pelo presidente Michel Temer e publicada na sexta-feira (13), no Diário Oficial da União (DOU). O decreto é assinado pelo presidente da República, Michel Temer, e pelo novo ministro de Minas e Energia (MME), Moreira Franco, nomeado na segunda-feira (9).

Ver pág. 10

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Jornal Primeira Linha – 19 a 25 de Abril de 2018 Pág.04

Câmara de Foz assina termo de adesão ao Projeto Parlamento Jovem do TRE (PR)



Foto: Câmara de Foz

Em diálogo na manhã de segunda-feira, 16 de abril, com membros da corte do Tribunal Regional Eleitoral - TRE Paraná, o Presidente da Câmara de Foz do Iguaçu, assinou termo de adesão ao projeto Parlamento Jovem.

"A ideia é trabalhar com a educação para cidadania e qualificar cada vez mais os eleitores, para que assim justiça eleitoral precise intervir menos em problemas no processo eleitoral", destacou o Juiz e também Diretor Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-PR, Antônio Franco Ferreira da Costa Neto.

Segundo o Juiz, o projeto teve origem em 2016 e vários municípios do estado já se engajaram no projeto, o qual já atingiu de 600 a 3 mil estudantes do ensino Paranaense.

A ideia é trabalhar com crianças do ensino médio, proporcionar aos estudantes o conhecimento a respeito do processo eleitoral, tanto com relação à campanha, eleições, posse e depois a atuação como parlamentar, tudo de maneira simulada, com partidos fictícios, inclusive.

João Miranda assume relatoria do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar



Foto: Câmara de Foz

O Vereador João Miranda (PSD) foi eleito como o novo relator do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal. A função foi definida por meio de um sorteio realizado nesta quinta-feira, 05 de abril, entre os vereadores João Miranda (PSD), Protetor Jorge (PTB) e Elizeu Liberato (PR).

A partir de agora, com as funções definidas, os membros irão dar seguimento ao Processo Administrativo Disciplinar 02/2018, em desfavor da Vereadora Nanci Rafagnin Andreola. A parlamentar será notificada, e, a partir da notificação, terá um prazo de até cinco sessões ordinárias para apresentar a defesa. Após notificação, o Conselho de Ética terá até 90 dias úteis para dar seguimento aos trâmites do processo.

Projeto de lei que desburocratiza serviços públicos é aprovado na câmara

Autenticação de documentos e reconhecimento de firma poderá ser feita pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado

AgênciaMN

Com o intuito de agilizar e facilitar a demanda de serviços públicos utilizados pela popu-

lação, os parlamentares aprovaram durante a Sessão Ordinária da terça-feira, 17, em 1ª e 2ª discussões, o projeto de lei 11/2018 que visa desburocratizar os atendimentos prestados ao cidadão.

Um dos pontos mais relevantes do PL proposto pelo Vereador Elizeu Liberato (PR) se refere à autenticação administrativa de documentos e ao reconhecimento de firma. Esse serviço poderá ser feito pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado, evitando assim as filas em cartórios.

Além disso, os usu-



Projeto de Lei foi proposto pelo Vereador Elizeu Liberato (PR)

ários dos serviços públicos poderão apresentar apenas a cópia autenti-

cada, dispensando nova conferência com o documento original. O projeto

ressalta que todas essas novas normativas estão válidas, "exceto se existir previsão legal ou dúvida fundada quanto à autenticidade" (SIC projeto de lei 11/2018).

Segundo o Vereador Elizeu Liberato, o Governo Federal também regulamentou essa desburocratização, sendo assim, essa simplificação também é de suma importância para o município. "Precisamos do apoio de todos para facilitarmos a vida do contribuinte", destacou o parlamentar. Projeto segue agora para sanção do Poder Executivo.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Rádio Cultura - 19 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/19/camara-aprova-projeto-que-desburocratiza-servicos-publicos/>

Câmara aprova projeto que desburocratiza serviços públicos

Autenticação de documentos e reconhecimento de firma poderá ser feita pelo servidor público

por Dante Quadra — 19 de Abril de 2018 em Política

0 0 0



0 Compartilhado 138 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G+

Com o intuito de agilizar e facilitar a demanda de serviços públicos utilizados pela população, os parlamentares aprovaram durante a Sessão Ordinária desta terça-feira, 17, em 1ª e 2ª discussões, o projeto de lei 11/2018 que visa desburocratizar os atendimentos prestados ao cidadão.

Um dos pontos mais relevantes do PL proposto pelo Vereador Elizeu Liberato (PR) se refere à autenticação administrativa de documentos e ao reconhecimento de firma. Esse serviço poderá

ser feito pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado, evitando assim as filas em cartórios.

Além disso, os usuários dos serviços públicos poderão apresentar apenas a cópia autenticada, dispensando nova conferência com o documento original. O projeto ressalta que todas essas novas normativas estão válidas, “exceto se existir previsão legal ou dúvida fundada quanto à autenticidade” (SIC projeto de lei 11/2018).

Segundo o Vereador Elizeu Liberato, o Governo Federal também regulamentou essa desburocratização, sendo assim, essa simplificação também é de suma importância para o município. “Precisamos do apoio de todos para facilitarmos a vida do contribuinte”, destacou o parlamentar. Projeto segue agora para sanção do Poder Executivo.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Rádio Cultura - 19 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/19/camara-aprova-projeto-que-desburocratiza-servicos-publicos/>

Aprovada lei que promove a igualdade racial na cidade



Por unanimidade, a Câmara Municipal aprovou na terça-feira (17) o projeto de lei apresentado pela vereadora Rosane Bonho (Progressista) que promove a igualdade racial no âmbito do município de Foz do Iguaçu. A norma, a ser sancionada pelo prefeito Chico Brasileiro (PSD), prevê atividades de conscientização e combate a todo tipo de discriminação. “Peço aos colegas que votem nesse projeto, não pela Rosane, mas em nome, defesa e pela valorização de todas as etnias que vivem em nossa cidade”, afirmou a vereador em pronunciamento na tribuna pela aprovação da proposta. Rosane afirmou que a realização de um trabalho forte no sentido da conscientização será muito positivo, “mostrando que igualdade racial pode acontecer de fato”. (Elson Marques Freelancer/ Foto: Divulgação)



Leia mais sobre este conteúdo e outras informações na edição impressa.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

GDIA - 19 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/aprovada-lei-que-promove-a-igualdade-racial-na-cidade/22928>

Aprovada lei que promove a igualdade racial na cidade



Por unanimidade, a Câmara Municipal aprovou na terça-feira (17) o projeto de lei apresentado pela vereadora Rosane Bonho (Progressista) que promove a igualdade racial no âmbito do município de Foz do Iguaçu. A norma, a ser sancionada pelo prefeito Chico Brasileiro (PSD), prevê atividades de conscientização e combate a todo tipo de discriminação. "Peço aos colegas que votem nesse projeto, não pela Rosane, mas em nome, defesa e pela valorização de todas as etnias que vivem em nossa cidade", afirmou a vereadora em pronunciamento na tribuna pela aprovação da proposta. Rosane afirmou que a realização de um trabalho forte no sentido da conscientização será muito positivo, "mostrando que igualdade racial pode acontecer de fato". (Elson Marques Freelancer/ Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Jornal Novo Tempo – Abril de 2018 Capa

“Jnt” **Jornal** **NOVO TEMPO**

**DISTRIBUIÇÃO
GRATUÍTA**

A notícia de um jeito diferente

FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ - ANO 06 - EDIÇÃO 73 - Abril de 2018

Rosane Bonho
protocola
pedido para
construção do
Hemocentro de
Foz do Iguaçu



Página 02

Ideologia de Gênero volta ser tema de debate na **Câmara de Foz**



Marcha para Jesus 2018 será dia 16 de junho e terá novo trajeto

Além do percurso, local das apresentações e shows também mudou. Este ano será na Praça da Paz onde uma estrutura especial será montada. **Página 05**

**Bombou nas
Redes:
Acompanhe tudo
que foi polêmica
nas redes sociais**

Página 13

Cataratas
BOWLING CENTER
Boliche & Pro-shop
Diversão sempre certa!!
Fone: (45)3525-1374
Av. Rep. Argentina, 3575 - sala 01 x 04
Campos do Iguaçu
cataratasbowling@uol.com.br

A votação do projeto que proíbe a chamada Ideologia de Gênero nas escolas municipais de Foz teve sua primeira parte realizada e com polêmica. O projeto foi aprovado por 13 vereadores com voto contrário de **Marcio Rosa**. A segunda e definitiva votação deve ser no início de maio nas primeiras sessões ordinárias na Casa de Leis. **Páginas 3 e 4**

**Projeto de Elizeu
Liberato
desburocratiza
serviços oferecidos
pela prefeitura**

Página 06



**FÓRMULA 1
MOTOS**
COMERCIO DE PEÇAS USADAS

Rua Oswaldo
Cruz, 1343
VILA PORTES

☎ 45 99818-7459
☎ 45 3522-3035

f F1 MOTO PEÇAS

2 Abril de 2018

11

Progressistas
Mulher

Vereadora
ROSANE BONHO

Igualdade Racial

Jornal
NOVO TEMPO

www.novotempofoz.com.br



Rosane prestigia posse da primeira governadora do PR

Cida Borghetti, 53 anos, que foi duas vezes deputada e atuou também na Câmara Federal, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de governadora do Paraná. Formada em Administração Pública, ela passa a comandar um estado com 11 milhões de habitantes, 399 municípios e que movimenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 415,7 bilhões.

“Me sinto honrada. Estou bem consciente das expectativas que acompanham essa missão”, afirmou ela na solenidade de posse, no Palácio Iguacu, em Curitiba. No Brasil, apenas outras dez mulheres ocuparam cargos de governadoras do Estado. No Paraná, antes de Cida, Emília Belinati ocupou o cargo, mas interinamente.

E nada melhor que a primeira mulher negra a assumir a cadeira de vereadora em Foz, além de ser do mesmo partido da governadora, estar presente neste momento histórico da política paranaense. Rosane Bonho (Progressistas), representou o legislativo fozense no dia 6 e declarou estar feliz e certa de que o momento político em Foz, no Paraná e Brasil está sendo marcado pelos bons nomes femininos.

“Estamos conscientes do nosso papel na política hoje em dia. A mulher, seja ela negra, parda, oriental, branca, de qualquer etnia ou raça, está ocupando seu espaço de direito. O momento é de mudança e novas atitudes, caráter limpo, sem jeitinho e acerto. A mulher tem sido uma referência dessas qualidades e por isso tem ocupado seu espaço e a prova maior disso é o cargo mais alto do nosso estado hoje estar sendo ocupado pela Cida, nossa governadora. E tempo de mudança, e para melhor”, disse a vereadora Rosane Bonho.

Já no momento da posse, Cida anunciou duas mulheres para ocupar cargos no seu governo. A coronel Audilene Rosa de Paula Dias Rocha, que já ocupava de forma pioneira a função de chefe do estado-maior da Polícia Militar do Paraná, se torna agora a primeira mulher no Comando-Geral da corporação. A chefe de gabinete do Governo do Estado passa a ser ocupada por Lucília Dias, que exercia essa mesma função na vice-governadoria.

Vereadora protocola pedidos de liberação de verbas e das obras do Hemocentro

Aproveitando a ida até a capital para a posse da governadora Cida Borghetti, a vereadora Rosane Bonho protocolou duas solicitações junto ao governo. Uma delas diz respeito a ajuda com verbas para o Hospital Municipal padre Germano Lauck, para cooperar na recuperação financeira da unidade. “Sabemos da situação do hospital que hoje não é apenas do município, mas é utilizado como referência na região e para moradores da Argentina e Paraguai. É necessário este aporte de recurso do estado, para que nossa saúde venha a respirar novamente sem ajuda de aparelhos”, disse Rosane.

Outro ofício protocolado junto ao governo do estado, é a liberação da licitação para a construção do tão sonhado Hemocentro na vila A. Em agosto de 2017, a própria governadora, durante visita a cidade, esteve no terreno que foi doado pela Itaipu ao Governo do Paraná, para a construção do novo Hemocentro da cidade.

“Na oportunidade estive acompanhando a governadora Cida e o então ministro da saúde Ricardo Barros no terreno onde será construído o Hemocentro. Agora que ela assumiu de vez o governo, creio que o compromisso firmado conosco na época em estar construindo a unidade aqui em Foz se torna realidade. Por isso, o ofício, para que em breve, recebamos mais essa boa nova para Foz”, afirmou Rosane Bonho.

A votação do Projeto de Lei de minha autoria em defesa da igualdade racial foi adiada devido um problema na redação, mas que a meu pedido está sendo corrigido e volta para votação em plenário nos próximos dias. Temos a certeza que vamos aprovar a proposta que estimula atividades de conscientização e combate ao racismo incluindo no Calendário de Eventos Oficiais do Município a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

A ideia é realizar as atividades anualmente, sempre na semana que antecede o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Conforme consta no texto do projeto, a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial tem como objetivos ampliar a reflexão, o diálogo e a conscientização sobre o processo histórico de formação da sociedade brasileira, promover e valorizar as diversas culturas, bem como combater o racismo e a discriminação.

Para se ter uma ideia da importância desse projeto, temos alguns dados sobre a desigualdade racial no Brasil adquirido em 2017. Aqui costuma se apresentar como uma nação predominantemente miscigenada, sem grandes tensões raciais, mas quanto mais escuro é o tom da pele de uma pessoa, maiores são os entraves para sua ascensão social.

Os dados são implacáveis: na faixa dos 10% brasileiros mais ricos, 70% são brancos; e na dos 10% mais pobres, 74% são negros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Do total de brasileiros que se autodeclararam pretos e pardos negros (54% dos 208 milhões de habitantes do país), apenas 5% ocupam cargos executivos.

Nos meios de comunicação, os negros são escassamente representados e, na publicidade, modelos negros aparecem pouco.

Segundo uma pesquisa do instituto Locomotiva, os homens negros formados na universidade ganham 29% menos do que os brancos com qualificação similar; as mulheres, 27% menos do que as brancas.

Desde a adoção, há 15 anos, de cotas raciais para o ingresso nas universidades, sob o impulso de governos de esquerda, a proporção de negros e miscigenados que entram no Ensino Superior passou de 8% para 27%.

Vamos continuar sempre lutando pela igualdade racial e pelos direitos humanos, saúde e pela mulher. Contem sempre comigo!

Ideologia de gênero nas Escolas Municipais volta ao debate na Câmara de Foz do Iguaçu

A aplicação da chamada ideologia de gênero nas Escolas Municipais foi tema de discussão na Câmara Municipal durante a Sessão Ordinária do último dia 10. Os parlamentares aprovaram em 1ª discussão e votação, por 14 votos favoráveis e um contrário – o voto negativo foi do Vereador **Márcio Rosa (PSD)**, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município que impede a aplicação e/ou adoção de políticas de ensino referentes à ideologia de gênero.

O parecer favorável das Comissões ao projeto de emenda à LOM foi lido e formulado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, sob a relatoria do parlamentar Celino Fertrin. A matéria também recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social e Defesa do Cidadão. Com os pareceres favoráveis em pauta, o Vereador Beni pediu dispensa de interstício, que é

o intervalo de tempo entre a leitura do parecer e a primeira votação do projeto.

De acordo com o vereador **Celino Fertrin (PDT)**, um dos parlamentares favoráveis ao projeto, a ideologia de gênero não é um tema que deve ser abordado no ambiente escolar. “É algo polêmico, que já foi discutido em audiência pública. A educação é dever e é direito da família, a formação, sim, é das escolas”, enfatizou o Vereador.

O Vereador **Elizeu Liberato (PR)**, também usou a tribuna para defender o Projeto de Lei. Ele ressaltou que a escola não deve interferir nos valores morais dos alunos. “Entendemos que a responsabilidade não é do professor, a condução moral e religiosa cabe aos pais. Também sou contra, por exemplo, o ensino



Casa de Leis em Foz volta a discutir projeto de Lei sobre a Ideologia de Gênero nas escolas municipais



Vereador Elizeu Liberato defendeu que a escola não deve interferir nos valores morais dos alunos



Vereador Celino Fertrin é ralator do projeto e o defendeu na tribuna durante a primeira votação

religioso nas escolas”, destacou.

Em seu pronunciamento na plenária, o Vereador **Márcio Rosa (PSD)** explicou o motivo de se posicionado contra o projeto. “Não podemos prosperar com um projeto que é inconstitucional, esse projeto não tem valor legal, nem constitucional. O próprio parecer da CGU declarou que compete à União deliberar sobre isso. No mu-

nícipio, temos o Conselho de Educação, eles que precisam debater essa matéria. Vale a pena lembrar que qualquer tipo de doutrinação já é proibido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”.

Mesmo com este argumento, **Márcio Rosa** teve que se explicar também nas redes sociais após uma enxurrada de críticas feitas por internautas. No Facebook, a notícia gerou polêmica e

muitos perguntavam ao vereador o porque dele estar se posicionando contra somente agora, já que o assunto foi intensamente debatido antes e ele não se levantou nem contrário, nem a favor ao projeto. Dá-se a conotação, de acordo com alguns comentários, que o vereador estaria buscando holofotes, já que se declarou como pré candidato a deputado estadual e pelo menos por enquanto, nenhum desses

pré ainda se manifestou sobre o assunto. Um dos argumentos dados pelo vereador **Márcio Rosa** para a negativa em seu voto, seria também a utilização do tema por parte do ex vereador **DR Brito** para se promover politicamente na mídia.

Considerando que se trata de emenda à Lei Orgânica do município, a matéria volta ao plenário para 2ª discussão e votação em maio.

EXPEDIENTE

Circulação: Igrejas cristãs e comércios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul.

CNPJ 27.108.268/0001-06
jornalnovotempofoz@hotmail.com

Central-Redação: Rua Barigui, 37
Vila Militar
Foz do Iguaçu - PR - CEP 85857-090
Fones (45) 3028-2493 / 99922-2148
Direção Geral / Editor:
Ricardo Azevedo Gomes
MTB 10089/PR

Respeitando a liberdade de expressão e opinião, este jornal abre espaço para todas as opiniões ideológicas. Portanto, os artigos e colunas publicados e assinados, são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal. Também não há nenhum vínculo trabalhista ou empregador com os mesmos.

4 Abril de 2018

Jornal
NOVO TEMPO

www.novotempofoz.com.br

Marcio Rosa explica porque votou contra projeto de Ideologia de Gênero

O vereador **Marcio Rosa (PSD)** revelou na sessão de quinta-feira (12) da Câmara Municipal que sofreu “ataques desonrosos” nas redes sociais. O motivo seria uma distorção referente ao posicionamento dele em relação ao projeto de lei que proíbe a abordagem ou disciplina sobre a ideologia de gênero nas escolas municipais. Na primeira votação ocorrida na terça-feira (10), Marcio Rosa foi o único que votou contrário ao projeto. O texto retornará para segunda e definitiva votação no início de maio.

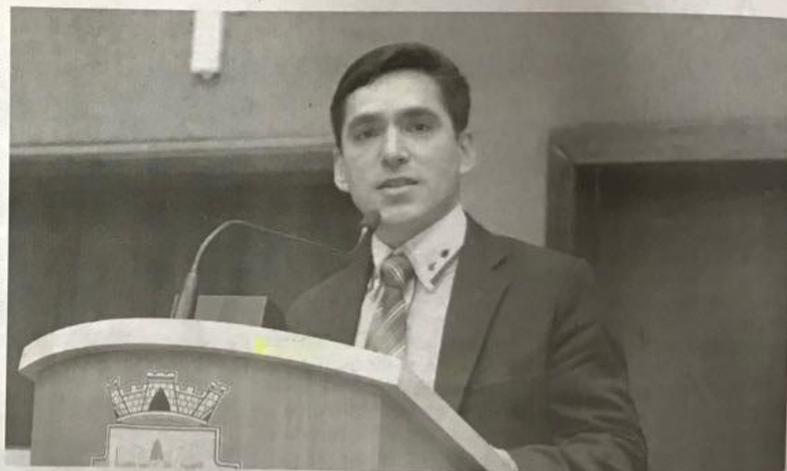
Depois das críticas nas redes sociais, o vereador ocupou a tribuna na palavra livre para os devidos esclarecimentos. Ele falou com o *Jornal Novo Tempo* e também explicou que o voto contrário ao projeto não significa que ele é a favor ou contra a abordagem do tema nas escolas municipais, apenas entende que, constitucionalmente, a Câmara não tem prerrogativas para legislar sobre grade escolar, sendo

o tema exclusivamente de competência da União.

“Não sou favorável à implantação de ideologia de gênero nas escolas, é que todas as proibições já existem no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição Federal e na área criminal. O projeto teve parecer contrário IBAM - Instituto Brasileiro de Administrações Públicas, além do Conselho de Educação e da Secretaria de Educação de Foz. Como se não bastasse, os ministros Luis Robertos Barroso, Edson Fachin e Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal suspenderam o mesmo projeto em Cascavel e Paranguá”, disse Marcio Rosa.

Para ele seria inverdadeiro com a população votar em algo inconstitucional, “mesmo que seja algo tão importante e no qual sou e sempre serei contra, como a ideologia de gênero. São pais que devem educar seus filhos sim e cabe a escola ensinar”, declarou Rosa.

Outro ponto colocado por ele, é o fato de se qualquer pessoa achar que a escola ou



Vereador Marcio Rosa reafirmou defender a família, igreja e a sociedade e disse ser contra a Ideologia de Gênero nas escolas, mas que projeto apresentado na Câmara é ilegal e não poderia votar em algo que vai contra a Lei

algum professor estiver ensinando algo como a ideologia de gênero por exemplo, a Lei lhe respalda a estar denunciando a prática tanto para as autoridades competentes, como no Conselho Tutelar e outros órgãos.

“Fui ético e justo cumprindo o que rege a lei, devido a isso, acabei vítima

de ataques de pessoas que mentiram que eu seria favorável a chamada ideologia de gênero. Não existe projeto a ser votado ou implantado sobre isso nas escolas. Isso foi criado para gerar uma sensação na população que claro, naturalmente foi em defesa da família. Reafirmo meu compromisso com a fa-

mília e a igreja como sempre fiz, mas não posso votar em algo ilegal e em um projeto que nada mudaria o que já existe. A prerrogativa de cotar matérias sobre a grade curricular comum é de competência da União, o que não permite que a Câmara votasse tal projeto”, concluiu o vereador Marcio Rosa.

Projeto de Elizeu Liberato desburocratiza os serviços oferecidos pela prefeitura

Em regime extrapauta foram lidos na sessão ordinária do dia 12 na Câmara Municipal os pareceres favoráveis (técnicos e jurídicos) das comissões ao projeto do vereador Elizeu Liberato (PR), que propõe a desburocratização de serviços na prefeitura de Foz do Iguaçu. Com isso, o texto está liberado para ser incluído na pauta de votação do plenário. A norma acaba com a exigência de autenticação e reconhecimento de firmas em cartórios.

Pelo projeto, conforme explicou Elizeu, "o próprio servidor municipal poderá fazer a autenticação administrativa simplificada de documentos por meio de cotejo da cópia com o documento original ou com a cópia autenticada". Segundo o vereador, a iniciativa vai facilitar a vida do cidadão no sentido de diminuir custos e tempo despendidos nos



Vereador Elizeu Liberato apresentou projeto que agora vai dar mais agilidade e mais economia para o cidadão que buscar os serviços da prefeitura

cartórios para autenticar documentos e fazer o reconhecimento de firma.

Sustentada em parecer jurídico da casa, a Comissão de

Legislação, Justiça e Redação concluiu que o texto atende aos preceitos legais estando liberado para tramitação normal. Avaliou que o projeto

"almeja melhorias no serviço dispensando o reconhecimento de firma e autenticação de cópias amparado no princípio da boa fé. Não ofende nenhu-

ma regra de repartição nem de competência, entendemos pela legalidade na tramitação e apreciação do projeto, haja visto que seu objeto tende a irradiar eficácia imediata dos preceitos buscados na legislação nacional e ordenamento jurídico local".

Simplificação de procedimentos

No artigo 1º o projeto estabelece: "Ficam dispensados o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no país, que sejam destinados a fazer prova em órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, exceto se existir previsão legal ou dúvida fundada quanto à autenticidade".

Para tanto, o Executivo terá o prazo de 90 dias para regulamentar o processo de autenticação administrativa simplificada.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

20/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 20 de Abril de 2018 Pág.06

Lei bem recebida

A aprovação do projeto de lei que "promove" a igualdade racial foi bem recebida em vários setores da cidade. Ela é de autoria da vereadora Rosane Bonho. A norma prevê o combate a todo tipo de discriminação. Interessante essa postura dos vereadores, quando norteiam desta forma outros projetos, como é o caso da igualdade de gêneros nas escolas.

Jornal Gazeta do Iguaçu – 20 de Abril de 2018 Pág.09

DEBATE ABERTO

Audiência expõe urgência de políticas públicas contra o tráfico de pessoas

Representantes de diversos segmentos debateram a temática em audiência pública na Câmara

Elson Marques
Freelancer

A audiência pública sobre tráfico humano, realizada na noite de quarta-feira (18) na Câmara Municipal, expôs a necessidade urgente de implantação de políticas públicas para combater o problema na fronteira, região considerada vulnerável à atuação de organizações voltadas para este tipo de crime. Dados revelados durante o evento pela Secretaria de Estado da Justiça mostram Foz do Iguaçu com 40% dos casos registrados no Paraná.

Nas conclusões dos debates que envolveram diversos setores, a ideia é aprofundar as discussões para elaboração de projeto de lei das políticas públicas. A providência viria aliada à criação de protocolo integrado de atendimento às vítimas e enfrentamento da problemática na região de fronteira. A audiência deliberou ainda pela proposta de implantação de um comitê reunindo representantes dos segmentos envolvidos.

O assunto vem sendo debatido mais intensa-

mente há cinco anos com ações de assistência e promoção de seminários convocados pela Cáritas, da Igreja Católica, com apoio de diversas entidades, instituições públicas e universidades. As conclusões da audiência devem impulsionar novas deliberações no próximo seminário, previsto para os dias 25 e 26 de julho no Recanto Parque Hotel.

Crime silencioso

O vereador Celino Ferrin (PDT), proponente da audiência e que presidiu os trabalhos, considerou as discussões "de enorme importância, visto se tratar de um crime silencioso e de um nível altíssimo de desinformação sobre o assunto. A realidade é que existe e é muito grave, porém não se tem estatísticas reais até mesmo por falta de registro junto aos órgãos de segurança, ou seja, as queixas/denúncias não são formalizadas. Daremos sequência aos debates no sentido de criarmos leis específicas e políticas públicas".

Durante o debate, o investigador Izaltino Santana, representante da Polícia Civil, confirmou que na



Debates reuniram diversos órgãos, entidades sociais e representantes de movimentos da Igreja Católica

delegacia não há registros de casos desta natureza.

Disque-denúncias

A Dra. Silvia Xavier, coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, vinculado à Secretaria de Justiça do Paraná na Diretoria de Direitos Humanos, parabenizou a iniciativa da cidade afirmando que o debate reuniu um grupo seletivo e empenhado. Citou que Foz representa 40% das demandas do núcleo, em um volume de 151 denúncias ano passado.

"Para cada denúncia não é uma só vítima, mas às vezes cinco, dez ou até 20, ou seja, em 60 denú-

cias podemos ter 300 vítimas. Outro dado importante é que 86% das vítimas são mulheres e 58% dos aliciadores também são mulheres", informou Silvia Xavier, que veio de Curitiba para participar do evento.

Segundo ela, "é um crime velado, silencioso, e aqui na fronteira tem situações envolvendo exploração sexual e agravantes como tráfico internacional de bebês, além de servidão doméstica". Silvia destacou a importância de as pessoas denunciarem pelos números do Disque 100; 180 (violência contra a mulher) ou pelo 181. Não é preciso identificar-se.

Mobilização vem ocorrendo

O padre Maurício Camatti, presidente da Cáritas Foz do Iguaçu e secretário-executivo do Fórum Permanente de Fronteiras Integradas Coração Azul (FICA), disse que "o tráfico humano nas suas diversas vertentes é uma das formas mais hediondas de violação dos direitos humanos. Ele pode se apresentar na forma de trabalho forçado, exploração sexual, comércio de órgãos, adoção de crianças, matrimônios arranjados, recrutamento de crianças para soldados, mendicância. Representa a terceira atividade mais lucrativa do mundo".

Expôs que há um trabalho de enfrentamento com debates permanentes e a realização de seminário pelo quinto ano consecutivo com ampliação da participação universitária e a intensificação de parcerias para a continuidade das ações. Entre as deliberações tomadas em seminários estão alguns eixos: construção de protocolos de fronteira; mapeamento da situação em Foz do Iguaçu e região com participação do poder público visando a levantar a real demanda e como se caracteriza o tráfico humano nessa região trinacional; melhorar a acolhida aos migrantes; criar canais de denúncia; e articulação junto aos três poderes e conselhos afins para formatação de projeto de lei criando política pública municipal para a população migrante, refugiados ou vítimas do tráfico humano. O presidente da OAB Subseção de Foz, Valter Cândido Domingues, afirmou que o tema é de suma importância. Lembrou que a Ordem dos Advogados trabalha estas questões por meio da Comissão de Direitos Humanos e colocou a OAB à disposição das entidades e movimentos de defesa para colaborar e apoiar juridicamente no que for necessário.

Participação

Além das autoridades citadas, participaram da audiência os vereadores Elizeu Liberato (PR), João Sabino (Patriota) e Nanci Rafagnin Andreola (PDT); Rosa Maria Jerônimo Lima, secretária extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade; Elias de Souza Oliveira, secretário municipal de Assistência Social; padre Sérgio Bertoti, presidente do Conselho da Cáritas Regional do Paraná; padre Fábio Velter, representando o bispo diocesano; capitão Márcio Skovronski, representando o 14º BPM; Josnei Fagundes, secretário-executivo do GGIN Foz, representando a Secretaria Municipal de Segurança; soldado Sueli, representante do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira; Maria Eta Vieira, pró-reitora de extensão da Unila; e irmã Terezinha Mezzalira, coordenadora da Casa do Migrante.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

HLUCAS - 20 de Abril de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/04/20/vereador-joao-miranda-processa-jornal-tribuna-popular-e-perde-no-primeiro-rond/>

Vereador João Miranda processa jornal Tribuna Popular e perde no primeiro rond

[Deixe um comentário](#)

Vereador João Miranda (PSD) ficou estomagado ao ver a sua foto na capa do jornal Tribuna Popular relatando um caso que poderia envolver assédio sexual ou coisa que o valha. O Tribuna Popular publicou cópia de um BO na delegacia da Mulher, onde uma senhora relatou ter sido vítima do vereador em assédio sexual no gabinete do mesmo na Câmara Municipal. Entretanto, essa mesma senhora, declarou na delegacia que não iria representar contra o vereador, que por sua vez, constituiu duas advogadas que representaram contra o jornal pedindo que fosse apreendido, e que as publicações na WEB, sobre o mesmo tema, fossem suprimidas, por ter o mesmo publicado processo em segredo de Justiça.

A juíza da 4ª Vara Cível, Trícia Cristina Santos Troian, indeferiu o pedido alegando que BO (boletins de ocorrências) confeccionado em delegacias de polícias não estão sob o manto de segredo de Justiça.

Isso posto, a juíza determinou que o processo prossiga até o julgamento do mérito.

Não se sabe se o vereador demandou também na Justiça criminal contra o dono do jornal, o senhor Henrique Alliana. Na sequencia deveremos informar sobre isso.

Abaixo a inicial

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

22/04/2018

Facebook – H2FOZ – 22 de Abril de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/motoristas-da-uber-querem-ser-ouvidos-sobre-regulamentacao>

Motoristas da Uber querem ser ouvidos sobre regulamentação



O motorista Elias Araujo e o advogado Hernan Aguilera Carro participaram do programa Clube dos Amigos (Foto: Carlos Sossa)

H2FOZ - Paulo Bogler

O motorista da Uber em Foz do Iguaçu Elias de Pino Araujo e o advogado Hernan Eduardo Aguilera Carro, que representa vários condutores, participaram do quadro Diga Aí, no Clube dos Amigos, programa da Rádio Clube em parceria com o H2FOZ. Eles abordaram a polêmica sobre o funcionamento e a regulamentação dos aplicativos de transporte no município.

PODCAST

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

A Justiça determinou a suspensão das multas e a liberação de dois veículos que operavam por meio da Uber, apreendidos durante fiscalização do Foztrans (Instituto de Transportes e Trânsito) na última quarta-feira, 18. Conforme a direção do órgão de trânsito, duas empresas de transporte por aplicativo atuam no município e 35 motoristas têm liminar judicial favorável ao exercício da atividade.

“Não ter regulamentação do transporte por aplicativo não quer dizer que o trabalho não seja lícito. É um trabalho não regulamentado”, ressaltou o advogado Hernan Eduardo Aguilera Carro. “Os consumidores querem ter acesso a esse serviço e a Justiça, em Foz e em todo o país, tem reconhecido o direito dos motoristas a exercer esse ofício.”



Justiça determinou a liberação de dois veículos apreendidos que operavam pela Uber - Reprodução

No dia 14 de abril, quando participou do programa Clube dos Amigos, o diretor-superintendente do Foztrans, Fernando Maraninchi, disse que a atuação do instituto em relação aos motoristas de transporte por aplicativo obedece à legislação. Ele disse que o órgão aplica a lei municipal sobre transporte privado de passageiros e o Código Brasileiro de Trânsito.

Participação

Conforme o motorista Elias de Pino Araujo, os profissionais dessa modalidade de transporte defendem a regulamentação, mas querem participar da elaboração da normativa. Ele diz que a categoria não teve acesso formalmente à minuta elaborada pelo Foztrans e que a apresentação de outra proposta na **Câmara de Vereadores** causou confusão sobre qual é a proposta válida.

“Nós, da categoria, queremos participar desse debate, queremos ter esse direito”, frisou Araujo. “Esperamos que os órgãos competentes que estão trabalhando nisso [regulamentação] olhem para o grande número de profissionais que já estão trabalhando. Ser motoristas de transporte por aplicativo é uma profissão”, disse.

Pedido formal

De acordo com o advogado dos motoristas, foram protocolados documentos endereçados ao prefeito Chico Brasileiro (PSD) e às direções da Câmara Municipal e do Foztrans. “Tivemos acesso à minuta do Foztrans de modo informal. O projeto de lei tem que ser discutido com todas as partes interessadas. Pedimos que nos deixem participar desse debate, abertamente e formalmente”, apontou Carro.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

23/04/2018

H2FOZ – 23 de Abril de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/evento-em-foz-celebra-o-dia-da-lingua-brasileira-de-sinais>

Evento em Foz celebra o Dia da Língua Brasileira de Sinais



DIA NACIONAL DA LIBRAS

EM COMEMORAÇÃO À LEI 10.436/02 E EM LUTA
PELA IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITOS



Valorizar a comunicação por meio dos sinais e evoluir em direitos são objetivos do encontro (Foto: Divulgação)

Nesta terça-feira, 24, o plenário da **Câmara Municipal de Foz do Iguaçu** se tornará o palco que dará voz à comunidade surda. Em comemoração ao Dia Nacional da Libras, a Câmara recebe um ciclo de palestras e debates com o objetivo de reconhecer a relevância da comunicação por meio dos sinais e evoluir as conversas sobre a implementação de direitos. O evento inicia-se às 08h30.

A data que celebra o Dia Nacional da Libras comemora também os 16 anos de aprovação da Lei Federal nº 10.436, que reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação legal. A legislação aprovada em 2002 também exigia que instituições públicas, como de saúde e ensino, deveriam garantir o atendimento adequado.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Segundo Andréa Mazacotte, líder da Comunidade Surda Iguaçuense, eles se sentiram mais valorizados com essa legislação, entretanto, alguns direitos constantes na lei ainda não foram cumpridos. “Os surdos já foram marginalizados, ditos como incapazes e até excluídos da sociedade. Mas com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, entendemos que temos a nossa própria cultura. Ainda é necessário que mais direitos sejam reconhecidos. Faltam interpretes de libras, professores capacitados, acessibilidade de comunicação e informação. Apesar disso, a comunidade está unida e vamos seguir na luta”, pontua Andréa.

Assuntos

Dentre os temas que serão abordados, a importância do ensino de libras desde o início da formação da criança surda ganha destaque. De acordo com Andréa, é ideal que esse aprendizado comece no primeiro ano de vida.

“Se as crianças aprenderem a se comunicar por meio de libras já no início da formação, elas vão ter facilidade no desenvolvimento cognitivo, emocional e social. A escola para surdos é o melhor lugar, pois a maioria dos pais não conseguem ensinar a língua de sinais e possuem dificuldades em se comunicar com os próprios filhos. Além do ensino para as crianças, essas escolas também oferecem cursos gratuitos para as famílias dos alunos”, frisa Andréa Mazacotte.

Além desse tema, também será abordado o papel do intérprete de libras e um panorama geral sobre a língua de sinais.

(Câmara Municipal de Foz do Iguaçu)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

24/04/2018

Jornal Gazeta do Iguazu – 24 de Abril de 2018 Pág.02

Da linguística à política

Hoje se celebra o aniversário de 16 anos da Lei 10.436, que oficializou a Língua Brasileira de Sinais, cuja sigla é Libras. Para comemorar, celebrar e cobrar o cumprimento da lei, a Câmara de Vereadores de Foz do Iguazu convidou a comunidade para três palestras e um debate sobre a Língua Brasileira de Sinais e a obrigação dos três níveis de governo em relação à língua e à comunidade surda.

Tudo está ligado à acessibilidade — quer dizer, ao acesso do cidadão à informação em sua língua. Aprender Libras é um projeto complexo equivalente a aprender francês, inglês ou até alemão. A formação mínima para quem quer trabalhar como tradutor de Libras é de pelo menos dois anos. Pelo que se vê, os governos não estão levando a sério a formação de pessoas dispostas a trabalhar com a Língua de Sinais.

Na área da acessibilidade, deveria haver intérpretes de Libras em postos de saúde, delegacias, escolas de educação inclusiva, atrações turísticas e outros locais. A mensagem que a comunidade surda de Foz do Iguazu gostaria de passar é que a Língua Brasileira de Sinais não é pantomima, não é só gesticulação. "É uma língua, e eu tenho orgulho de minha língua", disse a professora da APASFI Andréa Mazacotte, uma das palestrantes na Câmara a partir das 8h30. Mais informações sobre o evento se encontram nesta edição.

Mudando da área da linguística para a política, o acontecimento mais importante das Três Fronteiras foram as eleições gerais do Paraguai. Mais de 2,5 milhões de paraguaios foram às urnas no domingo. Agora todos podem relaxar com a certeza de dever cumprido. Como resultado dos votos, o Paraguai, administrativamente falando, amanheceu vermelho, a cor do Partido Colorado. A oposição azul, do Partido Liberal, elegeu três governadores. O restante é vermelho. A posse será em agosto.

Mais tarde, em outubro, será a vez dos brasileiros escolherem o presidente da República, o vice, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais. É a democracia.

Jornal Gazeta do Iguazu – 24 de Abril de 2018 Pág.03

Em boa hora

Chega em boa hora a proposta do vereador Elizeu Liberato para a desburocratização dos sistemas operacionais do nosso Executivo.

Projeto amplia o espaço de atuação para os profissionais optometristas

Proposta articulada pelo vereador Marcio Rosa pede inclusão de optometristas na rede pública de saúde

Elson Marques
Freelancer

Os optometristas têm profissão regularizada com formação acadêmica reconhecida pelo Ministério da Educação. A área de atuação é em serviço primário de atendimento, como atividade auxiliar e preventiva, jamais podendo substituir o profissional médico (oftalmologista). Um projeto articulado por Marcio Rosa (PSD) e assinado também por outros vereadores propõe a inclusão da atividade no serviço público de saúde de Foz do Iguaçu. Há resistências.

Marcio Rosa acredita que a atuação dos optometristas no sistema municipal de saúde poderá reduzir em até 50% a fila de espera para oftalmologia. Segundo ele, a última vez que a Secretaria de Saúde revelou dados sobre a demanda, eram mais de oito mil pacientes na fila de espera por uma consulta com oftalmologista. A ideia do projeto é que os optometristas atendam nas unidades de saúde, mas também realizem um trabalho preventivo nas escolas municipais a fim de



Discussões sobre o assunto ocorrem desde o ano passado, inclusive com a realização de audiência pública

identificar algum problema de visão nas crianças.

"A optometria já atende em vários municípios brasileiros e é regulamentada em países como França e Alemanha, além de ser reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), dentre outros organismos. No Brasil, o curso é reconhecido pelo MEC", defendeu Marcio Rosa. Lembrou que a OMS preconiza que a optometria é a primeira barreira contra a cegueira evitável no mundo.

O projeto que Marcio Rosa apresentou, juntamente com outros quatro colegas, depende de análise das comissões da Casa antes de entrar na pauta de votação. O texto é subscrito por Beni Rodrigues (PSB), Adria-

na Luiz (PSD), Anderson de Andrade (PSC) e João Miranda (PSD). A vereadora Adriana voltou à condição de suplente com o retorno de Inês Weizemann ao cargo.

Atuação e prevenção

O vereador explicou que o optometrista é o profissional da área da saúde, não médico, responsável pela avaliação primária da saúde visual e ocular. "Formado em instituições de ensino devidamente autorizadas, ele está capacitado para identificar, diagnosticar, corrigir alterações visuais, como miopia, astigmatismo, hipermetropia, presbiopia, estrabismo, ambliopias e daltonismo", citou.

O optometrista, conforme complementou

Marcio Rosa, também atua na reabilitação das condições de todo o sistema visual, prescrevendo, quando necessário, soluções ópticas (óculos, lentes de contato, filtros, prismas, terapias e exercícios visuais). "Ele previne, sempre que possível, a insurgência de distúrbios visuais por meio da reeducação ou aplicação de metodologias para melhorar a eficiência da visão", divulgou.

A formação permite ainda identificar uma alteração visual de ordem patológica ocular, como a catarata e glaucoma, ou sistêmica como hipertensão ou diabetes. "Nesses casos, ele encaminha prontamente o paciente ao profissional médico", argumentou Marcio Rosa.

Audiência e divergência

As discussões sobre o tema vêm desde o ano passado, ocasião em que Marcio Rosa propôs audiência pública. "Há uma resistência grande por parte dos médicos oftalmologistas, que não querem aceitar a profissão regulamentada pelo MEC e reconhecida internacionalmente. A inclusão desse profissional na rede reduziria a fila em 50% porque, mais da metade dos casos, as estatísticas mostram que são para uso de óculos de refração. O optometrista não faz qualquer procedimento invasivo, cirúrgico e nem passa medicação", reforçou Marcio Rosa.

Na oportunidade do debate em audiência pública, o representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Gabriel Zomer, fez uma exposição sobre as leis que regem a questão de atuação do optometrista. Na análise do CBO, "o optometrista está proibido de atender em consultório ou realizar qualquer exame do globo ocular. Uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego autorizou prescrição de lente ocular, mas o STJ e STF já declararam inconstitucionalidade da portaria".

De acordo com Zomer, "a população corre alguns riscos na medida em que passa a ser atendida por profissionais não capacitados, que não são oftalmologistas. Já houve algumas leis municipais aprovadas por casas legislativas que depois entramos com ação de inconstitucionalidade e tivemos ganho de causa".

O vereador Beni Rodrigues rebateu: "Na verdade, a legitimidade da profissão foi reconhecida por decisões do TJ e STF. A criação deste cargo no âmbito do serviço público municipal vai contribuir de forma relevante para a promoção das ações de saúde, especialmente no atendimento primário. Também vai ajudar a reduzir a fila de espera por oftalmologista, uma vez que o profissional médico vai se encarregar apenas dos casos de patologia e cirurgia", apontou Beni.

Ricardo Brettas, presidente do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria, considerou a posição do CBO uma deslealdade. "Optometria é a ciência que cuida da anomalia visual e, no uso do seu protocolo de atendimento, faz 21 passos. O dia que o optometrista puder atuar livre dessa deslealdade, vocês vão ver a melhoria na qualidade de vida da população", comentou.

Audiência pública debate amanhã avanços na educação básica de Foz

Evento aberto a todos os interessados acontece nesta quarta-feira, às 19h, no plenário da Câmara

Elson Marques
Freelancer

O desenvolvimento de ações e a definição de metas para o ensino público municipal de Foz do Iguaçu são os temas principais de audiência pública convocada pela Câmara Municipal por meio de um requerimento do vereador Celino Fertrin (PDT). O evento, aberto a toda a população, principalmente profissionais, especialistas e gestores da área, acontece amanhã (25), a partir das 19h, no plenário do Legislativo.

Um dos pontos é a análise dos avanços de Foz do Iguaçu no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e como manter e melhorar a evolução na qualidade de ensino. A intenção dos legisladores é ouvir ponderações, reivindicações e sugestões da comunidade escolar e da população em geral.

De acordo com a divulgação feita pelo Legislativo, a audiência tem o objetivo de debater e propor novas políticas públicas para a educação, a partir de dados do IDEB — principal medidor da qualidade do ensino básico no Brasil. Para facilitar a participação popular, a Câmara abriu a oportunidade de inscrições antecipadas para uso da tribuna. Basta acessar o [link](#) da audiência pública postado no site da Casa ([cmfbi.pr.gov.br](#)).

Comunidade convidada

Celino Fertrin, que vai presidir a audiência, reforçou o convite para a comunidade. "Somos uma cidade destaque no Brasil e no Paraná em educação básica. Portanto precisamos continuar motivando em especial os nossos professores e alunos, proporcionando condições para melhorar cada vez mais o aprendizado", afirmou o vereador.

Para Celino, uma meta



No ano passado, a Câmara homenageou os professores e diretores de escolas que foram destaque no Brasil com os maiores índices no IDEB

importante é "manter a redução das reprovações com acompanhamento, assim evitando também as evasões escolares, criando um plano de monitoramento motivacional na faixa etária mais crítica". No ano passado, a Câmara homenageou os professores e diretores de escolas que foram destaque no Brasil com os maiores índices no IDEB.

O vereador entende que é preciso ouvir a população, os alunos e em especial os

professores e diretores para manter e melhorar os índices. "É fundamental dar voz e vez àqueles que precisam ser ouvidos para a construção de uma educação de qualidade, projetando assim nossa cidade ao modelo de educação de referência", destacou Celino.

Requerimento aprovado

O encontro programado para quarta-feira à noite é resultado de um requerimento apresentado por Celino no ano passado (nº 581/2017). O objeto é a realização de audiência pública para debater e avaliar a atual situação das escolas municipais no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e perspectivas para os próximos semestres.

Na justificativa, o vereador citou que o IDEB é calculado de forma a combinar dois indicadores importantes à qualidade da educação: o aprendizado e o fluxo escolar, sendo, portanto, "um instrumento para guiar políticas públicas e acompanhar a evolução da qualidade do ensino. Igualmente serve para uma avaliação da instituição. Diante disso, torna-se necessário ampliar a discussão para se ter clareza nas políticas públicas que venham a garantir o aprendizado adequado dos nossos estudantes".

A audiência pública busca ainda aproximar a comunidade, o Executivo e o Legislativo municipal, além de ouvir as reivindicações e necessidades, buscando soluções e estabelecendo metas. "A defesa dos interesses da população perante os poderes públicos contribui para o exercício pleno da democracia participativa, retratando a transparência, a legitimidade e a confiabilidade na tomada de decisões frente aos procedimentos legislativos", finalizou Celino.

PÓS GRADUAÇÃO

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

CRIMES FEDERAIS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Tradição e Inovação

Dr. Luciano Tertuliano

Coordenador
Mestre em Direito
Doutor em Direito
Formado pela UNIFOZ

VAGAS LIMITADAS
INÍCIO: 28 de abril

www.UNIFOZ.edu.br
45 3574-2611

Vereador destaca a aprovação de lei para conscientização de jovens

Implantação de atividades coordenadas pelo poder pública busca prevenção às doenças e drogadição

Elson Marques
Freelancer

Uma lei de autoria do vereador Jeferson Brayner (PRB), aprovada na semana passada na Câmara Municipal, promove a orientação e conscientização política e social dos jovens. O texto implanta a realização de atividades coordenadas pelo poder público, em parceria com escolas, entidades e igrejas, voltadas aos cuidados com a saúde e prevenção de males que afetam a juventude, como a drogadição. Para entrar em vigor, a lei ainda depende de sanção do prefeito Chico Brasileiro (PSD).

Brayner disse à reportagem do Gazeta Diário que o projeto nasceu do desejo de cuidar das pessoas. "Dentre as iniciativas que ocorrem nessa área, a lei institui no nosso município a Semana da Juventude, sendo sempre na semana de 12 de agosto, que compreende o Dia Nacional da Juventude. Esta ação tem por objetivo auxiliar os jovens para que estejam cada vez mais engajados nas questões sociais, políticas, culturais, educacional e pessoal."

De acordo com Jeferson Brayner, são várias ações que poderão ser tomadas, como palestras, seminários, debates sobre diversos temas como saúde, drogas, relacionamento familiar, esportes, saúde afetiva, sexualidade, entre outros. "Queremos cada vez mais criar políticas públicas para a área da juventude. Os jovens são inte-



Jeferson Brayner: "É fundamental essa participação do poder público no auxílio para o desenvolvimento da nossa juventude"

grantes fundamentais da nossa sociedade. É na juventude que os sonhos, aventuras, criatividade e coragem, por exemplo, se tomam mais fortes. Portanto um jovem nos ensina muito com o seu exemplo", comentou.

O vereador afirmou que passou por vários lugares e trabalhou com muitos jovens. "Também presenciei muitos jovens tomando um caminho que nem sempre é o correto. Vi jovens indecisos precisando de uma orientação para a vida, tanto pessoal, familiar e profissional. Por isso acredito ser fundamental essa participação do poder público no auxílio para o desenvolvimento da nossa juventude, seja ela na conscientização, orientação ou prevenção, pois o

jovem é fundamental para o futuro da sociedade", observou.

Investir no ser humano

Para Jeferson Brayner, "não tem investimento maior que investir no ser humano". O vereador frisou que o projeto nasce com o objetivo de abordar os principais problemas que jovens enfrentam. "Muitas vezes eles acabam se perdendo nesse caminho devido às drogas, doenças sexualmente transmissíveis, prostituição e *bullying*", completou.

Ações preventivas

A lei institui a Semana da Juventude no Calendário de Eventos Oficiais do Município. Entre as atividades, poderão ser

ministradas palestras socioeducativas, bem como seminários e debates abrangendo temas como problemas de saúde causados pelo uso de drogas, álcool e cigarro; doenças sexualmente transmissíveis; prostituição infantil; relacionamento familiar; debates sobre a prática saudável de esportes; e outros temas afetos à juventude, como pedofilia e *cyberbullying*.

O projeto prevê ainda a realização, em parceria com a iniciativa privada e entidades, de palestras, gincanas, festivais, apresentações teatrais, *shows*, atividades esportivas e de lazer, competições nas diversas modalidades e apresentações de esportes radicais, todos dirigidos à juventude.

Lei que reconhece a Libras como língua nacional é celebrada hoje na Câmara

Três palestras tentam conscientizar sobre a língua, educação, intérpretes e Lei 10.436

Jackson Lima
Reportagem

O plenário da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu recebe a comunidade ouvinte e surda para um ciclo de palestras e debates sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). O evento celebra o Dia Nacional da Libras e comemora também os 16 anos de aprovação da Lei Federal nº 10.436, que reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação legal no país. A norma de 2002 também determina que instituições públicas da área da saúde e ensino devam garantir o atendimento adequado.

Segundo Andréa Mazacotte, líder da Comunidade Surda Iguaçuense, a lei valorizou o surdo, que teve sua língua e cultura reconhecidas. "A Libras é a segunda língua oficial do Brasil", destaca Andréa, mas lembra que a lei não é cumprida cabalmente e muitos direitos ainda são negados. "Faltam intérpretes de Libras, professores capacitados, acessibilidade de comunicação e informação. Apesar disso, a comunidade está unida, e vamos seguir na luta", afirma a professora, que cursa mestrado na área da educação na Unioeste Foz.

Ela sofre na pele a falta de intérprete entre Libras e português. De acordo



Andréa Mazacotte:
"Libras é parte de uma cultura visual"

com a professora, a sala de aula no curso de mestrado não tem intérprete. "Tivemos intérprete no ano passado, mas fomos avisados que o serviço estava sendo descontinuado", disse. A razão é que o Governo do Estado suspendeu a contratação do profissional via Processo Seletivo Simplificado (PSS), e a sede da Unioeste em Cascavel começou a cancelar os contratos. O caso foi levado ao Ministério Público, que deu prazo até setembro para a normalização da situação sob pena da imposição de multas.

No evento de hoje, Andréa Mazacotte falará sob o tema "O que é a Libras?". "O aprendizado de Libras

pela Criança Surda" será a palestra do professor Gilmar de Cesaro. Por fim, o professor Douglas Fernando abordará o tema "Quem é o intérprete de Libras?".

"A maioria da sociedade não sabe o que é a Libras. Cada país hoje tem sua língua de sinais", destaca. Uma das metas do evento e do trabalho de conscientização é fazer da Libras uma cultura visual. "Cada língua tem uma cultura", conclui enfatizando que não se deve chamar a Libras de "língua de sinais", mas sim "língua de sinais".

Por fim, ela ressalta a importância de que os pais saibam o que fazer quando nasce um filho surdo. A primeira coisa a assegurar que ele aprenda a língua de sinais entre 0 e 6 anos, independentemente do tratamento que o médico possa recomendar. "O problema é que muitos pais não aceitam e terminam deixando o filho fora da escola nesse período", disse a professora, em visita ao jornal Gazeta, por meio da intérprete Zilma Rocha. Para Andréa, o mundo é dividido entre surdos e ouvintes. "É preciso que a sociedade saia da caixinha de ouvintes", afirmou, lembrando o psicólogo russo Lev Vygotsky. O profissional destacou que, quando uma pessoa perde um sentido, outro entra em ação e o substitui.

OTICASCAROL.COM.BR

QUANTOS ANOS

you have?

É SÓ FALAR QUE O MELHOR PREÇO VEM!

NA CAROL, SEUS ANOS DE VIDA TE AJUDAM NA COMPRA DE SEUS ÓCULOS COMPLETO*

TATÁ WERNECK
PARA ÓTICAS CAROL

FOZ DO IGUAÇU
Av. Brasil, 742
Shopping Cultural Palladium
Cataratas IL Shopping

ÓTICAS CAROL
ENXERGAR BEM MUDA TUDO

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

HLUCAS - 24 de Abril de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/04/24/agora-nao-falta-mais-nada-vereadores-de-foz-querem-receber-13o-salario/>

Agora não falta mais nada: Vereadores de Foz querem receber 13º salário

[Deixe um comentário](#)



Vereador Beni Rodrigues (PSB) capitaneando o seu quarto mandato sucessivo, constituiu dois advogados do Rio Grande do Sul para ajuizarem “Ação de Cobrança” contra o Município de Foz do Iguaçu, para que lhe seja garantido o recebimento do 13º salário referente a uma de suas legislaturas de 2013/2016. Outros vereadores estão indo na mesma vertente... É mole?

PS: O STF prestando um desserviço a nação liberou esse famigerado 13º salário para prefeitos e vereadores.

No link abaixo a inicial

[0.0.Inicial.Cobranca13](#)

PITACO: O Brasil é um dos raros países do mundo em que vereador recebe salário. Como se não bastasse ainda temos a tal “lambança” dos quatro assessores para cada edil que custam os olhos da cara. Isso tem que acabar!

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

GDIA - 24 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/camara-vota-hoje-emendas-ao-projeto-da-nova-lei-de-parcelamento-do-solo/23295>

Câmara vota hoje emendas ao projeto da nova lei de parcelamento do solo



Tramita na Câmara um projeto de lei do Poder Executivo com as novas regras do parcelamento do solo. O texto regulamenta a implantação o uso para fins urbanos, estabelecendo normas para o desmembramento, arruamento, loteamento, condomínios de lotes horizontais fechados, subdivisão, denominação e unificação de terrenos no Município. Após análise da Comissão Mista foram apresentadas 17 emendas a serem lidas e votadas em sessão extraordinária marcada para hoje (25) a partir das 9h. *(Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)*

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Rádio Cultura – 24 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/24/em-evento-alusivo-ao-dia-nacional-da-libras-comunidade-aborda-dificuldades-de-comunicacao-e-acessibilidade/>

Em evento alusivo ao Dia Nacional da Libras, comunidade aborda dificuldades de comunicação e acessibilidade

Após 16 anos de existência da Legislação sobre Libras, vários locais ainda não possuem intérprete



por Josué Calebe — 24 de Abril de 2018 em Foz do Iguaçu

👍 0 🗨️ 0 💬 0



Implementação de direitos e acessibilidade à comunicação. Esses foram alguns pontos debatidos na manhã desta terça-feira (24) no plenário da **Câmara Municipal**. Em comemoração ao Dia Nacional da Libras, a casa de leis recebeu um ciclo de palestras sobre o tema. O evento contou com a participação de escolas, professores e comunidade interessada.

O evento, apoiado pela Câmara por meio da Vereadora Rosane Bonho (PP), contou com a participação de Apasfi, IFPR, Unioeste, Unila e estudantes da Guarda Mirim. Em comemoração ao Dia Nacional de Libras também se lembra os 16 anos de aprovação da Lei Federal nº 10.436, que reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação legal. Palestraram no evento: Andrea Mazacotte (Professora Especial); Gilliar de Cesaro (Professor Especial) e Douglas Fernando (Professor Especial e Intérprete de Libras). Além da Vereadora

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Rosane Bonho, do Legislativo também participaram: Marcio Rosa (PSD), Nanci R. Andreola (PDT) e Inês Weizemann.

Andrea Mazacotte abordou O que é a Libras, as lutas históricas por direitos e também as dificuldades de Comunicação enfrentada pelos surdos; Giliar de Cesaro falou do Aprendizado da Libras pela criança surda, da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho; Douglas Fernando lembrou dos 16 anos da legislação e disse “Esse é um momento de luta, lei existe há 16 anos e ainda não temos intérprete no Fórum, postos de saúde, repartições públicas, instituições de segurança pública, locais de atendimento à população”.

Segundo o último levantamento do IBGE são 9,7 milhões de surdos no Brasil. “Em foz, ainda falta inclusão e acessibilidade, precisam contratar mais intérpretes, o ideal seria uma central de intérpretes”, destacou Douglas Fernando.

A promotora do evento, em conjunto com a comunidade surda de Foz do Iguaçu, Vereadora Rosane Bonho, enfatizou a importância do apoio do Poder Público no sentido de garantir que essas pessoas possam ter acesso à sociedade de maneira inclusiva e, consigam de, fato, se comunicar e serem ouvidos.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Rádio Cultura – 24 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/24/camara-recebe-evento-em-comemoracao-ao-dia-nacional-da-libras-nesta-terca/>

Câmara recebe evento em comemoração ao Dia Nacional da Libras nesta terça

Encontro será a partir das 8h30

por **Josué Calebe** — 24 de Abril de 2018 em Foz do Iguaçu

👍 0 🗨️ 0 💬 0



DIA NACIONAL DA LIBRAS

EM COMEMORAÇÃO À LEI 10.436/02 E EM LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITOS



Prof. Esp. Andrea B. Mazacotte
O QUE É A LIBRAS?

Prof. Esp. Gilmar de Cesaro
O APRENDIZADO DA LIBRAS
PELA CRIANÇA SURDA

Prof. Esp. Douglas Fernando
QUEM É O INTÉRPRETE DE
LIBRAS?

Nesta terça-feira, 24 de abril, o Plenário Municipal de Foz do Iguaçu se torna o palco que dará voz à comunidade surda. Em comemoração ao Dia Nacional da Libras, a **Câmara** recebe um ciclo de palestras e debates com o objetivo de reconhecer a relevância da comunicação por meio dos sinais e evoluir as conversas sobre a implementação de direitos. O evento inicia-se às 08h30.

Reconhecimento da Libras

A data que celebra o Dia Nacional da Libras comemora também os 16 anos de aprovação da Lei Federal nº 10.436, que reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais como meio de

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

comunicação legal. A legislação aprovada em 2002 também exigia que instituições públicas, como de saúde e ensino, deveriam garantir o atendimento adequado.

Segundo Andréa Mazacotte, líder da Comunidade Surda Iguaçuense, eles se sentiram mais valorizados com essa legislação, entretanto, alguns direitos constantes na lei ainda não foram cumpridos. “Os surdos já foram marginalizados, ditos como incapazes e até excluídos da sociedade. Mas com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, entendemos que temos a nossa própria cultura. Ainda é necessário que mais direitos sejam reconhecidos. Faltam interpretes de libras, professores capacitados, acessibilidade de comunicação e informação. Apesar disso, a comunidade está unida e vamos seguir na luta.” Pontua Andréa.

Assuntos

Dentre os temas que serão abordados, a importância do ensino de libras desde o início da formação da criança surda ganha destaque. De acordo com Andréa, é ideal que esse aprendizado comece no primeiro ano de vida. “Se as crianças aprenderem a se comunicar por meio de libras já no início da formação, elas vão ter facilidade no desenvolvimento cognitivo, emocional e social. A escola para surdos é o melhor lugar, pois a maioria dos pais não conseguem ensinar a língua de sinais e possuem dificuldades em se comunicar com os próprios filhos. Além do ensino para as crianças, essas escolas também oferecem cursos gratuitos para as famílias dos alunos.”

Além desse tema, também será abordado o papel do intérprete de libras e um panorama geral sobre a língua de sinais.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

25/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 25 de Abril de 2018 Capa



Foz do Iguaçu, quarta-feira, 25 de abril de 2018 — Ano 2 — Edição 563 — R\$ 2,00

Loteamentos e condomínios

Vereadores votam hoje emendas ao projeto da lei de parcelamento do solo



Comissão Mista apresentou 17 alterações ao texto original enviado pelo Executivo **Página 5**

Regulamentação

Nova lei facilitará regularização de lotes para 10 mil famílias



Lei fundiária urbana, sancionada nesta semana pelo prefeito, estabelece regras para reconhecimento do direito de posses **Página 9**

Tráfego

Rapaz de 19 anos é preso com 2 quilos de cocaína no Aeroporto de Foz



Suspeito confessou que receberia R\$ 3 mil para levar a droga até a capital de Alagoas **Página 29**

Ministros do STF participam de evento da Concart em Foz

Marco Aurélio Mello e Luiz Fux estarão na cidade entre quinta (26) e sábado (28) para participação na Conferência Nacional dos Cartórios **Página 8**



Foto: Roger Mendes

Moradores de rua

População em situação de rua será tema de Seminário Trinacional nos dias 3 e 4 de maio no campus da Unioeste em Foz. O evento reunirá profissionais e usuários da Rede Socioassistencial, movimentos sociais, estudantes, professores universitários e autoridades do Brasil, Paraguai e Argentina. **Página 12**

Oftalmologia

Prefeitura celebra novo contrato de quatro meses com a Cristalink

Serviços prestados pela empresa foram interrompidos em outubro passado, após modalidade de contratação firmada à época ter sido considerada ilegal pelo Comus **Página 3**

Regulamentação de patrocínio a eventos é vetada pelo prefeito

Procuradoria-Geral do Município justifica que alterações no texto promovidas pela Câmara são inconstitucionais

Elson Marques
Freelancer

Por inconstitucionalidade, a lei de regulamentação de patrocínios oficiais a eventos foi vetada pelo Executivo. O prefeito Chico Brasileiro (PSD) tomou a decisão acatando análise jurídica da Procuradoria do Município. A justificativa é que as alterações promovidas pela Câmara tornaram o projeto inconstitucional. O veto deverá ser submetido à votação do plenário nas sessões de maio.

O texto original foi enviado pelo próprio Executivo, mas sofreu alterações nas comissões reunidas da Câmara, que resolveram apresentar um substitutivo. O secretário da mesa diretora e presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vereador Elizeu Liberato (PR), disse que a decisão de apresentar um substitutivo ocorreu após avaliação dos vereadores e da equipe técnica da Casa.

Segundo ele, houve uma reunião dos membros da comissão com o vice-prefeito Nilton Bobato (PCdoB) para tratar das alterações sugeridas pelos vereadores. "O texto original previa patrocínio apenas para os eventos da área de esportes. Foi sugerido pelo vereador tenente-coronel Jahnke (presidente da Comissão Mista) a inclusão dos eventos de turismo, e ainda houve o entendimento



Poder Executivo comunicou que rerepresentará à Câmara o projeto com as adequações necessárias

de expandir também para os de cultura e meio ambiente", explicou Elizeu.

O limite para patrocínio da prefeitura aos eventos foi fixado em 25%. O novo texto, agora vetado, relaciona como de interesse público para fins de patrocínio da prefeitura os festivais, congressos, feiras, seminários, programas, campeonatos e eventos, todos de cunho cultural, esportivo, turístico ou ambiental, que gerem desenvolvimento econômico.

Apoio/patrocínio

Elizeu Liberato explicou ainda que para os eventos religiosos o texto permite apenas apoio do município, "seja com cessão do espaço, suporte da Guarda Municipal, Foztrans e outros serviços possíveis, tudo quando reconhecida o evento for de interesse público com caráter social ou que gere movimento econômico para a cidade".

Justificativas do veto

Ao vetar o projeto, o prefeito esclareceu em ofício ao Legislativo que, "quando da tramitação na Casa de Leis, a matéria sofreu modificações relevantes que concluíram inevitavelmente pelo veto total, eis que se encontra eivado de inconstitucionalidade". afirmou que as regras pertinentes às atribuições privativas devem ser veiculadas por iniciativa do Poder Executivo, conforme previsto na Constituição Federal. A análise jurídica da prefeitura concluiu que os vereadores, por meio das emendas ao projeto, designaram atribuições aos órgãos da administração municipal, o que pela Constituição é uma prerrogativa exclusiva do chefe do Poder Executivo. Justificou ainda que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou sobre esse tema.

"Logo, a iniciativa para impor atribuição aos órgãos da Administração Municipal é do próprio Chefe do Poder Executivo, não cabendo ao Poder Legislativo a criação de atribuições, bem como de despesas, quanto à realização de determinados serviços executados", consta na mensagem do prefeito. E reforçou: "Não é permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo".

No entendimento jurídico, "usurpando funções do Executivo ou suprimindo atribuições do prefeito, a Câmara praticará ilegalidade reprimível por via judicial". No mesmo comunicado sobre o veto, o prefeito Chico Brasileiro informou que rerepresentará o texto "com as adequações necessárias e dentro das limitações técnicas, tornando-o exequível e de relevante interesse público".

LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS

Câmara vota hoje emendas ao projeto da nova lei de parcelamento do solo

Comissão Mista apresentou 17 alterações ao texto original enviado pelo Executivo

Elson Marques
Freelancer

Tramita na Câmara um projeto de lei do Poder Executivo com as novas regras do parcelamento do solo. O texto regulamenta a implantação e o uso para fins urbanos, estabelecendo normas para o desmembramento, arruamento, loteamento, condomínios de lotes horizontais fechados, subdivisão, denominação e unificação de terrenos no município. Após análise da Comissão Mista foram apresentadas 17 emendas a serem lidas e votadas em sessão extraordinária marcada para hoje (25) a partir das 9h.

O secretário da mesa diretora, Elizeu Liberato (PR), disse que na sessão desta quarta, tão logo as emendas sejam lidas no expediente, possivelmente será solicitada a dispensa de interstício para votação na mesma sessão. "Na quinta-feira, se não houver pedido de vistas, pode ocorrer a votação da nova redação em primeira e segunda discussão", informou.



O tenente-coronel Jahnke preside a Comissão Mista, que apresentou 17 emendas ao projeto

As emendas foram levantadas em reunião com os técnicos da Secretaria de Planejamento. O presidente da Comissão Mista, vereador tenente-coronel Marcos Antonio Jahnke, confirmou que as emendas serão apresentadas hoje e provavelmente irão para a votação de imediato. "Sendo votadas, o projeto como um todo também terá a votação adiantada para esta semana. Isso significa a agilidade para aplicação no município após a sanção do prefeito", comentou.

Largura das ruas
De acordo com Jahnke, as alterações mais relevantes tratam da largura das ruas nos loteamentos, que terá 16 metros, e nas Zonas de Interesse Social, de 15 metros. "Isso para novos loteamentos. Como estamos preparando o futuro da cidade, é de fundamental importância. Outro fato relevante é que os pavimentos para os novos loteamentos serão de asfalto e com uma estrutura mínima exigida de qualidade para que não sejam necessários reparos em

curto espaço de tempo", afirmou o presidente da Comissão Mista.

Uma das emendas prevê que não será permitido o parcelamento do solo para fins de urbanização nas partes de terrenos com declividade igual ou superior a 30%, salvo se analisado e aprovado na Comissão Técnica de Zoneamento e Uso do Solo (CTU).

Todos os loteamentos devem ter ruas e avenidas asfaltadas e dentro dos parâmetros definidos na lei, evitando assim o chamado "asfalto casca de ovo".

Áreas técnicas e bosques naturais

Em outra emenda consta que o proprietário da área a ser loteada cederá ao município, sem ônus, percentual não inferior a 5% da área a ser parcelada, destinada à manutenção de bosques naturais. Quando não existir bosque natural, o empreendedor deverá deixar área no percentual correspondente a ser reflorestada. Não poderão ser incluídas no percentual as áreas já definidas como Áreas de Preservação Permanente (APP). Havendo viabilidade de implantação, o município, de acordo com as Diretrizes do Plano Diretor e demais legislações superiores, indicará na planta apresentada escolha da localização aproximada das Reservas Técnicas, destinadas aos equipamentos urbanos, das áreas livres de uso público, bosque natural e, quando houver, das faixas de servidão administrativas existentes ou domínio público.

Infraestrutura estendida

Uma emenda modificativa estabelece que na macrozona de urbanização prioritária o proprietário deverá prover todas as ruas do loteamento ou condomínio de rede de abastecimento de água; rede de energia elétrica e iluminação pública; meio-fio e pavimentação asfáltica; rede de drenagem e escoamento de águas pluviais; arborização; rede de esgoto sanitário, mesmo onde não houver rede coletora implantada; placas de identificação com a denominação das vias, colocadas em todos os cruzamentos; calçada padrão; e cicloviárias ou ciclofaixas, conforme norma que as definam. Ainda conforme as emendas, as vias de circulação dos Loteamentos de Interesse Social terão largura mínima de 15 metros.

Foz do Iguaçu, quarta-feira, 25 de abril de 2018

GAZETADIÁRIO

LEI FEDERAL Nº 10.436

Evento alusivo ao Dia Nacional da Libras debate as dificuldades de comunicação e acessibilidade

Após 16 anos de existência da legislação sobre Libras, vários locais ainda não possuem intérprete

Comunicação/CMFI
Reportagem

Implementação de direitos e acessibilidade à comunicação. Esses foram alguns pontos debatidos, na manhã dessa terça-feira (24), no plenário da Câmara Municipal. Em comemoração ao Dia Nacional da Libras, a Casa de Leis recebeu um ciclo de palestras sobre o tema. O evento contou com a participação de escolas, professores e comunidade interessada.

O encontro, apoiado pela Câmara por meio da vereadora Rosane Bonho (PP), teve a participação de APASFI, IFPR, Unioeste, Unila e estudantes da Guarda Mirim. Em celebração ao Dia Nacional de Libras também se comemoraram os 16 anos de aprovação da Lei Federal nº 10.436, que reconheceu oficialmente a Língua Bra-



Andrea Mazacotte abordou o que é a Libras, as lutas históricas por direitos e também as dificuldades de comunicação enfrentadas pelos surdos

sileira de Sinais como meio de comunicação legal.

Palestraram no evento: Andrea Mazacotte (professora especial); Gilliar de Cesaro (professor especial) e Douglas Fernando (professor especial e intérprete de Libras). Além da vereadora Rosane Bonho, do Legislativo também participaram:

Marcio Rosa (PSD), Nanci R. Andreola (PDT) e Inês Weizemann.

Andrea Mazacotte abordou o que é a Libras, as lutas históricas por direitos e também as dificuldades de comunicação enfrentadas pelos surdos; Gilliar de Cesaro falou do aprendizado da Libras pela criança surda e da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho; e Douglas Fernando lembrou os 16 anos da legislação e disse: "Esse é um momento de luta. Lei existe há 16 anos, e ainda não temos intérprete no Fórum, postos de saúde, repartições públicas, instituições de segurança pública, locais de atendimento à população".

Segundo o último levantamento do IBGE, são 9,7 milhões de surdos no Brasil. "Em Foz ainda falta inclusão e acessibilidade. Precisam contratar mais intérpretes; o ideal seria uma central de intérpretes", destacou Douglas Fernando.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Facebook – Rádio RCI Iguassu – 25 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/semprerci/videos/200244930593273/>



Rádio RCI Iguassu fez uma transmissão ao vivo.

...

2 h · 🌐

Audiência na noite desta quarta, na Câmara Municipal, terá como foco as políticas de educação. Notícias de Foz do Iguaçu e região de fronteira no "Manhã RCI", até as 10h. Acompanhe ao vivo



78 visualizações

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



👍 7

Mais relevantes ▾

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

GDIA – 25 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/regulamentacao-de-patrocínio-a-eventos-e-vetada-pelo-prefeito/23271>

Regulamentação de patrocínio a eventos é vetada pelo prefeito



Por inconstitucionalidade, a lei de regulamentação de patrocínios oficiais a eventos foi vetada pelo Executivo. O prefeito Chico Brasileiro (PSD) tomou a decisão acatando análise jurídica da Procuradoria do Município. A justificativa é de que as alterações promovidas pela Câmara tornaram o projeto inconstitucional. O veto deverá ser submetido à votação do plenário nas sessões de maio. O texto original foi enviado pelo próprio Executivo, mas sofreu alterações nas comissões reunidas da Câmara, que resolveram apresentar um substitutivo. O secretário da mesa diretora e presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vereador Elizeu Liberato (PR), disse que a decisão de apresentar um substitutivo ocorreu após avaliação dos vereadores e da equipe técnica da casa. *(Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)*

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Facebook – Jornal Novo Tempo – 25 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/novotempofoz/photos/a.806449316120480.1073741826.806449276120484/1595929360505801/?type=3&theater>



Jornal Novo Tempo

21 h · 🌐

Você sabia disso? Qual a sua opinião?

Vereador Beni Rodrigues (PSB) no alto de seu quarto mandato sucessivo, constituiu dois advogados do Rio Grande do Sul para ajuizarem "Ação de Cobrança" contra o Município de Foz do Iguaçu, para que lhe seja garantido o recebimento do 13º salário referente a uma de suas legislaturas de 2013/2016.

Parece que outros vereadores estão indo na mesma onda. É isso mesmo?

Confira a ação abaixo

<http://www.hlucas.com.br/.../20.../04/0.0.Inicial.Cobranca13.pdf>



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Rádio Cultura – 25 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/25/vereador-beni-entra-com-acao-exigindo-13-salario-da-legislatura-2013-2016/>

Vereador Beni entra com ação exigindo 13º salário da legislatura 2013/2016

Valores giram próximos a 50 mil reais



por Josué Calebe — 25 de Abril de 2018 em Política

👍 0 🗨️ 0 💬 0



O vereador Beni Rodrigues, PSB, entrou com uma ação no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu pedindo o pagamento do 13º salário referente à legislatura 2013/2016. O valor cobrado pelo vereador é de 49.020, 96 (Quarenta e nove mil, vinte reais com noventa e seis centavos).

Segundo o advogado Jairo Seger, que assinou a ação, o direito ao 13º salário está estabelecido na Constituição Federal a todos os trabalhadores, e, com base na decisão do Supremo Tribunal Federal, em fevereiro do ano passado, esse direito foi estendido para prefeitos, vices e vereadores.

Antes da decisão do STF, o Tribunal de Contas vedava o pagamento a agentes políticos municipais. Na época, um levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Paraná, apontava que a decisão acarretaria um gasto extra de R\$ 41,3 milhões por ano aos cofres dos municípios paranaenses.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

26/04/2018

Jornal Gazeta do Iguazu – 26 de Abril de 2018 Capa

GAZETADIÁRIO

Foz do Iguazu, quinta-feira, 26 de abril de 2018 — Ano 2 — Edição 564 — R\$ 2,00

Unila é condenada a pagar R\$ 32 milhões a empreiteiras

Juiz federal Rony Ferreira determinou ainda que a universidade pague cerca de R\$ 2,7 milhões em honorários advocatícios; cabe recurso da decisão Página 3

Obras paradas

A paralisação das obras na Unila ocorreu após o consórcio responsável pelo serviço anunciar, em junho de 2014, que suspenderia as atividades. A estimativa é a de que 41% da primeira etapa do projeto tenha sido executada até o momento. O total do contrato de construção da fase inicial era de R\$ 264 milhões; ao menos R\$ 108 milhões foram gastos.



Parcelamento do solo

Câmara aprova 17 emendas à nova lei de parcelamento do solo

A regulamentação será aplicada na implantação de novos loteamentos e condomínios fechados em Foz do Iguazu Página 4

Acordo binacional

Tratado de Itaipu completa 45 anos nesta quinta-feira



Após quase meio século, o documento criado por brasileiros e paraguaios ainda é considerado uma referência em acordos binacionais Página 7

Balanco

PRF registra queda de 43% nas mortes em rodovias federais no PR



Total de vítimas mortas em relação ao mesmo período do ano passado caiu de 159 para 91 Página 10

Paraguai

Brasileiros acusados de ligação com o PCC são expulsos



Investigações da polícia paraguaia apontam que integrantes do PCC planejaram a execução do presidente Horacio Cartes Página 12

Emendas alteram regras para a lei de loteamentos e condomínios fechados

Câmara aprovou 17 emendas ao projeto enviado pelo Executivo



Poder público endurece leis para loteamentos e condomínios

Elson Marques
Frelancer

Em sessão extraordinária, os vereadores aprovaram ontem (25) 17 emendas ao projeto da nova lei de parcelamento do solo a ser aplicada na implantação de novos loteamentos e condomínios fechados em Foz do Iguaçu. A exigência da rede de esgoto e a largura das ruas são algumas das novas regras. As alterações exigem mais responsabilidades dos loteadores depois dos transtornos causados aos moradores e poder público em loteamentos irregulares.

As emendas ao texto enviado pelo Executivo foram apresentadas pela Comissão Mista, responsável pela análise técnica e jurídica da proposta. Para elaboração das alterações, a comissão realizou audiência pública e reuniões, inclusive com os técnicos da Secretaria de Planejamento.

Largura das ruas

O relator do projeto na Comissão Mista, vereador Celino Fertrin (PDT), disse que as emendas trataram, por exemplo, de arruamentos para novos loteamentos que passam de 18 metros para 16 metros, respeitando três metros de cada lado de calçada. Quando se tratar de loteamentos de interesse social, uma das emendas fixou em 15 metros a largura das ruas, enquanto o projeto original determinava que seria de 12 metros.

"Também estamos mantendo os leitos carroçáveis em dez metros e inserimos a obrigatoriedade de sistema de esgoto mesmo em local que não tenha rede coletora implantada pela Sanepar. Da mesma forma, é exigida qualidade no asfalto em todas as vias, conforme discriminação técnica. Somente será aceito asfalto e não mais calçamen-to ou outro tipo de aplicação nas vias dos novos loteamentos", detalhou Celino Fertrin.

Reserva verde

Outra alteração imposta por emenda é a reserva mínima de 5% de bosque em cada loteamento. "De um modo geral buscamos dar um direcionamento amplo e de qualidade para o melhor aproveitamento do solo de nossa cidade em respeito à natureza e aos cidadãos. Independentemente da região onde mora, seja de interesse social ou nas demais, a lei assegura direitos a todos de forma igualitária", completou Celino.

O presidente da Comissão Mista, vereador tenente-coronel Jahnke (Podemos), foi enfático ao defender a questão da largura das ruas, principalmente pelo tamanho de um caminhão do Corpo de Bombeiros. "Ele precisa ter condições de passagem para atender as pessoas. Eu bati muito nesta tecla porque, se não houvesse espaço para passagem em um caso de incêndio, por exemplo, poderia gerar uma tragédia a falta de acesso dos bombeiros ao local", afirmou.

De acordo com Jahnke, a qualidade do asfalto é também de vital importância para a melhoria das condições de vida das pessoas que vão morar nesses locais. "A exigência, a partir de agora, é todo loteamento ter asfalto — e asfalto de qualidade", reforçou.

A presidência da Câmara agendou para hoje (26) uma nova sessão extraordinária em que a nova redação do projeto será colocada em votação no plenário. (Com informações AI/CMPI)

Honorários vão para conta da Associação dos Procuradores

Projeto a ser votado na Câmara prevê extinção do fundo e depósito passa a ser direto na conta da associação



Câmara analisa dois projetos sobre pagamento de honorários de sucumbência aos procuradores municipais

Elson Marques
Freelancer

Um projeto do prefeito Chico Brasileiro (PSD), em tramitação nas comissões reunidas da Câmara, prevê o depósito dos valores de honorários de sucumbência diretamente na conta da Associação dos Procuradores Municipais. Com isso, fica extinto o Fundo Especial dos Procuradores. Em outro projeto, previsto para ser votado hoje (26), em sessão extraordinária, consta a abertura de crédito adicional especial no orçamento do município de R\$ 774,5 mil, valor destinado ao pagamento aos procuradores do saldo acumulado dos honorários de sucumbência.

"A caracterização da verba é de natureza privada, devendo, desta forma, ser creditada diretamente na conta bancária da Associação Iguaçuense dos Procuradores Municipais, a ser indicada nos processos judiciais pelos procuradores", consta na justificativa do prefeito, que pediu votação

do projeto em regime de urgência.

O pagamento de honorários de sucumbência é previsto no novo Código Civil e regulamentado em âmbito municipal pela Lei Complementar nº 256, de 18 de abril de 2016, que instituiu o Fundo Especial dos Procuradores Municipais. Consta na norma que o fundo "tem por finalidade receber os recursos financeiros destinados ao rateio dos honorários advocatícios, oriundos de sucumbência, arbitramento ou acordo, do Procurador-Geral e Procuradores de carreira do Município afetos à Administração Direta, os quais pertencem aos Procuradores, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, e que estejam lotados e ocupando o cargo de Procurador do Município".

Honorário não é verba pública

Apesar de os advogados da prefeitura receberem salários como servidores públicos, o entendimento legal é o de que eles têm direito

a todo o recurso oriundo de honorários de sucumbência nas causas envolvendo o município. O honorário de sucumbência é pago por quem perde a causa em demandas contra a prefeitura.

Sendo assim, a Associação dos Procuradores do Município sustenta que não se trata

de recursos públicos ou tributo, nem mesmo devendo fazer parte do orçamento municipal. Até então, os valores vinham sendo depositados em conta do fundo, porém há um valor acumulado que o município deixou de repassar após a vigência do novo Código Civil, gerando o saldo remanescente.

Projeto sobre passarelas aéreas é retirado da pauta

Ontem (25) foi retirado da pauta o projeto do Executivo que autoriza a implantação de passarelas aéreas no perímetro urbano de Foz do Iguaçu. O vereador João Miranda (PSD) solicitou vistas alegando dúvidas que surgiram de última hora e talvez a necessidade de alteração em alguns dispositivos. "Vamos conversar com o presidente e o relator do projeto nas comissões para propor algumas adequações, e devemos devolver para a pauta de votação o mais breve possível", declarou Miranda.

O texto propõe a regulamentação de travessias aéreas de vias públicas, permitindo no perímetro urbano de Foz do Iguaçu a instalação de passarelas entre um empreendimento e outro. Uma delas está prevista na Avenida Costa e Silva ligando um shopping a um hotel.

O projeto prevê cobrança pela utilização de espaço de propriedade do município e também abre a possibilidade de parceria entre a iniciativa privada e o poder público quando a passarela for aberta para pedestres das vias públicas.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

GDIA – 26 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/honorarios-de-sucumbencia-vaio-para-conta-da-associacao-dos-procuradores/23373>

Honorários de sucumbência vão para conta da Associação dos Procuradores



Um projeto do prefeito Chico Brasileiro (PSD), em tramitação nas comissões reunidas da Câmara, prevê o depósito dos valores de honorários de sucumbência direto na conta da Associação dos Procuradores Municipais. Com isso, fica extinto o Fundo Especial dos Procuradores. Em outro projeto, previsto para ser votado hoje (26), em sessão extraordinária, consta a abertura de crédito adicional especial no orçamento do município de R\$ 774,5 mil, valor destinado ao pagamento aos procuradores do saldo acumulado dos honorários de sucumbência. *(Elson Marques Freelancer/ Foto: Divulgação)*



CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Rádio Cultura – 26 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/26/e-um-direito-meu-disse-beni-sobre-pedido-retroativo-de-13-salario/>

“É um direito meu”, disse Beni sobre pedido retroativo de 13º salário



por **Dante Quadra** — 26 de Abril de 2018 em Política

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado 63 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G



O vereador Beni Rodrigues (PSB) entrou na Justiça para ter direito a receber 13º salário retroativos a um dos seus mandatos. Caso tenha o direito reconhecido, Beni poderá receber quase R\$ 50 mil, referente a quatro anos. O pagamento deverá ser feito pela **Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu**

O vereador contratou um escritório de advocacia da cidade gaúcha de Cerro Largo para a defesa. Em entrevista à Rádio Cultura nesta quinta-feira (26), Beni disse que tem esse direito e que não é o único a entrar com o pedido. O pedido diz respeito aos anos de 2013 a 2016.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

“É um direito meu, não é só o vereador Beni que está entrando com esse pedido, é no Brasil inteiro, inclusive todos os ex-vereador da legislatura passada aqui de Foz. É um direito meu e eu vou lutar pelo meu direito. Está todo mundo entrando”, disse o parlamentar.

Constitucional

Em fevereiro de 2017, o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu pela constitucionalidade do pagamento do 13º salário à vereadores, vice-prefeitos e prefeitos. Antes da decisão do STF, o Tribunal de Contas não permitia o pagamento do salário extra.

Rádio Cultura – 26 de Abril de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/04/26/camara-deve-votar-na-proxima-sessao-projeto-que-permite-passarelas-entre-edificios/>

Câmara deve votar na próxima sessão projeto que permite passarelas entre edifícios



por **Dante Quadra** - 26 de Abril de 2018 em Foz do Iguaçu

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0

Compartilhado

76

Visualizadas



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Publique no G



CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

A **Câmara de Vereadores** estuda o projeto que poderá permitir a construção de passarelas suspensas entre prédios em Foz do Iguaçu. O projeto já passou por comissões e deveria ter entrado para votação no plenário na última quarta-feira (25), mas teve pedido de vistas pelo vereador Marcos Antônio Jahnke (Podemos).

Jahnke avalia o aumento do prazo da outorga de permissão do uso da passarela construída pela iniciativa privada, passando de cinco para dez anos. O autor do projeto, vereador Elizeu Liberato (PDT), explicou que é um período curto levando em consideração o investimento. “Apenas uma garantia maior para o investidor. São várias passarelas que poderão ser feitas, tanto particular, quanto pelo município”, disse.

Para a construção de uma passarela para beneficiar uma empresa, o município cobraria 60% do valor do metro quadrado do imóvel, avaliado pela Cepab, e 60% do metro quadrado anual da passarela se for de uso exclusivo. Se for para uso comum, a taxa ficaria em 50% da outorga.

Um dos exemplos é o projeto de passarela fechada que pretende ligar o Shopping JL Cataratas ao novo Hotel Bourbon, pela Avenida Costa e Silva. O projeto já foi divulgado, mas como não existe lei, nunca pode ser colocado em prática.

O projeto deve entrar para votação na próxima sessão, no dia 2 de maio.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 26 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/posts/1677416695675332>



Resistência 24 Horas
23 h · 🌐

Um dos pontos do projeto que já havia sido intensamente discutido era o tamanho das ruas em loteamentos de interesse social, o que a emenda 08/2018, fixou em 15 metros de largura, enquanto o projeto original determinava que a largura das referidas ruas seria de 12 metros.

A implementação de rede de esgoto, mesmo nos locais que não possuem rede coletora implantada, também foi um aspecto garantido, por meio da alteração que a Câmara fez ao PLC, através de emenda 07/2018.



Novos loteamentos terão rede de esgoto e maior largura das ruas | r24foz

A organização do espaço urbano, por meio do parcelamento do solo, foi tema da sessão extraordinária desta quarta-feira, 25 de abril, no legislativo municipal. O...
R24FOZ.COM

👍 9 3 comentários 2 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 🌐

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Facebook – Acontece na Fronteira – 26 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.210396419532552.1073741828.210290629543131/243912322847628/?type=3&theater>



Acontece na Fronteira

17 h · Foz do Iguaçu · 🌐

Vereador Beni Recorre a Justiça Para Receber 13o. Salário .

O vereador Beni Rodrigues (PSB) entrou na Justiça para ter direito a receber 13º salário retroativos a um dos seus mandatos. Caso tenha o direito reconhecido, Beni poderá receber quase R\$ 50 mil, referente a quatro anos. O pagamento deverá ser feito pela Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu.

O vereador contratou um escritório de advocacia da cidade gaúcha de Cerro Largo para a defesa. Em entrevista à Rádio Cultura nesta quinta-feira (26), Beni disse que tem esse direito e que não é o único a entrar com o pedido. O pedido diz respeito aos anos de 2013 a 2016.

“É um direito meu, não é só o vereador Beni que está entrando com esse pedido, é no Brasil inteiro, inclusive todos os ex-vereador da legislatura passada aqui de Foz. É um direito meu e eu vou lutar pelo meu direito. Tá todo mundo entrando”, disse o parlamentar.

Beni está sendo muito criticado nas mídias e redes sociais, então o Acontece na Fronteira lança um desafio !

Doe seu 13o. Salário ... Isso vale para juízes, promotores, prefeitos, deputados, delegados, assessores, secretários enfim... todos os que ocupam cargos públicos, mostrem que não existe hipocrisia somente apontando o dedo ...e cortem na carne, aos cidadãos que não ocupam cargos públicos também vale o desafio, escolha uma entidade beneficente e doe seu 13o.

Entre nessa campanha com a gente !



👍👎👏 7

3 comentários 1 compartilhamento

👍 Curtir

💬 Comentar

📌 Compartilhar

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

27/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 27 de Abril de 2018 Capa



Honraria
**Câmara entrega
hoje o título
de Cidadão
Honorário ao
padre Paulo**

Página 8

Eleições 2018
**Alex Canziani visita Foz
em busca de apoio para
pré-candidatura a senador**

O atual deputado federal se reuniu com o prefeito e com vereadores em torno da consolidação de seu nome para a disputa eleitoral. **Página 9**



GAZETADIÁRIO

Foz do Iguaçu, sexta-feira, 27 de abril de 2018 — Ano 2 — Edição 955 — R\$ 2,00

Marginais à BR-277

**Obras da Avenida Olimpio
Rafagnin serão retomadas
nos próximos dias**



TAC assinado nessa quinta-feira prevê início das obras na próxima semana, gerando economia de R\$ 2 milhões para o município. **Página 4**

Feriado prolongado

**Mais de 8 mil visitantes
são esperados na Itaipu
durante o feriadão**



Para receber os turistas, o Complexo Turístico Itaipu preparou uma operação com atendimento especial neste feriado do Dia do Trabalhador. **Página 10**

Estelionato

**Falso cliente foge
com carro de
concessionária em Foz**

Políticos buscam a Justiça para receber férias e 13º retroativos

Beni Rodrigues e *Mogênio* já entraram na Justiça; cada vereador da legislatura passada poderá receber cerca de R\$ 50 mil

Página 7



Foto: PRF

Dia do Trabalhador

A Polícia Rodoviária Federal lançou, à zero hora desta sexta-feira (27), a Operação Dia do Trabalhador em todo o país. Com cinco dias de duração, a operação da PRF terminará no final da próxima terça-feira (1º). **Página 12**

Audiência aponta alternativas para a melhoria na qualidade do ensino

Valorização dos profissionais da educação e metodologias avançadas foram sugeridas em audiência pública

Elson Marques
Freelancer

Medidas como valorização dos profissionais da educação e metodologias avançadas foram algumas das sugestões levantadas em audiência pública realizada quarta-feira (25) na Câmara de Vereadores. O propósito foi discutir propostas para a melhoria da qualidade do ensino básico nas escolas municipais e avaliar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O vereador Celino Fertrin (PDT), que teve a iniciativa de requerer a audiência, presidiu a mesa. Explicou que o tema é de suma importância, uma vez que o IDEB avalia a qualidade do ensino e serve também como condutor das políticas públicas para o setor. "São usados dois conceitos para aferir a qualidade de ensino: o fluxo que representa a taxa de aprovação e o aprendizado que representa o resultado dos alunos no sistema da educação básica", analisou.

O professor universitário Laênio Loche, psicólogo da Livre Pensamento Desenvolvimento Educacional, fez uma exposição sobre os métodos utilizados na avaliação e a aplicação de estratégias didático-motivacionais com planejamento e avaliações. "Muitas vezes se aplica a téc-

nica de conteúdo nas salas de aula e não se avalia competência e habilidades que seriam indicadores mais significativos", apontou.

Laênio disse que a questão é complexa e sugeriu três diretrizes para melhor desempenho e fidelidade à qualidade de ensino: consenso sobre perfil almejado de aluno com avaliação didática; alinhamento entre perfil ideal com planejamento e avaliações; e qualificação didática mensurando se ela é eficiente, eficaz e efetiva (3E).

Experiência da meritocracia

O ex-prefeito Paulo Mac Donald também participou da audiência pública como expositor. Apresentou as transformações no sistema educacional do município durante a gestão 2005/2012, com novas estruturas físicas e equipamentos adequados para dar condições de trabalho aos professores e ambiente confortável para os alunos com atividades multifuncionais e didáticas.

Mac Donald falou da experiência bem-sucedida do governo dele em unir todos os setores da escola em torno de objetivo comum com reconhecimento e premiação por meritocracia. "Nosso IDEB havia alcançado 4,8 em 2008 e lançamos o desafio de elevar para 6, índice



Debate na Câmara reuniu professores, vereadores, gestores e representantes de sindicatos

de países de primeiro mundo. Houve até aposta com o ministro Fernando Haddad [da Educação] de que não atingiríamos essa meta e se chagássemos teríamos do MEC R\$ 10 milhões para mais investimentos nas nossas escolas", relatou.

A estratégia foi levar o desafio para as escolas e oferecer premiação por meritocracia. "A escola que elevasse o IDEB em 25%, todos receberiam o 14º salário, desde a zeladora, merendeira, secretários de escola, supervisora, diretora e professores. Aconteceu um fenômeno extraordinário, e a escola virou uma colmeia."

Meta alcançada

Segundo o ex-prefeito, "todos se voltaram para um objetivo comum, e atingimos muito mais que a meta e ficamos em primeiro lugar no

Brasil, chegando ao índice 7 no geral no último ano. Tínhamos equipes acompanhando, dando reforço, avaliando, especialistas para qualificação dos professores. Gente da secretaria cuidando de quem faltava às aulas, com profissionais que iam atrás para ver o que estava ocorrendo com o aluno ou com a família, e assim reduzimos índices de repetência e evasão. A repetência, que era 15%, caiu para 2,2%, e a evasão saiu de 400 a 600 alunos/ano para três, e porque faleceram".

Para o promotor e diretor da Unifoz, Luiz Francisco Barleta Marchioratto, "são experiências como essas apontadas aqui que são extremamente estimulantes. Eu, que também trabalho com a educação, vejo como é bom receber crianças. A educação é um instrumento de propulsão humana, liberdade".

IDEB não é consenso

A metodologia citada pelo professor universitário Laênio Loche e a experiência relatada por Mac Donald foram contestadas, em parte, por integrantes de sindicato. A professora Cátia Ronsani Castro, presidente da APP Sindicato, disse que "os interesses marcam as disputas no campo da educação. Hoje existe grande tentativa de privatização da educação. A educação é processo formativo. Minha maior dúvida enquanto professora é avaliar quanto uma nota corresponde ao aprendizado", destacou.

Na avaliação da professora universitária e ativista dos movimentos em defesa da educação pública Silvana Oliveira, "o equívoco é pensar que IDEB é sinônimo de qualidade de educação. É preciso, em primeiro lugar, remunerar os trabalhadores desse país, equiparando com os demais profissionais com o mesmo nível de formação".

Silvio Benitez, que realizou um estudo sobre o tema, disse que a conclusão da pesquisa é que o IDEB não é um indicador confiável. "Ele apresenta fragilidades como falseamento dos seus resultados. Ele peca pelo reducionismo da avaliação", apontou. A presidente do Sinprefi, Maria Rice, defendeu mais investimentos e valorização dos professores. "Temos alguns investimentos em infraestrutura escolar, mas as coisas são construídas devagar. A questão da inclusão é outra dificuldade do professor, que não está preparado para atender o aluno especial", citou. (Com informações da AI/CMFI)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 27 de Abril de 2018 Pág.04

13º aos vereadores

A população pode protestar, chorar e espernear, mas os vereadores de todo o país irão receber um terço das férias e 13º salário. A polêmica teve início no final do ano passado, quando o STF reconheceu que prefeitos, vice-prefeitos e vereadores têm direito a esses benefícios.

Beni quer os seus R\$ 49 mil

Os vereadores de Foz do Iguaçu da legislatura 2013/2016 já foram consultados. Beni Rodrigues Pinto foi o primeiro a se manifestar. "Vou correr atrás do meu direito e não estou nem aí para as críticas", disse o vereador. Cálculos iniciais revelam que cada vereador de Foz poderá receber R\$ 49 mil de uma pancada só.

Vereadores, prefeitos e vices terão direito a receber 13º e férias

Beni Rodrigues e Mogênio já entraram na Justiça; cada vereador da legislatura passada poderá receber cerca de R\$ 50 mil

Adelino de Souza
Freelancer

Em fevereiro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que prefeitos, vice-prefeitos e vereadores têm o direito de receber 13º salário, bem como um terço das férias como qualquer trabalhador.

O benefício poderá ser estendido aos 15 vereadores da legislatura passada (2013/2016). Se a Justiça acatar os pedidos, cada vereador poderá receber cerca de R\$ 50 mil. Se todos os vereadores forem beneficiados, o custo para o município será de R\$ 750 mil.

O primeiro vereador a se manifestar sobre o assunto foi Beni Rodrigues Pinto. Ele comentou na Rádio Cultura que iria correr atrás do seu direito, não se importando com eventuais críticas. "Vou correr atrás

do meu direito. Todo mundo está entrando", disse o vereador, que contratou um advogado de Cerro Largo.

O ex-vereador Hermógenes de Oliveira também ligou para a rádio e afirmou que já em 2004 havia exigido o pagamento, pois acredita ser um direito constituído em lei. Hermógenes destacou a decisão do STF, em fevereiro do ano passado, que garantiu o pagamento de férias e 13º. "É uma súmula já do Supremo Tribunal Federal, uma decisão de pagar retroativamente cinco décimos e cinco férias das quais eu tenho direito. Reivindiquei porque é um direito que tenho", afirmou.

Hermógenes acrescentou que a União dos Vereadores do Brasil (UVB) está dando assistência aos parlamentares. Ele destacou que, somente na Re-



Beni Rodrigues e Hermógenes de Oliveira foram os primeiros a buscar "seus direitos"

gião Oeste, existem nove vereadores com ações em trâmite.

Outros vereadores deverão assinar um documento que a União das Câmaras de Vereadores (Uvepar) formulou e está correndo os municípios do estado e, talvez, de todo o Brasil. A Uvepar presta assessoria jurídica a todos os políticos

interessados em receber esse dinheiro.

Opinião do TCE

Mas não será tão fácil assim para os vereadores colocarem a mão nessa bolada. É que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná decidiu que o pagamento de tais benefícios somente poderá ocorrer na próxima legislatura, ou seja, para os vereadores, prefeitos e vice-prefeitos que serão eleitos em 2020 e passarão a receber em 2021.

O TCE entende que cada Câmara Municipal terá de criar uma lei específica para dar legalidade a esse pagamento, prevendo o valor na lei orçamentária. No entendimento do TCE, o valor não poderá ultrapassar o limite de gastos com a folha de pagamento, que é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pressa dos vereadores

Depois do pronunciamento do STF, várias câmaras do Paraná se apressaram em aprovar projetos para pagar o benefício aos vereadores, prefeitos e vices. Em Palmital, Região Central do Paraná, o projeto foi rapidamente aprovado pelos vereadores, mas o prefeito não sancionou. Em Mandirituba, região metropolitana de Curitiba, o projeto foi aprovado a toque de caixa pelos vereadores. O prefeito promete vetar em função dos protestos da população. O presidente da Câmara, Guilherme Chupelm, disse que não sabia que o projeto iria gerar tanta polêmica "porque a Câmara é enxuta". Os vereadores pretendem voltar ao assunto e doar o dinheiro a instituições de caridade. Em Curitiba, 11 vereadores já assinaram o pedido para receber os benefícios, inclusive retroativos. Lá o problema é ainda mais grave porque a prefeitura está com as finanças combalidas, e o prefeito Rafael Greca teve de alterar a lei para aumentar os impostos.

O presidente do TCE, conselheiro Durval Amaral, diz que, apesar de ter uma lei sobre o pagamento, a Câmara de Curitiba não pode pagar o benefício, porque essa legislação alterou a Lei Orgânica da cidade. Ele afirma ser preciso uma lei específica sobre esse tema.

O advogado que representa os vereadores declarou à imprensa que o direito dos vereadores "é inquestionável", porque, "embora sejam políticos, são trabalhadores e às vezes trabalham muito mais. Se o STF reconheceu, me parece lógico que os vereadores busquem o seu direito".

A reportagem não conseguiu contato com o presidente da Câmara de Foz, Rogério Quadros, para saber como iria pronunciarse. O diretor de Comunicação Social, Edmilson Galhardo, deverá repassar as informações nesta sexta.

LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS



ESTRUTURAS
Cataratas

- ▶ Palco
- ▶ Tablados
- ▶ Pavilhão
- ▶ Arquibancadas
- ▶ Grades de Proteção
- ▶ Banheiros Químicos
- ▶ Grupo Gerador de Energia
- ▶ Tendas de Diversos Tamanhos

☎ 45 3524 5110 ☎ 45 99915 1222

Av. Fortaleza, 772 | Jd. Petrópolis
www.estruturascataratas.com.br

Padre Paulo recebe hoje o título de Cidadão Honorário

Sessão solene é nesta sexta-feira, às 19h, na Câmara de Vereadores

Elson Marques
Freelancer

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu realiza hoje (27), a partir das 19h, uma sessão solene para a entrega do título de Cidadão Honorário ao padre Paulo Carlos de Souza. A honraria será concedida após aprovação unânime de projeto de decreto legislativo apresentado pelo vereador Celino Fertrin (PDT). Fiéis e lideranças religiosas de diversas denominações são esperados para a solenidade, no plenário da Câmara.

Com 59 anos, padre Paulo nasceu em Dracena, estado de São Paulo. Ingressou na Congregação dos Missionários Redentorista em 1979. Em 1989 deixou a Congregação Redentorista e foi acolhido por Dom Olívio em Foz do Iguaçu. Pela diocese, terminou os estudos de teologia em Cascavel.

Em 1999 assumiu a Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na Vila Yolanda, onde permaneceu por oito anos e investiu na evangelização por meio da música e dos veículos de comunicação. Além da



Padre Paulo será homenageado em solenidade na Câmara Municipal

palavra de Deus, o violão o acompanha no trabalho de evangelização porque sempre foi um apaixonado pela música.

Lançou vários CDs de grande sucesso. Há mais de 15 anos, padre Paulo apresenta o programa de rádio *Deus é Real* e por vários anos também se tornou uma atração na televisão regional, via TV Tarobá.

Ontem teve sessão extra

Na sessão extraordinária realizada ontem (26), a última do mês, os vereadores aprovaram a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do muni-

cípio de R\$ 774,5 mil. O valor será destinado ao pagamento dos procuradores municipais, referente ao saldo acumulado dos honorários de sucumbência. Foram 11 votos favoráveis e dois contrários. Votaram contra os vereadores Protetor Jorge (PTB) e Adenildo *Kako* (Podemos).

O vereador Elizeu Liberato (PR), presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, afirmou que uma das parcelas dos honorários foi paga no ano passado. "Houve a arrecadação, esse recurso está no caixa do município, mas por lei pertence aos procura-

dores e precisa ser repassado", explicou.

O pagamento de honorários de sucumbência é previsto no novo Código Civil e regulamentado em âmbito municipal pela Lei Complementar nº 256, de 18 de abril de 2016, que instituiu o Fundo Especial dos Procuradores Municipais. Consta na norma que o fundo "tem por finalidade receber os recursos financeiros destinados ao rateio dos honorários advocatícios, oriundos de sucumbência, arbitramento ou acordo, do Procurador Geral e Procuradores de carreira do Município".

ELEIÇÕES 2018

Pré-candidato ao Senado busca apoio em Foz do Iguaçu e região

Deputado federal Alex Canziani se reuniu com o prefeito e com vereadores em torno da consolidação de seu nome para a disputa eleitoral

Bruno Soares
Reportagem

A cinco meses do início da campanha eleitoral que terminará por eleger o próximo presidente da República, governador, senadores, deputados federais e estaduais, marcado para o dia 16 de agosto, a articulação política em torno das alianças necessárias para a definição dos quadros de disputa está colocada à mesa.

Ao longo do dia de ontem (26), o deputado federal Alex Canziani (PTB), pré-candidato ao Senado, reuniu-se com diversas autoridades políticas de Foz do Iguaçu em busca de apoio para conquistar sua cadeira no Congresso Nacional. Com seu reduto político fixado na Região Norte do Paraná, o político chegará a Cascavel nesta sexta-feira (27) para uma reunião com prefeitos membros da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

Antes de deixar a Terra das Cataratas, Canziani concedeu entrevista ao jornal Gazeta Diário para anunciar que seguirá seu caminho após reuniões em Foz do Iguaçu que avalia como

"positivas" em torno de sua pré-candidatura. "Tivemos reuniões importantes em Foz do Iguaçu. Uma delas foi com o prefeito Chico Brasileiro e com vereadores da Câmara Municipal. Deixo a cidade com a indicação de apoio do prefeito ao meu nome rumo ao Senado Federal. Um apoio importante e que coroa os 30 anos de vida pública que acumulo ao longo de minha trajetória", destacou o deputado federal.

Acompanhado do presidente da Câmara Municipal, Rogério Quadros (PTB), e do superintendente do Fozhabita, Eduardo Teixeira, o parlamentar ressaltou a importância de Foz do Iguaçu não apenas para o Paraná, mas para o Brasil e também para o mundo.

"Foz do Iguaçu não se limita ao cenário paranaense. É referência nacional e também internacional em diversos aspectos. Seja pelo turismo ou pela questão de suas fronteiras, é necessário atuarmos de maneira conjunta com os diversos agentes públicos para trazermos as conquistas necessárias para esta cidade", pontuou.



O deputado federal Alex Canziani (camisa branca) visitou o Gazeta Diário acompanhado do superintendente do Fozhabita, Eduardo Teixeira

De acordo com a assessoria da prefeitura, durante o encontro com Brasileiro, o pré-candidato ao Senado defendeu sua posição municipalista. "Quero me comprometer com as pessoas desta cidade para que contem com meu trabalho. As nossas ações são feitas pensando em melhorar a vida das pessoas. E saber que Foz tem um prefeito como Chico Brasileiro nos agrada muito, pois juntos poderemos realizar grandes ações", elogiou Canziani.

O político recebeu elogios de Brasileiro ao ter destacado seu papel em prol do município na Câmara dos Deputados. "Foz do Iguaçu é uma cidade muito federalizada, boa parte das nossas reivindicações só são resolvidas em Brasília. Felizmente, contamos com a ajuda de muitas pessoas na capital federal, mas especialmente do deputado Alex Canziani, que se tem mostrado um grande defensor da nossa cidade", retribuiu o prefeito sem anunciar expressamente seu apoio ao pré-candidato.

Unila

Durante entrevista ao Gazeta Diário, Canziani, que se autodenomina "o deputado da Educação", comentou a situação crítica enfrentada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Na última semana, a instituição foi condenada a ressarcir, em mais de R\$ 30 milhões, as empreiteiras contratadas para a construção da primeira fase de seu campus.

"A situação da Unila é delicada, e precisamos buscar uma solução que resolva seus problemas. Já estive em conversas com a direção de Itaipu e com outros deputados para que articulemos alternativas. Em minha opinião, concebeu-se um projeto que era megalomaniaco, completamente fora da realidade, tanto que não vai ficar pronto nunca tudo aquilo que fora imaginado. Mais de R\$ 100 milhões já foram colocados e até hoje não temos uma única sala de aula pronta. A ideia é conversar com a própria Itaipu para vermos se conseguimos providenciar um campus em um outro local", concluiu o parlamentar.

**IMPAR AGORA É
SUNSET
PNEUS**

PNEUS PARA TODO TIPO DE VEÍCULOS



Tel/Fax (595-61) 500 127
www.sunset.com.py

Av. San Blas Km. 1
Ciudad del Este - Paraguay

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Jornal Gazeta do Iguçu – 27 de Abril de 2018 Pág.22



A psicóloga do Cram Foz Do Iguçu Rafaela Mello, a estagiária de psicologia Amanda Ester González e a presidente do CMDM Mara Baran, estiveram no programa Conversando com a Nancy para falar sobre a Violência contra Mulher.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

GDIA – 27 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/vereadores-prefeitos-e-vices-terao-direito-a-receber-13o-e-ferias/23480>

Vereadores, prefeitos e vices terão direito a receber 13º e férias



Em fevereiro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que prefeitos, vice-prefeitos e vereadores têm o direito de receber o 13º salário, bem como 1/3 das férias como qualquer trabalhador. O benefício poderá ser estendido aos 15 vereadores da legislatura passada (2013/2016). Se a justiça acatar os pedidos, cada vereador poderá receber cerca de R\$ 50 mil reais. Se todos os vereadores forem beneficiados, o custo para o município será de R\$ 750 mil reais. Beni Rodrigues e Hermógenes Oliveira (fotos) foram os primeiros a buscar “seus direitos” (Adelino de Souza Freelancer/Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 27 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/posts/1678546932228975>



Resistência 24 Horas



27 de abril às 11:40 · Foz do Iguaçu · 🌐

Tenente Coronel Jahnke e seus assessores, recebendo o amigo Senador Álvaro Dias..



Curtir

Comentar

Compartilhar



Eva Maria Dos Reis e outras 159 pessoas

Mais relevantes ▾

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

28/04/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 28 e 29 de Abril de 2018 Capa



Foi do Iguaçu, sábado e domingo, 28 e 29 de abril de 2018 — Ano 2 — Edição 566 — R\$ 2,00

Itaipu Binacional e ONU firmam parceria na área de saúde pública

Acordo assinado nessa sexta-feira (27) beneficiará moradores de 54 municípios brasileiros da região de influência da usina Página 11



Novos equipamentos

Em até 60 dias, o Hospital Municipal receberá novos equipamentos para realização de exames de raios X. A medida é consequência do final da licitação que terminou por adquirir o maquinário próprio para a unidade. Atualmente, os procedimentos desta área são realizados por empresa alvo da Operação Pecúlio. Página 4

Polêmica

Câmara não pagará 13º e férias aos vereadores desta legislatura

O presidente do Legislativo, Rogério Quadros, afirma que seguirá a decisão do TCE; benefícios só valerão para legislatura que começará em 2021 Página 3

Eleições 2018

Termina no dia 9 de maio o prazo para regularizar o título de eleitor



Justiça Eleitoral reforça alerta para eleitores não perderem o prazo; quem deixar para a última hora vai enfrentar filas Página 7

Programa-se

Veja o que abre e o que fecha no feriado do Dia do Trabalhador



Comércio, bancos e lotéricas estarão fechados na terça-feira; repartições públicas terão ponto facultativo na segunda e não abrirão no dia 1º Página 9

Tráfico

PRF apreende mais de 100 kg de cocaína em caminhão na BR-277



A ocorrência foi registrada ontem à noite no posto de fiscalização em Santa Terezinha de Itaipu Página 26

Presidente da Câmara diz que não irá pagar 13º e férias aos vereadores

Rogério Quadros seguirá decisão do Tribunal de Contas; vereadores terão direito, mas será preciso criar lei específica

Adelino de Souza
Freelancer

O presidente da Câmara de Vereadores, Rogério Quadros, informou ontem que na atual legislatura nenhum vereador irá receber 13º salário nem férias. Ele disse que seguirá as orientações do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O TCE diz que precisa uma lei específica para pagar os benefícios. Mesmo que a lei seja aprovada agora, passará a valer somente em 2021. A polêmica veio à tona em Foz quando o vereador Beni Rodrigues afirmou que estava acionando a Justiça para receber, inclusive, os retroativos da legislatura 2015/2017.

"Todo mundo está entrando na Justiça, e eu também irei correr atrás dos meus direitos", disse Beni ao contratar um advogado para entrar com a ação. Somente em retroativos os vereadores daquela legislatura terão a receber cerca de R\$ 50 mil cada um.



Sessão polêmica do STF que decidiu pelo direito dos vereadores receberem 13º e férias

O ex-vereador Hermógenes de Oliveira também confirmou ter entrada na Justiça para receber 13º salários e férias relativos aos anos de 2013 a 2016. "É uma súmula do Supremo Tribunal Federal, uma decisão de pagar retroativamente cinco décimos e cinco férias. Reivindiquei porque é um direito que tenho", afirmou Hermógenes.

Entenda o caso

Em fevereiro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) re-

conheceu a legalidade do pagamento de 13º salário e abono de férias para prefeitos, vices e vereadores. Para o STF, esse pagamento não é incompatível com o artigo 39, parágrafo 4º, da Constituição da República.

O recurso extraordinário foi interposto pela Câmara de Vereadores de Alecrim (RS) porque o Ministério Público daquele estado acionou os vereadores que estavam recebendo esse benefício entendendo que a Constituição Federal veda o acréscimo de qualquer gratificação, adi-

cional, abono, prêmio, verba de remuneração ou outra parcela remuneratória aos subsídios dos detentores de mandatos eletivos.

Por seis votos a quatro, o STF decidiu que os vereadores, prefeitos e vice-prefeitos têm esse direito constitucional. "O art. 39 §4º, da Constituição Federal, não é incompatível com o pagamento de terço de férias e décimo terceiro salário." Com essa decisão, criou-se uma jurisprudência que poderá ser aplicada em qualquer município brasileiro.



Durval Amaral informa que haverá punição para quem não seguir as normas

TCE alerta sobre punição a presidente de Legislativo que pagar esses benefícios

A partir de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o pagamento de 13º salário e abono de férias aos vereadores do Paraná é possível. Mas o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE) adverte que antes será preciso respeitar uma série de condições. Entre essas condições, os vereadores terão de aprovar uma lei específica, seguindo o princípio da anterioridade. Também deve haver a previsão orçamentária na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do município, bem como respeito às regras para a criação de despesas continuadas estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e enquadramento no limite de gastos com pessoal da Câmara.

O TCE exarou esse entendimento atendendo a uma consulta da Câmara de Quedas do Iguazu. "Estão vetados o pagamento de 13º e do terço de férias retroativos e para os vereadores da atual legislatura", enfatizou o presidente do TCE, Durval Amaral.

O conselheiro explica que, como se trata de benefícios diretos aos atuais parlamentares (que exercem a legislatura 2017-2020), "vale o princípio da anterioridade". Mesmo que estabelecidos em lei aprovada, por exemplo, ainda neste ano, os pagamentos só deverão ocorrer na próxima legislatura, a partir de 2021.

Durval alertou que, se alguma das 399 câmaras municipais do Paraná descumprir essas normas, o Tribunal de Contas abrirá processos de tomadas de contas para responsabilizar o presidente do Legislativo e os demais vereadores pela devolução do dinheiro, corrigido. Outras punições possíveis são a aplicação de multa pelo TCE-PR e a declaração de inelegibilidade pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O presidente expressou preocupação com o possível impacto do pagamento de mais esses benefícios sobre as já fragilizadas finanças municipais. Levantamento realizado pela Coordenadoria de Fiscalização Municipal (Cofim), sobre dados de 2016, apontou que o eventual pagamento de 13º e abono de férias aos prefeitos, vices e vereadores representaria um custo adicional de R\$ 41,3 milhões anuais.

Vereadores querem 13º salário

Apesar de todas as mordomias e horas mínimas de trabalho diário, nossos vereadores querem receber as férias e o 13º salário retroativos. Coitadinhos... eles merecem.

Hospital Municipal adquire equipamentos próprios para exames de raio X

Compra do maquinário coloca fim ao contrato alvo do MPF que terminou com a prisão do ex-vereador Dr. Brito



O diretor do HMFI, Sérgio Fabriz, afirma que, com a compra do maquinário próprio, foi garantida a melhor aplicação do dinheiro público

Bruno Soares
Reportagem

Em até 60 dias, o Hospital Municipal de Foz do Iguaçu (HMFI) receberá equipamentos para a realização de exames de raio X. A medida é consequência do final da licitação que terminou por adquirir o maquinário próprio para a unidade. Até então os procedimentos desta área são realizados por meio de um contrato firmado entre a Fundação Municipal de Saúde e uma empresa alvo da Operação Pecúlio.

"Após a deflagração da oitava fase, a Justiça Federal nos comunicou que deveríamos providenciar o cancelamento do contrato. Diante desta situação, procurei o prefeito Chico Brasileiro e decidimos comprar os aparelhos. Conseguimos fechar esta compra

em cerca de R\$ 835 mil, que corresponde a aproximadamente 11 meses do contrato que será cancelado. Ou seja, garantimos o devido e melhor uso do dinheiro público", compartilhou ao jornal *Gazeta Diário* o diretor do HMFI, Sérgio Fabriz.

Em janeiro deste ano, o ex-vereador Dr. Brito (PEN) e mais cinco pessoas foram presas após o Ministério Público Federal (MPF) deflagrar a oitava fase da Operação Pecúlio. Denominada pelas autoridades como Renitência, a iniciativa buscou colocar fim ao esquema de corrupção comandado pelo parlamentar que teria sido iniciado em abril de 2017.

Foi revelado que réus denunciados em 2016, transformados em colaboradores da Justiça depois de aceitarem celebrar acordos de delação

premiada em busca da redução de suas respectivas penas, voltaram a ser procurados em 2017 para que novas fraudes a licitações ocorressem na cidade, especificamente na área da saúde de Foz do Iguaçu.

"Em abril de 2017 delatores da Pecúlio nos procuraram para comunicar que tinham sido acionados por um vereador para que participassem de um grupo criminoso criado com objetivo de fraudar licitações do setor de radiologia de Foz e região", informou o MPF.

As fraudes se davam em parte com o contrato de uso do equipamento de raio X que ainda se encontra no HMFI.

Ainda segundo o MPF, a proposta apresentada pelo vereador Dr. Brito ao empresário delator era de que 10% do valor arrecadado fosse repassado ao grupo

criminoso. Além disso, o parlamentar estipulou que sua clínica particular recebesse investimentos como a aquisição de novos equipamentos.

A reportagem do jornal *Gazeta Diário* apurou que os colaboradores que contribuíram para a deflagração da oitava fase da Operação Pecúlio são o empresário Euclides de Moraes Barros Junior e o técnico de radiologia Reginaldo Sobrinho. Ambos foram condenados em fases anteriores.

O MPF apontou o Dr. Brito como chefe do suposto grupo criminoso. Atualmente ele está em liberdade e responde à ação penal por diversos crimes. O político nega as acusações. Logo que os novos equipamentos cheguem, a empresa em questão deverá providenciar a retirada de seu maquinário.

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Jornal Gazeta do Iguazu – 28 e 29 de Abril de 2018 Pág.06

Nem assim

E quem põe a cara em cargo eletivo não mereceria esse tipo de benefício, afinal de contas sabe que falta dinheiro para tudo. O salário dessa gente não é pequeno; pelo contrário, qualquer município precisa juntar uma caçamba de dinheiro para pagar vereadores, prefeitos e nomeados no fim de cada mês.

Salário mínimo

Não é justo que nada recebam pelo exercício político, afinal há quem de fato mate-se na defesa da população, apesar que em alguns países vereadores, por exemplo, trabalham só meio dia e são voluntários: salário zero! O correto seria receberem pelo menos um salário mínimo, ou seja, R\$ 1.002. Quem é cara limpa, devotado às causas públicas, não deve cobrar pelo trabalho.

Padre Paulo

Corvo, desejo parabenizar o "nosso" padre Paulo pelo título de Cidadão Honorário. Devemos lembrar que não faz muito tempo ele viveu um inferno, perto da excomunhão, inclusive, se dependesse de uma pessoa. Mas Deus é grande e não deixou isso acontecer. O padre possui um grande coração e está fazendo muito por uma legião de necessitados em outras comunidades.

Laurinda Benevides

Projeto das passarelas aéreas ficou para depois do feriadão

Por conta do feriado do Dia do Trabalhador, sessões de maio começarão na quinta (3)

Eison Marques
Fielixer

Com o feriado do Dia do Trabalhador, na terça, dia 1º, o início do período das sessões de maio da Câmara Municipal foi adiado para quinta-feira, 3 de abril. Entre as matérias a serem analisadas no mês está o projeto de lei enviado pelo Executivo propondo a regulamentação de travessias aéreas de vias públicas. A norma permitirá, no perímetro urbano de Foz do Iguaçu, a instalação de passarelas entre um empreendimento e outro.

O texto está sob o pedido de vistas do vereador João Miranda (PSD), que prometeu devolvê-lo à pauta o mais rápido possível, mas caso entenda necessário vai propor adequações.

De acordo com o presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, Elizeu Liberato (PR), um dos pontos que Miranda pediu para avaliar é a questão do prazo de cinco anos de convênio para uso do espaço público. O pensamento seria aumentar o prazo em razão do alto investimento da iniciativa privada nesse tipo de obra.

No caso, segundo Elizeu, havendo alteração será sem prejuízo ao erário, tendo em vista que os valores a serem recolhidos ao município serão corrigidos anualmente. "A ampliação do prazo seria uma garantia maior para quem vai investir nesse tipo de obra. Cinco anos seria um prazo pequeno em relação aos investimentos demandados", comentou.

O presidente da CLJR explicou que, a partir da aprovação da lei, o empresário poderá apresentar projeto e investir na instalação de passarelas aéreas para atender ao interesse de dois empreendimentos de um lado a outro da via. O empresário pagará pela obra e pelo uso do espaço público. Atualmente não há previsão legal.

Passarela mista

Elizeu lembrou que no caso de passarela mista, em que a obra atender os clientes dos empreendimentos e a população em geral, haverá uma redução de 50% do valor da outorga. "Todo requerimento para construção dessas passarelas tem que ser endereçado ao Poder Executivo. Esse pedido será analisado pelas secretarias com-

petentes quanto à viabilidade técnica e jurídica. O valor da outorga é definido de acordo com o tamanho da passarela e o valor dos imóveis que o acesso aéreo interligar", detalhou.

Conforme o texto apresentado pelo Executivo, "a requerimento da parte interessada, visando que a circulação de pedestres nas vias públicas ocorra com maior segurança e racionalidade, o Município poderá outorgar a propriedade pública municipal para utilização de terceiros, mediante permissão de uso para construção de passarelas aéreas. A outorga será a título precário e oneroso, podendo, a critério do Município, ocorrer de forma não onerosa quando a estrutura se der exclusivamente para atender aos interesses da comunidade".

Condições de uso

No caso de uso sem ônus, o acesso não poderá ser impedido ou restrito para o público em geral. No caso de uso misto (interesse público e privado), poderá ser definido horário para funcionamento, desde que haja justificativa para tanto. Está previsto ainda que a construção da passarela sobre via pública depende de alvará de autorização, a ser expedido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Captação de Recursos, após a aprovação do projeto, ouvida a Comissão Técnica de Urbanismo (CTU).

Para autorização da passarela, a Secretaria Municipal de Planejamento, por intermédio da Comissão Técnica de Urbanismo, "deverá avaliar tecnicamente a viabilidade da solicitação, inclusive quanto aos impactos visuais e de vizinhança, bem como apontar o interesse público na circulação de pedestres".

Além disso, as passarelas aéreas deverão observar as normas técnicas a serem estabelecidas pelo Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu (Foztrans), concessionárias de telefonia, energia elétrica e saneamento, assim como as demais normas vigentes de ordem municipal, estadual e federal.

VOCÊ SABE QUAIS SÃO AS MELHORES ROTAS PARA IR DE ÔNIBUS A QUALQUER LUGAR EM FOZ DO IGUAÇU?



Baixe o Moovit e CONFIRA!



CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 28 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/videos/1669794769770858/>

 **Resistência 24 Horas**  

28 de abril às 10:27 · 

Este é o vereador CONVERSINHA, promete, faz requerimento e não consegue nem falar com o prefeito, e o pior não faz coisas nem pelo bairro dele agora vai para outros lados fazer cobrança, sabe porque? PORQUE DIZ QUE É INDEPENDENTE E COM ISSO QUEM SOFRE É O POVO DA VILA C, mas para o bem da cidade e da VILA C, vamos ATRAVÉS DESTE SITE cobrar do sr. prefeito.



7,1 mil visualizações

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

   79 Mais relevantes ▾

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

GDIA – 28 de Abril de 2018

Link: <http://gdia.com.br/presidente-da-camara-diz-que-nao-ira-pagar-13o-e-ferias-aos-veredores/23541>

Presidente da Câmara diz que não irá pagar 13º e férias aos vereadores



O Presidente da Câmara de Vereadores, Rogério Quadros, informou ontem que na atual legislatura nenhum vereador irá receber 13º salário ou férias. Ele disse que seguirá as orientações do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O TCE diz que precisa uma lei específica para pagar os benefícios. Mesmo que a lei for aprovada agora, passará a valer somente em 2021. A polêmica veio à tona em Foz quando o vereador Beni Rodrigues disse que estava acionando a justiça para receber, inclusive, os retroativos da legislatura 2013/2017. “Todo mundo está entrando na justiça e eu também irei correr atrás dos meus direitos”, disse Beni ao contratar um advogado para entrar com a ação. Somente em retroativos os vereadores daquela legislatura terão a receber cerca de R\$ 50 mil cada um. *(Adelino de Souza Freelancer /Foto: Divulgação)*

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

GDIA – 28 de Abril de 2018

Link: <http://qdia.com.br/projeto-das-passarelas-aereas-ficou-para-depois-do-feriado/23545>

Projeto das passarelas aéreas de vias públicas ficou para depois do feriadão



Com o feriado do Dia do Trabalhador, na terça, dia 1º, o início do período das sessões de maio da Câmara Municipal foi adiado para quinta-feira, 3 de abril. Dentre as matérias a serem analisadas no mês está o projeto de lei enviado pelo Executivo propondo a regulamentação de travessias aéreas de vias públicas. A norma permitirá no perímetro urbano de Foz do Iguaçu instalação de passarelas entre um empreendimento e outro. O texto está sob o pedido de vistas do vereador João Miranda (PSD) que prometeu devolver à pauta o mais rápido possível, mas caso entenda necessário, vai propor adequações. De acordo com o presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, Elizeu Liberato (PR), um dos pontos que Miranda pediu para avaliar é a questão do prazo de cinco anos de convênio para uso do espaço público. O pensamento seria em aumentar o prazo em razão do alto investimento da iniciativa privada nesse tipo de obra. (Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Abril

16/04/2018 a 30/04/2018

29/04/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 29 de Abril de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/posts/1680707515346250>



Resistência 24 Horas

29 de abril às 15:10 · Foz do Iguaçu · 🌐

Hoje pela manhã na rua Brasília na Vila C justamente a Rua onde mora o Vereador KAKO, coincidência HOUVE uma tentativa de invasão, mas graças ao trabalho da Guarda Municipal foi estancado este problema. Ai eu me pergunto?

Se o vereador não consegue ver e nem cuidar de uma area tecnica da prefeitura que fica na sua rua, que no futuro podera ser usado pelos próprios moradores para seu laser, imagina no bairro, ou quiçá a cidade...



👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



👍 🤔 🤔 50

Mais relevantes ▾